



ACRESCE
Conhecer e Transformar



ACRESCE

Conhecer e Transformar

1ª Edição

COORDENADOR GERAL

Lucas Varela

REALIZAÇÃO



GOVERNO DO
ACRE

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Ministro: Waldez Góes

**SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO**

Secretária: Adriana Melo Alves

SENADO FEDERAL

Senador da República Márcio Bittar

Colaboração Técnica:

Carlos Henrique Ferreira de Araújo

Josenira da Costa Santana

Daniel Carneiro do Nascimento

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Governador: Gladson Cameli

**SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Secretário: Assurbanipal Barbary de Mesquita

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE

Diretor-Presidente: João Paulo Bittar

INSTITUTO SAPIEN

Presidente e Coordenador Geral: Lucas Varela

Subcoordenador Geral: Bruno Bandeira Cardoso

Subcoordenador Técnico: Vitor Brandt Calçavara

Produção Executiva: Ana Paula Rocha e

Salejandra Alves Santos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Acresce : conhecer e transformar / Sapien -
Instituto de Gestão, Avaliação e Pesquisa
Aplicada em Ciência, Tecnologia e Inovação ;
coordenador geral Lucas Varela. --
Brasília, DF : Ed. dos Autores, 2025.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-51002-6

1. Administração pública - Brasil 2. Demografia
3. Desenvolvimento econômico 4. Diagnóstico
5. Infraestrutura (Economia) 6. Macroeconomia
7. Políticas públicas I. Sapien - Instituto de
Gestão, Avaliação e Pesquisa Aplicada em Ciência,
Tecnologia e Inovação. II. Varela, Lucas.

25-277048

CDD-330.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desenvolvimento econômico : Economia
330.981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415





Foto: Diego Gurgel

PREFÁCIO

Conhecer e Transformar

○ Acre viveu duas décadas de atraso por causa de uma ideologia que cerceou, dominou e escravizou as forças de produção e a criatividade individual. A olhos vistos, o radicalismo ambientalista forjou a ilusão de que se poderia viver apenas da floresta, preservando-a e considerando-a acima dos homens, algo intocável, como um objeto de adoração e fetiche. Ou seja, uma ideologia que desprezou e despreza 30 milhões de seres humanos da Amazônia.

Essas pessoas estão fadadas à pobreza se não mudarmos, urgentemente, os rumos de agora. O homem foi e é visto, por essa terrível cosmovisão, como um incômodo ao ambiente natural. Mas a natureza foi dada por Deus para que possamos usá-la com sabedoria. E esse é o caminho que deve ser adotado.

A brilhante pesquisadora canadense Elaine Dewar, em seu livro clássico “Uma Demão de Verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios”, resume a mentalidade anti-humanista contida no ecologismo: “Desde o século XIX, as ideias ecológicas se consolidaram em torno de um núcleo de pressupostos malthusianos sobre o homem e a sua relação destrutiva com a Terra. Os ecologistas argumentavam que os seres humanos, inevitavelmente, aumentariam o uso de recursos finitos além da capacidade do planeta de sustentar a vida, drenando recursos sem preocupações com os custos crescentes, até que o último erg de energia fosse gasto.

Essa teoria simplista sobre a maneira como os humanos interagem com o mundo havia sido modernizada e popularizada no final da década de 1960 e início de 1970, por autores como Paul Ehrlich e o Clube de Roma – que, em 1972, fizeram prognósticos sobre o iminente desastre da sociedade industrial”. Erros e mais erros, previsões irresponsáveis e pensamento apocalíptico são sempre utilizados para assustar e promover descaminhos.

Essa forma de ver as coisas não surgiu, no Brasil, de maneira natural, como uma dentre outras opções possíveis. Infelizmente, foi importada, forjada e imposta por interesses estrangeiros escusos, por meio de falsas ONGs e partidos de esquerda interessados apenas em se perpetuar no poder e vender receitas ilusórias de riqueza que, na realidade, foram caminhos de pobreza, exclusão, desemprego e desalento.

Desconfiemos de todas as formas de alcance de riquezas ditas alternativas ao esforço empresarial, tecnológico e da sociedade, respeitando regras de mercado e de liberdade. Não se pode aceitar lições de preservação ambiental de países que devastaram há muito tempo suas florestas e seus campos. O Brasil mantém intactas 66% de suas áreas de vegetação nativa e 84% de sua floresta. Ninguém e nenhuma nação no Planeta Terra têm moral para nos condenar e, muito menos, fazer exigências. Precisamos crescer e avançar, cada

vez mais com inteligência e tecnologia: foi assim que conseguimos ter um dos mais poderosos agronegócios do mundo utilizando apenas 8% do território. Com orgulho, podemos afirmar que o agronegócio brasileiro é um dos maiores produtores de grãos, carnes, laticínios, frutas, legumes e café. A tecnologia de produção nos colocou nesse glorioso patamar, apesar das vozes estridentes dos amantes do atraso.

Como relator da recente CPI das ONGs, no Senado Federal, pude comprovar, em detalhes, como os interesses comerciais de países europeus e da América do Norte operam para restringir o desenvolvimento da Amazônia, ofendendo nossa já debilitada soberania:

formam poderosos lobbies pelo atraso de uma área que representa 59% do território de nosso País. São ferozes para inventar mais áreas de conservação, impedir a extração de riquezas minerais e petrolíferas, travar a criação necessária de infraestrutura, destruir a autonomia de produção dos povos indígenas em suas próprias terras e demonizar os produtores de grãos e criadores de animais. Isso tudo com o apoio de vendilhões da Pátria.

Como bem escreveu Nelson de Figueiredo Ribeiro, em “A Questão Geopolítica da Amazônia”, editado pelo Senado Federal, “(...) uma das invectivas mais fortes que, em nome da globalização, têm sido feitas sobre a Amazônia, é proclamar que ela é um ‘patrimônio da humanidade’. Realisticamente, é consabido que as verdadeiras razões dessas tentativas de ‘globalização’ da Amazônia são: a) sua fantástica biodiversidade; b) o fato de dispor do maior estoque de recursos hídricos do Planeta; c) por tratar-se da maior província mineral do planeta; d) a circunstância de dispor do maior estoque de recursos energéticos do Planeta. O problema (...) é que as interpretações que são dadas ao termo ‘patrimônio da humanidade’ têm sido feitas segundo critérios de conveniência e interesses, sobre tudo dos países ricos, maculados por forte conteúdo imperialista”.

O livro que estou prefaciando com prazer foge do lugar-comum dos discursos ambientalistas do tipo “desenvolvimento sustentável”. O

Projeto Acresce se utiliza de técnicas científicas para diagnosticar, examinar e receitar remédios, e não utopias tolas, de como é possível superar obstáculos e pegar o caminho do crescimento econômico; a única arma que temos para diminuir a pobreza.

O Acre necessita de infraestrutura adequada, aumento da produtividade do trabalho, diversificação de sua produção, ampliação do

crédito aos produtores, regularização de suas terras e investimento sério na formação de técnicos comprometidos com o progresso. A leitura atenta deste livro levantará muitas reflexões importantes, consubstanciadas em dados e informações vitais e relevantes. Vamos à leitura, vale a pena!

Marcio Bittar
Senador da República pelo Estado do Acre





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
INDICADORES DEMOGRÁFICOS IMPORTANTES	14
GARGALOS NA INFRAESTRUTURA	24
IMPACTO DAS ALAGAGÕES E ALGUMAS SUGESTÕES	36
O DESAFIO DAS CONTAS PÚBLICAS	44
ESTRUTURAS MACROECONÔMICA E INSTITUCIONAL	52
A POTÊNCIA DO AGRONEGÓCIO	60
ECONOMIA EM EXPANSÃO	70
EXTRATIVISMO, TERRITÓRIOS E RECURSOS NATURAIS	82
PANORAMA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA	92
IMPULSIONAMENTO ECONÔMICO	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144

INTRODUÇÃO

*Um caminho de crescimento
para o Acre*

○ Projeto Acresce foi desenvolvido a partir de uma demanda do Governo do Acre, com o objetivo de apresentar sugestões de crescimento econômico para o Estado. Elaborado pelo Instituto Sapien, o projeto se pautou em diagnosticar problemas e desafios e propor ações para que gestores públicos e sociedade possam fortalecer o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

A metodologia envolveu extenso roteiro de análise, buscando identificar fatores alavancadores e limitadores do crescimento, apontar necessidades e propor sugestões. O projeto foi desenvolvido nas seguintes etapas:

1 – Levantamento e análise de informações, estatísticas e indicadores que compõem fatores que influenciam o desenvolvimento econômico, a partir de bases de dados oficiais de institutos de pesquisa (IBGE e IPEA, entre outros), de organismos públicos (bases de dados ministeriais) e também internacionais (ONU e OCDE);

2 – Entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado, realizadas com mais de 50 técnicos e agentes públicos, professores, prefeitos, empresários, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil;

3 – Aplicação de roteiro de observação sistemática em 25 comunidades, para caracterização dos ambientes geográficos, entrevistas em profundidade com lideranças locais e formação de grupos focais de pesquisa qualitativa com moradores dessas comunidades;

4 – Avaliação de indicadores, dados, informações e relatos de pesquisa, com respectivo cruzamento de dados por consultores e especialistas, para identificar problemas e subproblemas e elaborar propostas em forma de projetos, programas e ações;

5 – Realização de oficinas para debater as estratégias apresentadas, sistematizar as informações e consolidar o Plano, o que foi feito em plenária de trabalho para validar o documento final.

Os dados levantados durante o Projeto Acresce foram consolidados em planilhas, além de 12 relatórios com resumos temáticos e

apresentação dos dados primários consolidados. Todo o material foi disponibilizado no portal do Instituto Sapien, para acesso público.

Assim, este livro apresenta, de forma resumida, as etapas e principais aspectos pesquisados em nove áreas: Demografia; Infraestrutura (contemplando também Cheias e Alagações); Contas Públicas; Macroeconomia; Economia Primária; Economias Secundária e Terciária; Extrativismo, Territórios e Recursos Naturais; e Educação, Saúde e Segurança.

Vale destacar que os projetos e programas sugeridos foram pensados para serem factíveis para o Acre, o que incluiu levantamento preliminar de parcerias, fontes de financiamento e alocação de recursos, a partir do Plano Plurianual do Estado (PPA 2024–2027).

Espera-se que o resultado do Projeto Acresce contribua para balizar políticas que ajudem a tornar o Acre um Estado com mais desenvolvimento e oportunidades.

Figura 01 – Redes sociais do Projeto Acresce



INDICADORES DEMOGRÁFICOS IMPORTANTES

População economicamente ativa, natalidade e mortalidade

População nas ruas de Rio Branco, Acre
Foto: Diego Gurgel

Os dados demográficos têm fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas e a correta destinação de recursos orçamentários. A demografia engloba as dimensões, estatísticas, estrutura e distribuição das diversas populações humanas. Em relação ao contexto demográfico, integraram o Projeto Cresce levantamentos de dados sobre aspectos como faixa etária, sexo e etnia; População em Idade Ativa (PIA), moradores de áreas urbana e rural; taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade – incluindo principais causas de mortalidade infantil; situação doméstica e déficit habitacional, posse de bens e meios de transporte, geração de emprego e renda.

No Acre, a população é formada por 830.026 pessoas, de acordo com o Censo Demográfico 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 13,15% de crescimento populacional em relação ao censo anterior, de 2010, quando tinha pouco mais de 730 mil habitantes. Juntamente com Roraima e Amapá, o Acre integra as três Unidades Federativas do País com menos de um milhão de habitantes. Na última década, os estados da Região Norte foram os que mais cresceram.

Ainda conforme o Censo, embora a maioria da população resida em áreas urbanas (mais de 70%), na contramão da tendência nacional o Acre tem registrado crescimento na população rural: nos últimos 40 anos, o aumento foi de 200%. A composição populacional do Estado foi fortemente influenciada pela migração de pessoas de várias partes do País, em busca de oportunidades na fase da exploração da borracha (seringueiros), o que contribuiu para a consolidação da população rural.

A relação entre população e atividade rural versus desenvolvimento econômico foi tema de depoimento dado por José Eduardo Moura Leite, sócio administrador da empresa Ipê Construtora, durante entrevista ao Projeto Cresce, em dezembro de 2022. Ele acredita que o “crescimento econômico do Estado teve nova direção a par-

tir do momento em que o agronegócio começou lentamente a entrar”. E lembra que isso vem ocorrendo por ação de “proprietários de origem acreana, ao contrário das primeiras ocupações, tanto no agronegócio como na pecuária, realizadas por pessoas ‘de fora’ do Acre”.

Dados de 2021 do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)¹ do Acre, produzido pelo governo estadual, apontam a capital – Rio Branco – com a maior taxa de urbanização do Estado (com 91,82% da população residente na zona urbana). Cruzeiro do Sul é o segundo município com a maior taxa (70,47%), enquanto Porto Acre, por sua vez, tem a menor urbanização (13,32%). Nove dos 22 municípios do Estado têm predominância de população em áreas rurais embora, na conceituação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que adota critério diferente, todos os municípios do Acre sejam considerados rurais, exceto a capital.

CONTEXTO DEMOGRÁFICO: JANELA DE OPORTUNIDADES

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do IBGE, apontou leve dominância populacional masculina em 2021, com 50,7% de homens e 49,3% de mulheres. No mesmo ano, o IBGE verificou que, no Brasil, havia uma população feminina dominante de 51,8%. Em relação às etnias, 77% dos acreanos se autodeclararam pardos; 15,6% se consideraram brancos; 6% se dizem pretos; e 1,4% indígenas.

¹ O Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE) é um instrumento que auxilia no planejamento e gestão de atividades socioeconômicas do setor público e privado, respeitando as características ambientais e empresariais. Orienta decisões sobre o uso do território, tais como: criação de áreas de conservação e definição de zonas industriais, agrícolas ou urbanas, com a possibilidade de revisão a cada 10 anos. Fonte: ACRE, GOVERNO DO. **ZEE Acre - O Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Disponível em: <https://sema.ac.gov.br/zee-acre>

Tabela 01 – População do Acre, por Sexo

Ano	População Feminina	População Masculina
1960	49,9%	50,1%
1970	49,9%	50,1%
1980	49,5%	50,5%
1991	49,5%	50,5%
2000	49,7%	50,3%
2010	49,3%	50,7%
2021	49,3%	50,7%

Fonte IBGE, 2023.

Enquanto no Brasil 43,2% da população possui até 29 anos, e 50% tem até 34 anos, no Acre 52,5% tem até 29 anos, sendo 20% entre 20 e 29 anos de idade. A População em Idade Ativa (PIA) é definida pelo IBGE como a de pessoas de ambos os sexos, entre 10 e 65 anos, aptas a exercer uma atividade econômica. No Acre, o indicador alcançou 631.861 pessoas em 2022 (76,13% da população), um crescimento de 16,51% em relação ao ano de 2010.

Esse bônus demográfico reflete a evolução de uma população jovem, com taxa de crescimento acima da média brasileira, e expectativa de vida acima da média regional e em elevação, mas abaixo da média nacional que, no Brasil, é de 77 anos (no Acre, é de 75; e, na Região Norte, é de 73 anos).

Importante registrar que os dados do índice PIA aumentaram em quase todo o Estado entre os censos de 2010 e 2022: em 21 dos 22 municípios acreanos, houve crescimento, sendo os menores em

Rio Branco (9,64%) e Senador Guiomard (9,30%). A exceção foi Plácido de Castro, com retração de 1,67%. Em algumas cidades menores, houve maior destaque nesse indicador: Manoel Urbano (60%); Bujari (55,49%); Jordão (51,53%); Santa Rosa do Purus (48,26%); e Assis Brasil (37,49%).

Com o estreitamento da base da pirâmide etária em parte dos municípios, em especial na capital, os estratos médios entre a População em Idade Ativa estão mudando. A faixa de 0 a 9 anos (infância) recuou (8,74%) na média estadual e em 15 municípios, incluindo os dois mais populosos: Rio Branco (10,61%) e Cruzeiro do Sul (10,90%).

Pelo último Censo, as crianças representam o grupo em maior queda no Estado: eram 47,5% da população de 0 a 14 anos, em 1980; 33,7%, em 2010; e 26,6% em 2022. Sete municípios apresentaram crescimento nesse grupo: Santa Rosa do Purus (27,21%), Bujari (24,78%), Manoel Urbano (19,78%), Jordão (15,82%), Assis Brasil (14,19%), Epitaciolândia (8,83%) e Brasiléia (5,95%).

Tabela 02 – Proporção de Grupos de Idade Específicos na População Residente Total do Acre (1980/2022)

Ano	População 0 a 14 anos (%)	População 15 a 64 anos (%)	População 65 anos ou + (%)
1980	47,5	50,0	2,5
1991	44,1	52,7	3,2
2000	38,8	57,5	3,7
2010	33,7	62,0	4,3
2022	26,6	67,0	6,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.

Nota: As diferenças entre as somas, parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

A participação da população com 65 anos ou mais no índice PIA, que era de 2,5%, em 1980, passou para 6,3%, em 2022, enquanto em todo o Brasil representou 10,9%. Na média estadual, esse grupo etário foi o que mais cresceu entre 2010 e 2022 (65,80%).

Entre os adultos (30 a 64 anos), a População em Idade Ativa está em franca expansão: aumentou 38,19% no período. Essa faixa etária, que era de quase 240 mil pessoas em 2010 e ultrapassou 330 mil em 2020, acrescentou mais 90 mil pessoas em 2022. Nas faixas de 50 a 59 anos e de 40 a 49 anos, o crescimento foi, respectivamente, de 54,64% e 51,33%, e foram as que mais cresceram, seguidas da faixa de 60 a 64 anos (41,11%). O menor crescimento ocorreu entre 30 e 39 anos, com pouco mais de 15%. Este mesmo padrão se observa na maioria dos municípios, sendo que, naqueles em que o índice PIA aumentou acima de 30%, o grupo de 40 a 49 anos é o de maior crescimento e chega a 129,87%, em Manoel Urbano.

Um dos depoimentos colhidos pelo Instituto Sapien para o projeto, em fevereiro de 2023, foi de Paulo Eduardo Santoyo, engenheiro de alimentos e presidente da empresa Dom Porquito. Ele acredita que “o Acre não vai dobrar sua população nos próximos 30 anos”, mas que, no entanto, “o PIB do Estado dobrará em 20 anos, sem muito esforço. Se a população não aumentar tanto e o PIB dobrar, o Acre para de depender do esforço do governo federal e começa a ter seus próprios recursos”, avalia o entrevistado em relação aos indicadores demográficos e sua relação com o desenvolvimento.

Apesar de todo o potencial humano que a dinâmica demográfica do Acre oferece, é importante notar que uma significativa e crescente parcela da população, mesmo em idade para trabalhar, não se encontra nem ocupada e nem à procura de ocupação: o percentual era de 41,4% no 1º trimestre de 2012 e chegou a 44,6% no 1º trimestre de 2022. Outro destaque é a relação entre pessoas empregadas no serviço público e pessoas empregadas com carteira assinada no serviço privado. No Acre, essa relação é de aproximadamente 1/1, desde o 1º trimestre de 2012, contra 1/3, no Brasil.

Tabela 03 – Variação do Índice PIA Jovem em 2022 no Acre e seus Municípios

LOCALIDADE	TOTAL PIA ADULTOS		VARIÇÃO %
	30 A 64 ANOS	2022	
	2010	2022	%
Acre	239.887	331.504	38,19%
Acrelândia	4.342	5.676	30,72%
Assis Brasil	1.875	2.975	58,67%
Brasiléia	7.426	10.635	43,21%
Bujari	2.918	5.277	80,84%
Capixaba	3.029	4.308	42,23%
Cruzeiro do Sul	23.175	34.888	50,54%
Epitaciolândia	5.167	7.703	49,08%
Feijó	8.632	11.834	37,09%
Jordão	1.373	2.399	74,73%
Mâncio Lima	4.272	7.057	65,19%
Manoel Urbano	2.226	4.299	93,13%
Marechal Thaumaturgo	3.018	5.090	68,65%
Plácido de Castro	5.839	6.742	15,46%
Porto Walter	2.050	3.197	55,95%
Rio Branco	121.788	159.814	31,22%
Rodrigues Alves	3.379	5.220	38,13%
Santa Rosa do Purus	1.051	1.805	71,74%
Senador Guiomard	6.908	9.046	30,95%
Sena Madureira	11.525	15.601	35,37%
Tarauacá	9.090	13.988	53,99%
Xapuri	5.343	7.248	35,65%
Porto Acre	5.061	6.692	32,23%

Fonte: Elaborado por Sapien sobre Censos IBGE 2010–2022.

NATALIDADE E FECUNDIDADE

A oportunidade representada pela ampliação progressiva do índice PIA do Acre decorre de fenômenos demográficos relacionados às dinâmicas de natalidade e mortalidade. A taxa de crescimento anual da população acreana, conforme o Censo de 2022, foi de 1,03% ao ano. Entre 2010 e 2022, houve crescimento de 13,15%, mais do que o dobro dos 6,5% registrados no País. Dentre os 22 municípios do Estado, somente Plácido de Castro teve redução na população (3,77%) no período. Bujari, por outro lado, foi o município que mais cresceu, saindo de 8.471 pessoas, em 2010, para 12.917, em 2022 (52,48%).

A taxa de natalidade do Acre era de 22,5 nascimentos a cada mil habitantes, em 2010. Entre 2015 e 2022, ocorreu um salto de 46,78%. No entanto, quando se avalia a Taxa de Fecundidade Total (TFT)², no Acre esse indicador caiu ao limite do nível de reposição, ficando em 2,1 no ano de 2021. Se a TFT é menor do que 2,1, significa que a população deve diminuir no longo prazo, caso não haja imigração.

Na década de 1960, a TFT brasileira era de 6,3 filhos por mulher. Em 2023, a média nacional caiu para 1,62. Com esse cenário, a população no País deve parar de crescer em 2047 – conforme projeção 2010–2060 do IBGE e, no Acre, não deve parar de crescer antes de 2065. As estimativas apontam que a década de 2030 marcará a virada na taxa de fecundidade regional, quando todos os estados do Norte cairão abaixo da taxa de reposição populacional e a região, que sempre foi líder em fecundidade, passará a ser deficitária.

² A TFT – Taxa de Fecundidade Total é calculada pela divisão do total dos nascimentos pelo total de mulheres em período fértil, em determinado período e região. Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde. **DataSus**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a05.pdf>

CAUSAS E ÍNDICES DE MORTALIDADE

Quanto à Taxa de Mortalidade Geral (TMG), também conhecida como Coeficiente Geral de Mortalidade³, o Acre variou de 4,27, em 2010, para 6,11 óbitos por mil habitantes em 2021 – pico da série. Em 2022, a TMG caiu quase 25%, atingindo 4,59 óbitos por mil habitantes. Os óbitos cresceram 18% entre 2019 e 2020 e 12,3% entre 2020 e 2021, números provavelmente associados à pandemia e suas consequências.

Segundo a mais recente publicação das Estatísticas do Registro Civil 2021 – lançada em 2023 –, o Acre foi o segundo Estado com menor percentual de óbitos de causas não naturais, com 3,8%, à frente apenas do Distrito Federal, com 3,2%. No outro extremo, o Amapá teve o maior percentual, com 11,8% de mortes de causas não naturais.

As quatro principais causas de mortalidade no Acre, para ambos os sexos, foram as doenças do aparelho circulatório (22,6%), doenças do aparelho respiratório (15,6%), causas externas de morbidade e mortalidade (15,3%) e neoplasias ou tumores (13,7%), conforme dados de 2019 do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Essas quatro categorias somam 67,2% dos óbitos e representam as mesmas causas registradas em 2012.

Já na categoria causas externas de mortalidade⁴, em 2022 o Acre teve aumento de mortes violentas, creditadas pela segurança pú-

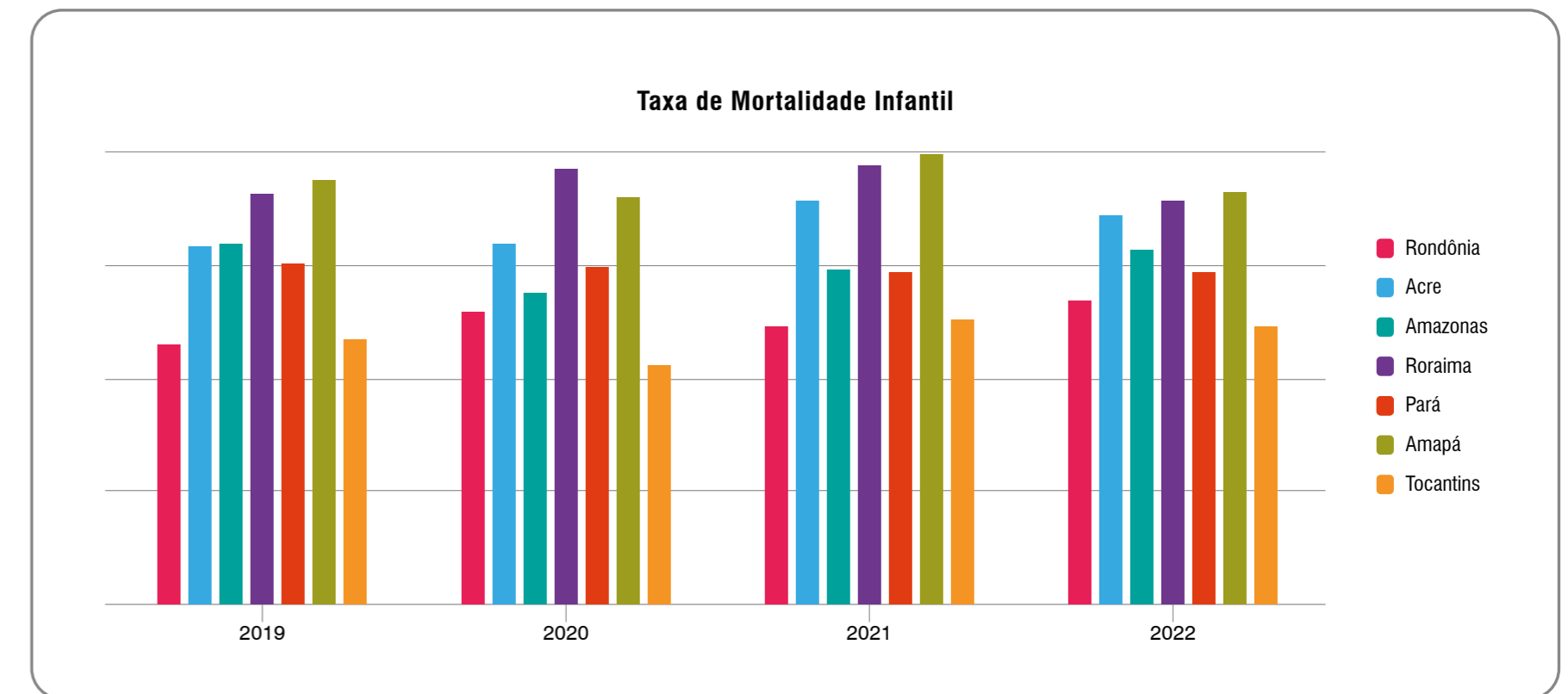
³ A TMG – Taxa de Mortalidade Geral é o indicador que mede o número de óbitos de uma população, em determinado período, a cada mil habitantes. Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde. **DataSus**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb1998/fqa11.htm>

⁴ As causas externas de mortalidade incluem, conceitualmente, as lesões provocadas por eventos em transportes, homicídios, agressões, quedas, afogamentos, envenenamentos, suicídios, queimaduras, lesões por deslizamentos ou enchentes, além de outras ocorrências provocadas por circunstâncias ambientais (mecânica, química, térmica, energia elétrica e radiação). Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde. **DataSus**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc12.htm>

blica estadual ao acirramento de disputas entre facções criminosas (mais detalhes no Capítulo 10, com indicadores de Segurança). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Acre não é o Estado da Região Norte com maior taxa de mortes violentas por

100 mil habitantes. Essa posição pertence ao Amapá, com 50,6 mortes violentas por 100 mil habitantes, em 2022, quase o dobro da taxa acreana. Considerando a população do Acre descrita no Censo de 2022 e as 237 mortes violentas registradas, a taxa ficou em 26,02 mortes violentas por 100 mil habitantes no Estado.

Gráfico 01 – Taxa de Mortalidade Infantil (para cada 1.000 nascidos vivos)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

MORTALIDADE INFANTIL

No Estado, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)⁵ variou de 56,5, em 1990, para 16, em 2019, e subiu para 17,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2022. Em 30 anos, reduziu 3,3 vezes. Apesar da melhoria substancial e posição melhor do que a média regional em todo o período, o Acre ainda não alcançou a média nacional.

Em 2022, houve redução de 0,6 óbitos por mil nascidos vivos em relação aos dados de 2021, e a TMI acreana (17,2) ficou 14% acima da média regional e 36,5% acima da média nacional. De 2020 a 2022, o Estado manteve a terceira maior Taxa de Mortalidade Infantil da Região Norte, atrás apenas de Roraima e Amapá.

Quanto às taxas de mortalidade neonatal (precoce e tardia)⁶, a série publicada pela Secretaria de Estado da Saúde do Acre (Secsa), com base no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), mostra ligeira piora em 2020 em relação a 2019. Para a mortalidade neonatal precoce, 2019 foi o melhor resultado da série 2010–2020, com taxa de 5,71 óbitos por mil nascidos vivos, bem próximo do resultado de 2016. Já em relação à mortalidade neonatal tardia, 2019 registrou taxa de 2,45 óbitos por mil nascidos vivos e foi o melhor índice desde 2012, quando a taxa foi de 1,32.

O biênio 2011/2012 representou o período a partir do qual a mortalidade neonatal tardia cresceu, até atingir 2,98 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. De 2015 a 2019, a taxa caiu, mas voltou a subir em 2020 para sua máxima de 3,01 óbitos.

⁵ A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por cada mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A mortalidade infantil compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0–6 dias de vida), neonatal tardio (7–27 dias) e pós-neonatal (28 dias e mais). Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde. **DataSus**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2000/fqc01.htm>

⁶ A Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce se refere ao número de óbitos entre 0 e 6 dias de idade por mil nascidos vivos de mães residentes. Já a Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia representa o número de óbitos de residentes de 7 a 27 dias de idade por mil nascidos vivos. Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde. **DataSus**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2000/fqc03.htm> e <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/c0101.pdf>

SITUAÇÃO DOMÉSTICA DA POPULAÇÃO

A análise da situação doméstica da população acreana permite um aprofundamento dos problemas de infraestrutura, sociais e econômicos. É possível verificar que o número de residências aumentou em 13,4% entre 2016 e 2019, chegando a 261 mil no Estado. Enquanto o Brasil registra, desde 2016, média de três pessoas por residência, o Acre apresentou pequena melhora nesse indicador, saindo de 3,5 pessoas por residência (2016/2017) para 3,3 (2018/2019). Conforme dados de 2019, a maior parte das residências abrigava três moradores (23,6% das residências do Estado), seguidas daquelas com quatro moradores (21,1%).

Em 64,2% dos domicílios do Estado, as unidades residenciais eram constituídas, majoritariamente, de núcleo familiar formado por pais e filhos. Estudo publicado em maio de 2023 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) do Pará, com base na PNAD-C de 2022, mostrou que 52% dos lares acreanos eram chefiados por mulheres e 48% por homens. No Norte, do total de 5,7 milhões de domicílios, cerca de 2,8 milhões tinham mulheres como responsáveis pelo núcleo familiar (48,27%). Quando se considera a distribuição percentual, o Acre alcançou o topo do *ranking* da Região Norte.

DÉFICIT DE MORADIAS

O índice de *déficit* habitacional retrata as famílias que residem em condições precárias ou moradias inadequadas. Também enquadra quem não tem nenhum tipo de habitação em determinada região. São consideradas moradias inadequadas aquelas construídas com materiais improvisados ou de baixa durabilidade (habitações em risco), incluindo as que abrigam número excessivo de pessoas.

O dado utilizado para o *déficit* habitacional no Acre foi calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP), em seu estudo “O *Déficit* Habitacional no Brasil 2016–2019”, que apontou serem necessárias

23.285 moradias em 2019, ou 8,6% do total de domicílios do Estado. Este *déficit* sempre esteve abaixo da média da Região Norte e acima da média nacional. Em 2017, o índice era de 10,3%.

Na composição do *déficit* de 2019, a “coabitação” respondeu por 9 mil unidades (38,65%), a “habitação precária” por 7.612 (32,69%), e o “ônus excessivo” com aluguel por 6.673 (23,66%). No Acre, dos 319 mil domicílios existentes, 58 mil estavam desocupados (18%), de acordo com o Censo 2022 do IBGE. Esses são os cálculos oficiais mais recentes sobre *déficit* habitacional no Estado. De 2019 a 2023, não há senão estimativas com base nos dados da Fundação João Pinheiro. Em 2020, a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Regional do Acre (Sedur) estimou o *déficit* habitacional por município, usando a base de cálculo da FJP. A projeção apontou aumento do *déficit* habitacional em todos os municípios acreanos, incluindo Rio Branco: 14 mil moradias, um crescimento absoluto na demanda de 4.622 unidades sobre 2015, ou seja, 36,8%.

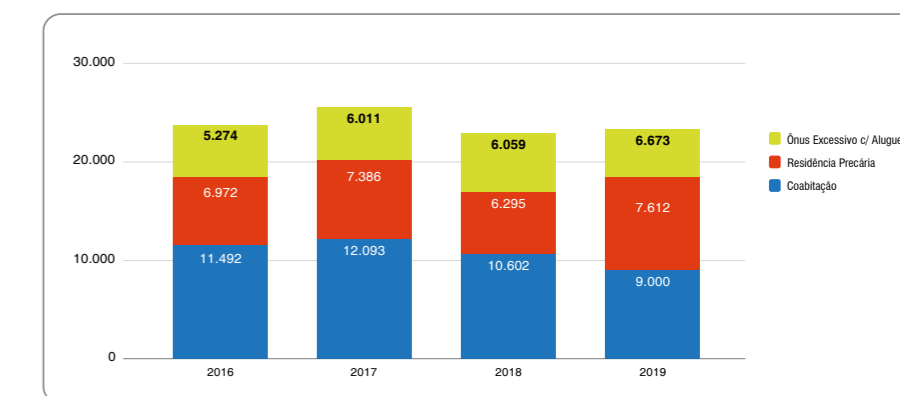
PROGRAMAS HABITACIONAIS

“De maneira geral, o setor que mais despontou no Acre, nos últimos quatro anos, foi a construção civil; e não a gerada pelo Estado, mas, sim, pela iniciativa privada, com obras comerciais e residenciais. É um setor que emprega muito e movimenta bastante a economia no Brasil. A construção civil foi impactada com a pandemia, mas de forma positiva, porque as pessoas ficaram em casa e começaram a ver o que tinham que consertar e isso aqueceu o mercado, que não parou”. A opinião, registrada em dezembro de 2022 pelo Projeto Acresce, é de Lauro da Veiga Santos, diretor técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre (Sebrae-AC), e reflete um setor que se direciona diretamente com o crescimento demográfico do Estado.

Outro depoimento colhido durante o projeto, em dezembro de 2022, foi de José Eduardo Moura Leite, sócio administrador da empresa Ipê Construtora. Ele disse que “a construção civil está indo razoa-

velmente bem, mas poderia estar muito melhor”, e que “é preciso acertar as arestas que dificultam um crescimento mais rápido, um atendimento à população carente que precisa de uma casa para morar a baixo custo. E isso é uma questão de política de governo, de política pública”, acrescentou.

Gráfico 02 – Componentes do *Déficit* Habitacional no Acre



Fonte: FJP – O *Déficit* Habitacional no Brasil 2016–2019.

Para dar conta da necessidade de moradias para a população, em maio de 2023 o Planejamento Estratégico do Governo do Acre, derivado da Agenda Acre 10 anos elaborada pela Fundação Dom Cabral, previu um programa específico de combate ao *déficit* habitacional. O cálculo foi de 23.500 unidades, sendo 11 mil na capital e 2,4 mil em Cruzeiro do Sul.

Além da construção de novas unidades habitacionais, há projetos para melhoria da infraestrutura de saneamento básico, pavimentação, rede elétrica, documentação de regularização de imóveis e, ainda, fornecimento de *kits* de materiais de construção para famílias que já possuem lotes regularizados.

Em dezembro de 2023, foi anunciada a autorização para licitar a construção de 1.542 unidades e publicação de edital de chamamento do Programa Minha Casa, Minha Vida. As residências serão

destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas no Sistema de Habitação (SISHAB). Quando efetivamente construídas, as habitações irão superar em mais de 50% a meta prevista de redução do *déficit* habitacional.

Sondagem do Fórum Empresarial do Acre com empreendedores da construção civil, publicada em dezembro de 2023 no 6º Boletim

Econômico, estimou o potencial de mercado para construções e reformas em cerca de R\$ 100 milhões anuais com os programas para a redução do *déficit* habitacional.

Tabela 04 – Planejamento Estratégico do Governo do Acre

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNO DO ACRE								
Pilares para o Desenvolvimento								
TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	POPULARIDADE	VO (ANO)	2023	2024	2025	2026
Ampliar o acesso à moradia digna		<i>Déficit</i> habitacional	Menor melhor	24.000	23.500	22.500	21.500	20.000
		Lotes urbanos regularizados	Menor melhor	5.107	4.852	4.351	2.000	2.000
		Lotes rurais regularizados	Menor melhor	3.317	1.213	633	633	632

Fonte: SEPLAN/AC.

Planejamento Estratégico do Estado prevê ações para diminuir o *déficit* habitacional.

CONSIDERAÇÕES

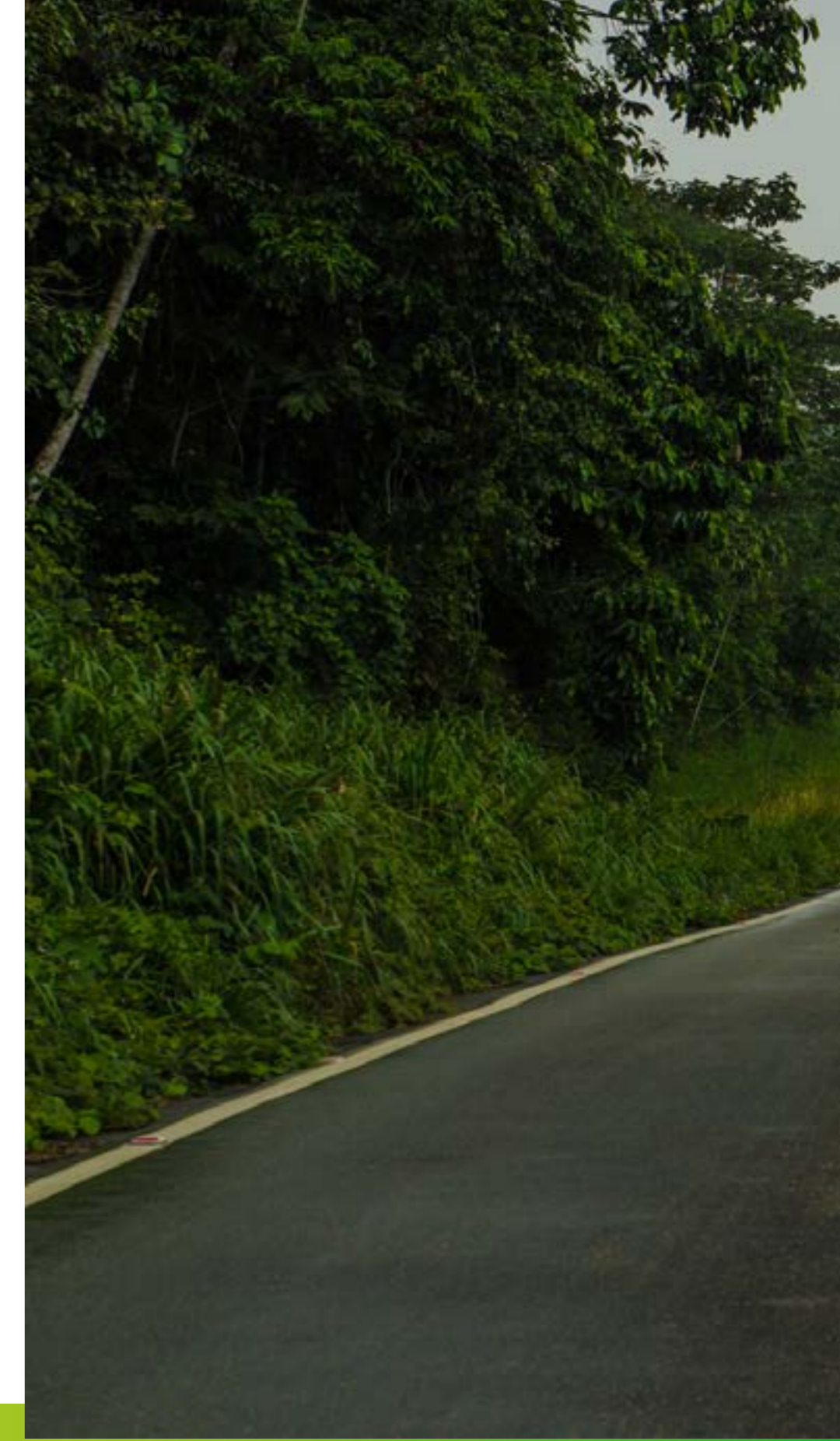
Os indicadores demográficos do Acre apontam para uma população idosa relativamente pequena e a infantil em declínio.

Os dados do indicador PIA mostram expansão e refletem a necessidade de intensificação de programas de formação e qualificação profissional, combinados com políticas de geração de emprego e renda e de empreendedorismo.

Uma característica demográfica que chama a atenção é a população rural, principalmente em municípios em processo de expansão. Essa realidade impõe desafios logísticos para a prestação de serviços públicos como os de saúde, educação e mobilidade, dada à dispersão populacional.

Os indicadores demográficos apontam redução nas mortes por causas infecciosas e parasitárias nas últimas décadas, refletindo avanços no Acre na área de saúde pública. De outro lado, ainda há fragilidades no que se refere ao esclarecimento da população sobre a prevenção de algumas doenças, como as do aparelho circulatório. Houve aumento no indicador de mortes por doenças crônicas não transmissíveis, como cardiovasculares e câncer, acompanhando tendências nacionais, além do crescimento de mortes violentas, especialmente homicídios, o que será detalhado no capítulo 10, que irá focar nos indicadores de Educação, Saúde e Segurança.

No próximo capítulo, serão abordados aspectos relacionados às condições de infraestrutura, que aparecem como principais gargalos para maior desenvolvimento do Estado. São apontadas deficiências e necessidades de investimentos e melhorias na malha de ramais (estradas vicinais), assim como em saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos), que impactam população e empresas. Demandas por serviços de energia e de telecomunicações (telefonia e internet) e melhor estrutura de transportes (rodovias e aeroportos) estão entre benfeitorias indispensáveis para transformar a realidade do Acre. Outra questão importante envolve as cheias e alagações, que afetam 17 dos 22 municípios acreanos e são contempladas em capítulo específico.



GARGALOS NA INFRAESTRUTURA

Acesso à água, saneamento, logística e telecomunicações

BR 364, Acre
Foto: Diego Gurgel

A melhoria das condições de infraestrutura em geral é um dos principais desafios de desenvolvimento de qualquer Estado. Portanto, é válida a máxima de que ampliar e dar qualidade adequada à infraestrutura do Acre será muito importante para seu desenvolvimento econômico. Segundo um diagnóstico atento, pode-se dizer que é preciso sanar deficiências na malha de ramais (vicinais), na manutenção das estradas existentes, na abertura de novas estradas, no saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos), na energia e nas telecomunicações (telefonia e internet).

SANEAMENTO BÁSICO

O acesso a este serviço fundamental ainda é restrito para parte da população, tanto no Acre como em toda a Região Norte do País. Envolve o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais, coleta e tratamento de resíduos sólidos. Dados da PNAD-C (IBGE, 2022) apontam que quase metade da população acreana (49,8%) não tem acesso à rede de água; 88,1% não dispõe de serviços de esgoto; e 20,7% das residências não têm coleta regular de lixo. Esse cenário causa impacto direto na saúde da população, principalmente entre as crianças e os mais idosos.

O Estado vem apresentando crescimento no sistema de saneamento, mas ainda possui indicadores deficitários em relação aos demais estados amazônicos e aos dados nacionais. No Brasil, ainda segundo o IBGE, parcela significativa da população não tem acesso a esses serviços básicos: são 15,8% sem atendimento de rede de água; 44,2% não é atendida por rede de esgoto; há 10,1% das moradias sem cobertura domiciliar de coleta de lixo; e 5,5% dos municípios não têm sistema de drenagem de água. Todos os estados registraram enchentes em áreas urbanas nos últimos anos.

Entre 2017 e 2021, nos 22 municípios acreanos foram analisados dados sobre distribuição, alcance e qualidade dos serviços de saneamento oferecidos, além de comparação com os estados do

Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia. Em termos orçamentários, o Acre gastou, em média, R\$ 155,51 por habitante com saneamento básico, maior valor entre os estados pesquisados.

O Acre, com apoio do Ministério das Cidades, elaborou estudo que resultou na publicação da Lei Complementar nº 454, de 27 de dezembro de 2023, e que instituiu a regionalização de seus municípios em uma única Microrregião. A universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de ter previsão legal, é fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas e para atrair novos investimentos.

Quase metade da população acreana não tem acesso à rede de água; 88% não dispõe de serviços de esgoto; e 21% das residências não têm coleta regular de lixo.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Entre 2017 e 2021, o Acre registrou aumento da população atendida pela rede geral de abastecimento. No entanto, muitos municípios tiveram retrocesso nesse indicador. Nas cidades de Xapuri, Brasiléia e Epitaciolândia houve diminuição de até 16% na população atendida com água potável, o que reflete uma incapacidade de manter o crescimento da infraestrutura em relação ao aumento populacional. Além disso, o Acre sofreu altas taxas de perda de água durante a distribuição, com 66% da água produzida sendo desperdiçada devido a vazamentos e falhas no processo.

Conforme a PNAD-C, o percentual de moradores do Estado com água canalizada aumentou de 85%, em 2016, para 92% em 2022. Mas entre os estados comparados, este foi o menor percentual de 2022 e o segundo menor em âmbito nacional, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades.

O Acre registra 50% de sua população atendida com serviços de água canalizada, volume próximo ao de Rondônia (45%). No Amazonas, a partir de 2018, o percentual de atendimento por esse serviço cresceu de 56% para 78%, quase alcançando Roraima, com 82% da população atendida. No outro extremo, Amapá registrou apenas 35% dos habitantes atendidos com água canalizada.

Ainda conforme a PNAD-C/IBGE, o Acre aparecia com 63% da população conectada à rede geral de fornecimento de água e 6% com outra fonte de abastecimento, como poços ou nascentes. Para a população residente em domicílios, a principal origem era a rede geral, um crescimento de 52% para 57%, entre 2016 e 2022. Nesse período, os poços artesanais cresceram 17%, enquanto poços raso diminuíram também 17%.

No *ranking* municipal, entre 2017 e 2021, houve crescimento no percentual da população atendida por rede de abastecimento de água em Bujari (29%), Rio Branco (11%) e Plácido de Castro (2%), enquanto Acrelândia e Capixaba continuaram atendendo o mesmo percentual da população. Em contrapartida, houve diminuição em Xapuri (-2%), Brasiléia (-3%), Assis Brasil (-4%), Epitaciolândia (-5%), Manoel Urbano (-5%), Cruzeiro do Sul (-6%), Marechal Thaumaturgo (-7%), Sena Madureira (-8%), Mâncio Lima (-9%), Porto Acre (-9%), Tarauacá (-11%), Rodrigues Alves (-13%), Feijó (-14%), Porto Walter (-15%), Jordão (-16%), Senador Guiomard (-16%) e Santa Rosa do Purus (-30%).

Com grande diversidade de recursos hídricos, o abastecimento de água no Acre é feito, principalmente, por meio da captação de rios e poços tubulares. O Estado produziu, em média, 66.995,61m³ de água por ano no período analisado, o que representou aumento de 66% na produção. De forma geral, todos os municípios tiveram crescimento, com destaque para Marechal Thaumaturgo (186%). O consumo no Acre foi, em média, de 23.016,01m³ (34%) dos quase 67 mil m³ de água produzida, um aumento de 6%. Esses dados revelam uma situação preocupante: embora tenha ampliado a produção de água, o Estado não consegue converter em benefício direto à população, que ainda enfrenta deficiência na distribuição.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

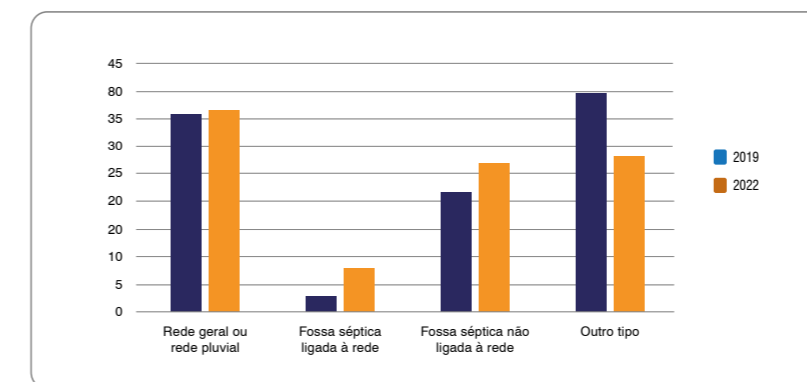
O sistema de esgotamento sanitário é outro ponto crítico. Abrange a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos efluentes. No Acre, o serviço de esgotamento, de acordo com o SNIS, é prestado em apenas dois municípios (Mâncio Lima e Rio Branco). A cobertura populacional é de apenas 10,53% no Estado e, na capital, de 20,67%.

No meio urbano, 46% dos acreanos tinham esgoto sanitário ligado à rede geral ou pluvial⁷; e 36% fossa, sendo a maioria não conectada à rede. A situação registrada era ainda mais precária no meio rural, onde 70% das pessoas não possuíam acesso a fossas nem a redes gerais, resultando em despejo direto de esgoto em rios ou no solo, agravando a poluição dos recursos hídricos e a proliferação de doenças.

Em comparação com Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá, o Acre apresentava percentual mais elevado de residências com banheiros conectados à rede de esgoto em áreas urbanas, mas a realidade rural permanece extremamente deficiente, o que aponta a necessidade de investimentos em abastecimento e redes de esgotamento. Em 2021, de acordo com dados disponibilizados pelo SNIS, a população residente em área rural era de pouco mais de 250 mil habitantes, com projeção de crescimento para 623 mil habitantes em 2054.

⁷ A rede de esgoto e a rede pluvial são sistemas de tubulações com funções diferentes: enquanto a rede de esgoto recebe águas residuais de residências, indústrias e estabelecimentos comerciais, com o objetivo de remover os resíduos do ambiente urbano e tratá-los para que possam ser liberados de volta ao meio ambiente; a rede pluvial recebe e transporta a água da chuva, para evitar alagamentos e enchentes. A água é captada por bocas de lobo e sarjetas, e escoada por meio de galerias pluviais até corpos d'água naturais ou estruturas de retenção. Fonte: PORTAL ÁGUA 360. Disponível em: <https://www.portalagua360.com.br/diferencaesgotoepluvial>

Gráfico 03 – Tipo de Esgotamento do Banheiro – Percentual de Moradores do Acre



Fonte: PNAD/IBGE, 2023.

DRENAGEM URBANA

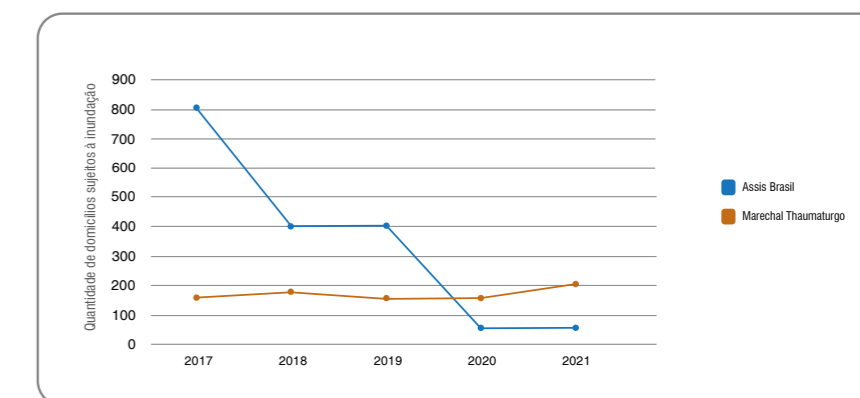
Na parte de drenagem urbana, o Estado enfrenta intensas chuvas sazonais, muitas resultando em enchentes. A drenagem eficiente das águas pluviais é um componente essencial da infraestrutura urbana, e a falta de um sistema adequado provoca sérios problemas em diversas cidades.

Em municípios como Assis Brasil, Porto Acre e Cruzeiro do Sul, e na capital, Rio Branco, as enchentes são recorrentes, causando não apenas danos materiais, mas à saúde, além de interrupções na vida cotidiana. As cidades mais afetadas têm sistemas de drenagem insuficientes ou inexistentes, e a falta de investimentos contínuos impede melhorias significativas (a questão das enchentes e dos alagamentos integra capítulo específico, a seguir).

Apesar de poucas informações sistematizadas sobre drenagem urbana e quantidade de enchentes no Acre, dos municípios que recebem serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, foi possível verificar que nenhum aplicava taxas para custear essas despesas, mesmo sem possuir outra fonte de recursos para a ação. O principal meio de financiamento tem sido o Orçamento Geral de cada município. Apenas

cinco cidades disponibilizam dados sobre a existência de domicílios sujeitos a risco de inundação no período analisado: Assis Brasil, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo e Rio Branco.

Gráfico 04 – Municípios com mais de 800 Residências sob Risco de Inundação no Acre (2017 a 2021)



Fonte: SNIS/MDR, 2023.

RESÍDUOS SÓLIDOS

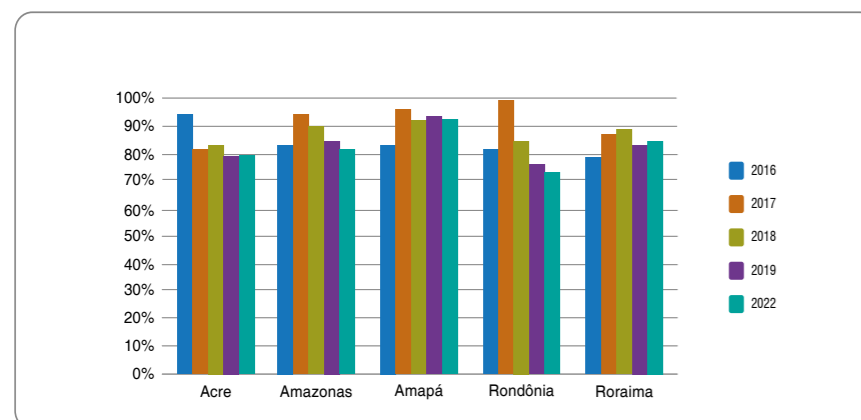
A coleta de resíduos sólidos também exige atenção. A coleta de lixo ainda é insuficiente em muitas áreas, embora seja essencial para a limpeza urbana e a saúde da população. A coleta direta, que pode ser feita de forma regular ou seletiva, aumentou nos últimos anos: no Acre, passou de 63% da população atendida, em 2016, para 71%, em 2022, conforme a PNAD-C do IBGE. Ainda em 2022, 16% dos moradores faziam queima do lixo nas propriedades, com tendência de queda. Os percentuais de moradores com coleta em caçamba e de moradores que dão outro destino ao lixo também têm caído.

No entanto, há disparidades significativas entre os municípios. Enquanto a capital possui 97% de sua população atendida pela coleta de lixo, municípios menores e mais isolados, como Marechal Thau-

maturgo e Santa Rosa do Purus, atendem menos de 30% de suas populações. O manejo inadequado de resíduos, com práticas como a queima de lixo ou descarte irregular, ainda é comum nas áreas rurais, onde a infraestrutura de coleta é mais limitada.

Em 2022, na comparação com os estados pesquisados, o Acre estava entre os de menor percentual de moradores com coleta direta pelo serviço de limpeza; e em segundo lugar no comparativo em maior percentual de coleta por caçamba e de queima de lixo.

Gráfico 05 – População atendida pela Coleta de Resíduos Sólidos, por Estado, de 2017 a 2021



Fonte: SNIS/MDR, 2023.

Em 2017, o Acre tinha o maior percentual de população atendida com a coleta de resíduos sólidos (realizada ao menos uma vez por semana), mas esse percentual caiu ao longo dos anos. No interior do Estado, poucas são as cidades que conseguem ter 2/3 da população com, pelo menos, uma coleta semanal de lixo. Em outros estados, o maior percentual foi alcançado em 2018, exceto Roraima, que teve o maior índice percentual de cobertura em 2019. Em 2021, o último ano com dados disponíveis, o Acre tinha 79% da população atendida, à frente apenas de Rondônia (73%), entre os estados comparados.

ENERGIA ELÉTRICA

O Acre tem uma das menores demandas energéticas do Brasil, o que reflete tanto sua pequena população quanto o nível de industrialização. A baixa representação de consumo energético do Acre, tanto nacional quanto regionalmente, é caracterizada por uma economia fortemente dependente do setor primário, que gera pequena demanda.

A energia consumida no Estado é de 50,1% para uso residencial; 4,1% para a iluminação pública; e 4% para a indústria, em contraste com o Brasil, que tem no setor industrial seu maior consumidor, com 36,3% do consumo nacional em 2022. Além disso, o Acre depende de energia gerada fora de suas fronteiras, o que aumenta os custos para os consumidores. Municípios mais distantes e isolados operam com sistemas próprios, geralmente termelétricas movidas a diesel, o que aumenta ainda mais os custos.

O Acre tem investido em alternativas renováveis, como a energia solar, com grande potencial na região. Existem alguns projetos de instalação para esse tipo de energia, focalizados em sistemas isolados. Em 2020, o Estado apresentou 3,9% da capacidade de energia solar do País, o que pode ser considerado significativo, dada sua população e posição energética nacional.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2021 o Acre teve consumo total de 1.095 GWh, próximo ao de estados com populações e economias similares. Roraima, por exemplo, consumia 1.036 GWh e o Amapá, 1.140 GWh. O Brasil tem, no total, um consumo superior a 497.500 GWh. A Região Norte consome 7,3% da energia nacional e o Acre 3%.

Com o crescimento populacional nos últimos anos, vem surgindo uma demanda maior, principalmente para uso residencial. De 2013 até 2021, a demanda elétrica aumentou em 29,74%, acompanhando o índice de 24,1% de crescimento populacional.

Quando comparado com Roraima e Amapá, observa-se a relevância do consumo residencial, pois os dois estados apresentam consumo de 50% da demanda. Nos outros três, o segundo maior consumidor foi o setor de comércio: cerca de 23% de consumo para o Acre; 22,39% para Roraima; e 24,38% para o Amapá. Na perspectiva nacional, o comércio demanda 17,45% da energia total.

O baixo consumo de energia faz com que o Acre não necessite de grandes usinas internas. A entrada da energia utilizada no Estado se dá, primordialmente, por linhas de transmissão de alta tensão localizadas em Acrelândia, fronteira com Rondônia. São três, todas nesse local, conectando Porto Velho e Rio Branco. Os outros municípios são obrigados a serem auto suficientes, por falta de conexão com a malha nacional elétrica ou Sistema Integrado Nacional (SIN). Dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2022), indicam que 19,8% do consumo energético acreano vêm do sistema isolado, enquanto 80,2% têm origem no subsistema da matriz Sudoeste/Centro-Oeste.

O fato de a Região Norte e, especialmente o Acre, estarem mais distantes dos maiores produtores de energia elétrica, influencia no preço, que é mais alto do que em outras unidades da Federação. Em agosto de 2022, o Acre era o Estado com o terceiro maior custo de transporte e distribuição no País, com R\$ 441/MWh, perdendo somente para o Pará e Amazonas.

A estrutura energética é apontada como precária em muitos depoimentos concedidos. Durante o projeto, dois moradores do Assentamento Promissão, no município de Capixaba, atestaram essa urgência: Delzelina Mauricia Bezerra afirmou que a “energia é um problema sério, pois, além de cara, chegamos a passar de dois a três dias sem”. Já o morador José Carlos disse que a “energia é um grande problema, pois em qualquer tempo de chuva tem quedas. Temos que ligar e religar várias vezes. Isso atrapalha muito a irrigação”, pontuou.

ACESSO À INTERNET

O acesso à internet tem crescido, ainda que a infraestrutura de telecomunicações seja limitada. Cerca de 83% da população do Estado contava com internet, pouco menos do que a média nacional de 90%. O salto foi de 13,5% entre 2019 e 2021 no nível de acesso pela população acreana, mas há disparidades entre o atendimento nas áreas urbanas e rurais.

Nos últimos anos, a internet foi altamente disseminada. Segundo o IBGE (2021), 225 mil residências acreanas possuíam acesso à Internet de forma constante, o que representou um salto de 60% em relação a 2016, quando havia 140 mil residências com acesso. Além disso, a PNAD-C de 2021 mostrou que somente 44 mil residências não tinham acesso recorrente à internet (16,35% das residências do Estado). Em 2016, eram 92 mil domicílios sem internet (39,65%).

O aumento do acesso aconteceu em todo o País: em 2021, somente 9,1% das residências não tinham acesso à internet, enquanto em 2016 esse total era de 29,1%. Na Região Norte, esse percentual, em 2016, era de 36,48%, reduzindo, em 2021, para 14,5%, resultado abaixo do encontrado no Acre. Já Roraima apresentou taxa de 11,37%, em 2021, frente a 28,05%, em 2016.

Dados do Plano Decenal de Expansão de Energia, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mostram que o Acre é integrado ao SIN somente pela Subestação Rio Branco I, de propriedade da Eletro-norte. As condições da infraestrutura do Estado fazem com que as operadoras dos serviços de internet busquem caminhos alternativos à fibra óptica utilizada nas grandes cidades. Como só a capital Rio Branco possui conexão energética com outras regiões do País, é esperado que isso seja transmitido, também, para as linhas de internet. Há predominância da fibra óptica na capital, enquanto em áreas mais remotas, como Jordão e Marechal Thaumaturgo, a internet via satélite é a opção viável. Isso resulta em preços mais altos e velocidades de conexão mais baixas nas regiões mais isoladas, dificultando o acesso à informação e o desenvolvimento di-

gital. A chegada da tecnologia 5G ainda está restrita à capital, e a expansão para outras regiões ocorre mais lentamente.

No Estado, a internet é contratada principalmente para uso pessoal e, em segundo plano, para uso empresarial. Em Rio Branco, 92,1% dos acessos no período pesquisado eram feitos por pessoas físicas, prática que ocorria também em cidades como Cruzeiro do Sul (76% dos acessos pessoais). Em cidades menores, as pessoas jurídicas eram as que mais utilizavam a internet: em Santa Rosa do Purus, em 2022, esses acessos chegaram a 100%. Em outras cidades, onde há dominância corporativa do uso da internet, como Marechal Thaumaturgo, a proporção não ultrapassava os 60%.

A posse de *smartphones* entre a população acreana acima de 10 anos saltou em 66,35% no período de 2016 a 2021, enquanto o percentual no País foi de 35,1%. Outros estados da região também apresentaram aumento considerável na posse de aparelhos *smartphones*: Roraima (49,36%), Rondônia (65,16%), Amazonas (46,02%) e Amapá (46,67%).

Ainda assim, de acordo com dados da PNAD-C, apenas 59% da população do Estado tinha acesso a *smartphones*, enquanto a média nacional era de 70,5% e as médias dos estados do Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia, respectivamente, eram de 66,36%, 53,3%, 54,29% e 70,24%. O Acre apresentava uma das maiores taxas na posse de *smartphone* da região, e o percentual foi ainda maior entre a população feminina: 66,28% de mulheres acima de 10 anos tinham acesso regular à internet, por meio de aparelho celular, enquanto entre os homens essa taxa foi de 57,87%.

TELEFONIA

Existe a tendência de predominância dos planos pré-pagos em regiões mais carentes. Em 2022, esses planos representavam 63,34% de todos os acessos feitos no Acre, taxa muito similar aos 59,35% de 2019. Quando seccionado por municípios, é possível observar que nenhum possui taxa majoritária nos planos pós-pagos. Quanto menor a cidade, menor a procura por planos pós-pagos.

Rio Branco apresentava a menor diferença entre as duas modalidades. Em 2022, Marechal Thaumaturgo possuía 8,5% dos acessos telefônicos, feitos por um telefone móvel com plano pós-pago, enquanto em Rio Branco e Cruzeiro do Sul as taxas eram respectivamente de 44,45% e 29,18%, sendo as maiores taxas de planos pós-pagos do Estado.

Essa tendência é típica da Região Norte, que apresenta taxa maior de planos pré-pagos do que pós-pagos. O Amazonas registrou taxa de acesso por plano pós-pago de 35,48%; o Amapá, de 30,79%; Rondônia, de 40,47%; e Roraima, de 32,53%.

Com a evolução dos *smartphones*, o consumo de serviço de dados⁸ no Acre triplicou entre 2019 e 2022, conforme indica estudo do portal Amazônia Legal em Dados. Outro fator que explica esse aumento foi a pandemia de covid-19, que estimulou a oferta de serviços pela internet. Nesse período, a adaptação das escolas para aulas *on-line* pode ter potencializado esse aumento.

A chegada de novas velocidades às principais linhas de conexão móvel é uma importante questão na telefonia do Acre. Dados de 2019 a 2022 demonstram que a principal faixa de dados móveis ocorreu por meio da tecnologia 4G, introduzida, nacionalmente, em 2012. Contudo, em 2019, 29,07% das conexões móveis ainda ocorriam em 3G ou 2G no Estado. Em 2022, essa proporção caiu para 16,25%. No mesmo ano, a rede 5G foi introduzida e, por mais que esteja restrita à capital, o novo padrão passou a representar 1,85% das conexões móveis no Estado.

TRANSPORTES

O Estado é servido por duas rodovias federais, a BR-364 e a BR-317, que conectam as principais cidades entre si e com outras re-

⁸ Consumo de serviço de dados é a quantidade de dados utilizada ao acessar a Internet por meio de dispositivos móveis, como celular ou tablet, o que inclui todas as atividades online, como navegar em sites, usar aplicativos de mensagens ou de redes sociais, etc. Fonte: PORTAL GLOBALLIVE. Disponível em: <https://blog.globallive.com.br/glossario/o-que-e-consumo-de-dados/>

giões do Brasil. No entanto, essas rodovias enfrentam sérios problemas de manutenção.

A BR-364, conhecida como Rodovia Marechal Rondon, tem 790 km de extensão no Acre, interliga dez das 22 cidades do Estado, e é considerada a espinha dorsal da infraestrutura, próxima às fronteiras Nordeste e Oeste do Amazonas. Frequentemente, as condições são intransitáveis durante a estação chuvosa e há falta de manutenção adequada e contínua, o que prejudica o escoamento de produtos e o acesso da população aos serviços essenciais.

Já a BR-317, com 527 km de extensão asfaltada no Acre, é conhecida como Estrada do Pacífico ou Interoceânica. Interliga oito cidades do Estado, incluindo Rio Branco, que também é conectada pela BR-364. Em dezembro de 2022, João Bosco Nunes, coordenador de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre (Fecomércio-AC), ressaltou em depoimento que “o Acre, há 10 ou 15 anos, era o Estado mais ocidental. E ainda é. Geograficamente, estamos localizados no portal da Pan Amazônia. E mais: com a conclusão das rotas da Estrada do Pacífico, podemos chegar a Cusco, Lima ou La Paz. Temos esse diferencial para que o Brasil, os brasileiros e demais pessoas que aqui chegam conheçam a Pan Amazônia e a América do Sul por meio do Acre e da Estrada do Pacífico”, destacou.

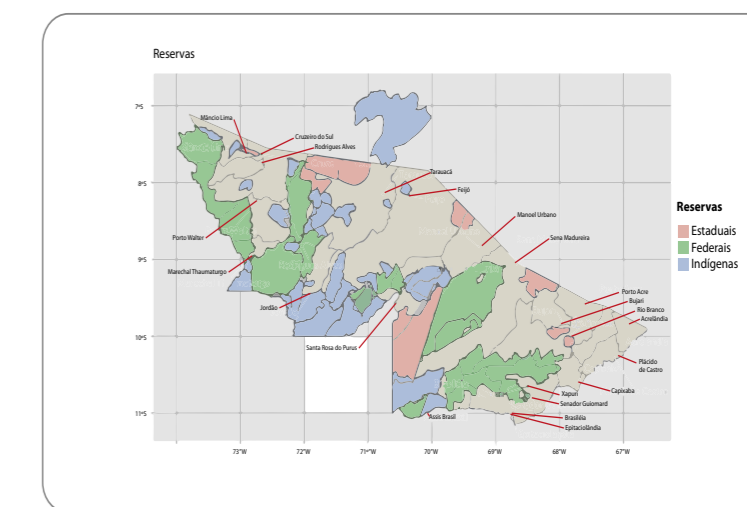
Ainda na opinião de Nunes, outra ligação com Cruzeiro do Sul ajudaria a trazer grãos de Rondônia e do Mato Grosso, por exemplo, a soja, e economizar a rota de transporte, chegando até Lima: “Poderíamos economizar 600 quilômetros andinos, que representam dois dias de viagem. A discussão está avançando, principalmente porque o Ministério Público Federal (MPF) já autorizou os estudos de viabilidade econômica”, lembrou.

Há necessidade de expansão da malha rodoviária para alcançar localidades de menor escala populacional, facilitando a conectividade e o transporte de mercadorias: dos 22 municípios acreanos, quatro ainda não são ligados diretamente por meio de infraestrutura terrestre, portanto, são tratados como “isolados”. Além disso,

as estradas vicinais desempenham papel crucial ao conectar pequenas comunidades com as regiões economicamente mais ativas. No entanto, há que se considerar a penetração dessas estradas em áreas de preservação, como, por exemplo, a Reserva Chico Mendes.

Embora haja consenso sobre a necessidade de expandir o sistema rodoviário em função das dificuldades de navegação durante a estação seca e do conflito com opções de acesso, é crucial reconhecer as dificuldades dos rios acreanos.

Figura 02 – Reservas Florestais e Cidades sem Conexão Terrestre no Acre



Fonte: ICMBio, 2022

Os rios são rota importante para o transporte de mercadorias e pessoas, mas entre as dificuldades estão a variação dos níveis de água e o curso sinuoso, que tornam a navegação difícil em determinadas épocas. O transporte fluvial é essencial para muitas regiões do Acre, como as cidades de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. A construção de portos e melhorias nas condições de navegabilidade são prioridades para alavancar a infraestrutura fluvial.

Já em relação ao transporte aéreo, apenas as cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul têm voos comerciais regulares. Alguns municí-

pios menores e próximos a esses dois centros têm acesso relativamente facilitado (Senador Guiomard e Bujari, próximos a Rio Branco, e Rodrigues Alves e Mâncio Lima, na região de Cruzeiro do Sul). As demais cidades não contam com voos regulares, sendo acessíveis apenas por aeronaves públicas, particulares ou, ocasionalmente, por pequenos aviões fretados. No passado, essas cidades eram atendidas por linhas regulares, adaptadas conforme a demanda de tráfego e subsidiadas pelo Estado, viabilizando artificialmente o serviço.

Sobre a infraestrutura terrestre de apoio, além de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, dez localidades possuem aeródromos. Em municípios como Assis Brasil, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo (incluindo a comunidade de Vila Restauração), eles são mantidos e coordenados pelo Exército. Já em Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Porto Walter, Jordão e Xapuri, os aeroportos são mantidos pelo Estado do Acre.

Nunes, da Fecomércio-AC, falou ainda sobre a precariedade da malha aérea no Estado: “É ruim; temos pouca oferta e, do pouco que temos, há uma péssima qualidade de voos e serviços. São oferecidos trechos malucos, voos de madrugada, com preços muito caros”, alertou.

Diversas pessoas de uma comunidade de criadores de aves e suínos de Epitaciolândia, durante pesquisa aplicada pelo projeto no final de 2023, atestaram vários problemas de infraestrutura que afetam a população: estradas mal conservadas, falta de água e não oferecimento de redes de esgoto e coleta de lixo foram os mais destacados. A falta de manutenção das estradas e pontes deixa os ramais em condições ruins, afetando o transporte escolar e o escoamento de produção. Segundo os entrevistados, cerca de 90% dos ramais da comunidade e arredores ficam inacessíveis durante o inverno. A regularização fundiária também foi apontada como um dos principais problemas do Acre. Há casos de produtores que ficaram quatro anos para conseguir suas escrituras.

A burocracia está fortemente presente nos licenciamentos ambientais e os produtores alertam para a necessidade de existir uma legislação mais específica para a realidade acreana, além de participação ativa no campo de órgãos como o Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac) e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf). Outros desafios são a falta de saneamento básico, a educação sem infraestrutura (a escola funciona nas pequenas salas de uma associação) e transporte escolar cujo ônibus não possui manutenção adequada. A energia elétrica é de má qualidade, com quedas constantes, e a concessionária leva o tempo médio de três horas para religar.

Um projeto que poderia transformar o cenário de infraestrutura no Acre é a Ferrovia Transoceânica, que visa conectar o Brasil ao Pacífico, passando pelo Estado. Nos anos 1990, o debate em torno da integração sul-americana e a busca por encurtar a rota marítima para a Ásia deram impulso ao projeto. Nesse contexto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) iniciou uma série de estudos sob a denominação de Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Irsa).

OBRAS EM ANDAMENTO

Desde 2019, o saneamento básico tem recebido atenção: a ampliação da rede de água beneficiou cerca de 1,2 mil famílias em quatro anos, com reformas e modernização do sistema para melhorar a qualidade da água distribuída.

Na infraestrutura de transporte, foram realizadas obras de construção e manutenção de rodovias estaduais e aeródromos. Entre as obras em andamento, estão o anel viário de Brasília, a ponte de Sena Madureira, a ponte da Sibéria em Xapuri e a duplicação da AC-405. Iniciativas futuras contemplam a Ponte e a Orla dos bairros 15 e Centro em Rio Branco, além de parte do Arco Metropolitano de Rio Branco.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (Deracre) concluiu mais de 100 obras nos 22 municípios em 2023. Destacam-se pontes, melhorias em estradas, revitalização de aeródromos e manutenção de rodovias. Somam-se investimentos em usinas de asfalto, parques públicos, pavimentação e outras melhorias. Obras inacabadas foram retomadas e investimentos em setores-chave como infraestrutura, educação e mobilidade refletem os esforços para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento do Estado. Durante a pesquisa do Projeto Cresce, havia ainda 57 obras em andamento.

CONSIDERAÇÕES

As dificuldades logísticas, o isolamento geográfico e a falta de investimentos contínuos nas áreas de saneamento, energia, transporte e telecomunicações impedem que o Estado atinja seu pleno potencial de desenvolvimento.

A superação desses obstáculos exige uma combinação de investimentos públicos e privados, além de uma cooperação eficaz entre diferentes níveis de governo.

Alguns progressos foram registrados, como o aumento do acesso à água potável e à internet pela população, mas ainda existem grandes lacunas, especialmente em relação ao saneamento básico, à coleta de resíduos, à energia e ao transporte.

A infraestrutura de esgoto é particularmente crítica, com apenas uma pequena parcela da população conectada à rede geral, o que afeta a saúde pública, contribui para a perpetuação da pobreza em muitas regiões e resulta em impactos ambientais negativos, como a contaminação de rios e solos pelo despejo inadequado de resíduos, principalmente em áreas rurais e municípios mais afastados dos centros urbanos.

Entre os programas e ações propostos durante o Plano Estratégico, estão a promoção da saúde pública por meio de melhoria das

condições de saneamento, ampliação do abastecimento de água e atendimento de mais pessoas com sistemas de esgotamento sanitário nas cidades e, implantação de sistemas de reúso de água tratada para irrigação agrícola, reflorestamento e uso industrial, otimizando o uso dos recursos hídricos.

No setor energético, o Acre enfrenta um dilema entre sua dependência das linhas de transmissão de outros estados e a necessidade de expandir fontes de energia locais.

O potencial solar do Estado é elevado, mas ainda há muito a ser feito para tornar essa tecnologia acessível e amplamente utilizada, especialmente nas regiões mais distantes e com menos infraestrutura.

No que se refere à internet e à telefonia, o Acre tem registrado crescimento significativo no acesso da população, incluindo serviços como redes digitais e plataformas de conversa instantânea, impulsionado principalmente pela adoção de *smartphones* e o aumento da cobertura de internet banda larga. Entretanto, o alto custo dos serviços, especialmente nas regiões mais isoladas, ainda continua sendo obstáculo ao acesso, limitado tanto pela velocidade como pela qualidade das conexões.

A estrutura para transporte carece de melhorias urgentes, tanto nas rodovias quanto nos sistemas fluvial e aéreo. As condições das estradas, especialmente durante a estação chuvosa, dificultam a circulação de pessoas e mercadorias, isolando cidades em alguns períodos do ano. O transporte fluvial, que historicamente foi o principal acesso para muitas comunidades, enfrenta desafios pelas condições geográficas dos rios, principalmente no verão.

O transporte aéreo é caro e inacessível para a maioria da população, agravado pela limitada oferta de voos regulares e pela precariedade da infraestrutura aeroportuária em muitos municípios. Uma vez que a maioria das cidades acreanas não possui tamanho populacional ou escala econômica suficiente para atrair operadores privados, expandir a rede de atendimento aéreo torna-se desafia-

dor. Seria necessário avaliar a viabilidade de aumentar o número de voos regulares entre cidades mais populosas e considerar a restauração de acordos entre operadores privados e o governo para restabelecer esses serviços. É fundamental melhorar a estrutura de apoio terrestre nos aeroportos e aeródromos.

Em complemento, e como parte das questões infraestruturais, merece destaque a situação das cheias, alagamentos e enchentes que afetam o Acre. A seguir, é apresentado um breve diagnóstico, com informações sobre ocorrências que podem contribuir para analisar as consequências das alagações e cheias e propor ações de prevenção e mitigação dos efeitos mais frequentes.



Enchente em Rio Branco, Acre
Foto: Diego Gurgel



IMPACTO DAS ALAGAÇÕES E ALGUMAS SUGESTÕES

*Ações estruturais para enfrentar
cheias e alagamentos*

Enchente em Rio Branco, Acre
Foto: Diego Gurgel

Em função da geografia com muitos rios, o Estado enfrenta cheias, enchentes e alagamentos que precisam de ações e obras infraestruturais para serem amenizados. Ao longo da sua história, o Estado do Acre foi atingido por diversas enchentes de grande vulto, que ocasionaram prejuízos de ordem econômica e social: 1972, 1974, 1978, 1982, 1984, 1986, 1988, 1991, 1997, 1999, 2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2021, 2022, 2023 e 2024, sendo que, em 2015, o Rio Acre atingiu sua maior cota histórica, de 18,40m.⁹

Este diagnóstico deu-se em três perspectivas: 1) a da adaptação, que implica mudanças com ênfase na importância de governos e sociedades se reposicionarem frente à realidade, investindo em infraestruturas resilientes, sistemas de alerta precoce e gestão de riscos; 2) no reconhecimento das diferentes vulnerabilidades perante eventos que se distribuem de modo desigual, atingindo mais fortemente determinados grupos sociais e comunidades; e 3) na priorização de ações que, prontamente e de forma decisiva, possam proteger a sociedade.

IMPACTOS

Dos 22 municípios acreanos, pelo menos 17 estão sujeitos a enchentes graves, uma vez que surgiram às margens dos rios, em função do processo histórico de ocupação regional, que tinha na navegação fluvial a única via de comunicação. O próprio poder público, seus departamentos, escolas, postos de saúde e delegacias foram sendo instalados nos perímetros próximos aos rios, forman-

do adensamentos urbanos em cotas baixas, considerada como referência a cota de transbordamento.

Da mesma forma, os agricultores foram expandindo suas moradias e atividades em áreas alagáveis, contando com o regime natural e histórico de cheias e vazantes, de modo que graves alterações no ritmo e intensidade das chuvas implicam inundações e prejuízos.

Na tabela a seguir, são apresentados alguns dados para o entendimento da relevância da questão hidrológica para o Acre, a partir dos municípios mais vulneráveis. Com base em indicadores de 2024, referentes aos sete municípios mais afetados pelas cheias, é possível ter uma noção sobre a extensão dos danos. Na capital, mais de 9% dos domicílios foram atingidos. Os dados mostram que o IDH médio desses municípios é baixo, o que aponta para a gravidade da incidência das cheias sobre as comunidades mais pobres.

Em Brasília e Jordão, quase a metade dos domicílios foi atingida; e, no total do Acre, 11%, além de 5.220 propriedades rurais. Somase a isso dezenas de prédios públicos (escolas, postos de saúde e delegacias), o que dá uma dimensão da efetividade dos danos. Considerando todas as principais cidades atingidas, o gráfico hidrológico é o que se apresenta a seguir.

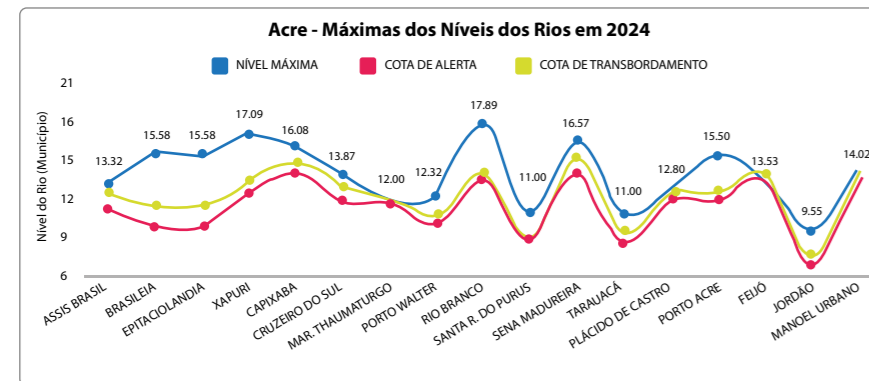
⁹ Alagamento é um acúmulo de água em áreas urbanas, causado por problemas de drenagem; enquanto inundação é o transbordamento de água em planícies fluviais, que atinge áreas marginais e pode se expandir. Já as enchentes, são outro fenômeno relacionado à água, que se caracterizam pelo aumento temporário do nível da água, sem transbordamento. Alagação é o mesmo que alagamento, mas o termo é mais utilizado no Norte do País, para descrever um local alagado. Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a--z/e/enchentes>

Tabela 05 – Panorama das Cidades mais atingidas em 2024

Município	IDH	Pop. Total	Dom. Totais*	Impacto físico		Rio	Cotas	
				Domicílios. Atingidos	Prop. Rur. At.		Cota Transb.	Cota Máx
Rio Branco	0,727	387.852	108.819	9.461	3.700	Acre	14	17,89
Assis Brasil	0,588	8.100	1.778	234	180	Acre	12,5	13,5
Brasiléia	0,614	26.000	7.953	3.111	400	Acre	11,5	15,5
Epitaciolândia	0,653	18.757	5.962	518	260	Acre	11,5	15,5
Xapuri	0,599	18.243	5.591	712	260	Acre	13,5	17
Jordão	0,469	9.222	1.644	711	300	Jordão	7,5	9,5
Porto Walter	0,532	10.735	2.256	169	120	Juruá	11	12,5
Total		478.909	134.003	14.916	5.220			

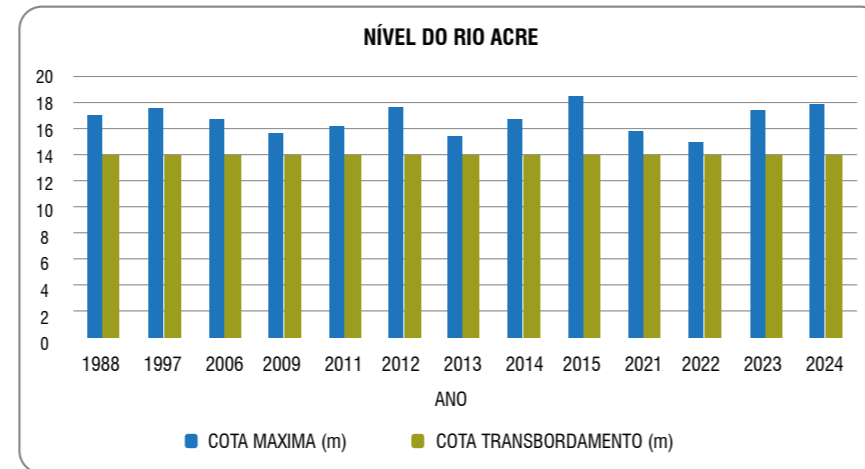
Fonte: Elaboração Instituto Sapien, com base em dados da COMDEC (Prefeitura de Rio Branco) e CEPDEC (Governo do Acre), 2024.
*Os domicílios totais foram estimados pela taxa de crescimento da população.

Gráfico 06 – Máximas dos Níveis dos Rios em 2024 (Acre)



Fonte: CIGMA/SEMA, 2024.

Gráfico 07 – Nível do Rio Acre



Fonte: CIGMA/SEMA, 2024.

Pelo gráfico, quanto mais a linha azul (máxima verificada) se afasta da amarela (cota de transbordamento), os impactos são maiores.

Cruzando-se as informações da tabela e dos dois gráficos, tem-se um panorama da gravidade das alagações e da necessidade de prevenção e enfrentamento de suas consequências.

No Acre, as cheias ocorridas em 2024 impactaram 11% dos domicílios nas regiões afetadas.

No mapa a seguir, é possível verificar que, aos 18 metros de cota (como ocorreu em 2015), o Rio Acre atingiu mais de 10% dos domicílios, além de prédios públicos e comerciais em vasta extensão, comportamento que pode ser replicado para ocorrências em outras localidades.

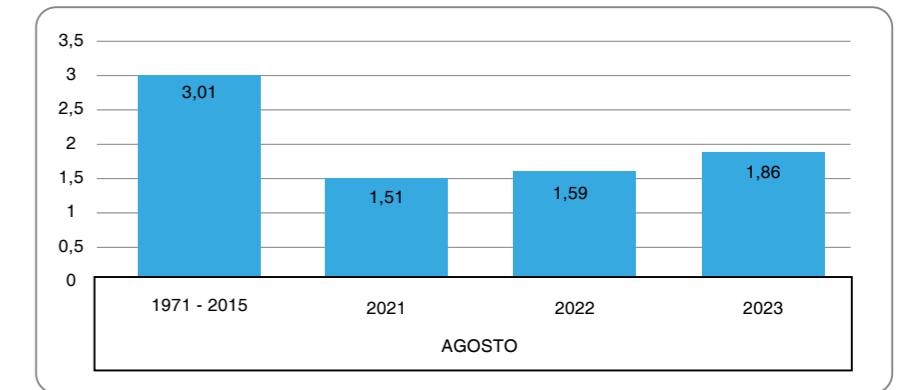
Figura 03 – Mapa da Zona de Inundação – Rio Branco (18m)



Fonte: CIGMA/SEMA, 2024.

Outro aspecto que precisa ser considerado é o abastecimento de água potável aos consumidores, que pode ficar comprometido em períodos secos, tanto pelo assoreamento dos rios e igarapés, como por alterações no regime pluviométrico (duração e intensidade das chuvas), que resultam em déficits hídricos. No gráfico seguinte, é possível observar variações significativas entre os períodos histórico e recente, referentes ao mês mais seco (agosto), na capital, Rio Branco.

Gráfico 08 – Cota Rio Acre / Rio Branco



Fonte: CIGMA/SEMA, 2024.

Os indicadores confirmam que houve uma queda abrupta na média hidrológica do Rio Acre: em 2021, foi metade da média histórica, o que serve de alerta aos órgãos públicos em relação ao suprimento de água para uso humano e agrícola.

PRINCIPAIS CAUSAS

Embora a origem primária das cheias seja comum – o aumento pluviométrico decorrente de questões climáticas –, o Acre integra uma região de ocupação recente, em comparação com a parte mais povoada do Brasil, o que acarreta algumas particularidades nas causas das últimas alagações. Ocorre que, em municípios como os do Acre, ainda que tenha havido algum progresso na construção de rodovias, persiste uma grande dependência dos rios, tanto para

o transporte de pessoas quanto para o de mercadorias. Isso potencializa os efeitos sobre uma população cuja posição no *ranking* de desenvolvimento é de pobreza. Com isso, as alagações acabam por atingir populações mais pobres do que a média nacional.

Assim, têm-se as seguintes razões para a alta fragilidade dos adensamentos humanos acreanos, perante a perspectiva de eventos pluviométricos de alta intensidade e duração:

a) Ocupação histórica sem ordenamento fundiário ou diretrizes urbanísticas nas margens dos rios e igarapés e em áreas de cotas baixas, o que amplia os riscos de inundações;

b) Forte conversão para a produção agropecuária de áreas de floresta (mata ciliar) nas margens dos rios e igarapés;

c) Intensificação do processo de erosão das margens dos rios, com evidente queda de barrancos e aumento de sedimentos nos leitos dos rios, tornando-os mais rasos e obrigando o sistema a elevar-se aos níveis de transbordamento;

d) Descuido histórico quanto à precariedade dos sistemas de drenagem urbana, o que, em vista do crescimento populacional e de pavimentação, implica maior e mais veloz fluxo hídrico;

e) Deposição de despejos, lixo e entulhos industriais em rios e igarapés, obstruindo canais ao longo dos cursos;

f) Ausência de uma política efetiva de saneamento e desenvolvimento urbano, proporcionando o crescimento exponencial de fatores indutores de fragilidades frente à alta pluviosidade;

g) Inexistência de uma política de habitação que ofereça à sociedade espaços de moradia saneados, urbanizados e distantes das cotas baixas, portanto, infensos aos alagamentos;

h) Inexistência de sistema de gestão de riscos e medidas de prevenção, monitoramento, ação imediata e controle de danos decorrentes de alterações hidrológicas acima dos níveis conhecidos.

Muitas causas das alagações remontam à própria dinâmica do processo de ocupação e desenvolvimento de áreas urbanas e rurais, mas há outras relacionadas à omissão e negligência do Estado em munir a sociedade de instrumentos capazes de enfrentar as consequências de grandes inundações.

No Estado, as alagações não são novidade. No caso do Rio Acre, que banha a capital Rio Branco, onde está localizada 45% da população acreana, nos últimos 36 anos foram registradas 13 cheias/alagações causadoras de graves prejuízos.

COMUNIDADES ESPECÍFICAS

Nesse processo de alagação, há que se considerar, ainda, o registro de comunidades específicas, como a população indígena e de ribeirinhos. A tabela a seguir, elaborado pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi) do Governo do Acre, aponta como as populações de indígenas e de ribeirinhos sofrem particularmente com as inundações severas. Trata-se de um segmento extremamente complexo do ponto de vista da resiliência e da permanência em seus territórios.

Tabela 06 – Indígenas afetados pelas Inundações (2024)

Característica	Quantidade
Municípios com indígenas afetados	11
Terras indígenas	22
Aldeias	121
Famílias aldeadas	2.052
População aldeada	10.536
Famílias indígenas em contexto urbano	692
População indígena em contexto urbano	13.481
Número de famílias	2.744
População indígena em contexto urbano	23.997

Fonte Sepi / Acre, 2024.

A tabela indica um número elevado de indígenas afetados pelas inundações recentes, em cotas variáveis dependendo do rio, porém altamente prejudiciais ao estilo de vida das aldeias e de suas relações com vilas e cidades. Os aldeamentos situam-se às margens ou próximos a rios e igarapés, o que representa, em muitos casos, que estão entre os primeiros a serem impactados pelas grandes cheias e de forma menos preparada.

A particularidade da questão exige um tratamento que articule os três níveis de governo, que pode ser consubstanciado em um plano integrado de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a partir do mapeamento das áreas de risco, elegendo, com a participação das lideranças indígenas, as soluções mais adequadas a cada situação e grau de suscetibilidade a danos.

Ainda que de difícil atuação, a tarefa precisa ser debatida com os órgãos públicos nas três esferas para que seja proposto um processo inicial de sensibilização e engajamento da população indígena, para posterior diagnóstico situacional e proposição de alternativas consensuais.

Depois, poderá ser executado um plano de ação que proteja e guarde, tanto quanto possível, as identidades culturais, suas reminiscências e toda a complexidade inerente a cada tribo e aldeia. Como último recurso, pode-se propor a remoção de aldeias e sua reposição em áreas a salvo das inundações, caso seja necessário.

A população ribeirinha é aquela que, ao longo do tempo, passou a ocupar espaços em toda a Amazônia às margens dos rios e igarapés. Foram os primeiros a ocuparem o território, exercendo a exploração extrativa de produtos como a castanha-do-Brasil e a borraça. Além disso, os ribeirinhos têm na pesca uma de suas principais fontes de suprimento alimentar, com sobra para abastecimento de vilas e cidades.

No Acre, em função do processo histórico de ocupação, o número de ribeirinhos ainda é elevado e dependente dos rios para suas atividades e para o transporte de mercadorias até os centros urbanos, o que acontece em praticamente todos os municípios do Es-

tado. Na próxima tabela, é possível perceber a importância relativa dos ribeirinhos em cada município, somando no total mais de 6% da população do Estado.

Tabela 07 – População Ribeirinha (Acre)

Municípios	Ribeirinhos	Municípios	Ribeirinhos
Acrelândia	...	Marechal Thaumaturgo	5.479
Assis Brasil	363	Plácido de Castro	...
Brasiléia	S/D	Porto Acre	2.500
Bujari	1.073	Porto Walter	2.100
Capixaba	320	Rio Branco	7.394
Cruzeiro do Sul	1.702	Rodrigues Alves	3.986
Epitaciolândia	...	Santa Rosa do Purus	274
Feijó	5.262	Sena Madureira	3.511
Jordão	2.973	Senador Guiomard	...
Mâncio Lima	2.050	Tarauacá	7.487
Manoel Urbano	741	Xapuri	4.613
Total	51.828		

Fonte: Sesacre.

O contexto no qual se inserem os ribeirinhos, embora com diferenças culturais em relação aos indígenas, se assemelha quando se trata de estimar os riscos às enchentes e inundações cada vez mais frequentes, assim como aos períodos de seca também mais severos nos últimos anos. Pelo número e distribuição espacial no território, eles compõem um grupo peculiar e populoso, que merece atenção, dada sua condição entre os que primeiro e mais gravemente sofrem os efeitos das grandes cheias.

Para esse grupo, é necessário formular um plano de remoção ou, quando for o caso, de instalação de segunda moradia, mantendo-o, desse modo, em condições de proteção provisória das inundações e possibilitando o retorno em períodos de normalidade. Para isso,

deverá haver uma ação de regularização fundiária, monitoramento e fomento às suas atividades. Do contrário, poderá haver aceleração indesejável do fluxo migratório para as cidades.

CONSIDERAÇÕES E ALGUMAS PROPOSTAS

Partindo do pressuposto que é necessário conhecer os problemas e dimensioná-los com exatidão, para que sejam encontradas formas de adaptação, além daquelas já desenvolvidas até o momento, é urgente que o Estado disponha de um Plano Geral de Enfrentamento às Catástrofes Climáticas, que se constitua em estratégia a ser levada a termo em conjunto com as prefeituras, visando o monitoramento e a mitigação dos efeitos das inundações e aumentando a capacidade de resiliência da sociedade.

Diversos estudos indicam uma mudança importante no regime de chuvas da região, ocasionando cheias e secas, o que interfere na produção rural e, até mesmo, na disponibilidade de água potável. Trata-se de dispor de protocolos para atuação oportuna a cada sinal de alteração da normalidade pluviométrica, incluindo um sistema moderno de gestão de riscos que condicione ações preventivas. Outras soluções são apontadas para serem desenvolvidas a curto e médio prazos.

Considerando aspectos históricos, geográficos, culturais, sociais e econômicos, o fato é que os acreanos se situam em posição de muita vulnerabilidade em relação às inundações decorrentes de eventos pluviométricos que, repentinamente, fazem avolumar os rios em cotas muito acima daquelas de transbordamento, o que representa prejuízos de toda ordem. Isso acontece seja nas cidades – centro e periferias pessimamente ocupados –, o que permitiu, com o tempo, a expansão de bairros ao longo das margens dos rios; seja no campo, onde os proprietários rurais instalaram suas explorações; seja, ainda, nas comunidades específicas, formadas por indígenas ou ribeirinhos.

Embora ao longo do tempo, por frequência de ocorrências, as pessoas e o poder público tenham sido resilientes, atualmente se trata da possibilidade de danos muito acima daqueles já verificados, o que impõe ao poder público avaliar e proceder às medidas sugeridas e outras a serem pactuadas com as comunidades. É urgente enfrentar essa questão, o que somente será viável em um cenário no qual estejam representados todos os atores envolvidos: as três esferas de governo, a comunidade, o poder político e a experiência acumulada por técnicos e cientistas da área.

Todo o esforço empreendido deverá se assentar em alguns pressupostos. O primeiro é o da inevitabilidade da ocorrência de eventos pluviométricos, logo, da imperiosa necessidade de antecipação em todos os níveis para mitigar danos. O segundo, é o de que se obriga o poder público a atuar para investir decisivamente na proteção das cidades e de seus residentes.

AÇÕES PARA EXECUÇÃO A CURTO PRAZO

a) Elaborar programa de remoção e reassentamento de famílias residentes em áreas sujeitas a elevados riscos de inundação, o que pode ser alcançado com a participação em programas habitacionais do governo federal, sem excluir iniciativas do próprio Estado e dos municípios. Os maiores prejuízos dizem respeito à inundação de ruas e domicílios, muitas vezes abruptamente, sem que haja tempo para salvamento e guarda de bens domésticos, situação agravada pelo adoecimento principalmente de pessoas idosas e crianças. Estudo elaborado pelo governo do Acre estima que seja necessário construir até 15.000 residências para acolhimento dos atingidos pelas inundações, a um custo aproximado de R\$ 2,2 bilhões;

b) Realocar as repartições públicas, assim como domicílios residenciais, para as partes mais altas e próximas de novos bairros a serem

criados com os reassentamentos. O governo do Estado estima em cerca de R\$ 1 bilhão o volume de recursos necessários;

c) Elaborar e revisar todos os planos diretores dos municípios sob o filtro dos impactos, impedindo edificações em zonas de risco e fazendo com que sejam rigidamente respeitados e sujeitos a penalizações rigorosas em caso de descumprimento;

d) Incrementar e capacitar os quadros técnicos do Estado para uma abordagem sistêmica dos processos intervenientes na ocupação territorial, visando remodelar a rota de desenvolvimento no sentido de considerar em seus processos a perspectiva da elevação rotineira dos rios;

e) Monitorar a exploração agropecuária em áreas que impliquem carreamento de sedimentos para as bacias de rios e igarapés, alterando, quando necessário, as técnicas de produção;

f) Investir recursos em programas de saneamento, evitando que a intermitência entre períodos de *superávit* e *déficit* hídricos punam as populações com desabastecimento de água potável e, além disso, solucionar o tratamento de esgotos domésticos, atualmente em situação deficiente.

AÇÕES PARA EXECUÇÃO A MÉDIO PRAZO

a) Reposicionar áreas comerciais decorrentes das intervenções na distribuição de domicílios e serviços públicos, de modo a acompanhar as novas diretrizes de ocupação;

b) Recuperar e estancar prontamente possíveis alterações em áreas de matas ciliares, sujeitas à remoção por fatores de erosão, desbarrancamento e assoreamento dos rios e igarapés, bem como outras áreas de igual tipologia;

c) Executar projetos amplos e definitivos de macrodrenagem dos rios e igarapés, contemplando, quando for o caso, a construção de

reservatórios, diques e canais que auxiliem na gestão dos fluxos fluviais;

d) Incentivar a construção vertical, diminuindo a extensão das áreas adensadas.

O próximo capítulo trata das Contas Públicas, no qual são demonstrados indicadores relacionados às receitas (de capital, arrecadações, transferências e recolhimento de impostos e taxas) e às despesas públicas (por conta orçamentária e função) na esfera estadual, complementados com dados municipais.

O DESAFIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Responsabilidade fiscal e alocação eficiente dos recursos

Palácio Rio Branco, Acre
Foto: Diego Gurgel

As contas públicas correspondem à contabilidade das receitas e dos gastos de um governo. Incluem detalhamentos sobre arrecadação de impostos e outras fontes de receita e a descrição das despesas. Os indicadores demonstram como os recursos são utilizados (controle de gastos públicos), com base no que foi previsto na Lei Orçamentária. A partir da prestação de contas é possível acompanhar as receitas e despesas do ente federado e comprovar a destinação de recursos. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a prestação de contas “é um dever estabelecido na Constituição” (arts. 70 e 71), obrigatória para administradores de órgãos e entidades do setor público, em todos os níveis.¹⁰

A avaliação das contas públicas do Estado precisa estar relacionada a contextos econômicos temporais, à análise e ao comportamento geral das contas municipais, que moldam a situação financeira do Estado. Assim, os indicadores a seguir apontam as despesas e as receitas na esfera estadual, complementadas com dados municipais.

A maior parte das informações coletadas sobre contas públicas durante o Projeto Cresce se refere ao ano de 2022. As bases de consulta foram o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); o documento Acre em Números, da Seplan; a Secretaria de Estado da Fazenda do Acre (Sefaz); os Portais Transparência (federal e estadual); e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-AC).

Um fator importante que impacta as contas públicas é a inflação (detalhada no Capítulo 6, sobre Estrutura Macroeconômica). Em março de 2024, o IBGE registrou alta no Índice Nacional de Preços

¹⁰ O propósito da prestação de contas é assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração pública e principais provedores dos recursos para o seu funcionamento. Fonte: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas-htm>.

ao Consumidor Amplo (IPCA) no Acre, de 0,18%, acima da média nacional, que foi de 0,16%. Já o IPCA acumulado nos 12 meses no Estado ficou em 4,01%.

No Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para famílias de um a cinco salários-mínimos, Rio Branco atingiu ótima condição entre as capitais pesquisadas, com 0,07%, índice bem abaixo – quase um terço – da média nacional de 0,19%. Este dado é muito positivo para o Estado, que tem grande parte da população neste estrato social mais vulnerável à inflação.

DESPESAS POR FUNÇÃO

Para o diagnóstico das contas públicas do Acre, no que se refere às despesas, foram priorizados dados da execução orçamentária, já que todo o processo inclui etapas de empenho, liquidação e pagamento, mas é a liquidação que caracteriza o que foi efetivamente executado do orçamento. Foram consideradas as despesas por função programática e natureza orçamentária.

Na classificação por função programática, é possível identificar os gastos públicos por área de atuação, para que sejam feitas avaliações sobre as políticas públicas implementadas pelo Estado. Neste item, a base mais recente de consulta, de 2022, disponível via Tesouro Nacional, mostra as despesas de maior volume, as intermediárias, as de baixo volume e as de menor representatividade.

As áreas de despesas no Acre em maior volume de representatividade e que registraram crescimento foram as de Saúde (68%); Segurança (60,4%); Encargos Especiais (57%); Previdência Social (56,8%); e Educação (48,5%). Entre as despesas de volume intermediário, a maior alta ocorreu no Transporte (655%). Houve queda nos gastos aplicados à área de Direitos da Cidadania (-24,56%).

Já nas despesas de baixo volume, os maiores aumentos percentuais foram em Urbanismo (268%) e Ciência e Tecnologia (80,76%), com redução nas despesas com Gestão Ambiental (-37%), Sa-

neamento (-33,75%) e Assistência Social (-16%). Por fim, entre as de menor representatividade, destacam-se aumentos nas despesas relacionadas às áreas de Trabalho (483%) e Desporto e Lazer (246%); e diminuição em Indústria (-99,35%) e Habitação (-61,45%).

De forma homogênea, nos municípios os gastos públicos com maior proporção foram nas áreas de Saúde, Educação e Administração Pública. Somando-se as despesas de 2022 do Estado e de municípios acreanos, chegou-se ao total de R\$ 12 bilhões (TCE-AC, 2024), sendo que os maiores volumes foram para as áreas de Educação (24%) e Saúde (17%).

Por sua vez, as áreas com menor índice percentual de despesas (1% ou menos do total) foram as de Assistência Social, Gestão Ambiental, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura, Direitos da Cidadania, Desporto e Lazer, Comércio e Serviços, Comunicações, Organização Agrária, Habitação, Energia, Defesa Nacional e Indústria.

COMPARAÇÃO COM ALGUNS ESTADOS DA REGIÃO NORTE

Entre 2021 e 2022, o destaque de gastos públicos ficou com o setor de Segurança Pública, que cresceu 71,4%. Antes do salto com essas despesas, o Acre tinha o menor percentual de gasto em Segurança entre os cinco estados pesquisados, sendo que, em 2022, Roraima ocupou essa posição. Outra área com maior gasto foi a de Educação, ficando o Acre à frente de Rondônia, Amazonas e Roraima e abaixo somente do Amapá.

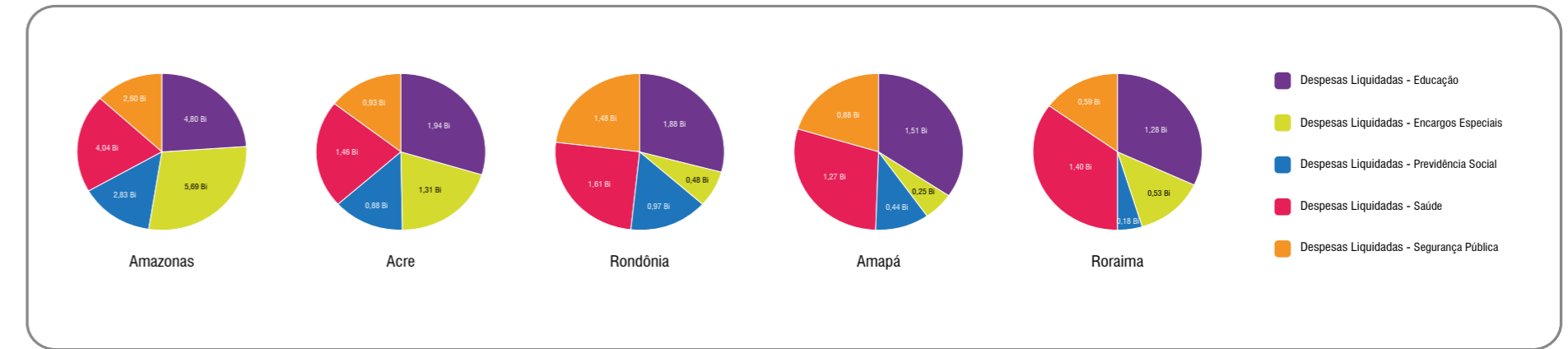
Em relação às despesas Previdenciárias, Amapá e Roraima tiveram valores baixos. Acre, Rondônia e Amazonas ficaram com percentual equivalente. Já na Saúde, o nível de despesas do Acre equivaleu ao dos estados de Rondônia e Amazonas, mas com gasto menor do que Amapá e Roraima.

Tabela 08 – Gastos Totais do Acre e Municípios por Função Programática (2022)

Função de Governo	Estado do Acre + Municípios	% Total
EDUCAÇÃO	R\$ 2.955.476.348,95	24%
SAÚDE	R\$ 2.096.392.024,56	17%
ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 1.431.643.410,25	12%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.037.448.563,32	8%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 1.019.125.646,96	8%
ADMINISTRAÇÃO	R\$ 774.821.304,46	6%
URBANISMO	R\$ 659.297.980,78	5%
TRANSPORTE	R\$ 492.189.840,11	4%
LEGISLATIVA	R\$ 371.079.882,51	3%
JUDICIÁRIA	R\$ 303.270.401,17	2%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 299.779.484,02	2%
SANEAMENTO	R\$ 217.147.802,62	2%
AGRICULTURA	R\$ 195.253.988,02	2%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 114.532.251,19	1%
GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 68.268.323,14	1%
TRABALHO	R\$ 63.080.811,97	1%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	R\$ 48.965.379,17	0,4%
CULTURA	R\$ 42.294.092,28	0,3%
DIREITOS DA CIDADANIA	R\$ 26.622.352,25	0,2%
DESPORTO E LAZER	R\$ 24.471.395,01	0,2%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 14.229.244,64	0,1%
COMUNICAÇÕES	R\$ 12.598.345,87	0,1%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	R\$ 11.414.224,05	0,1%
HABITAÇÃO	R\$ 10.690.156,60	0,1%
ENERGIA	R\$ 10.541.653,35	0,1%
DEFESA NACIONAL	R\$ 2.058.154,97	0,02%
INDÚSTRIA	R\$ 108.942,33	0,00%
TOTAL DA DESPESA PÚBLICA	R\$ 12.302.802.004,55	100%

Fonte: Portal do Cidadão/TCE-AC, 2024

Gráfico 09 – Comparativo das Principais Despesas por Funções entre alguns Estados da Região Norte (2022)



Fonte: Sinconfi/STN, 2023.

O Acre teve menor despesa em funções de Administração, Essencial à Justiça, Judiciária e Legislativa; e maior gasto em Transportes, comparado a outros estados. Nas despesas de baixo volume, o Acre dispôs mais recursos, percentualmente, em Urbanismo, Saneamento e Gestão Ambiental do que todos os estados da comparação. Foi o que menos gastou em Assistência Social.

DESPESAS POR CONTA ORÇAMENTÁRIA

Em relação à natureza orçamentária, as despesas são classificadas em correntes (utilizadas no custeio da administração pública sem gerar ativos) e de capital (que resultam em novo ativo, como obras e equipamentos).

Nas despesas correntes do Acre em 2022, gastos com Pessoal cresceram 30% e Demais Despesas tiveram acréscimo de 84% (estas são formadas por material de consumo, passagens e diárias e auxílio-alimentação, entre outras). Somando-se despesas correntes do Estado e seus municípios, houve crescimento acentuado de 115% entre 2021 e 2022. Porém, de 2018 a 2022, o maior crescimen-

to foi com a amortização da dívida pública (92%), cujos juros e encargos recuaram em 1% no período.

Nas despesas com obras, a maior parte foi fruto de convênios com a União, de valor acima de R\$ 15 milhões, sendo o montante mais expressivo para pavimentação, seguido de construção de pontes. A contrapartida mais elevada foi para a nova maternidade de Rio Branco, financiada pelo Fundo Estadual de Saúde.

Entre 15 convênios registrados no Portal Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU) e Seplan, 46% dos valores foram para programas estaduais não vinculados a determinado trecho; e 30% para obras na capital; e 2/3 foram destinados a convênios do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (Deracre).

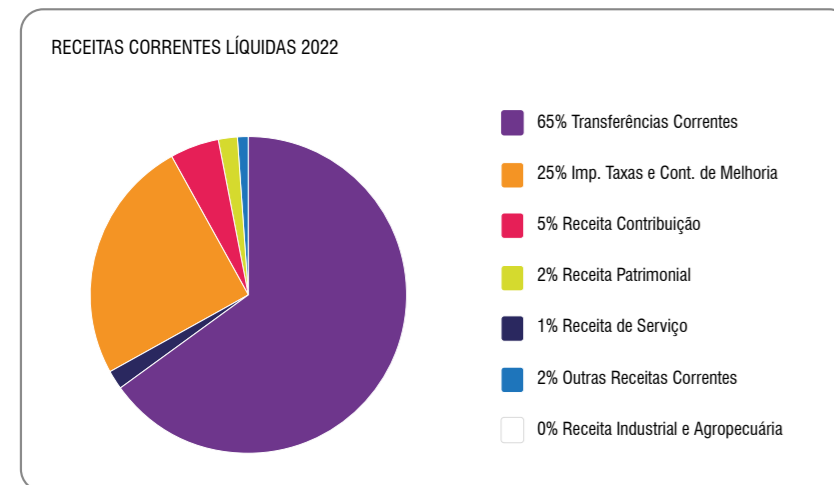
RECEITAS

Outro item que compõe as contas públicas são as receitas, e grande parte da arrecadação se dá em nível federal, com cotas transferidas para os entes federados, o que caracteriza a dependência

do Estado à esfera federal. As receitas públicas possuem apenas uma classificação, e sua contabilidade é complexa, com diversos elementos. A composição é feita por receitas correntes e receitas de capital (ambas classificadas em orçamentárias e intraorçamentárias).

Foi observado que 94% das receitas correntes do Acre foram típicas da atividade estatal, como impostos e taxas ou ainda atividades privadas, como aluguéis. Uma receita tipicamente intraorçamentária é a contribuição previdenciária dos servidores públicos que, em 2022, alcançou 52% das receitas correntes no Acre, além de 16% de ressarcimentos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Judiciário e Ministério Público Federal (MPF). Na distribuição municipal, 50% da arrecadação de 2022 teve origem na capital, Rio Branco; 9% em Cruzeiro do Sul; e Sena Madureira e Tarauacá tiveram 4% cada.

Gráfico 10 – Composição da Receita Corrente Líquida do Acre em 2022



Fonte: Sinconfi/STN, 2023.

Em 2022, as receitas correntes do Acre foram responsáveis por 98,5% de toda a arrecadação líquida, sendo 65% de transferências correntes; 25% de impostos, taxas e contribuição de melhoria; e 5% previdenciárias. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é a principal receita do Estado (85% das transferências correntes).

TRANSFERÊNCIAS E ARRECADAÇÕES

As transferências correntes são recursos recebidos de outras pessoas do direito público ou privado (intergovernamentais), incluindo convênios. A principal fonte das receitas correntes do Acre são as transferências, sobretudo provenientes da União e de suas entidades (57% em 2021).

Em 2022, o Acre recebeu R\$ 6,04 bilhões em transferências correntes líquidas, sua principal fonte de receitas (65%). O Fundo de Participação dos Estados (FPE) foi responsável por R\$ 5,12 bilhões (85%, um acréscimo de 8% em relação a 2021).

Houve, ainda, transferências do Sistema Único de Saúde (SUS) com origem na União (98% para diversos programas); e compensação pela exploração de recursos naturais, formada pela divisão de *royalties* de petróleo e gás natural (35% de transferências intraorçamentárias).

Demais transferências corresponderam a 5% do total líquido, com destaque para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – composto por transferências do Salário-Educação, compensação de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o etanol (medida adotada de agosto a dezembro de 2022) e transferências do exterior para aplicação em programas de saúde.

Todos os municípios dependem das transferências correntes. A capital apresenta menor dependência e, ainda assim, 65% de todas as suas receitas foram de transferências. Entre os demais municípios, essa participação variou de 78% a 93%, com média em 84%. Rio Branco teve 14% de suas receitas derivadas de tributos fiscais e 7% de contribuições. Esses percentuais foram os maiores do Estado, distante do índice de Cruzeiro do Sul (8% em tributos fiscais e 3% em contribuições), e mais distante ainda dos demais municípios.

RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

A exemplo de outras Unidades Federativas, o principal tributo do Acre é o ICMS, típico da incidência sobre consumo, com arrecadação de R\$ 1,79 bilhão em 2022 (63% das receitas sobre impostos e taxas). Ainda há a arrecadação de impostos e taxas desvinculadas de despesas obrigatórias, como Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

O total de receitas em 2022 foi de R\$ 10.899 bilhões, sendo R\$ 9.469 bilhões de receita líquida, já descontadas as deduções (STN, 2023). Já o saldo das receitas líquidas ficou em R\$ 2.807 bilhões, formado pela arrecadação de ICMS, contribuições previdenciárias, imposto de renda e taxas.

A segunda maior arrecadação derivou do imposto de renda: R\$ 533 milhões em 2022, o que corresponde a 19% de receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Já a terceira maior arrecadação com tributos no Acre foi de R\$ 273 milhões em contribuições previdenciárias, que incidem sobre a folha de pagamentos, vinculadas ao custeio do regime próprio de Previdência de seus servidores públicos. Em todo o Acre, 75% dos impostos se concentraram na capital Rio Branco, com 14% de seu PIB oriundo de impostos, um dos maiores percentuais do Estado.

COMPRAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL NO ACRE

Em 2022, o governo federal realizou compras e contratações públicas no Acre no valor total de mais de R\$ 37,6 milhões, sendo o segundo Estado com menor volume de compras, entre os pesquisados, à frente apenas do Amapá. Do volume de compras federais no Acre, 82% se concentraram em estabelecimentos de Rio Branco e 14% em estabelecimentos de Cruzeiro do Sul. Os fornecedores tinham o seguinte perfil: 440 empresas cuja matriz fica no Acre, 20 empresas com matriz em outro Estado, mas com filial no Acre, e 65 pessoas físicas.

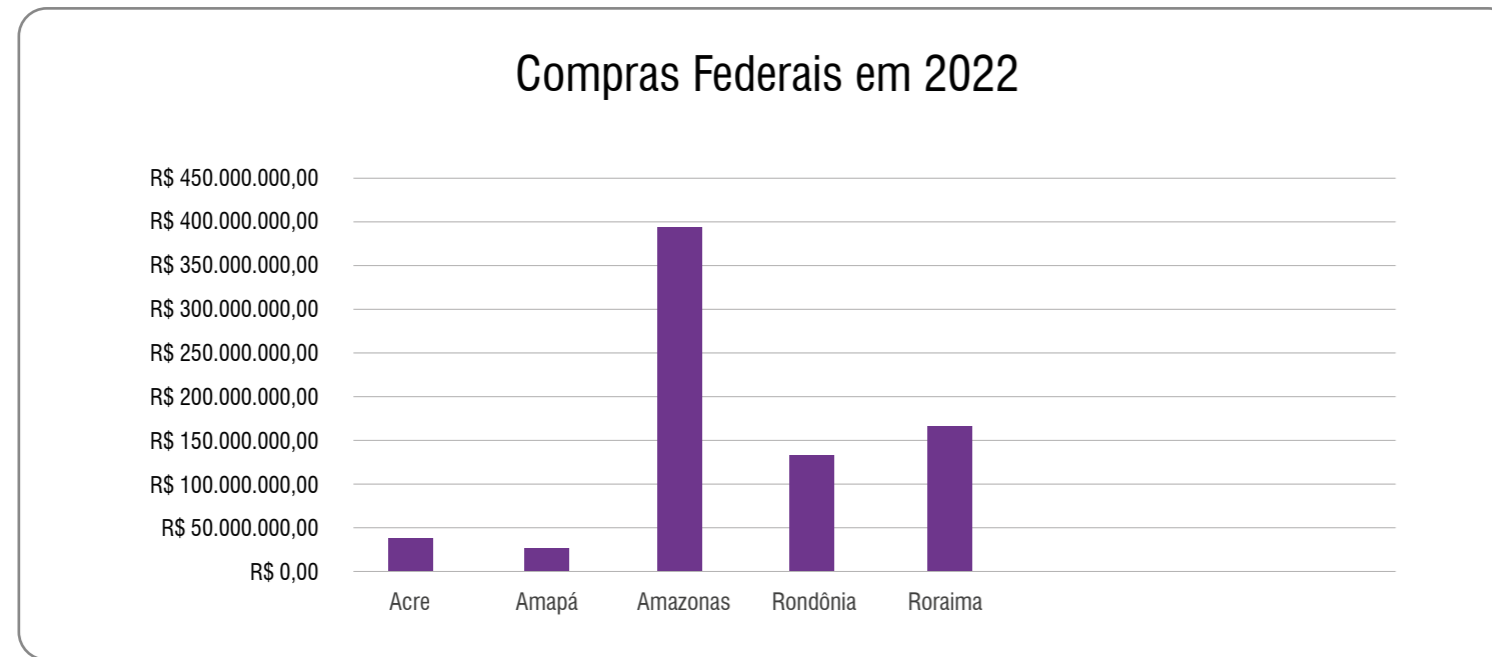
RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital do Acre somaram, em 2022, quase R\$ 141 milhões, correspondendo a apenas 1% da arrecadação de receitas públicas. Do total de receitas de capital, 80% foram oriundas de operações de crédito. O maior volume foi de operações internas para refinanciamento da dívida (59% das receitas de capital).

Sobre esse conjunto, incidem deduções legais como, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que correspondeu a 97,5% de deduções. Todas as transferências de capital tiveram origem em dotações da União e foram destinadas, principalmente, para aplicação no SUS e no Fundo Penitenciário.

Entre os municípios, a metade de todas as receitas de 2022 no Acre esteve concentrada na capital Rio Branco. Cruzeiro do Sul teve 9% das receitas municipais, enquanto Sena Madureira e Tarauacá tiveram 4% cada.

Gráfico 11 – Comparativo de Compras da União em Estabelecimentos no Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima (2022)



Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas/Portal da Transparência, 2023

Durante entrevista, em dezembro de 2022, João Bosco Nunes, coordenador de Turismo da Fecomércio-AC, avaliou que “o Estado é pobre porque a renda está concentrada, basicamente, na economia do contracheque, apesar da agropecuária forte”. Para ele, é importantíssimo investir na infraestrutura, principalmente em estradas vicinais, para intensificar o escoamento da produção.

José Eduardo Moura Leite, sócio administrador da empresa Ipê Construtora, em entrevista concedida no mesmo mês, argumentou: “O futuro do Acre depende muito do futuro do Brasil e está completamente atrelado a essa perspectiva. Futurologia no mundo moderno é algo complexo, até porque há 10 anos não sabíamos que teríamos um aparelho na mão que iria nos dar todas as informações de que precisamos imediatamente, e até nos ensinar uma série de atividades que não sabíamos. Tudo mudou muito e as perspecti-

vas de mudanças são enormes. Acredito que o futuro do Acre será muito promissor, porque, com o desenvolvimento do agronegócio, a produção de produtos básicos para o Estado e a vinda de indústrias, poderemos ter um patamar de renda alto”.

CONSIDERAÇÕES

Os números mostram que o Estado enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade fiscal, à alta dependência de transferências federais e às limitações na arrecadação. Grande parte dos recursos é consumida em despesas correntes, como salários e Previdência, manutenção de equipamentos e serviços básicos.

O comprometimento com despesas de pessoal, além dos juros e amortizações da dívida pública, corresponde a 62,8% do Orçamen-

to. A projeção foi apontada em estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), com base em dados do Tesouro Nacional.

As dificuldades de gestão financeira limitam a capacidade de o Estado implementar programas eficazes, promover o desenvolvimento econômico e social e a oferta de serviços públicos.

Outro fator de impacto é o sistema previdenciário, que precisa ser revisto para não afetar a capacidade de pagamento de benefícios futuros. A alteração no ICMS sobre os combustíveis e energia, em 2022, teve impacto negativo nas contas públicas, somado ao maior peso das despesas com pessoal, sobretudo previdenciárias.

A resolução de problemas fiscais exige uma combinação de melhoria na arrecadação, controle de gastos e diversificação econômica para aumentar as receitas próprias.

Em relação às contas públicas, sugestões foram debatidas durante a elaboração do Plano Estratégico do Projeto Acresce e aparecem nas análises dos capítulos relacionados às áreas de Macroeconomia; Economias Primária, Secundária e Terciária; de Infraestrutura e Indicadores de Educação, Saúde e Segurança. É possível adiantar que:

- A modernização da gestão tributária, fiscal, financeira e contábil é essencial para promover o equilíbrio das contas públicas;
- A melhoria dos processos de gestão resultará em melhor destinação de recursos para áreas geradoras de emprego e renda, para além dos limites com despesas de pessoal e a previsão de colapso do sistema previdenciário; e
- Um sistema eficiente contribuirá para alavancar investimentos, a partir do uso de novas tecnologias e modernização dos sistemas de execução orçamentária, financeira e de contabilidade pública, agilizando a administração de recursos e disponibilizando informações imprescindíveis a uma boa governança da gestão financeira.

A seguir, tem-se abordagem sobre as estruturas macroeconômica e institucional. O Projeto Acresce se debruçou sobre aspectos macroeconômicos, incluindo indicadores de renda média mensal, renda *per capita*, Produto Interno Bruto (PIB), taxas de inflação e de geração de emprego. Em complemento, é apresentado um panorama das empresas, organizações e instituições sediadas no Acre.

ESTRUTURAS MACROECONÔMICA E INSTITUCIONAL

Parcerias empresariais para o crescimento econômico

Ponte em Sena Madureira, Acre
Foto: Diego Gurgel

O volume do Produto Interno Bruto – PIB¹¹ brasileiro, de 2002 a 2021, apresentou aumento médio de 2,1% ao ano (a.a.). O Acre obteve o oitavo maior crescimento, com 3,2% a.a., 82,6% no período. Antes, entre 2002 e 2010, o crescimento do PIB no Estado havia chegado a 76,5%. Depois de um período de ascensão (entre 2008 e 2014), registrou estagnação até o ano de 2017.

Entre 2010 e 2020, o crescimento do PIB estadual na década foi de apenas 12,9%. Já a partir de 2021, o PIB do Acre voltou a acelerar e, ao final daquele ano, segundo o IBGE e a Seplan, o indicador foi de R\$ 21,374 bilhões em valores correntes, ou 6,7% a mais, o quinto maior crescimento consecutivo, representando 0,2% do PIB nacional. Embora com crescimento moderado, o Acre registrou cinco aumentos recentes do PIB estadual.

Em 2021, o PIB *per capita* do Acre cresceu 27,95% (R\$ 23.569,31), o que representou 60% do valor do PIB nacional, que era de R\$ 42.247,52 naquele ano. O Estado ocupou a 17ª colocação entre as Unidades da Federação. Entre os componentes do PIB estadual, o setor de Serviços – públicos e privados – respondeu por 74,1%; a Agropecuária, 18,9%; e a Indústria, 7%, sendo que na Agropecuária houve o maior crescimento na composição do PIB, de 34%.

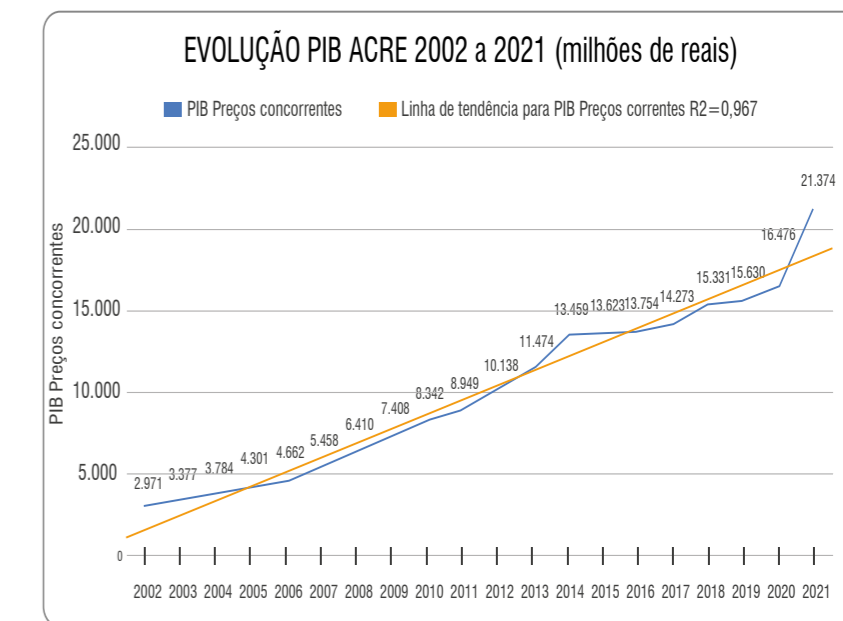
Duas cidades concentram mais de 60% do PIB estadual: Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Os municípios que mais contribuíram percentualmente com o PIB do Acre foram: Rio Branco (51,26%) e Cruzeiro do Sul (9,63%). Ambos tiveram PIB superior a R\$ 1 bilhão. Em relação às macrorregiões, o

¹¹ O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, Estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam seu PIB nas suas respectivas moedas. Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

Baixo Acre despontou com R\$ 13,51 bilhões em preços correntes do PIB do Estado em 2021, o que correspondeu a 63,2% do PIB estadual e, desse montante, 81% com origem na capital.

Gráfico 12 – Evolução do PIB do Acre – 2002 a 2021 (em milhões de Reais)



Fonte: Instituto Sapien (2023).

Tabela 09 – *Ranking* dos Municípios do Acre por PIB *per capita*

Município	Mesorregião	PIB (R\$ 1.000)	PIB per capita
Bujari	Vale do Acre	166.498	19.295
Capixaba	Vale do Acre	154.448	16.994
Acrelândia	Vale do Acre	191.113	14.955
Plácido de Castro	Vale do Acre	237.049	13.622
Rio Branco	Vale do Acre	4.491.017	13.120
Senador Guiomard	Vale do Acre	266.796	13.086
Xapuri	Vale do Acre	200.863	12.270
Rodrigues Alves	Vale do Juruá	174.163	11.742
Brasiléia	Vale do Acre	245.503	11.242
Porto Acre	Vale do Acre	163.912	10.774
Epitaciolândia	Vale do Acre	162.738	10.571
Cruzeiro do Sul	Vale do Juruá	832.696	10.517
Assis Brasil	Vale do Acre	60.783	9.816
Sena Madureira	Vale do Purus	358.188	9.253
Mâncio Lima	Vale do Juruá	140.651	9.042
Manuel Urbano	Vale do Purus	72.623	8.960
Tarauacá	Vale do Juruá	324.146	8.957
Feijó	Vale do Juruá	273.359	8.414
Porto Walter	Vale do Juruá	76.285	8.074
Jordão	Vale do Juruá	52.945	7.855
Marechal Thaumaturgo	Vale do Juruá	112.346	7.651
Santa Rosa do Purus	Vale do Purus	36.240	7.427

Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

RENDIMENTO MENSAL

Segundo a PNAD-C 2023, o Acre teve o menor percentual de pessoas com algum rendimento (51,5%) na Região Norte, contra um avanço registrado de 62,6% em 2022 para 64,9% em 2023 entre a população brasileira.

O rendimento domiciliar *per capita* médio do Estado retrata a média dos ganhos mensais de um domicílio, dividido pelo número de moradores. Desde 2018, o indicador caiu, atingindo o menor nível de renda em 2021, de R\$ 1.011,47. Apesar do aumento para R\$ 1.136,50 em 2022, houve nova queda em 2023 (para R\$ 1.074,36, o que representava 58,2% da renda nacional, de R\$ 1.848,00, enquanto a Região Norte registrou R\$ 1.302,00).

O PIB *per capita* do Acre cresce muito mais rápido do que a renda domiciliar. O Estado está nove posições abaixo no quesito renda em âmbito nacional. O crescimento do Acre foi de 4,5% em 2023 em comparação ao ano anterior; e de 25,8%, em relação a 2019, enquanto no Brasil, o crescimento foi, respectivamente, de 11,5% e 6,0%, nos mesmos períodos. Na Região Norte, o crescimento de 2022 para 2023 foi de 18,8%.

Ainda de acordo com o IBGE, caiu a proporção da população com rendimento recebido do trabalho no Acre: em 2022, eram 317 mil pessoas (35,5%); e, em 2023, 309 mil (33,8%, 8 mil a menos). No Brasil, esta proporção era de 44,5%, em 2022 (95,2 milhões de pessoas); e de 46%, em 2023 (99,2 milhões de pessoas). O Acre é o 23º Estado brasileiro em termos percentuais de rendimento por população. Ao longo do tempo, esse percentual tem sido inferior à média regional e, somente em 2021, houve superação da média, embora ainda abaixo da média nacional.

Figura 04 – Números do Rendimento Mensal Domiciliar *per capita* no Acre 2023

GRANDES NÚMEROS DO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* 2023

VALOR ACRE: R\$ 1.074

Crescimento:

- 2023/22: + 4,5%
- 2023/2019: + 25,8%

VALOR BRASIL: R\$ 1.848

Crescimento:

- 2023/2022: + 11,5%
- 2023/2019: + 6,0%

VALOR NORTE: R\$ 1.302

Crescimento 2023/2022: + 18,8%



Fonte: Instituto Sapien, 2023.

INFLAÇÃO

Entre 2017 a 2024, a inflação brasileira apresentou comportamentos particulares de queda e elevação. Embora o Acre siga de perto as tendências nacionais, o Estado possui algumas especificidades que podem levar a variações regionais na inflação. O custo de transporte de bens e serviços para o Acre é elevado, o que pressiona os preços locais de alimentos e combustíveis, especialmente em momentos de crise. Isso se deve à localização geográfica em relação aos centros produtores de bens industrializados dos vários setores da economia, dos insumos produtivos e das principais fontes geradoras de matriz energética. Por isso, a inflação no Acre foi ligeiramente superior à média nacional em certos períodos, devido

à logística, entre outros fatores. Em janeiro de 2024, o IBGE divulgou a inflação acumulada do ano anterior e o Acre registrou inflação mais alta, com um acumulado de 4,24%, acima dos 3,82% do Brasil. Uma análise comparativa entre o Acre e o País revela que, embora ambos tenham passado por deflação recente em agosto de 2024, o Estado enfrenta pressão inflacionária mais intensa.

João Bosco Nunes, coordenador de Turismo da Fecomércio-AC, destaca o comportamento da macroeconomia do Acre depois da pandemia de covid-19: “Naquele período, o mundo parou. Mas o Acre teve uma retomada rápida, mesmo com todas as limitações”, afirmou ao Instituto Sapien, em dezembro de 2022, durante depoimento.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Em 2023, o IBGE registrou 6,7% de taxa de desemprego no Estado, a segunda menor média da série histórica, desde 2012. A partir de 2019, esse índice vem caindo, embora em 2020 e 2021 não tenha ocorrido registro em função da pandemia. O Acre possuía 335 mil pessoas empregadas e 22 mil desempregadas.

Até 2021, o setor de Serviços (público e privado) respondia por 69,15% das vagas de emprego, ou 88,3% incluindo o Comércio. A Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca – embora contribuam muito para o PIB – ofereciam poucos empregos (2,3%).

Apesar do relativo destaque da atividade agropecuária em relação ao PIB, essa não é a principal fonte de circulação de renda no Acre, cuja economia se encontra fortemente atrelada aos salários do funcionalismo público. Segundo a PNAD-C/IBGE 2023, o volume de servidores públicos era de 24,4%, maior percentual do País. A média brasileira era de quase a metade, 12%. Por outro lado, o volume de empresários era de somente 2,5%, menor percentual do País. A média brasileira é de 4%. A constatação é óbvia: sobram funcionários públicos e faltam empresários.

No início de 2024, os municípios com maior disponibilidade de vagas foram Rio Branco e Sena Madureira. Já os municípios com *déficit* de vagas eram Jordão, Capixaba, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul. O primeiro bimestre de 2024 gerou 751 empregos com carteira assinada no Acre, contra 145 no mesmo período de 2023.

O Acre ainda enfrenta desafios significativos em relação à informalidade e ao sistema previdenciário. Em 2024, mais de 200 mil pessoas no Estado atuavam no setor informal, o que correspondia a 44,5% da força de trabalho, uma leve queda em comparação com os 46,6% registrados no ano anterior. A informalidade abrange trabalhadores sem carteira assinada e autônomos sem CNPJ, especialmente em áreas como serviços e comércio informal (pequenos negócios e vendedores ambulantes).

POBREZA E EXTREMA POBREZA

As taxas de pobreza e de extrema pobreza¹² no Acre são problemas persistentes, com flutuações características, como apontam indicadores do IBGE de 2022. A taxa de pobreza no Estado caiu de 55,7% em 2021 para 52,9% naquele ano, o que representou 24 mil acreanos a menos nessa situação. Ainda assim, esta foi a segunda pior situação entre os estados pesquisados na Região Norte: apenas Amazonas (56,7%) superou o Acre; e os demais ficaram abaixo de 50%, sendo que Rondônia (31,1%) teve o menor percentual de pobres entre os estados escolhidos para a comparação (Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia).

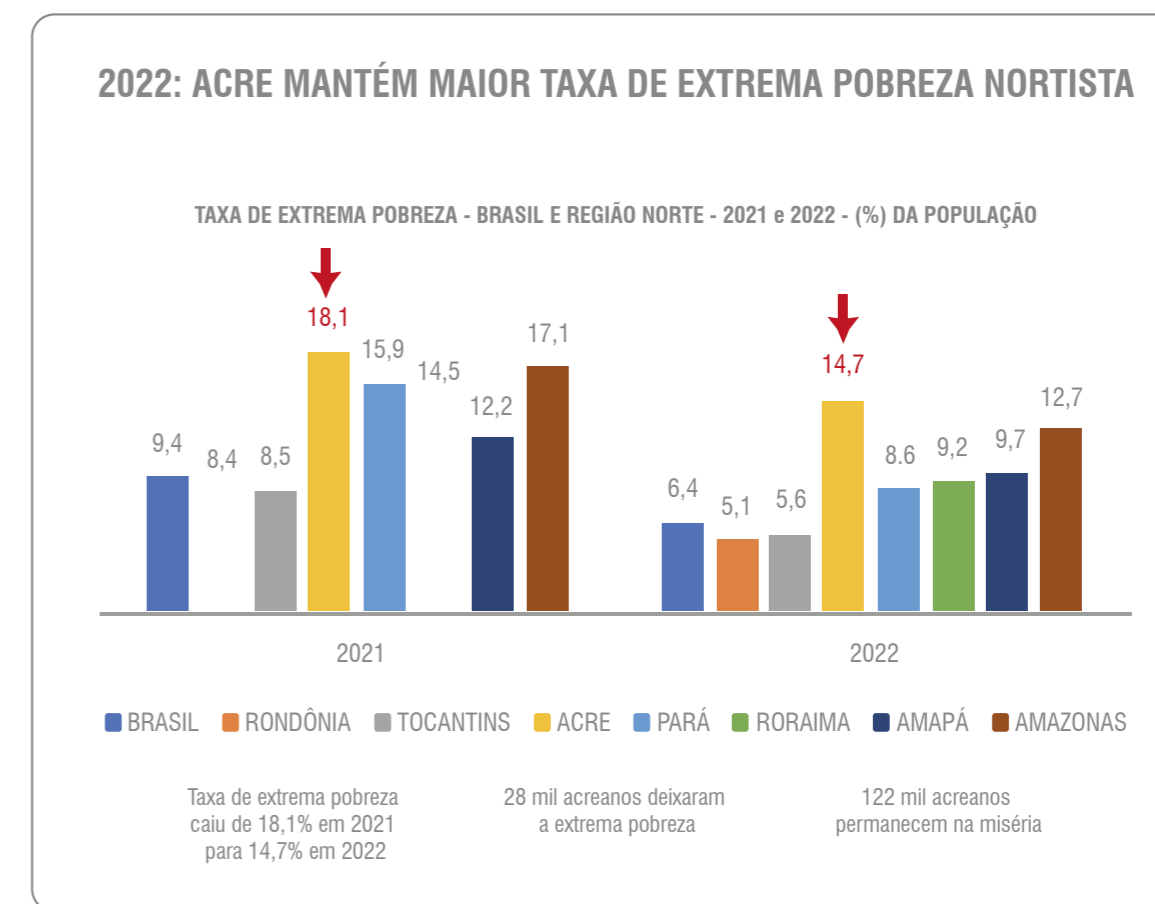
Já o índice de extrema pobreza no Acre diminuiu de 18,1%, em 2021, para 14,7%, em 2022. Esses dados representam que 28 mil acreanos saíram da extrema miséria e mostram que ainda há 122 mil pessoas nessa condição.

Com isso, segundo o IBGE, o Acre manteve a maior taxa desse indicador, com o principal registro de extrema pobreza fora da capital: enquanto em Rio Branco o percentual era de 38,29%, no interior alcançava 51,97% (13,68 pontos percentuais acima da taxa da capital).

No *ranking* do índice Gini (que mede a desigualdade de distribuição de renda), o Acre alterou duas posições entre 2020 e 2023, passando de 11º para o 9º mais desigual.

¹² O IBGE considerou em situação de extrema pobreza quem dispunha de menos de US\$ 1,90 por dia (rendimento diário *per capita*). Já os considerados pobres eram os que viviam com menos de US\$ 5,50 (mesmo padrão estabelecido pelo Banco Mundial). Esses parâmetros foram alterados em 2022. Fonte: IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>

Gráfico 13 – Taxa de Extrema Pobreza – Brasil e Região Norte (2021 e 2022)



Fonte: Instituto Sapien, 2023.

PROGRAMAS SOCIAIS E POBREZA

Em 2023, segundo a PNAD-C/IBGE, aumentou o percentual da população do Acre registrada no Programa Bolsa Família: 34,8%, enquanto em 2022 eram 30,2% e, em 2019, 26,9%. Os percentuais do Acre estavam todos acima da média do Brasil, que foi de 19% da população em 2023; 16,9%, em 2022; e 14,3%, em 2019, o que confirma a ampliação da dependência a programas sociais de parte da população desde a pandemia de covid-19.

A variação do rendimento *per capita* da população acreana entre 2019 e 2023 aumentou em 32,5% nos domicílios com integrantes do Bolsa Família; e variação negativa de -0,9% em domicílios sem integrantes no mesmo programa. No Brasil, o percentual foi de crescimento no mesmo período: 42,4% nos domicílios com Bolsa Família e 8,6% em domicílios sem integrantes do programa.

O Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) caracteriza socioeconomicamente as famílias brasileiras de baixa renda. É utilizado por iniciativas como o Bolsa Família e

o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para identificar beneficiários e assegurar que o auxílio alcance os que necessitam.

Na base de dados do CadÚnico de fevereiro de 2023, as famílias acreanas representavam 0,48% dos cadastros, índice proporcional à participação da população acreana em relação à população total do País. Entretanto, a realidade é preocupante: 65% das pessoas cadastradas pelo Acre enfrentam condições de extrema pobreza, enquanto, no Brasil, essa porcentagem é de 52%.

Na capital do Acre, a distribuição dos cadastros entre os níveis socioeconômicos se assemelha à média nacional, com 18% da população de Rio Branco cadastrada no CadÚnico. Já em Cruzeiro do Sul, 22% da população está cadastrada e 73% desses correspondem a pessoas em extrema pobreza.

No Acre, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi de 0,665 em 2022, um dos mais baixos do País (o IDH do Brasil foi de 0,760). A renda *per capita* em 2023 foi de aproximadamente R\$ 1.020,00 no Estado, bem abaixo da nacional (de R\$ 1,848,00), representando uma das maiores taxas de pobreza do País.

EMPRESAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES

Entre 2020 e 2021, 18% das empresas abertas no Estado foram de grande porte, distribuídas em diferentes atividades, com concentração em *holdings* patrimoniais (9%), varejo de automóveis (8%), postos de combustível (5%) e pecuária de bovinos para corte (5%). Já em relação à localização, 73% das grandes empresas estavam sediadas em Rio Branco, 8% em Cruzeiro do Sul e 5% em Senador Guiomard; outras 2,5% dessas empresas se localizavam em Brasília, Sena Madureira e Xapuri, enquanto nos demais municípios há apenas duas, uma ou nenhuma empresa de grande porte.

O IBGE mensura o empreendedorismo, acompanhando empresas de alto crescimento e empresas consideradas “gazelas”¹³. Em 2020,

o Acre abrigava 192 empresas de alto crescimento, das quais oito (4%) eram “gazelas”. Do total, 96 eram ligadas ao comércio e à reparação de veículos e motos, sendo apenas uma “gazela”, o que indica pouco espaço para novas empresas do setor, com as tradicionais crescendo mais.

Já em 2024, o Acre registrou 46.948 empresas, de acordo com a base Data MPE da Receita Federal. Estavam ativos também 19.505 microempreendedores individuais (MEI – 41,5%); 18.164 microempresas (ME – 38,7%); 2.505 empresas de pequeno porte (EPP – 5,34%); e 6.774 empreendimentos de outros portes (14,4%). Em maio de 2022, eram 44.397 estabelecimentos com CNPJ ativo, dos quais apenas 418 foram considerados de médio e grande porte.

FEDERAÇÕES, CONFEDERAÇÕES E SINDICATOS

Conforme o Portal Relações de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Acre comporta as Federações da Indústria (Fieac, com sede na capital e uma representação em Cruzeiro do Sul); do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-AC); dos Caminhoneiros Autônomos da Região Norte (Fecanorte); e da Federação Interestadual das Regiões Norte e Nordeste dos Trabalhadores em Transportes de Mototaxistas, Motoboys, Motofretes e Taxistas (Fenordest). Há também unidades de duas centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores – CUT e Força Sindical.

A partir de pesquisa própria do Instituto Sapien, foram incluídas no banco de dados outras oito Federações: Agricultura e Pecuária (Faeac); Trabalhadores na Agricultura (Fetacre); Associa-

¹³ Empresas de alto crescimento são as que possuem crescimento médio de pessoal ocupado assalariado igual ou maior do que 20% ao ano, por um período de três anos. Já as empresas “gazelas” são um subconjunto das empresas de alto crescimento, formado pelas entidades mais jovens, situadas na faixa de três até cinco anos no ano de referência. Fonte: IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38171-em-2021-saldo-de-empresas-que-entraram-e-sairam-do-mercado-cresceu-pelo-terceiro-ano-seguido>

ções e Cooperativas Rurais (Faceasa); Empresas de Transporte e Logística (Setacre); Associações de Dirigentes Lojistas (Federa-cre); Associações de Micro e Pequenas Empresas (Fampecs); Empresas Juniores (Acre Júnior); e de Servidores Públicos no Estado (Fespac). O Instituto Sapien listou, ainda, todas as unidades localizadas no Acre pertencentes ao Sistema S (Sesc, Senac, Sesi, Senai, Senar, Sest, Senat e Sebrae), além de uma escola de aprendizagem vinculada ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop-AC) e o Instituto de Gestão de Saúde do Acre (Igesac).

Foram contabilizados 69 sindicatos cadastrados no MTE, sendo dois em situação irregular com a Receita Federal. Fora da capital, há oito sindicatos, dos quais seis são rurais. Outros 96 não estão cadastrados no Ministério, embora possuam CNPJ sindical e estejam em atividade contábil/fiscal, mas sem habilitação para negociações coletivas, seja por pendência cadastral ou outra motivação. Existem ainda 49 associações de servidores, mas apenas sete se encontram regularizadas perante a Receita Federal. Entre as associações de trabalhadores, há 13 cooperativas ligadas a associações rurais ou de moradores e centros de formação.

CONSIDERAÇÕES

Apesar do crescimento consecutivo nos últimos anos, o PIB do Estado figura como um dos menores do País, cuja economia ainda tem pouco destaque no cenário regional e nacional, particularmente no setor industrial.

A infraestrutura limitada, especialmente em termos de saneamento, transporte, energia e comunicações, dificulta o escoamento de produtos agrícolas, florestais e o desenvolvimento da indústria, além de aumentar os custos operacionais.

O Estado enfrenta desafios relacionados à dependência de recursos do setor público, que é o maior empregador, com órgãos governamentais municipais, estaduais e federais centralizados nas cidades, o que, de um lado, fortalece o PIB localmente a partir da

administração pública, mas, de outro lado, gera vulnerabilidade, uma vez que mudanças nas políticas públicas e cortes orçamentários podem impactar diretamente o nível de emprego.

O Acre precisa estar preparado para superar alguns problemas que afetam as variáveis macroeconômicas, como capacidade fiscal e de gestão financeira (apontadas no capítulo sobre Contas Públicas), níveis de desemprego e preparação da mão de obra para o mercado de trabalho.

Assim, como será detalhado nos próximos capítulos, indicadores das Economias Primária, Secundária e Terciária apontam para a necessidade de intensificar programas que possam ampliar parcerias para a formação e qualificação de mão-de-obra, alinhadas às realidades e demandas do mercado e à vocação produtiva local.

Outros aspectos que o próprio Plano Estratégico irá pontuar são a ampliação de opções de capacitação profissional e tecnológica para jovens; melhoria das condições de infraestrutura; investimentos e modernização de áreas voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); e desenvolvimento de *clusters* em diversos setores, como a agropecuária, entre outros.

A Economia Primária é formada por atividades como agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e extrativismo. A seguir, destaca-se como o setor primário envolve, no Acre, principalmente a agricultura, a pecuária e o extrativismo, sendo que a agropecuária vem ganhando cada vez mais impulso. São abordados, ainda, os principais produtos exportados.

A POTÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

*Agricultura e pecuária
em expansão*

Foto: Juliana e Mariana Amorim (Unsplash)

Entre as atividades com recursos naturais ou produtos primários, estão a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a pesca e o extrativismo. No Acre, o setor primário envolve principalmente a agricultura, a pecuária e o extrativismo.

No período entre 1998 e 2018, foi desenvolvido um projeto centrado na valorização de bens e serviços florestais, que previa que o modelo, então denominado “florestania”, poderia gerar emprego e renda para a população do Estado, em volume e qualidade capazes de suportar a demanda crescente. No entanto, ainda que amparado pelos governos estadual, federal e instituições internacionais, o modelo não trouxe os benefícios esperados. O Estado teve sua base econômica focada no extrativismo. Para o crescimento da agricultura e da agropecuária, contribuíram as atividades desenvolvidas por fazendeiros.

AGRONEGÓCIO

A partir de 2019, teve início uma nova perspectiva de desenvolvimento, com a intensificação do agronegócio, entendido conceitualmente como o conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção, distribuição e comercialização de produtos agrícolas. De acordo com o IBGE, de 81 mil toneladas de milho em 2018, o Acre passou a produzir 139 mil toneladas em 2023. Para a soja, o salto foi de 1,4 mil toneladas para 45,7 mil no mesmo período. Dessa forma, a economia rural e a própria paisagem da região foram significativamente alteradas. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Valor Bruto da Produção (VBP)¹⁴ da agropecuária saiu de R\$ 1,8 bilhão em 2018, para R\$ 2,51 bilhões em 2023 (aumento de 39,4%).

¹⁴ Valor Bruto da Produção (VBP) é um indicador econômico que mede o faturamento bruto dentro de um estabelecimento agropecuário. Ele reflete a evolução do desempenho das lavouras e da produção pecuária ao longo do tempo. Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>

O Acre experimentou uma mudança representativa em seu viés de desenvolvimento, buscando no uso da terra alternativas para a geração de riqueza com alcance social e econômico. O foco seria o aumento da escala necessária à própria inserção no mercado externo de produtos agropecuários, considerando o avanço da infraestrutura de impacto macrorregional.

Essa abertura para o agronegócio ainda está em expansão. De acordo com a pesquisa “Monitoramento de Áreas com Potencial Agrônomo e Econômico Imediato para Lavouras Comerciais no Acre” (Embrapa, 2017), as regiões com logística adequada (cidades e rodovias) para culturas comerciais, retirados os blocos remanescentes de floresta nativa, são os municípios de Rio Branco (92,3%) e Xapuri (1,2%), que somam 356.891 hectares. Sem a mesma infraestrutura, vêm Cruzeiro do Sul (5,8%) e Sena Madureira (0,6%). Os quatro municípios totalizam 381.521 hectares com potencial.

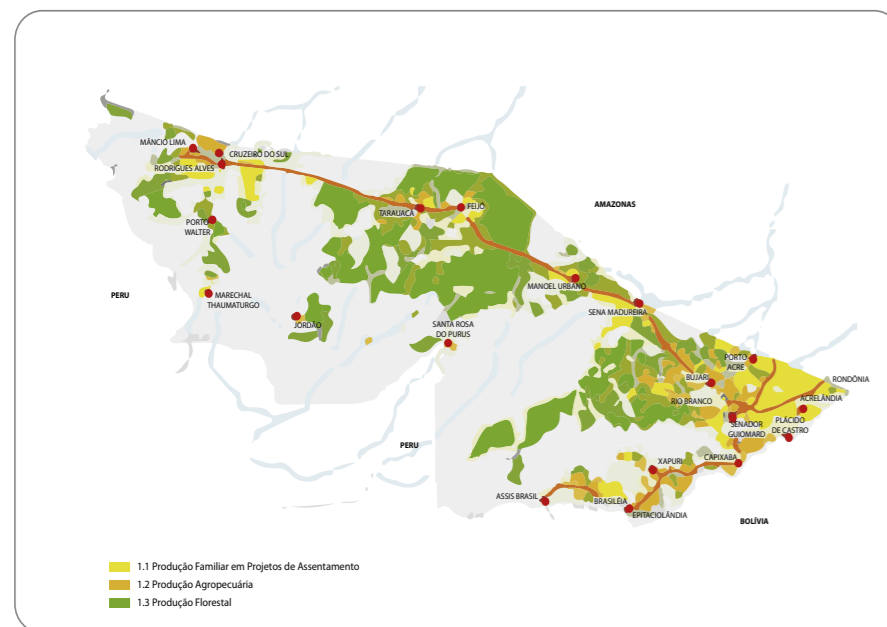
Dados de 2021 do MapBiomas – Mapeamento da Biodiversidade e Uso da Terra, uma plataforma do Observatório do Clima – mostram que os cinco municípios que mais utilizam suas terras para pastagem são Plácido de Castro (150.213 hectares), Senador Guiomard (169.275 hectares), Acrelândia (125.430 hectares), Capixaba (93.105 hectares) e Epitaciolândia (87.154 hectares). Já os municípios com mais área de floresta são Santa Rosa dos Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Manoel Urbano e Feijó, de acordo com indicadores da Embrapa (2022).

Para Santoyo, da Dom Porquito, “há muitas cadeias de produção com grande potencial de crescimento no Acre que ainda não recebem a devida atenção, como a suinocultura, a avicultura e a agricultura de precisão. Os esforços estaduais deveriam se voltar a esses segmentos. O investimento é menor, tem possibilidade de crescer com menos esforço e o resultado ser mais rápido”. Ele defende que “o Acre tem um potencial natural para o agronegócio. O Estado tem água em abundância e solo fértil e, por ser isolado, tem uma questão sanitária que poucos entendem. Para ambas as questões, animal e vegetal, o Acre está muito bem protegido. Usamos pou-

cos medicamentos, menos do que é usado no Sul, tanto em suínos quanto em aves. São cadeias com imenso potencial de crescimento e ambientalmente corretas”, apontou em depoimento concedido ao projeto em fevereiro de 2023.

No Acre, a cadeia produtiva do agronegócio tem potencial para crescer ainda mais. Nos últimos 50 anos, a pecuária bovina tem despontado. Agricultura também ganha força.

Figura 05 – Mapa de Identificação de Áreas para Intensificação Sustentável da Produção Agropecuária no Acre (ZEE – III)



Fonte: SEMAPI, 2021.

AGRICULTURA

Em 2021, enquanto o Brasil tinha 91 milhões de hectares destinados ao plantio dos produtos agrícolas que são monitorados pelas pesquisas do IBGE, o Acre tinha 92,3 mil hectares desses produtos, ou seja, 0,1% da área agrícola nacional (considerando os itens pesquisados, ainda que o Estado tenha extensão de pouco menos de 2% de todo o território brasileiro). Enquanto a área destinada ao plantio está em crescimento no País nos últimos anos, no Acre apresentou queda até 2020, com pequena recuperação em 2021 e continuação de crescimento em 2022.

No Estado, a agricultura familiar é responsável pela produção de mandioca e banana, principalmente, além de milho, café, leite e derivados, peixe, olerícolas e frutas; e se constitui na principal atividade básica de mais de 27 mil imóveis menores do que 100 hectares, segundo o IBGE, suprimindo o consumo de parte importante dos setores urbanos.

Em relação à cesta de 23 produtos agrícolas que são monitorados pelo IBGE, no Acre a produção caiu 31,5% em 2022, em comparação a 2017. No mesmo período, a produção brasileira sofreu queda de 3,5%.

Ainda que tenha havido queda na produção, o valor pago ao produtor rural cresceu, ao menos de forma nominal. No total nacional, o crescimento em 2022 foi de 142% em relação a 2017. No Acre, porém, o crescimento foi de 60%. Considerando que a inflação foi de 30,5% no período, houve um pequeno avanço quando comparado com a média nacional.

Com 91,2 mil hectares destinados ao plantio em 2022, a área no Acre foi a segunda menor do Brasil, à frente apenas do Amapá. Distrito Federal e Sergipe têm áreas maiores com agricultura (respectivamente, quase 174 mil hectares e 301 mil hectares).

A produção de mandioca influencia muito os dados gerais e a queda de cultivo reflete no diagnóstico de toda a Região Norte, devido

a grandes áreas de plantio e o valor pago aos produtores. Em 2022, no Acre, apenas a mandioca, a soja e o café obtiveram produtividade superior à média nacional. Além da mandioca (62%), a composição da produção agrícola do Acre inclui, principalmente, milho (16%), banana (10%), soja (2,8%) e cana-de-açúcar (1,4%).

O município acreano com maior produção de mandioca é Cruzeiro do Sul (12% do Estado), seguido de Tarauacá (10%) e Mâncio Lima (9%). O maior rendimento ocorre em Cruzeiro do Sul, que reserva 55% da área agrícola para a mandioca, rendendo 25.060 kg/ha. Do total de valores recebidos pelo produtor rural, a mandioca tem 54%.

Já em relação à segunda principal cultura, o Acre produz duas safras de milho. A primeira sempre foi baixa e representava 0,3% da produção nacional. A segunda safra cresceu a partir de 2012 e, no Acre, a partir de 2022, mas se encontra em expansão e já se aproxima do rendimento nacional, representando a 19ª maior produção no País.

Os municípios de Senador Guiomard e Capixaba são os maiores produtores de milho do Estado, com rendimento próximo da média nacional, e mais da metade de sua área de plantação é dedicada a essa lavoura. Rio Branco, Porto Acre e Epitaciolândia também são grandes produtores de milho, com extensas áreas dedicadas (51%), mas têm menos rendimento (proporção menor que 0,8). Com muita área plantada, mas pouca quantidade produzida de milho, o Acre está na 17ª colocação de rendimento no Brasil.

A produção de soja tem registrado crescimento no Acre desde 2019. Em 2022, entre os estados do Norte, o rendimento do Acre foi inferior apenas a Rondônia, superando os estados de Tocantins, Roraima e Pará, além de outros menores produtores da região, como Amazonas e Amapá. Ainda que a soja no Acre esteja em expansão, representa 0,02% da produção nacional. A capital Rio Branco é a única produtora de soja de forma sistemática no Estado, com rendimento de 22% da área agrícola destinada a esse produto em 2022. Em outro município – Capixaba – também houve destinação de quase 20% da área agrícola no mesmo ano.

Liderança do Assentamento Promissão, no município de Capixaba, Francisco de Assis afirmou, em entrevista concedida no final de 2023, que a produção agrícola tem crescido com a exportação de milho e soja, favorecendo tanto o agronegócio quanto o pequeno produtor. O investimento em fruticultura tem aumentado e o Assentamento tem como foco principal o cultivo do maracujá: “A gente tem aqui uma sustentabilidade muito forte no maracujá, em parcerias com organizações não-governamentais que estão investindo principalmente na fruticultura. Já, já o Acre vai se tornar independente”, opinou.

Já a produção do café no Acre representa 0,25% da nacional, o que posiciona o Estado como sexto menor produtor. A variedade do café Canephora se encontra em expansão: no Brasil, de 2013 a 2022, a produção cresceu 74%, o valor do grão aumentou 129% e o valor total que o produtor rural recebeu aumentou 505%. Edivan Azevedo, ex-secretário de Estado de Produção e Agronegócio do Acre, em entrevista para o Instituto Sapien em dezembro de 2022, avaliou que “a cultura do café tem crescido muito no Estado, mostrando muita rentabilidade e valor agregado, com mão de obra familiar. O café Robusta Amazônico e o café Conilon já estão presentes em praticamente todos os municípios do Acre. O governo estadual está adquirindo mudas que serão acompanhadas de adubo e perfurador de solo para distribuir aos pequenos produtores, em especial aqueles que já têm um ou dois hectares de café e querem expandir. Sem medo de errar, em cinco ou dez anos, o café ficará em segundo ou terceiro lugar no valor bruto da produção”, afirmou.

AGROPECUÁRIA

Em todo o País, parte significativa do setor agropecuário é movida pelo crédito rural, que alcançou na safra 2022/2023 a cifra de R\$ 323 bilhões para um Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de R\$ 1,2 trilhão, equivalente a 27%. No Acre, o volume total de crédito efetivamente desembolsado na mesma safra foi, segundo o

Banco Central, da ordem de R\$ 229 milhões, para um VBP de R\$ 2,54 bilhões, ou apenas 10,1%. As atividades agropecuárias representam 8% do PIB acreano.

Em relação às áreas de pastagem, dados de 2021 (MapBiomias) mostram que os cinco municípios que mais usam suas terras para essa atividade são Plácido de Castro (150.213 hectares), Senador Guiomard (169.275 hectares), Acrelândia (125.430 hectares), Capi-xaba (93.105 hectares) e Epitaciolândia (87.154 hectares). Já os municípios com mais área de floresta são Santa Rosa dos Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Manoel Urbano e Feijó, de acordo com dados da Embrapa (2022).

No Acre, o rebanho da pecuária bovina está mais concentrado no Vale do Acre e representa 2% do rebanho nacional, sendo o 14º maior do País. Nos últimos 50 anos, a pecuária bovina de corte avançou no Estado. Desde 2016, passou a ser um dos estados autorizados a exportar a carne para a União Europeia. Está apto a vender a carne bovina *in natura* para 77 indústrias brasileiras que, por sua vez, podem exportar o produto enlatado. Em 2021, alcançou o *status* de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Em 2022, o Acre formou um rebanho de 4,6 milhões de cabeças e a área de pastagens registrou 2,37 milhões de hectares (MapBiomias).

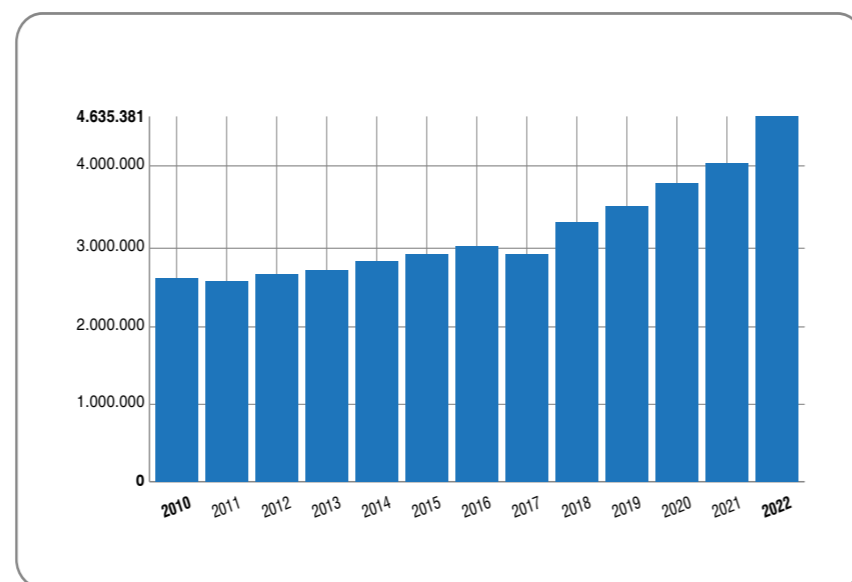
Segundo o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), 96% das propriedades têm rebanho inferior a 500 animais e detêm 56,9% do rebanho do Estado. Isso representa que a pecuária de corte e de leite no Acre, em sua maioria, é formada pelo trabalho de pequenos e médios produtores (apenas 4% são considerados grandes produtores com mais de 500 cabeças).

Entre os desafios para a intensificação da agropecuária no Acre estão a discrepância entre a produção familiar (83%) e os médios e grandes produtores (17%), dentre os 37.356 estabelecimentos de agropecuária do Estado, conforme apontam dados da pesquisa “Monitoramento de Áreas com Potencial Agrônômico e Econômico Imediato para Lavouras Comerciais no Acre” (Embrapa, 2017).

Outro aspecto é o acesso à assistência técnica para os estabelecimentos agropecuários.

O ex-secretário de Estado de Produção e Agronegócio do Acre, Edivan Azevedo, lembrou que “a Embrapa estimou em torno de 380 a 390 mil hectares de terras já desflorestadas e antropizadas, que estão em pecuária ou em alguma fase de degradação, e que podem ser convertidas em agricultura com as tecnologias disponíveis”, afirmou em entrevista concedida em dezembro de 2022.

Gráfico 14 – Efetivo dos Rebanhos Bovinos no Acre



Fonte: PPM/IBGE, 2023.

Já a pecuária leiteira tem enfrentado desafios tecnológicos e de infraestrutura. Segundo pesquisa da Universidade Federal do Acre (Ufac), de 2021, a média de produção diária por vaca era de 3,3 litros, inferior à média da Região Norte (3,6 litros) e à média nacional (7,4 litros).

De acordo com a Embrapa, em 2021 essa produção foi de 33 milhões de litros, uma queda de mais da metade, enquanto a demanda subiu, mantendo-se o consumo médio de cerca de 20%. O resulta-

do é que a falta de um Plano Estratégico para a unidade produtiva, contemplando desde a escolha da raça e do sistema de criação até a comercialização do leite, resulta em ineficiências e desperdícios. A produção de leite está pulverizada por todo o Estado.

A Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM/IBGE) aponta que 81 mil vacas foram ordenhadas no Acre em 2019, gerando uma produção leiteira de 56 milhões de litros naquele ano. Desse total, cerca de 50% da produção veio de cinco municípios da região do Baixo Acre: Acrelândia (11%), Plácido de Castro (11%), Senador Guiomard (10%), Rio Branco (8%) e Epitaciolândia (8%). Em 2022, o Estado produziu 35 milhões de litros, 37% a menos do que em 2016.

SUÍNOS, GALINÁCEOS E PEIXES

Em 2022, o Acre bateu seu recorde de produção de carne suína, com 4,7 milhões de quilos. O peso do animal no momento do abate cresceu, consideravelmente, a partir de 2012. Até então, o suíno pesava cerca de 50 kg, e, em 2018, chegou a 100 kg, a maior média do País naquele ano. Em 2021, o peso do animal no abate foi de 82 kg, 10 kg a menos do que a média nacional. Os maiores criadores estão em Feijó (19%), Tarauacá, Brasiléia e Epitaciolândia (12% cada).

Entre os galináceos, em média, o Acre cria 0,2% de galinhas e galos do Brasil. Os maiores produtores são os municípios de Brasiléia (15% do Estado) e Senador Guiomard (12%), seguidos de Epitaciolândia e Rio Branco (cerca de 9% cada). Já a produção de ovos no Acre representa pouco mais do que 0,1% da produção nacional. De acordo com Santoyo, presidente da empresa Dom Porquito, “deveria haver um esforço enorme do Estado para, em vez de entregar mil casas, entregar mil galpões para pequenos produtores, para a produção de suíno e frango. Isso mudaria a economia do Acre. Quando olhamos para a cadeia completa de milho, soja e pequenos animais, são esses que giram a economia”, apontou o empresário em depoimento ao Instituto Sapien, em fevereiro de 2023.

Na piscicultura, segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), embora o Acre possua grande potencial, vasta rede hídrica e grande capacidade instalada (cerca de 30 mil t/ano), com centenas de tanques, clima favorável e vocação para a atividade, são produzidos menos de 2,45 mil t/ano de pescado, oriundos tanto de cultivo como de captura. Outra porção razoável de pescado é importada de outros estados brasileiros e até de outros países.

Em volume de peixes (quilos), o principal produto é o tambaqui, sendo o Acre o 11º produtor; Rondônia é o maior produtor do País, produzindo mais do que Maranhão (2º), Roraima (3º), Pará (4º) e Amazonas (5º) somados. O Acre também se destaca na produção de pirapitinga (30% da produção nacional), curimatã/curimatá (17%) e piaú, piapara, piaçu, piava (13,5% da produção nacional).

EXTRATIVISMO VEGETAL

O extrativismo vegetal se constitui em atividade produtiva importante e tradicional no Estado, tanto para o setor madeireiro como o não madeireiro, destacando a produção de borracha e castanha-do-Brasil. Em 2022, o extrativismo do Acre gerou R\$ 123 milhões aos coletores, mais do que no ano anterior (R\$ 115 milhões), o terceiro menor total dentre os estados da Amazônia Legal.

Os principais setores acreanos são o de látex, madeira e alimentos que, juntos, somaram 95% do valor pago aos extrativistas. O Estado responde por 1% do mercado nacional de toras e lenha. Por sua peculiaridade no Acre, a atividade extrativista está detalhada em outro capítulo, relacionada a aspectos territoriais e de recursos naturais.

EXPORTAÇÕES

O ano de 2018 registrou o maior volume exportado pelo Estado, com US\$ 45 milhões. Em 2022, ocorreu o segundo maior volume de

exportação, num total de US\$ 40 milhões. A madeira era tradicionalmente o produto mais exportado pelo Acre entre 2006 e 2011. Suas exportações voltaram a crescer a partir de 2016 e há dois anos é o segundo produto mais exportado. Quase todas as exportações de madeira provêm de Rio Branco (44%), Manoel Urbano (32%) e Xapuri (21%).

No Acre, as exportações de produtos vegetais passaram a ter relevância a partir de 2004 (antes, a média era de US\$ 200 mil ao ano). Em 2020, as exportações triplicaram e passaram a ser o produto mais exportado. Em 2022, ultrapassou o volume de 2021. Os destaques são a soja e o milho. O produto com maior valor exportado é a castanha-do-Brasil: 20% de todo o valor nos últimos cinco anos, sendo que cerca de 2/3 das exportações são de Brasília e 1/3 de Rio Branco.

O arroz acumulou 3% do total de exportações do Acre: dois terços com origem em Epitaciolândia e um terço em Brasília. Em 2020, começou a haver exportação de arroz de Assis Brasil. O milho acumulou 3% do total de exportações do Acre, e 90% são exportados de Epitaciolândia (10% em Brasília).

A soja é um produto novo no Acre: até 2019, as exportações eram inexpressivas; em 2021, já representava a segunda maior exportação (US\$ 7,2 milhões) e, em 2020, tornou-se o principal produto exportado (US\$ 14,3 milhões, 26% de toda a exportação).

Os produtos animais ganharam relevância em 2017, quando as exportações quintuplicaram. Naquele ano, foi o produto mais exportado, e atualmente é o terceiro. Os destaques são carnes de aves (exclusivamente de Epitaciolândia) e de suínos (exclusivamente de Brasília).

O coronel Ricardo Brandão, secretário de Estado do Planejamento do Acre, argumenta sobre o futuro da agropecuária no Estado: “A gente ainda não fala desenvolvimento porque isso ainda vai levar um certo tempo, mas fomos criando expectativas para que, de fato, o Acre se coloque como uma oportunidade para o Brasil e para o empresariado. Prova disso é que fechamos 2022 com todas as con-

tas do Estado pagas. Também habilitamos frigoríficos locais para exportar proteína animal (tanto de porco, quanto de aves e bovina) para o Peru. Aumentamos a produção de grãos de soja, de milho e na área da pequena indústria também. As coisas começaram a acontecer. Vemos o Acre, hoje, com um otimismo muito grande”.

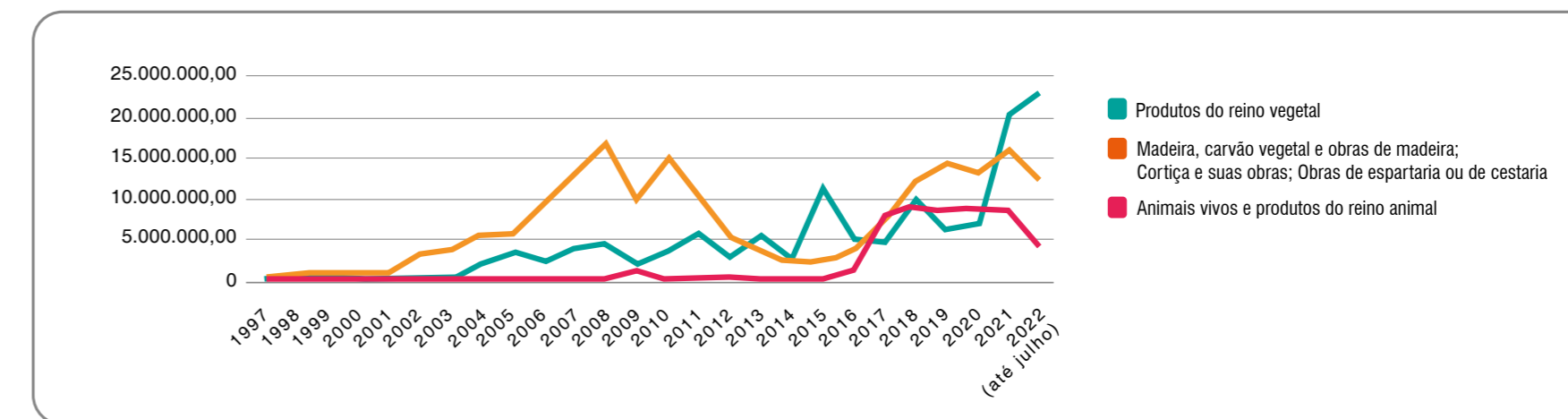
A exportação de carne de aves de Epitaciolândia está em crescimento e, nos últimos cinco anos, representou 10% de todas as exportações do Acre. Já a exportação de carne de suínos de Brasília tornou-se relevante a partir de 2019, sendo responsável por 4% das exportações do Estado desde então. Já a exportação de vísceras e de miudezas está concentrada em Rio Branco e alcançou 6,6% do volume exportado pelo Estado nos últimos cinco anos, período em que Epitaciolândia foi o município com maior venda em exportações (28,5% do volume total de 2017 a julho de 2022), seguido de Rio Branco (27,8%), Brasília (19,2%) e Manoel Urbano (15,3%).

De acordo com o Observatório do Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre sobre Exportações do Setor Agrícola do Estado, em 2022 o milho, a soja e derivados representaram 33% das exportações acreanas; a madeira e derivados 32,3% do total; e a castanha-do-Brasil, 17,9%. Bovinos e derivados ficaram na faixa de 9,3%, enquanto suínos e derivados com 3,1% das exportações. Os principais países compradores dos produtos do Acre foram Bolívia (25%), Peru (25%), Estados Unidos (12%), Holanda (6,25%) e França (6%).

ÁREAS PROTEGIDAS

No Acre, a área rural corresponde a 1,2% do total do País e 92% dessa área é formada por estabelecimentos regularizados (enquanto no Brasil a média é de 84,9%, conforme dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra, 2022). No entanto, há ainda 4,2% de áreas no Estado aguardando processo de titulação definitiva por órgão fundiário (processos de assentamento), enquanto no Brasil esses processos representam apenas 1,8%.

Gráfico 15 – Principais Exportações do Acre (em U\$)



Fonte: elaborado pelo Instituto Sapien com base no ppm/ibge, 2022.

Ainda de acordo com Edivan Azevedo, “a partir de 2019, houve um avanço da agricultura, aproveitando as áreas antropizadas e abertas. Hoje, podemos dizer que o Acre já é autossuficiente na produção de milho, não havendo nenhuma dependência da produção de fora. Inclusive, estamos exportando milho para países vizinhos como Peru e Bolívia, e para outros estados, como o Paraná”, afirmou.

Mais de 50% das áreas do Estado são protegidas, sem contar com as reservas legais de 80% das propriedades rurais. As Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs) totalizam 7,7 milhões de hectares. Segundo a Seplan, 32,22% do território acreano está em UCs e 14,56% correspondem às TIs. Ainda assim, e com infraestrutura deficitária em termos de acesso e logística, há terras férteis e clima apropriados ao cultivo e criação, que podem multiplicar o VBP da agropecuária local.

Como desafio, o Estado precisa conciliar a preservação ambiental sem que ela emperre o desenvolvimento econômico. Na opinião de José Eduardo Moura Leite, sócio administrador da empresa Ipê Construtora, “o Acre não está estagnado; está crescendo lentamente. Temos um entrave que seria um percentual de áreas aber-

tas muito pequeno. A maioria do nosso Estado é floresta. Então, acredito que áreas agricultáveis no Estado giram em torno de um percentual muito baixo” (entrevista ao Instituto Sapien, em dezembro de 2022). Já João Bosco Nunes, coordenador de Turismo da Fecomércio-AC, defendeu, em depoimento no mesmo período: “É preciso preservar sim, mas engessar não”.

Do total de imóveis inscritos no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), 85% são menores do que 100 hectares e ocupam apenas 9,15% da área total. Já as grandes propriedades, com área superior a 1.000 hectares, ocupam 85% da área total, segundo o IBGE. De acordo com o Código Florestal, como já dito, apenas 20% da área de cada imóvel particular pode, efetivamente, ser alvo de conversão em agropecuária.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A regularização fundiária no Acre ainda enfrenta desafios, como a falta de procedimentos que promovam a verificação de outras demandas prioritárias para reconhecimento territorial antes da ti-

tulação, e a ausência de normas específicas para os procedimentos internos e etapas de regulamentação.

De acordo com o Instituto Imazon, em 2021 o Acre possuía 72% do seu território com destinação fundiária, subtraindo-se sobreposições, e 28% do território sem destinação definida. Do total do território com destinação fundiária, 32% são Unidades de Conservação (exceto APAs), 15% são Terras Indígenas (TIs), 14% são imóveis privados e 11% são Projetos de Assentamentos (PAs).

No Acre há mais de 60 mil imóveis rurais registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e cerca de 240 mil hectares de florestas públicas estaduais, prontos para serem concedidos para o setor privado.

CONSIDERAÇÕES

É necessário agilizar a regularização fundiária e melhorar a gestão territorial para garantir a perspectiva de desenvolvimento de comunidades rurais.

A produção agropecuária é estratégica para o Estado e, ao se considerar o desenvolvimento agrônomo com foco na eficiência das cadeias produtivas, é essencial resolver problemas estruturais para que o Estado alcance protagonismo no mercado internacional de grãos, frutas e de proteína animal.

A melhoria das condições de infraestrutura, assim como a identificação e promoção de setores agrícola e pecuários prioritários, são fundamentais para impulsionar as potencialidades e aptidões locais.

Promover rotas de integração e desenvolvimento latino-americanas pode transformar o Acre em vetor de produção e corredor de exportação. Essa perspectiva coloca o Estado em posição oportuna para buscar vantagens em relação aos mercados andino e asiático.

Considerando as extensas fronteiras com outros países e o clima úmido, naturalmente suscetível à proliferação de fungos e doenças, impõe-se ao Acre intensa vigilância sanitária animal e vegetal. Essa atenção deve ser mantida e acompanhar toda iniciativa ou programa de expansão ou inovação da produção agropecuária.

A baixa *performance* do setor primário pode ser explicada por deficiências de infraestrutura, como dificuldades de acesso às áreas de produção e do mercado, e de comunicação, à medida que impacta outros pontos, como inovação tecnológica e gestão territorial.

Outra prioridade deve ser a definição da questão da exploração da terra e dos bens e serviços florestais, para além da contingência das próprias condições e potencialidades regionais, de modo a gerar riquezas, assim como garantir a estrutura de estradas, saneamento e comunicações.

As Economias Secundária e Terciária formam o próximo tema. No capítulo, são elencados indicadores das produções secundária (indústria, mineração e construção) e terciária (comércio, serviços e turismo), com identificação dos principais desafios e oportunidades de cada segmento.





ECONOMIA EM EXPANSÃO

Investimentos em infraestrutura levam ao crescimento econômico

Foto: Letícia Machado (Procon, Governo do Acre)

Na economia, a produção secundária envolve os setores da indústria, mineração e construção, enquanto a produção terciária engloba comércio, serviços e turismo. A partir do levantamento e cruzamento de dados primários pelo Projeto Acrece, foi possível consolidar informações sobre a situação econômica e social do Acre, identificando os principais desafios e oportunidades de cada setor, o que é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Esse conjunto de dados, no que se refere à importância dos setores secundário e terciário, serve para auxiliar gestores e agentes públicos, empreendedores e investidores na tomada de decisões estratégicas e no direcionamento de recursos para as diversas áreas. Além disso, o diagnóstico contribui para a promoção de um desenvolvimento sustentável e aponta sugestões para melhorias que podem beneficiar a economia local e a qualidade de vida da população.

É importante registrar que o setor secundário representa 8% da economia do Acre, tendo a indústria de alimentos na liderança com crescimento significativo nos últimos 10 anos, seguida dos segmentos de serviços industriais de utilidade pública e de construção. No setor terciário, os serviços predominam, principalmente os profissionais e administrativos, enquanto no comércio houve crescimento no faturamento entre 2020 e 2021, mas com empregabilidade estável desde 2014, e o turismo ainda carece de mais incentivos. Cada setor tem seu detalhamento a seguir.

PRODUÇÃO SECUNDÁRIA: A INDÚSTRIA

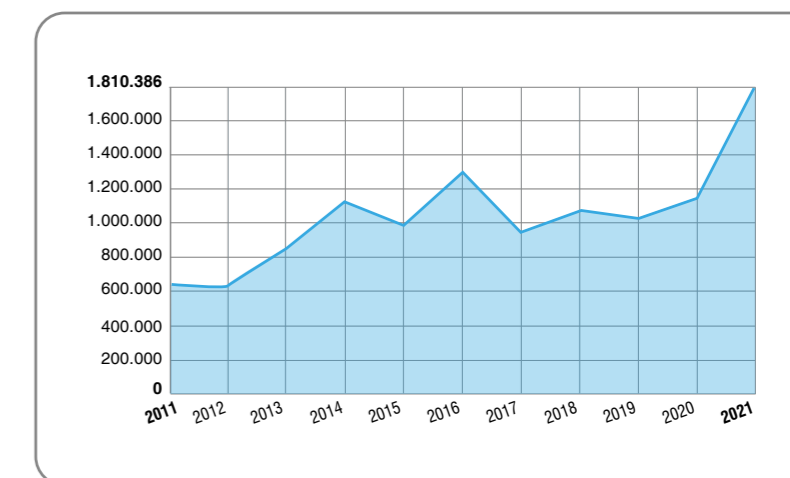
A indústria acreana tem pouca representatividade no PIB da indústria nacional, com apenas 0,1% (segundo dados da Confederação Nacional da Indústria – CNI). Os 8% de representatividade do setor secundário na economia do Estado estão distribuídos na seguinte proporção: indústria de alimentos (18,8%), serviços industriais de utilidade pública (16,4%), construção (4,6%), indústria madeireira

(1,5%) e minerais não metálicos (2%). Juntos, esses segmentos somam 95,5% da indústria do Acre.

Nos últimos 10 anos, a produção de alimentos foi a que mais cresceu (10,1%). A participação do Estado no PIB industrial da Região Norte foi de 27,6%. Em 2021, o Acre contava com 912 estabelecimentos industriais, o que correspondia a 5,3% dos 17.187 dos estabelecimentos da Região.

Em relação à empregabilidade, 13.223 pessoas estavam empregadas (9,3% dos empregos formais). Para a Região Norte, o Acre representava 3% dos empregos industriais. A indústria acreana pagava um salário médio de R\$ 1.907,00 (35% abaixo da média nacional, que era de R\$ 3 mil). Uma das características da indústria do Estado é a de que 73% das unidades locais são de pequeno porte e apenas 0,9% são de grande porte (acima de 250 pessoas ocupadas). Atualmente, a indústria emprega 0,13% da força de trabalho no Acre. Desse total, 75,1% dos trabalhadores possuem ensino médio, percentual acima da média nacional (68,1%).

Gráfico 16 – Evolução da Indústria do Acre nos últimos 10 Anos



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa, 2023.

RECEITA LÍQUIDA E PARTICIPAÇÃO NO PIB

O fomento ao desenvolvimento industrial do Estado tem gerado os primeiros resultados significativos na economia regional. O PIB tem crescido 9% ao ano, gerando 15 mil empregos, de acordo com a Fieac. Em dados consolidados pelo Instituto Sapien, a indústria acreana teve, em 2021, receita líquida de vendas de R\$ 1,8 bilhão, um crescimento de mais de 275% em 10 anos.

Segundo o IBGE (2020), no Brasil, a cada R\$ 1,00 investido na indústria, são produzidos R\$ 2,44. A atividade industrial é a que mais impacta no desenvolvimento de qualquer economia e no Acre não é diferente. Depois da pandemia de covid-19, o PIB industrial vem crescendo. A guerra entre Rússia e Ucrânia trouxe restrições na oferta de matérias-primas, de gás, de petróleo e de grãos. Apesar desse cenário desafiante, a indústria brasileira vem apresentando crescimento. Também é relevante, na exportação, o destaque da indústria de transformação, bem como o desempenho da indústria de extrativos, na importação, apesar da crise do mercado imobiliário chinês, que provocou queda na exportação de minério de ferro para esse país. Os principais produtos da indústria da transformação exportados e que impulsionam o crescimento e o *superávit* da balança comercial do Acre foram óleos combustíveis, carne bovina e de aves, farelos de soja, milho e trigo.

Ainda de acordo com a CNI, no comparativo dos estados, o Acre tem participação menor no valor bruto do PIB nacional, mesmo com população 17% maior que o Amapá. Ou seja: no Acre há mais pessoas e menos geração de riqueza. Ao se comparar a participação com os PIBs nacional e regional da indústria e dos estados da Região Norte, o Acre se destaca em duas posições: no crescimento da exportação de produtos industrializados e produtos manufaturados.

PRODUÇÃO SECUNDÁRIA: A MINERAÇÃO

A produção mineral no Acre não é significativa. É mais caracterizada pela extração limitada de areia e argila e, eventualmente, rochas como brita ou cascalho, conforme dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). O volume de vendas do Acre foi de R\$ 2,15 milhões em 2021, à frente apenas do Distrito Federal.

Assim, a produção acreana é insuficiente para atender à demanda local, levando à importação de materiais de outros estados. O setor enfrenta ausência de diversidade mineral e de infraestrutura adequada para extração e transporte. Além disso, a falta de regulamentação e fiscalização contribui para a informalidade, para a existência de alguns garimpos e a exploração ilegal de recursos minerais. Levantamento de 2020 do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil indicou dois pontos de garimpo ilegal no Acre: um na capital Rio Branco e outro no Parque Estadual do Chandless. Em 2021, o setor gerou apenas 3.201 postos de trabalho, com remuneração inferior à média nacional. Há escassez de mão de obra qualificada para o setor.

A areia foi vendida, em 2021, no volume de R\$ 1,78 milhão, enquanto a argila foi vendida no volume de, aproximadamente, R\$ 500 mil, valores que correspondiam a 0,1% do total de areia e de argila do Brasil, mas, no caso da areia, a participação nos anos anteriores era maior, de 0,3%, em média. No total, 16 pessoas físicas e jurídicas exploravam substâncias minerais, das quais apenas uma era de porte médio (com receita anual entre R\$ 4,8 e R\$ 78 milhões), enquanto as demais tinham pequeno porte ou, sobretudo, micro. Metade dessas empresas estava sediada na capital Rio Branco, e as demais nos municípios de Cruzeiro do Sul e Senador Guiomard.

Desde 2017, não há registro na ANM de comercialização de rochas (brita ou cascalho) no Estado. O Acre não recebe investimento privado em pesquisa mineral desde 2014. A agência informa que esses dados são coletados de forma auto declaratória pelas empresas exploradoras.

No que se refere aos metais, não há registro de nenhum processo deferido de extração, somente de áreas com pesquisas autorizadas. Outros requerimentos de pesquisa ainda não foram concluídos, para extração de areia, minérios e pedras preciosas, principalmente no Vale do Juruá e Vale do Acre.

A ANM regula a extração de água mineral. No Acre, 89% da água coletada é vendida em garrafão e 10% em garrafinhas plásticas. No Brasil, essa média é de 61% e 27%, respectivamente. Em 2021, as vendas de água mineral no Estado somaram R\$ 13,43 milhões, o que equivalia a 0,3% do total nacional, um resultado três vezes acima do obtido no ano de 2020, embora a quantidade de litros tenha crescido 50% nesse período.

Em relação ao petróleo e ao gás, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) chegou a investir, durante 10 anos, mais de R\$ 100 milhões em buscas nas bacias sedimentares do Acre e Madre de Dios. Mesmo com a confirmação de petróleo e gás de xisto, as reservas não estão dimensionadas e, em 2013, não houve interesse nos leilões apresentados, principalmente pela falta de infraestrutura, a distância dos principais mercados consumidores e poucas informações geológicas. Desde 2015 e 2016, decisões judiciais paralisaram as atividades de exploração da Petrobras no Acre (Bloco AC-T-08). A situação atual é de impossibilidade legal. Assim, não há blocos de exploração de petróleo e de gás ativos no Acre.

PRODUÇÃO SECUNDÁRIA: A CONSTRUÇÃO

O setor da construção no Acre tem enfrentado queda significativa no número de empresas desde 2015, com 3.201 empregos gerados em 2021, equivalente ao nível de 2008. A informalidade é alta

(73% dos empregos) e a remuneração média é 17,5% menor do que a média nacional. A dependência de insumos e materiais de fora representa um risco para a sustentabilidade do setor. Os principais problemas incluem a baixa geração de empregos, a falta de investimentos em infraestrutura e a escassez de mão de obra qualificada. A dificuldade em acessar crédito e a carga tributária elevada limitam o crescimento e a competitividade do setor da construção no Estado.

Em 2021, o número de empresas de construção no Brasil era de 61 mil (110% maior do que em 2007). No Acre, são estimadas 93 empresas de construção de menor porte (empregando 224 trabalhadores no total) e 90 de maior porte (com 2.738 trabalhadores). Entre 2012 e 2016, as empresas de construção no Estado representavam 0,30% do setor nacional. Em 2021, chegaram a representar somente 0,07%.

A empregabilidade da construção no Estado foi uma das menores nos anos recentes: desde 2018, foram gerados menos de quatro mil empregos e, em 2021, 3.201, sendo que, em 2013, o volume era de 8.298 (queda de 62%). Em 2021, a remuneração média na construção era de R\$ 3.290 (17,5% menor do que a média nacional de R\$ 3.960).

O valor das obras no Acre, em 2021, somou R\$ 523 milhões. Isso representa 0,16% do total do Brasil, e é equivalente ao valor do ano de 2007. Tal situação foi agravada porque a inflação acumulada do período foi de 122%.

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) é um levantamento do IBGE e da Caixa Econômica Federal (CEF) sobre custos vigentes de construção civil, incluindo habitação e infraestrutura. Em janeiro de 2023, o custo da obra por metro quadrado na média brasileira era de R\$ 1.684,45; na região Norte, era de R\$ 1.709,77; e, no Acre, de R\$ 1.802,17 (terceiro maior valor do Brasil, atrás de Santa Catarina e do Rio de Janeiro). A variação nos últimos 12 meses foi de 10,58% no Acre, próximo à média nacional (10,45%) e inferior à média da região Norte (12,11%).

Nas empresas de menor porte, o custo total das obras era de R\$ 23 milhões em 2021, dos quais os gastos com pessoal representavam 22%, os insumos 55% e “outros custos” 18%. Nas empresas maiores – com cinco ou mais empregados – o custo total era de R\$ 311 milhões, com gastos, respectivamente, de 31%, 51% e 17% (pessoas, insumos e outros). As empresas com até quatro empregados representavam 7% do mercado de construção.

Durante entrevista em fevereiro de 2023, Paulo Eduardo Santoyo, presidente da Dom Porquito, afirmou que “no Acre a indústria (da construção) não é autossuficiente para construir moradias. Essas indústrias são capazes de avançar sozinhas, com um pequeno incentivo do governo, e gerar riquezas para o Estado”, apontou o empresário.

A construção é, tradicionalmente, um dos setores com maior nível de informalidade. A partir de dados do Sistema de Contas Nacionais é possível verificar que, na Região Norte, 80% dos serviços de construção são informais e que, no Acre, o nível de informalidade é menor, com cerca de 73%.

PRODUÇÃO TERCIÁRIA: OS SERVIÇOS

Entre as atividades do setor terciário, no Estado predominam os serviços. O setor faturou R\$ 1,94 bilhões em 2021 (0,1% do faturamento nacional) e empregou quase 21 mil pessoas (0,2% do pessoal ocupado). O volume de receita das empresas de serviço acreanas foi de R\$ 1,36 milhão por empresa, 14,5% menor do que a média nacional. O setor pagou R\$ 1.780/mês, ou seja, uma remuneração 34% menor do que a média nacional. Os faturamentos dos grupos de Informação e Comunicação (26,3%) e de Serviços Prestados às Famílias (12,3%) se destacaram, posicionando-se, respectivamente, como o terceiro e o quinto maiores faturamentos do Brasil, de acordo com a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE, 2020/2021.

A pandemia de 2020 impactou negativamente o setor, resultando em uma diminuição de 0,5% das vagas e uma queda de 2,3% no fa-

turamento, mas, entre 2020 e 2021, o faturamento voltou a crescer (19,5%). Os principais desafios incluem a baixa remuneração, a falta de qualificação da mão de obra e a informalidade, fatores que comprometem a competitividade e o crescimento do setor de serviços.

O IBGE utiliza a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), agrupando as empresas por atividades de serviço de acordo com modelo internacional, reunindo-as em sete grupos.

No Acre, o grupo de Serviços Profissionais e Administrativos foi o maior em todos os quatro critérios, sobretudo de pessoal ocupado e volume de salários. Em 2021, foi responsável por 43% de todo o faturamento e 67% (2/3) dos empregos do setor de serviços, enquanto a média nacional foi de 27% e 14%, respectivamente. O grupo participa de 70% de toda a remuneração e, em média, paga pouco mais de 1,5 salário-mínimo ao ano por pessoa ocupada.

O segundo maior grupo foi o de Informação e Comunicação, que respondeu por 26,3% do faturamento do setor e paga a melhor remuneração média, mas que tem diminuído sensivelmente – já foram mais de quatro salários-mínimos para cada empregado, em 2008, e esse valor caiu para quase dois salários em 2020.

O terceiro grupo, em 2021, foi o de Transportes, com 13% do faturamento, formado pelas atividades de serviço rodoviário, aquaviário, aeroviário, ferroviário, dutoviário, correios e entregas, armazenamento e outros serviços auxiliares. A atividade de transporte rodoviário (passageiros e carga) correspondeu a 7,5% de toda a receita do setor de serviços e representou mais da metade do faturamento do grupo. No geral, a remuneração dos empregados ficou na média em 1,5 de salário-mínimo (SM), mas, em 2021, caiu para 1,3 SM. Contudo, a atividade rodoviária (passageiros e carga) pagou, em 2020, somente 1,13 SM, em média, enquanto as demais atividades (correios e entregas, armazenagem e outros transportes) pagaram, em média, três salários-mínimos.

O quarto grupo de maior faturamento foi o de Serviços Prestados às Famílias (atividades de alojamento e alimentação, cultura, esportes

e recreação, ensino continuado e serviços pessoais), responsável por 12,3% do faturamento, sendo que atividades de alojamento e alimentação somaram 10%. Esse grupo tinha remuneração entre 2,5 e três SM, mas com a pandemia, a remuneração média caiu para 1,75 SM. Os quatro grupos somaram 94% do faturamento do setor de serviços. Os demais foram: Atividades Imobiliárias, Manutenção e Reparação e Outros Serviços.

PRODUÇÃO TERCIÁRIA: O COMÉRCIO

Apesar de um crescimento de 19,5% no faturamento entre 2020 e 2021, a empregabilidade no comércio tem mostrado uma tendência de estabilidade desde 2014. O comércio representa 70,8% das empresas do Acre, com predominância do varejo, que inclui roupas, alimentos e serviços. Apesar da leve recuperação após a pandemia, o setor ainda enfrenta desafios relacionados à alta taxa de informalidade, que compromete a arrecadação e a competitividade, e à falta de planejamento por parte de muitos empreendedores.

A escassez de investimentos em infraestrutura e a dificuldade de acesso ao crédito limitam o crescimento do comércio. Durante as oficinas do Plano Estratégico, realizadas pelo Instituto Sapien, foi apontado que o setor de comércio (assim como o de serviços), apresenta vários gargalos relacionados à fiscalização, tributação, investimentos, mão de obra e acesso ao crédito, que interferem na produtividade, qualidade e competitividade das empresas, bem como no acesso a mercados públicos e privados e de exportação.

Comércio acreano é a atividade econômica que mais emprega e tem menor taxa de demissão, mas enfrenta alta taxa tributária e dificuldade de acesso ao crédito.

Pesquisa realizada pelo Sebrae em 2019, com 400 empresários acreanos, revelou que 56,3% dos empreendedores são homens e

34,8% mulheres. Grande parte do empresariado local tem entre 25 e 59 anos, sendo que, em termos de escolaridade, 36% possui o Ensino Médio completo. A renda média mensal se mantém entre dois e cinco SM. Jovens que terminam o Ensino Médio, entre 18 e 24 anos, constituem o segmento que o comércio mais absorve.

Em relação ao porte das empresas, 50,8% são microempreendedores individuais e 41,3% das empresas têm registro na Junta Comercial Estadual. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o comércio no Estado é a atividade econômica que mais emprega e que tem menor taxa de demissão.

Os sete desafios mais citados pelos entrevistados para a sobrevivência das empresas foram: encargos e impostos (60,7%), segurança pública (36,8%), acesso ao crédito (33%), falta de apoio do governo local (31,4%), poder comprar mais barato (28,3%), concorrência e valor do aluguel (ambos cerca de 26%).

As empresas são encerradas, em média, quando completam quatro anos de vida, o que corresponde à média nacional. Em geral, o investimento feito para abertura do negócio é recuperado e pouco mais da metade dos empreendedores permanece na mesma situação financeira em que se encontravam ao iniciar o negócio (51,2%).

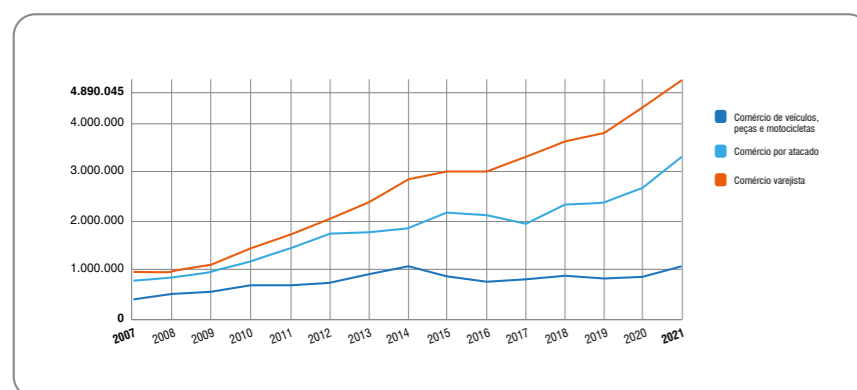
Os municípios que mais possuem estabelecimentos ativos no Acre são Rio Branco e Cruzeiro do Sul, com 72%. O tempo de existência das entidades ativas no Estado é um pouco maior do que a média nacional, com duração de 8,4 anos. No País, as empresas ativas duram em média 7,7 anos.

Seguindo a média nacional, o Acre possui mais de 60% dos CNPJs de empresários individuais (MEI). A soma de empresas acreanas (Ltda., Eireli, S/A, cooperativas, empresas públicas e outras), resulta em 19,1% – quantidade bem menor do que a média nacional de 26,3%, demonstrando que há espaço para um empreendedorismo mais vigoroso no Estado.

Desde 1996, o IBGE passou a publicar a Pesquisa Anual de Comércio (PAC), com a inclusão de resultados por Estado a partir de 1997.

Embora as coletas até 2007 adotassem grandezas diferentes, os resultados eram próximos aos atuais. No Acre, o número de estabelecimentos comerciais se mantém estável desde 2008, com queda de 10% em 2020, devido à pandemia de covid-19. Em 2021, retornou com massa de estabelecimentos parecida com a observada em 2019.

Gráfico 17 – Grupos de Atividades Comerciais no Acre



Fonte: IBGE – Pesquisa Anual de Comércio (PAC), 2007-2021

PRODUÇÃO TERCIÁRIA: O TURISMO

A importância do setor de turismo na economia do Acre é pequena e recente, mas tem mostrado evolução, principalmente com a definição de polos de desenvolvimento e um aumento no número de empreendimentos turísticos. No entanto, a atividade turística é concentrada na capital, o que reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura nos locais com maior potencial turístico, nos serviços hoteleiros e de alimentação, além de aumentar a oferta de hospedagem.

Para acelerar o desenvolvimento do turismo como instrumento de avanço da economia acreana, apontam-se aspectos como a necessidade de descentralização do setor, diminuir a informalidade e

ampliar investimentos em promoção e capacitação. A dependência de voos e transporte terrestre limitados e a concorrência de destinos turísticos também afetam a acessibilidade e a atratividade do Estado como destino turístico, o que foi levantado durante a etapa do Plano Estratégico elaborado pelo Instituto Sapien. Outros gargalos apontados foram a falta de infraestrutura adequada e a baixa oferta de serviços hoteleiros e de alimentação.

O coordenador de Turismo da Fecomércio-AC, João Bosco Nunes, em entrevista concedida em dezembro de 2022, avaliou que a primeira coisa que precisa ser feita para nortear o setor é revalidar o Plano Estadual de Turismo: “Com isso, poderemos fazer um trabalho sério, de base comunitária, voltado à consolidação transfronteiriça Acre, Peru e Bolívia; e, também, do nosso ecoturismo e do etnoturismo no Vale do Juruá, chamando não só as instituições públicas e privadas, mas toda a cadeia produtiva”, afirmou.

Representante da comunidade Fortaleza, no município acreano de Capixaba, Saturnino Brito do Nascimento afirmou que o Estado tem um potencial turístico muito grande. Para ele, “nem parece que há esse potencial todo, visto que aqui não temos um litoral vistoso, mas temos outras atrações, como a nossa cultura acreana”, destacou durante entrevista realizada pelo projeto, no final de 2023.

Uma das mais consistentes e completas pesquisas que oferecem dados no segmento do turismo deu-se com o ZEE Fase III (2021), que utilizou, como referencial de análise, a renda gerada pelo setor para organizar dados e acompanhar sua evolução. Em 2010, a atividade gerou R\$ 209 milhões e, em 2016, a renda foi estimada em R\$ 340 milhões (IBGE, 2016), proveniente dos serviços de alojamento e alimentação, que apresentaram bom desempenho em 2015, com volume acima da média histórica de R\$ 639 milhões.

O turismo no Acre caracteriza-se por uma quantidade relativamente alta de ingressos de estrangeiros via terrestre. Com relação às viagens aéreas, há pouca representatividade de voos internacionais, enquanto os voos domésticos são mais relevantes do que a movimentação de passageiros nas rodoviárias.

O Estado tem sido, tradicionalmente, porta de entrada para a Amazônia, e vem sofrendo forte impacto no fluxo de turistas internacionais nos últimos anos. Entre 2019 e 2021, houve queda de 98,9% na recepção de turistas estrangeiros, como reflexo da pandemia. Em 2019, o Acre recebeu 30.607 turistas e, em 2020, esse número caiu para 6.820. No ano seguinte, foi registrada a recepção de apenas 322 turistas internacionais. Até 2019, os turistas estrangeiros que entravam pelo Acre representavam 0,5% do total do Brasil, e em 2022, esta participação caiu para 0,04%.

Para o diretor técnico do Sebrae Acre, Lauro da Veiga Santos, “o Estado tem hoje duas estratégias bem distintas e definidas: o turismo na capital e o turismo de negócios. É preciso investir na parte histórica e cultural”, citou em depoimento concedido em dezembro de 2022. E lembrou: “Temos um voo da Gol que faz Brasília – Rio Branco e Rio Branco – Cruzeiro do Sul. Aí vemos muitos turistas, inclusive estrangeiros, vindo participar de festivais indígenas, fazendo turismo de experiência, e isso tem aquecido muito o turismo. Então, este é um turismo altamente rentável, que movimenta a economia local”, opinou.

Entre 2017 e 2019, 53% dos estrangeiros vieram do Peru e 38% da Bolívia. Outros países da América do Sul, como Colômbia, Argentina e Chile costumavam ser a origem de pelo menos 100 estrangeiros ao ano para o Acre, assim como alguns países da Europa, como França e Alemanha. Entre 2018 e 2019, o número de venezuelanos aumentou expressivamente: passou de 100, em 2017, para 1.278, em 2019. Mais de 99% dos estrangeiros ingressam por via terrestre. Eventualmente, há entradas pelos aeroportos internacionais de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco (menos de 100 ao ano, até 2019, e nenhum depois desse ano). Há dados de entrada de estrangeiros por via fluvial, menos de 100, nos anos com registro.

Segundo informações da Secretaria de Estado do Turismo do Acre (Setur, 2017) divulgadas no ZEE-III, o fluxo turístico de entrada no Estado distribui-se entre Amazonas (20%), São Paulo (15%) e Ceará (15%), com maioria dos turistas oriunda do território nacional.

AEROPORTOS E RODOVIÁRIAS

Em 2021, os embarques e desembarques de passageiros nos aeroportos do Acre representavam cerca de 0,3% do volume nacional e 3,8% do volume da Região Norte. No total, foram 157.732 embarques e 158.336 desembarques. Em 2019, houve 202.625 embarques e 209.551 desembarques – queda média de 23% no período. Enquanto a média nacional de passageiros que viajam em voos não regulares é de 2,4%, no Acre esse percentual é de menos de 0,5%. Entenda-se, aqui, voos não regulares como aqueles fretados sem regularidade e frequência. Em rodoviárias, a movimentação de passageiros, em 2021, foi muito baixa: 1.688 embarques e 2.047 desembarques. Esta quantidade é cerca de 20% maior do que a registrada em 2019.

De acordo com Nunes, da Fecomércio-AC, “no Acre os voos e as linhas regulares de ônibus retornaram. A cadeia hoteleira está quase sempre lotada, os eventos e negócios voltaram, os voos e hotéis estão lotados, assim como os bares e restaurantes. Enfim, o Acre está retornando ao seu ápice no turismo, mesmo dentro de condições limitadas. Estamos vendo um cenário muito positivo após a pandemia”, comentou. Em seu depoimento, concedido em dezembro de 2022, o coordenador ressaltou, no entanto, que é preciso “envolver toda a cadeia produtiva – hoteleiros, bares e restaurantes, transportadores e pessoal dos aeroportos que foram privatizados, para melhorar tanto as condições das tarifas dos voos domésticos como a malha aérea regional, ligando Rio Branco a Porto Velho, Manaus, até Cusco novamente”. Ele lembrou, ainda, que “já tivemos a Star Peru e, por pouco, não tivemos a Amazônia Boliviana fazendo voos transfronteiriços. Isso é fundamental”, ponderou.

EMPRESAS E SERVIÇOS DE TURISMO

Segundo o IBGE (2016), os empreendimentos turísticos do Acre apresentaram crescimento notável de 2007 a 2015, com destaque

para o período de 2012 a 2015, quando alcançaram 351 empreendimentos.

A atividade gerou 2.062 empregos em 2008, subindo para 3.083, em 2013 (crescimento de quase 50%). Em relação aos estabelecimentos de turismo, houve evolução positiva de 64%, aumentando de 300 unidades, em 2008, para 492, em 2013.

A quantidade de agências tem crescido em todo o País, segundo dados do Ministério do Turismo. No Brasil, esse crescimento foi de 154% entre 2011 e 2021. Mesmo com a pandemia de covid-19, este índice não parou de crescer, chegando ao total de 33.533 agências em 2021. No mesmo período, as agências de turismo no Acre cresceram 190%, notadamente em 2019. Mas entre 2020 e 2021, quando houve a pandemia, observa-se uma queda, com o fechamento de 16 agências.

O Acre apresenta rede hoteleira de pequeno porte. O número de estabelecimentos nesse setor representa 1% do Brasil, sendo que o número de quartos nos estabelecimentos é ainda menor (0,5%). Houve crescimento acentuado no início da década passada, chegando a 100 estabelecimentos de hospedagem em 2017, com queda a partir de 2018. Em 2021, havia 88 estabelecimentos (12% menos do que em 2017).

No Estado, destaca-se a área de bares e restaurantes, um dos segmentos que integram o Cadastro de Prestador de Serviços Turísticos (Cadastur), organizado pelo Ministério do Turismo. De 2012 a 2019, pelo menos 20% desse setor com cadastro correspondia a bares e restaurantes do Estado, com ápice em 2017 (52%). Nos anos seguintes, empresas de outros estados do Norte, sobretudo do Pará, começaram a se cadastrar, diminuindo a participação do Acre.

Já os transportes turísticos no Acre somaram cerca de 5% de participação em toda a Região Norte. O ano de 2017 revelou mais movimento nesse setor. Em relação às locadoras de veículos, o Acre tinha 11% da região, em 2021. A participação entre prestadoras de serviço foi de 7%; de organização de eventos foi de 5%; e de guias turísticos foi de 2% na Região Norte. Em 2021, a arrecadação federal com turismo no Acre representou 2% da Região Norte.

MOBILIZAÇÃO

Em 2021, teve início importante mobilização de pessoas e mais de 300 instituições do País, com o objetivo de impulsionar o setor de turismo, principalmente após as dificuldades ocasionadas pela pandemia de covid-19. O projeto “Vai Turismo – Rumo ao Futuro,

iniciativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresentou uma agenda única, com estratégias, recomendações e propostas de políticas públicas para implementar melhorias no setor e promover o turismo no Brasil. Depois de mais de 15 meses de execução, o projeto consolidou um conjunto de recomendações para o governo do Acre nas áreas de governança, tecnologia, inovação, sustentabilidade, acesso e acessibilidade.

Em agosto de 2021, com apoio do Ministério do Turismo, a Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo (SEET) lançou a página Turismo no Acre, para divulgar opções de hospedagem, gastronomia, bares e atrativos em cada município. O turismo é a terceira principal atividade dos indígenas aldeados (12,5%), atrás da agricultura (47,5%) e do comércio e artesanato (17,5%), que em grande parte está ligado ao turismo.

CONSIDERAÇÕES

O Acre apresenta desafios particulares nos setores secundário (indústria) e terciário (serviços), influenciados pela localização geográfica, histórico econômico e características socioambientais.

De modo geral, para todos os segmentos da economia, são necessários mais investimentos em infraestrutura, capacitação de mão de obra e políticas de incentivo como melhoria de acesso ao crédito e redução da carga tributária, essenciais para fortalecer a competitividade e promover a exportação.

No setor secundário, a economia acreana é fortemente dependente da exploração de recursos naturais, como madeira e borracha, o que causa vulnerabilidades em função das flutuações nos preços internacionais das *commodities*.

A falta de diversificação produtiva limita o crescimento e a geração de empregos de qualidade e a infraestrutura precária, como rodovias, energia elétrica e logística, encarece a produção e dificulta a competitividade das empresas.

A indústria do Acre, apesar do crescimento da receita líquida, tem maioria de empresas de pequeno porte e enfrenta desafios operacionais. Existe potencial para a diversificação de produtos, inovação e adoção de tecnologias digitais.

O aumento da demanda por produtos específicos e a expansão de cursos profissionalizantes podem impulsionar o setor.

Na construção, há oportunidades para crescimento, também com incremento na infraestrutura, especialmente em habitação popular e obras comerciais.

A demanda por reformas e melhorias residenciais, impulsionada pela pandemia, foi um dos aspectos que ajudou a revitalizar o setor.

No setor terciário, os serviços no Acre são marcados por altos níveis de informalidade, que podem resultar na precarização das condições de trabalho.

A baixa produtividade do setor de serviços é influenciada por fatores como falta de qualificação profissional e acesso limitado a tecnologias. Há potencial para crescimento por meio da digitalização e inovação, além da expansão de microempresas e de empreendimentos individuais.

Com um setor varejista diversificado, o comércio no Acre é formado por 85% das empresas criadas com recursos próprios, com possibilidade de expansão via diversificação de produtos e serviços, além da adoção de tecnologias digitais e *e-commerce*. O aumento da demanda por produtos sustentáveis e a capacitação de empreendedores podem impulsionar o crescimento do comércio.

Já no turismo, o Acre ainda enfrenta a concentração de atividades na capital.

A infraestrutura e a oferta de serviços hoteleiros e de alimentação são limitadas, o que impacta a experiência dos visitantes. Este é outro setor com potencial para diversificação, incluindo o turismo rural, indígena, de aventura e de negócios, com parcerias entre setores público e privado.

Tabela 10 – Hospedagem no Acre e Região Norte (2011 a 2021)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	473	577	646	670	605	599	725	976	1.095	931	942
Acre	35	58	71	86	92	98	100	84	98	92	88

Fonte: Anuário Estatístico do Turismo/Mtur, 2022.

O aumento do interesse por ecoturismo, etnoturismo e turismo sustentável pode ser um vetor para atrair visitantes.

É fundamental investir em infraestrutura hoteleira e capacitação da mão de obra local.

Estratégias de *marketing* e promoção regionalizadas são necessárias para descentralizar a atividade e destacar as características socioculturais do Acre.

Entre os pontos que foram destacados na etapa de Plano Estratégico – como será detalhado em capítulo específico –, estão a melhoria das condições de crédito e tributação; o desenvolvimento de *clusters* e redes colaborativas; implantação de centros de inovação e empreendedorismo; modernização da gestão empresarial; capacitação profissional; e incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento.

Da Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) produzida no Estado, 51% se referem à castanha-do-Brasil, com tendência de expansão, além do açaí e madeira, e retração para a produção de borracha. O próximo capítulo trata sobre o Extrativismo, que se constitui em importante atividade econômica no Estado, ao explorar produtos madeireiros ou não, como a borracha, castanha e açaí, entre outros. Também serão abordados os recursos naturais, territórios e povos do Acre.



Foto: Leticia Machado (Procon, Governo do Acre).

EXTRATIVISMO, TERRITÓRIOS E RECURSOS NATURAIS

Como nasceu o Acre

Povo Kulina, Alto Purus
Foto: Diego Gurgel

O crescimento econômico do Acre foi fortemente influenciado pela ocupação territorial resultante de ondas migratórias. O Estado passou várias fases de ocupação e desenvolvimento econômico, alicerçadas na exploração da borracha, da castanha, madeira e, ainda, na pesca e na agricultura, com foco, principalmente, nas atividades extrativistas. Em alguns períodos econômicos, enquanto a indústria e o setor de serviços perderam participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual, e a administração pública e a agropecuária mantiveram crescimento e representação, o extrativismo vegetal continuou se destacando como atividade produtiva importante e tradicional no Estado. Envolve produtos madeireiros ou não, como a borracha, a castanha e o açaí. Sua importância se dá pela geração de empregos e renda para as comunidades.

A cadeia de valor de produtos florestais é organizada por atividades como cultivo, manejo, plantio, pré-colheita e colheita, processamento e técnicas de confecção de estruturas e produtos e comercialização.

CONTEXTO

As terras do Acre correspondem a 1,9% do território nacional e a 4% da Amazônia Legal (bioma que engloba 6,7 milhões de km²). O Es-

tado possui 84% do seu território com cobertura florestal e 51% de Áreas Naturais Protegidas. Nove dos 22 municípios acreanos são considerados rurais. A Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), incluindo produtos como madeira, açaí e castanhas, tem sua relevância para o extrativismo do Acre. A castanha-do-Brasil é a principal cultura temporária do Estado, seguida do açaí e da madeira. A borracha apresenta tendência de queda.

Para o período 1972-1974, o Brasil criou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do qual se originou o Plano de Integração da Amazônia (PIN). Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), com a missão de realizar a reforma agrária, organizar e manter um cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas. Já o projeto de construção da Rodovia Transamazônica previa a criação de agrovilas, a partir da distribuição de lotes de terra com 100 hectares, que deveriam ser ocupados e transformados em áreas produtivas. O Incra exigia que metade de toda a área distribuída fosse desmatada e usada para a produção agrícola ou pecuária, como pré-condição para a emissão da posse definitiva.

A atividade extrativista teve papel fundamental no processo de ocupação do Acre.

Figura 06 – Cadeia de valor de produtos florestais/agroflorestais



Fonte: Instituto Sapien, 2024.

EXTRATIVISMO: INDICADORES

Como já antecipado, do total de PEVS produzida no Estado, 51% são de castanha-do-Brasil. O IBGE aponta tendência de expansão de produção para a castanha, açaí e madeira, e retração da

produção de borracha. Ressalta-se que 55% da PEVS no Estado se concentra em cinco municípios acreanos: Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Brasiléia e Feijó, sendo que os dois primeiros possuem liderança estadual na produção de castanhas e madeira.

Tabela 11 – Valor Bruto da Produção (x 1.000) por Produto de Extração Vegetal no Acre

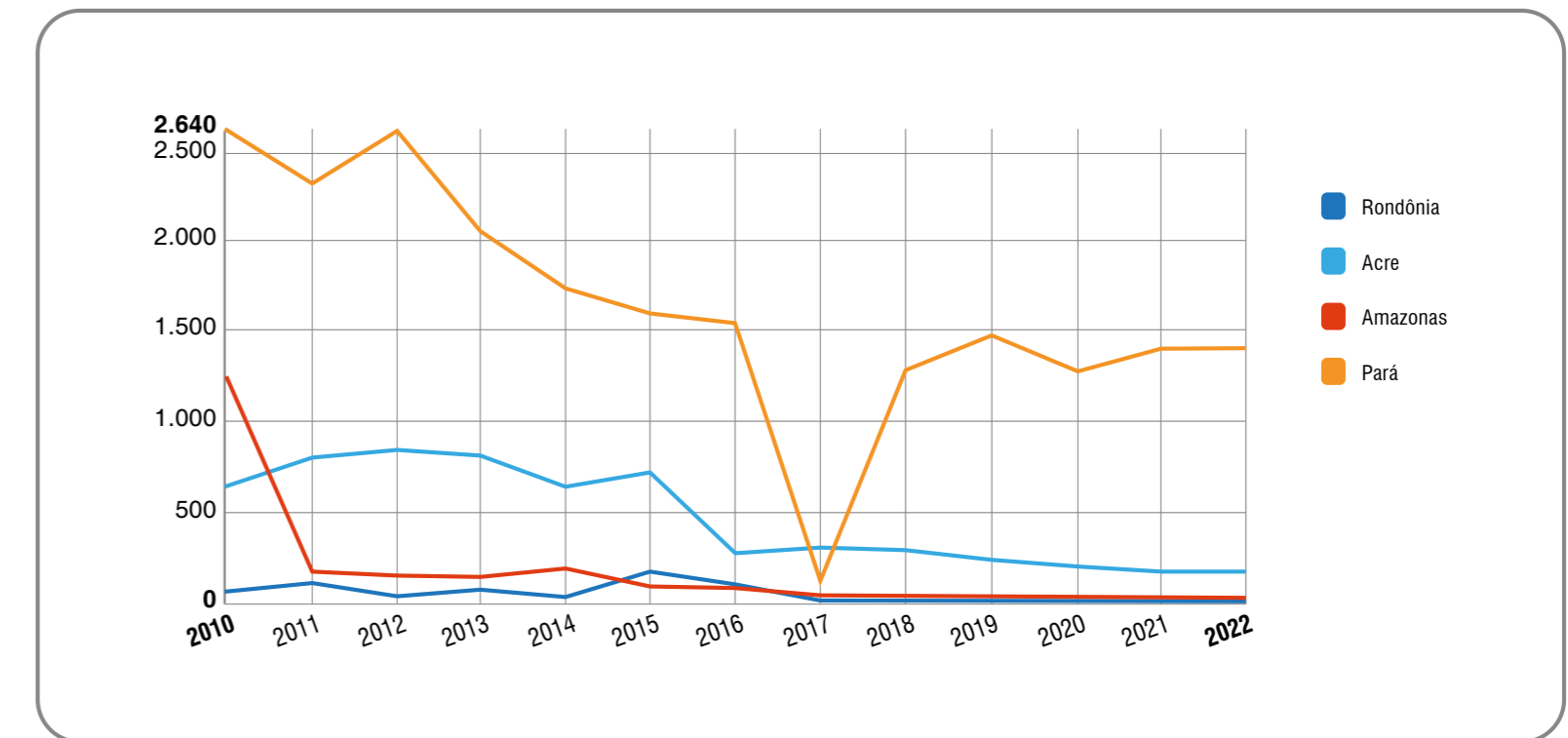
ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
EM REAIS (R\$)															
Açaí	352	393	666	743	916	923	1.256	1.391	2.791	4.269	7.085	5.567	5.333	5.160	5.524
Castanha-do-brasil	15.375	12.253	12.142	9.281	8.475	14.083	19.328	23.794	22.671	27.393	39.285	31.814	26.624	35.102	36.373
Borracha	3.616	2.883	2.592	2.135	1.501	1.843	2.003	1.733	2.126	1.250	823	643	1.052	944	1.450
Fibras	12	15	17	61	134				2	2	2	3	3	2	2
Carvão vegetal	610	642	720	819	998	1.125	1.697	1.561	1.410	1.625	2.224	2.247	1.970	1.873	1.956
Lenha	4.002	4.242	4.958	6.080	6.757	7.302	9.308	8.976	8.492	8.542	6.485	6.099	6.178	6.304	6.446
Madeira em tora	13.043	12.532	11.893	7.047	6.500	7.819	75.441	47.371	44.608	29.693	24.504	16.228	15.767	14.242	17.952
Oleaginosos	7	8	5	12	32	81	42	88	24	27	14	5	3	3	4
Total do Estado	37.017	32.968	32.963	26.178	25.313	33.176	109.075	84.914	82.124	72.801	80.422	62.606	56.930	63.630	69.707

Fonte: Documento-Síntese da Fase III do ZEE-AC, 2021

A tabela anterior demonstra, a partir de informações do IBGE, os produtos do extrativismo e de PEVS no Estado, listados no Documento do ZEE Acre – Fase III, o que aponta para a necessidade de maior diversificação de PEVS para os períodos de grandes oscilações no mercado. Em 2022, o extrativismo do Acre gerou R\$ 123 milhões aos coletores, muito mais do que no ano anterior (R\$ 115 milhões), terceiro menor valor total entre os estados da Amazônia Legal. Os principais setores acreanos são o látex, a madeira e alimentos que, juntos, somam 95% do valor pago aos extrativistas. O carvão vegetal soma 2% do valor.

Segundo a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), do IBGE, o Acre foi o maior produtor nacional de látex coagulado (7%) até 2001, quando sua produção decaiu. Nacionalmente, o volume produzido foi de R\$ 6,6 milhões e 99% dele oriundo da Amazônia Legal. Quase R\$ 6 milhões (62% do mercado nacional) foram provenientes do extrativismo no Acre. Xapuri recebe 22% do valor nacional. Com a produção de Tarauacá, Brasiléia, Sena Madureira, Capixaba e Feijó, o Acre alcança outros 40%.

Figura 07 – Produção de Látex Coagulado



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PEVS), 2023.

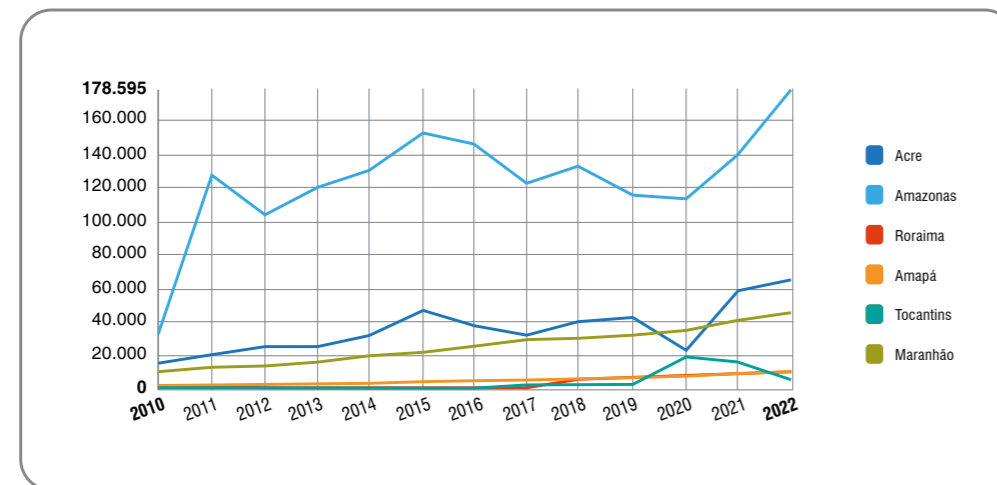
O carvão vegetal somou 2% do valor. O Acre responde por 1% do mercado nacional de madeira (11% lenha e 38% tora). Na Amazônia Legal, alguns estados dominam 88% do mercado nacional de toras: Pará (43%), Mato Grosso (31%), Rondônia e Amazonas (7%) cada. O valor pago ao extrativista, em 2022, somou R\$ 43,5 milhões com a tora e R\$ 6,3 milhões com a lenha. No Acre, o município de Feijó extrai 33% das toras; e Sena Madureira e Bujari somam outros 33%. A produção de lenha é bastante dispersa entre os municípios do Acre, sendo que a cidade com maior produção é Cruzeiro do Sul, com 15%.

O segmento alimentício representa 58% da produção extrativista do Acre que, em alguns períodos, chegou a ser o maior produtor do País de castanha-do-Brasil, sempre se colocando entre os três primeiros em produção. Em 2022, foi o segundo produtor, atrás do Amazonas, mas foi o Estado que mais recebeu pelo produto (R\$ 178 milhões ou 9,3% do mercado nacional, o que correspondeu a 3,5%

da receita total naquele ano). Já o açaí somou R\$ 6,2 milhões, valor que representa 0,72% do mercado nacional, do qual 80% estava no Pará, 12% no Amazonas e 5% no Maranhão. O volume total do extrativismo de alimentos no Acre foi de R\$ 65 milhões em 2022.

A moradora do Seringal Cachoeira, Emília Campos, em depoimento durante entrevista ao projeto no final de 2023, explicou que na sua comunidade “o forte é a castanha-do-Brasil. Os outros produtos são apenas complementação: tem ano que dão menos e ano que dão mais”. A safra da castanha-do-Brasil ocorre de janeiro a março, seguida pela produção do látex. Durante a estação seca, entre junho e agosto, a produção do látex diminui, sendo retomada em novembro e dezembro. A preparação para esses momentos inclui a busca por subsídios estaduais e federais, geralmente administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esse planejamento é crucial, pois os subsídios começam a ser distribuídos durante a pausa na safra.

Figura 08 – Produção Alimentícia com base na Extração Vegetal e Silvicultura



Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, 2023.

POVOS E TERRITÓRIOS

A ocupação no Acre foi muito impactada pela chegada de migrantes, que formaram a população seringueira e extrativista. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) inclui, além de povos indígenas, outros grupos tradicionais presentes no Estado e na Região Norte, tais como: extrativistas, castanheiros, pescadores artesanais, seringueiros e ribeirinhos, entre outros. No Acre, diversas comunidades tradicionais desempenham papel relevante, a partir da ocupação humana e sua relação com os territórios.

Os indígenas representam parte importante da população acreana, com mais de 20 etnias, segundo o IBGE. Os dados preliminares do Censo Demográfico Indígena 2022, divulgados em agosto de 2023, revelaram que a população indígena do Acre é de 31.699 habitantes, dos quais 61,79% vivem em Terras Indígenas (TIs) e 38,21% fora delas. Esse total representa 3,8% de toda a população do Estado. Em termos absolutos, o Acre tem o 13º maior quantitativo de população indígena do País, e representa o quarto lugar em termos percentuais. O Acre possui 36 TIs reconhecidas, que correspondem a 2.390.112 hectares ou 14,55 % da área do Estado.

Já os ribeirinhos, que vivem às margens dos rios e lagos, formam comunidades de pequenos agricultores e extrativistas, tanto pelo uso de recursos vegetais nativos, quanto pela caça e pesca, considerada uma atividade extrativista ribeirinha. Há descrições em planos de manejo de Reservas Extrativistas (Resex) do Acre e é rara a Unidade de Conservação (UC) que não possua população tradicional residente, sendo a Estação Ecológica do Rio Acre a única exceção, embora não estejam disponíveis dados sobre o volume de caça, pesca e extrativismo vegetal ou criação de animais e plantio.

O documento-síntese da Fase III do ZEE considera que, embora os ribeirinhos sejam uma população que margeia os rios, sua identidade se dá por hábitos e costumes extrativistas. Em sua maioria, são pequenos produtores rurais em áreas já consolidadas.

Os ribeirinhos distinguem-se dos povos não indígenas por estarem dispersos em grupos pequenos e desarticulados e não fo-

ram um conjunto com dados estatísticos equivalentes ao censo indígena. A identidade ribeirinha, portanto, se confunde com a dos seringueiros (extrativistas) e é próxima, geralmente, da população indígena.

A estimativa da população ribeirinha no Acre é de 51,8 mil habitantes entre 18 e 59 anos de idade. Esse total representa 5,5% da população ribeirinha de todo o País. As cidades de Rio Branco e Tarauacá são as que têm maior população ribeirinha, com 7.394 e 7.487 pessoas, respectivamente, seguidas de Marechal Thaumaturgo (5.479 ribeirinhos). Muitos ribeirinhos habitam as Resex.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RESERVAS EXTRATIVISTAS

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas de proteção da biodiversidade e de promoção do desenvolvimento. No Acre, a Lei Estadual nº 1.701/2006 estabeleceu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc), que complementa legislação federal e adapta suas diretrizes à realidade e às particularidades do Estado. Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento (Semapi, 2024), o Acre tem 46,79% (7.678.825 hectares) de seu território composto por áreas naturais protegidas e 87% de floresta nativa. O Estado possui, ainda, 21 UCs, entre federais e estaduais, que ocupam 32,22% (5.288.713 hectares) do território, além de 36 Terras Indígenas reconhecidas.

Do total de UCs, três são de proteção integral, ou seja, têm como objetivo a preservação da natureza e o uso apenas indireto dos re-

ursos naturais. São elas: Estação Ecológica do Rio Acre, Parque Nacional da Serra do Divisor – de responsabilidade do governo federal –, e Parque Estadual do Chandless (segundo maior da Região Norte), gerido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). As outras 18 admitem a presença de moradores, que conservem e usem de forma racional parcela dos recursos.

O governo estadual é responsável por oito UCs: Chandless, Florestas Estaduais do Antimary, do Rio Gregório, do Mogno, do Rio Liberdade, Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim Pentecoste, Áreas de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco, Lago do Amapá e Floresta Estadual do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari. Na capital, há a Área de Proteção Ambiental (APA)

Raimundo Irineu Serra, criada em 2005.

A Resex é uma categoria de Unidade de Conservação que visa proteger territórios ocupados, tradicionalmente, por populações extrativistas, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais por essas comunidades. O Brasil possui 96 reservas extrativistas, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Na Amazônia, são 71, das quais cinco estão no Acre: as Resex Riozinho da Liberdade, Alto Juruá, Alto Tarauacá, Chico Mendes e Cazumbá-Iracema.

Segundo dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), analisados pela Embrapa, o território oficial do Acre é de 164.123 km² e tem 58% (descontadas as sobreposições) do total em áreas legalmente atribuídas, sendo que 15 Unidades de Conservação ocupam 29% das terras do Estado, além de 155 assentamentos rurais, ocupando 1/3 do Acre. A área total das Resex brasileiras é de cerca de 15,7 milhões de hectares e as cinco Resex do Acre somam 2.704.354 hectares, o que representa 16,74% do território acreano, ou 17,2% da área total de Resex do País. Duas fazem fronteira com o Peru: Alto Juruá e Chico Mendes.

Tabela 12 – Reservas Extrativistas (Resex) Federais no Acre

Tipo de Território	Área (em hectares)	Características
Resex Riozinho da Liberdade	325.603	uso sustentável, gestão federal
Resex Alto Juruá	506.186	uso sustentável, gestão federal
Resex Alto Tarauacá	151.200	uso sustentável, gestão federal
Resex Chico Mendes	970.570	uso sustentável, gestão federal
Resex Cazumbá-Iracema	750.795	uso sustentável, gestão federal
Total	2.704.354	

Fonte: Instituto Sapien, com base no Documento Síntese do ZEE-AC Fase II

Conforme o documento-síntese da Fase II do ZEE, a Resex “atende, especificamente, a dois objetivos: promover a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais e manter o meio de vida e a cultura das populações tradicionais (chamadas de “extrativistas” na legislação anterior)”. Nessas áreas, a extração de produtos naturais como castanha-do-Brasil, látex, frutas e óleos vegetais é permitida, desde que respeitando os ciclos naturais e a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Os produtos extrativos mais significativos das Resex no Acre são a borracha e a castanha-do-Brasil. Além do extrativismo vegetal, a caça e a agricultura familiar compõem um modo de vida que resultou nas paisagens atuais. A agricultura praticada nas Resex é tipicamente familiar, com exploração baseada no cultivo da mandioca, banana, arroz, milho e feijão. Nos anos estudados, a pecuária era praticada nas áreas, com elevada criação extensiva de bovinos de corte.

As Reservas Extrativistas são de domínio público, com uso coletivo concedido às populações extrativistas tradicionais por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Não é permitido lotear nem vender as colocações, e as áreas particulares, em

es, devem ser desapropriadas.

têm as seguintes possibilidades de exploração econômica: visitas; atividades econômicas sustentáveis por moradores e pesquisas científicas voltadas à conservação da natureza, permitidas com autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A produção em Reservas Extrativistas é regulada pelo Plano de Manejo e o Contrato de Concessão Real de Uso. A legislação anterior admitia ainda o Plano de Utilização que, à época da Fase II do ZEE Acre, era vigente somente para as Resex Alto Juruá e Chico Mendes. Esse documento foi incorporado por meio da Instrução Normativa ICMBio Nº 7, de 2017, que regula todo o Plano de Manejo e revoga a legislação anterior.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é responsável pela gestão dessas Resex e outras cinco reservas estão em processo de criação, na área de sua jurisdição: Croa (próximo a Cruzeiro do Sul); Rio Iaco (alto do Rio Iaco, em Sena Madureira); Currálinho (Rio Envira, em Feijó); Toma Cuidado (Rio Purus, Boca do Acre, próximo à Sena Madureira); e Mari Floresta (Rio Acre, Boca do Acre, próximo a Porto Acre). O Ibama-AC responde, ainda, pela Resex Arapixi, do município de Boca do Acre (Estado do Amazonas), por estar mais próxima de Rio Branco que de outras capitais.

RECURSOS NATURAIS: DESMATAMENTO E QUEIMADAS EM QUEDA

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, entre agosto de 2021 e julho de 2022, o Acre perdeu cerca de 847 km² de cobertura florestal¹⁵, enquanto entre 2006 e 2017 a área desmatada por ano não atingiu 400 km² no Estado. Os municípios mais desmatados concentram-se na divisa com Rondônia e Ama-

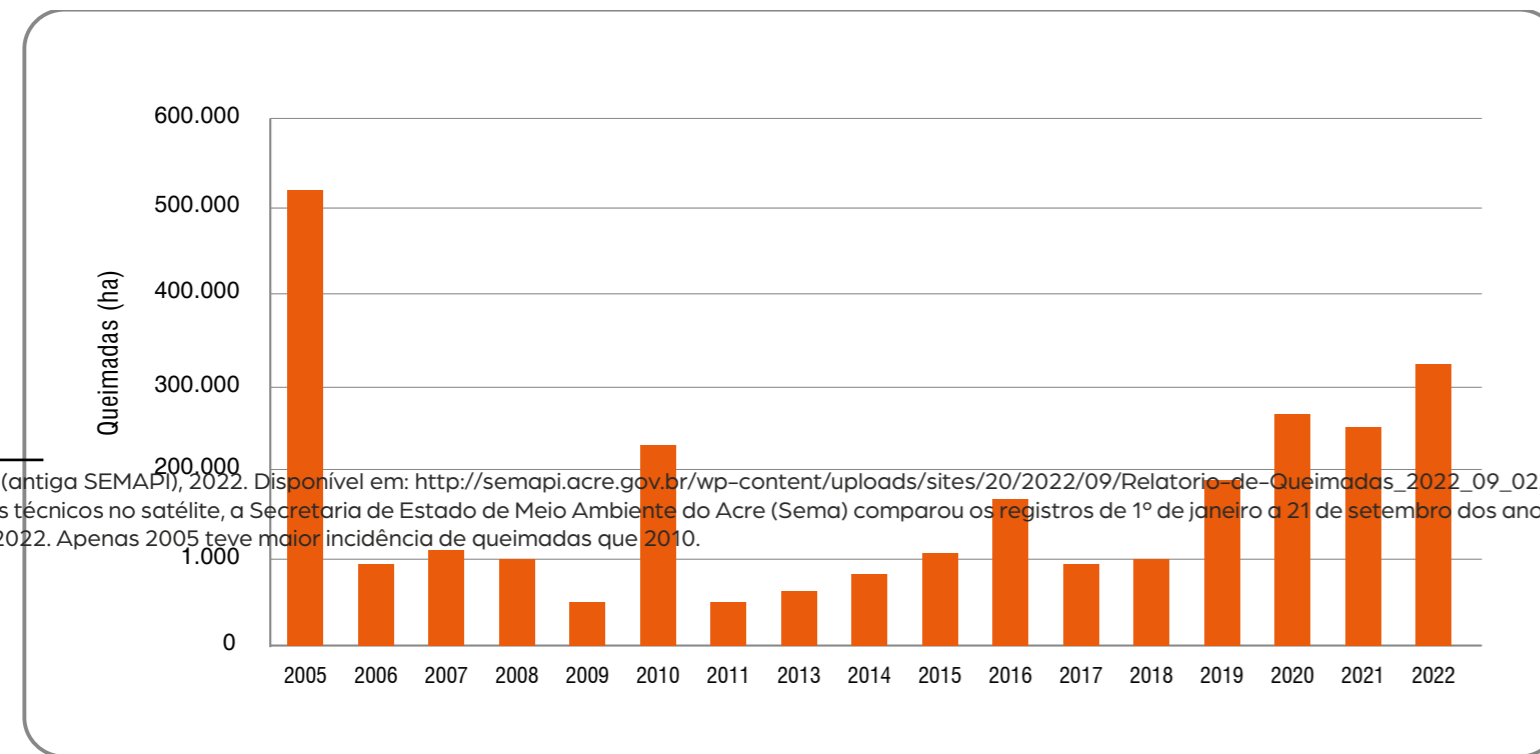
¹⁵ Fonte: INPE, 2022. Nota técnica disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt.br/as-suntos/ultimas-noticias/sei_01340-09084_2022_72_notatecnica_estimativa_pro-des_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf

zonas, na região conhecida como Amacro (que inclui o Acre) A área de desmatamento consolidado no Estado até 2022 somou 25.795 km², correspondente a 3,1% do total da Amazônia Legal, abaixo da participação do território total do Acre.

Em 2023, entre os estados amazônicos, o Acre foi o quarto menor em taxa de desmatamento, com 597 km² de vegetação suprimida até 10 de dezembro, queda 28,93%, maior do que a queda média registrada na Amazônia (22,3%).

Já em relação às queimadas, de janeiro a setembro de 2022, foram registrados mais de 8.500 focos de incêndio no Acre (de acordo com a Sema, a partir de dados do Inpe), maior volume desde 2010¹⁶.

Gráfico 18 – Evolução Anual da Área de Queimadas no Estado do Acre entre 2005 e 2022



¹⁶ Fonte: SEPI (antiga SEMAPI), 2022. Disponível em: http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2022/09/Relatorio-de-Queimadas_2022_09_022_N84-1.pdf Nota: por problemas técnicos no satélite, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema) comparou os registros de 1º de janeiro a 21 de setembro dos anos 2005, 2010, 2016, 2020, 2021 e 2022. Apenas 2005 teve maior incidência de queimadas que 2010.

Fonte: LabGAMA – Projeto AcreQueimadas, 2023.

No primeiro semestre de 2023, os alertas de desmatamento caíram 66%, de acordo com a Plataforma Terrabrasilis, do Inpe. Assim, o Acre fechou o ano com 270.552 hectares de área queimada, uma redução de 25% em relação a 2022.

Em abril de 2023, em entrevista para o projeto, o prefeito do município acreano de Capixaba, Dário Reis, argumentou que “a respon-

sabilidade pelo desmatamento não é só nossa (das comunidades)”. Ele coloca a questão “na conta dos governos e de quem faz a política pública, porque, às vezes, você tem leis e portarias inibindo o desmate ou o fogo, mas não há ferramentas e mecanismos para que o homem do campo consiga viver sem agredir tanto a natureza”, afirmou. Para o prefeito, o Acre é rico: “Temos uma biodiversidade riquíssima, uma fauna e flora fantásticas, muitas riquezas naturais e paisagens lindas.”

Já na opinião de João Bosco Nunes, coordenador de Turismo da Fecomércio-AC, em entrevista em dezembro de 2022, “ninguém desmata mais porque não é preciso. Por exemplo: a soja chegou no Acre em 2018 e os pecuaristas estão nadando de braçada, porque não precisa desmatar um hectare. Tem tanta terra aberta e nossa carne é maravilhosa, porque os bois têm de um a dois hectares para alimentação e não temos morros e montanhas. Portanto, é uma carne macia. Então, eu digo que temos que preservar, sim, mas, ao mesmo tempo, levar ramais, postos de saúde, educação e microcrédito agrícola principalmente”.

Por sua vez, o empresário Santoyo acredita que as atividades que mais se universalizam no Acre são o agronegócio e a agroindústria: “Mas precisamos da produção primária (que inclui o extrativismo). O Acre tem a grande sorte de ter economizado com pequenas propriedades. Temos pessoas prontas para produzir e esperando mais ações do governo e mais investimentos”, declarou.

CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento do Acre tem suas origens no extrativismo, mas é necessário garantir a modernização e a ampliação das condições de infraestrutura e serviços em comunidades com essa atividade econômica.

O próprio Plano Estratégico que será apresentado a seguir apontou a necessidade de mapear as cadeias produtivas, para organizar os investimentos em comunidades locais e tradicionais, que podem aumentar suas receitas com a criação de novos produtos e serviços associados aos recursos naturais e extrativistas locais, como alimentos, medicamentos, cosméticos, fibras e artesanatos.

A assistência técnica é essencial para o desenvolvimento e organização produtiva de empreendimentos de base florestal.

Introdução de técnicas para beneficiamento, embalagem e desen-

volvimento de produtos devem estar associadas ao aporte de tecnologias e de recursos para cadeias produtivas de maior viabilidade econômica.

Cooperação entre diferentes secretarias de governo, organizações da sociedade civil e setor privado pode contribuir para alinhar as ações do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) com outras iniciativas de desenvolvimento econômico.

Novas tecnologias devem ser utilizadas para melhorar as condições de monitoramento e controle ambiental, prever riscos de desmatamento, queimadas e desastres naturais.

Recuperar áreas de desenvolvimento sustentável, de nascentes e de cultivo e pastagens degradadas, contribui para desenvolver no-



PANORAMA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

*Qualificação, mais unidades
de saúde e diminuição da
criminalidade*

Foto: Dhércules Pinheiro (Governo do Acre)

vos empreendimentos rurais, com potencial econômico e de geração de renda.

Neste capítulo, são apontados os principais indicadores sociais do Acre nas áreas de Educação, Saúde e Segurança. Para determinadas estatísticas, foram apresentados comparativos com dados nacionais e de alguns estados da Região Norte.

As informações educacionais têm como premissa valorizar o capital humano e identificar como a estrutura educacional se relaciona com o potencial de crescimento econômico do Estado. Foram levantadas informações sobre Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio); Educação Profissional e Técnica; e Educação Superior. Foram elencados números de alunos, matrículas, escolas e docentes; acesso à internet e localização; desempenho escolar a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e dos indicadores do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa); e, ainda, demandas por cursos profissionais. No primeiro eixo, a principal base consultada foi o Censo da Educação Básica de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A saúde é outra importante área avaliada e, neste tema, foram consultados o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), incluindo a Pesquisa de Orçamentos Familiar (POF) e a Pesquisa Nacional da Saúde (PNS), de 2013, 2018 e 2019, e o Ministério da Saúde (CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, 2021).

O diagnóstico apurou aspectos como acessibilidade aos serviços de saúde pela população; quantidade de médicos e postos de atendimento; visitas médicas e odontológicas; acesso a planos de saúde e atendimentos em emergências; visitas domiciliares de agentes endêmicos; vacinação de animais domésticos contra a raiva; ausências ao trabalho por motivo de saúde; uso de medicina alternativa e gastos com alimentação, entre outros.

Já em relação à segurança, o levantamento teve como base indicadores mais recentes disponíveis sobre o cenário de criminalidade no Estado, entre 2017 e 2022. Além do contexto geral, foram apontadas estatísticas relacionadas às mulheres e públicos vulneráveis; homicídios e ocorrências policiais; crimes contra o patrimônio e crimes transfronteiriços; drogas ilícitas e de armas de fogo; dados do sistema prisional, acidentes de trânsito, crimes cibernéticos e estrutura das Forças de Segurança do Acre.

EDUCAÇÃO

INDICADORES DE DESEMPENHO

Um dos principais indicadores que avalia a qualidade do ensino nas escolas do País, tanto públicas como privadas, é o Ideb, divulgado a cada dois anos. O índice é calculado com base no desempenho dos alunos em avaliações padronizadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e nas taxas de aprovação, fornecendo uma visão dos avanços e desafios enfrentados pelo sistema educacional. Os resultados do Ideb são importantes para compreender o impacto das políticas educacionais implementadas e identificar áreas que precisam de maior atenção.

No Acre, em 2023 avançou o Ideb dos Anos Iniciais (primeiro ao quinto ano) do Ensino Fundamental: o Estado ficou com pontuação 5,8, apenas 0,2 a menos do que o índice do País, que foi de 6 pontos. Tanto em 2021 como em 2023, o Acre obteve a melhor pontuação em toda a Região Norte e ocupou a 11ª posição no *ranking* nacional

em relação aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, não avançou nos Anos Finais do Ensino Fundamental e manteve, em 2023, a mesma nota de 2021: 4,8 pontos.

Já em relação ao desempenho dos alunos do Ensino Médio, a nota do Ideb para o Acre em 2023 se manteve igual a de 2021 (4 pontos), mas abaixo da nacional, que foi de 4,3 pontos na última avaliação. Ao comparar as notas do Ideb, as escolas estaduais aumentaram o desempenho de 2021 para 2023, passando de 3,7 para 3,9 pontos, enquanto as instituições privadas tiveram desempenho menor, com nota média de 6,1, em 2021, e de 5,6, em 2023.

O Ideb mensura, ainda, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, em 2023, os estados com mais matrículas na modalidade tiveram indicador maior do que o registrado no índice do Ensino Médio regular. Embora o Acre tenha 21,4% dos alunos no Ensino Médio Integrado, esse indicador não refletiu na média do Ideb-EPT, que se manteve em 3,9 pontos em 2019 e em 2023 no Estado.

Outro indicador é o Pisa, da OCDE. Realizado a cada três anos, o programa avalia conhecimento e habilidades de estudantes de 15 anos em Matemática, Leitura e Ciências, além de domínios inovadores como Pensamento Criativo e Letramento Financeiro. As médias brasileiras não tiveram alterações significativas em 2022¹⁷, em relação a 2018.

Embora as edições mais recentes não apresentem dados por Estado, no Pisa 2022¹⁸, o Brasil ficou em 60º lugar no *ranking* geral mundial, entre 81 países. Os estudantes brasileiros obtiveram pontuação inferior à média da OCDE em Matemática, Leitura e Ciências. Em Matemática, o Brasil registrou o 65º lugar, com 379 pontos,

¹⁷ Em função da pandemia de covid-19, os países-membros e associados da OCDE decidiram adiar a avaliação do Pisa 2021 para 2022. Fonte: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_superior/matriz_de_referencia_de_analise_e_de_avaliacao_de_letramento_financeiro_pisa_2021.pdf

¹⁸ Fonte: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil prt.pdf

enquanto a média global foi de 472 pontos. Em Leitura, o Brasil ficou em 52º lugar, com 410 pontos, para média de 476, definida pela OCDE. E, em Ciências, o País obteve o 62º lugar, com 403 pontos, para média global de 485 pontos.

Em termos regionais, o Sul do Brasil registrou as melhores notas em todas as disciplinas, com as regiões Norte e Nordeste abaixo da média nacional. A diferença entre as notas do Sul e do Norte foi de 37 pontos em Matemática, mais de 30 pontos em Leitura e cerca de 40 pontos em Ciências.

CRESCIMENTO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No ano de 2022, foram registrados 12.677 docentes nas 1.523 escolas de Educação Básica do Acre. Em 2021, eram 9.695 em 1.547 escolas. Ou seja: aumentou o número de professores, embora tenha diminuído o número de unidades. A razão docente por escola cresceu de 6,3 para 8,3, indicando que houve contratação de mais profissionais. As escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental possuíam maior quantidade de professores (5,1 mil) e as creches menor quantidade (0,7 mil). A maior proporção de escolas se concentrava no Ensino Médio e nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Um indicador que chama a atenção é a quantidade de turmas por etapa de ensino: a maior parte dos ciclos tinha entre 20 e 28 alunos por turma, sendo as etapas de Educação de Jovens e Adultos - EJA Ensino Médio, Ensino Médio e Profissional Técnico com mais turmas.

Das 1.523 escolas de Educação Básica do Acre em 2022, 56,7% eram administradas por prefeituras. As escolas estaduais correspondiam a 40,1% do total e uma pequena porcentagem, 2,7%, era de instituições privadas, além de 0,5% federais.

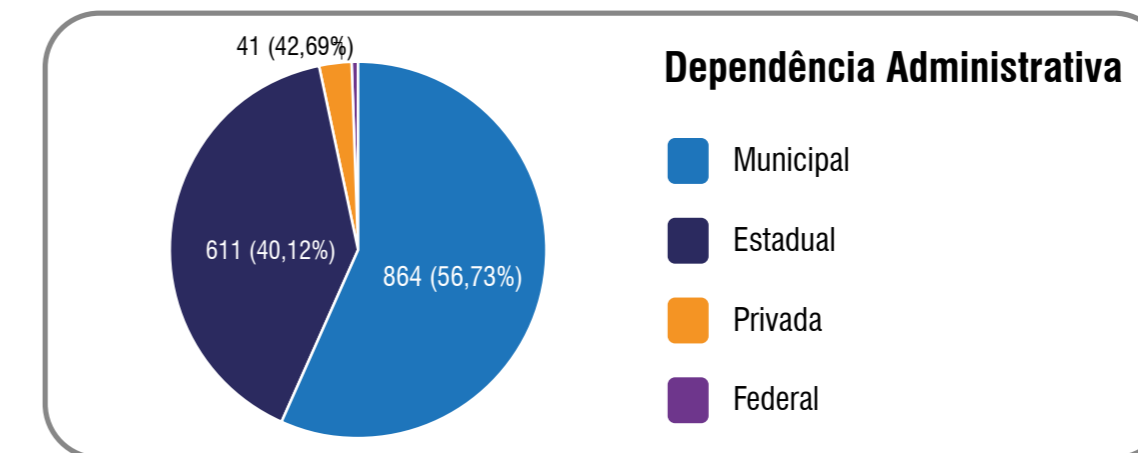
O Acre registrou aumento de professores na rede básica de ensino. Área rural tem carência de unidades e equipamentos

escolares.

Em 2022, os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental foram oferecidos, respectivamente, em 1.175 e 657 escolas. Naquele ano, existiam 210 escolas com serviço de creche (13,8% do total do Estado).

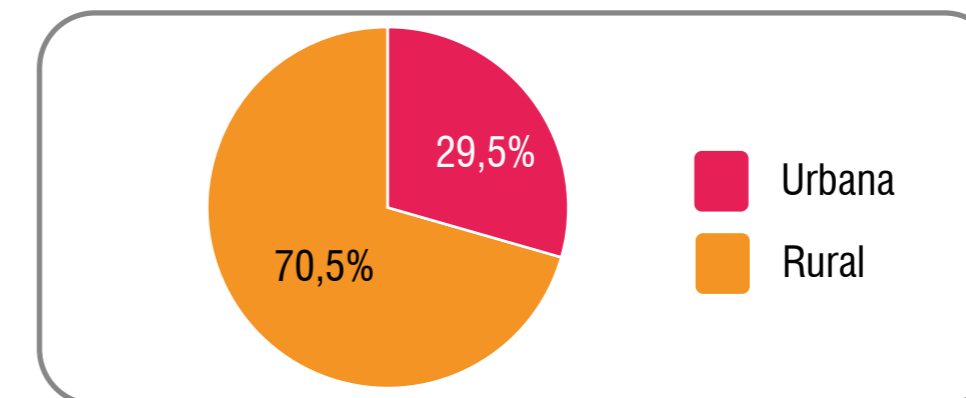
Em relação à distribuição geográfica, 70,5% das escolas acreanas se encontravam na zona rural e 29,5% na área urbana. As escolas urbanas concentravam 66,9% das matrículas do Ensino Fundamental e 76,2% das matrículas do ensino médio.

Gráfico 19 – Percentual de Escolas por Dependência Administrativa



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022)

Gráfico 20 – Distribuição das Escolas Acreanas (2022)



Fonte: Censo Educação Básica INEP (2022)

Em localização diferenciada¹⁹, estavam 23,6% das unidades, sendo 15% em Terras Indígenas e 8,6% em áreas de assentamento.

UNIDADES ESCOLARES E MATRÍCULAS

O Censo da Educação apontou a Região Norte como a de maior percentual de matrículas em escolas rurais (21,51%), em comparação com a média nacional, de 11,59%. No Acre, em 2022, foram registradas 254.295 matrículas na Educação Básica. Em 2021, eram 255.274 matrículas, indicando queda no número de alunos. A média foi de 167 matrículas por escola. Os municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá apresentaram maior volume, com 57% do total e, juntos, somaram 145.503 matrículas.

Ao avaliar as matrículas em Educação Básica por dependência administrativa, percebe-se predominância da rede estadual, com 56,4%, e a rede municipal com 37,4%. A maior concentração ocorreu nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, com 84 mil e 55 mil, respectivamente.

O ensino é considerado integral quando o aluno permanece em aula por sete ou mais horas. No Acre, o Ensino Médio apresentava, em 2022, mais alunos nesse regime, com 5,3 mil matriculados (12,8%). Sobre o turno das aulas de Ensino Básico, 90% eram realizadas no horário matutino e somente 7,8% à noite. Além disso, 0,2% dos estudantes cursavam ensino a distância.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR BÁSICA

O Censo Educacional de 2022 também considerou a conexão entre a infraestrutura existente nas escolas de Educação Básica e a presença de pessoal adequado, bem como sua importância para o

¹⁹O Censo Escolar, ao apresentar panorama da realidade de estudantes, docentes e escolas, utiliza a terminologia “escolas com localização diferenciada” para se referir às unidades que estão em terras indígenas, áreas remanescentes de quilombos e assentamentos da reforma agrária.

ambiente de aprendizado. Sobre a estrutura existente nas escolas de Educação Básica do Acre, os maiores percentuais eram referentes à disponibilidade de cozinhas (90%), banheiros (82%) e abastecimento de água (76%), em contraste com a presença de auditórios (5%), bibliotecas (6%) e equipamentos para acesso à internet (10%).

ACESSO À INTERNET E COMUNICAÇÃO

O acesso de docentes, estudantes e profissionais de apoio administrativo a diferentes ferramentas de tecnologia, conforme o Censo da Educação, considera a disponibilidade de computadores portáteis, *desktops* e *tablets*. O Acre apresentou proporção de 13% de escolas com computadores portáteis na comparação com outros quatro estados pesquisados na Região Norte (Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá).

Rondônia é o Estado que mais se destaca em todas as mensurações sobre uso de dispositivos de tecnologia. Em relação aos *tablets*, aquele Estado obteve índice 332,98% maior do que o Acre, que teve a menor proporção, de 39%; na área administrativa, Rondônia apresentou 75% de acesso à internet, e o Acre, 35%; Rondônia também obteve maior proporção (64%) de escolas com acesso à banda larga, enquanto o Acre registrou 30%. De acordo com o Censo Escolar, o Acre se configurou com o menor número médio de equipamentos por escola (59%) entre os cinco estados pesquisados.

Sobre o aspecto de recursos tecnológicos nas escolas acreanas, Anderson de Paiva Melo, chefe do Departamento de Inovações Educacionais e Mídias Digitais da Secretaria de Estado de Educação (SEE), em entrevista concedida em janeiro de 2023, declarou que o Acre tem evoluído bastante nos últimos anos e que o governo estadual fez vários investimentos na área educacional: “Na questão da tecnologia, principalmente, alunos e professores foram contemplados dentro de um programa de educação conectada, que incluiu computadores e internet. É importante dar continuidade a essas melhorias e investimentos, para que nossos alunos alcancem os melhores níveis dentro desse processo”, afirmou.

Ainda segundo Paiva Melo, em 2022, o Núcleo de Tecnologias Educacionais desenvolveu uma série de capacitações, tanto para professores quanto para alunos: “Desde o período da pandemia, tivemos essa preocupação em capacitar. Em 2021, atendemos mais de 10 mil professores com capacitação nas ferramentas digitais, e em 2022, todas as escolas urbanas e algumas rurais aplicavam ferramentas da plataforma Google Workspace, entre outras. Trabalhamos em sala de aula aspectos como gamificação, uso de plataformas em rede e outros aplicativos e recursos tecnológicos, incluindo *tablets*, para ajudar professores e alunos”.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Esse eixo envolve tanto a Educação Profissional como a Tecnológica. Ambas têm por objetivo transmitir competências aos indivíduos, incluindo habilidades, atitudes e conhecimentos considerados necessários para desempenhar uma ou mais atividades profissionais de forma eficiente, ou seja, capacitar pessoas para o mercado de trabalho.

O cenário atual do Sistema de Ensino Profissional no Acre levou em consideração potencialidades, desafios e impactos dessa modalidade na qualificação profissional e na qualidade de vida da população entre 2017 e 2020, em cada um dos 22 municípios. Foi feita uma comparação do Acre com outros quatro estados: Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia.

No Acre, os principais eixos curriculares oferecidos são nas áreas Ambiental, de Saúde, de Recursos Naturais, de Gestão de Negócios, de Informação e Comunicação, de Infraestrutura, de Desenvolvimento Educacional e Social, de Segurança, de Controle de Processos Industriais e de Produção Alimentícia.

O Ministério da Educação (MEC), por meio do “Mapa de Demandas por Educação Profissional”, sugeriu investir em outros eixos tecnológicos para atender aos estados. Foram listados 172 eixos profissionais para o Amazonas, 101 para Rondônia, 75 para o Acre, 71 para Roraima e 59 para o Amapá. As sugestões estão ligadas

a um índice que indica as maiores chances de empregabilidade e aumento de renda que os cursos possuem para cada contexto local e regional.

Tabela 13 – Eixos Tecnológicos dos Cursos Profissionais oferecidos pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima

ACRE	AMAPÁ	AMAZONAS	RONDÔNIA	RORAIMA
Ambiente e saúde Recursos Naturais	Ambiente e saúde Gestão e negócios	Ambiente e saúde Gestão e negócios Controle e processos industriais	Recursos Naturais Informação e comunicação	Ambiente e saúde Gestão e negócios
Gestão e negócios	Recursos naturais	Informação e comunicação Recursos Naturais	Ambiente e saúde Controle e processos industriais Gestão e negócios	Recursos Naturais Controle e processos industriais Informação e comunicação
Informação e comunicação	Informação e comunicação	Infraestrutura	Produção industrial	Produção alimentícia
Infraestrutura Desenvolvimento educacional e social	Infraestrutura Controle e processos industriais Produção cultural e design	Segurança	Infraestrutura	Segurança
Segurança Controle e processos industriais	Segurança	Produção cultural e design	Produção alimentícia	Produção industrial
Produção alimentícia	Produção industrial Produção alimentícia Turismo, hospitalidade e lazer	Desenvolvimento educacional e social	Segurança	Infraestrutura
	Desenvolvimento educacional e social	Produção industrial Turismo, hospitalidade e lazer	Turismo, hospitalidade e lazer Produção cultural e design	Turismo, hospitalidade e lazer

Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do MEC / SEDESE-MG / SETEC-MEC.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para o eixo da Educação Superior, a base de consulta utilizada para o diagnóstico foi o Sistema Sidra IBGE, com informações de 2016 a 2019, e incluído o ano de 2022 com dados de 2021 do MEC. A Universidade Federal do Acre (Ufac), a primeira do Estado, foi criada em 1964. Em 2020, contava com mais de 10 mil estudantes e 700 docentes em três *campi* localizados em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasiléia.

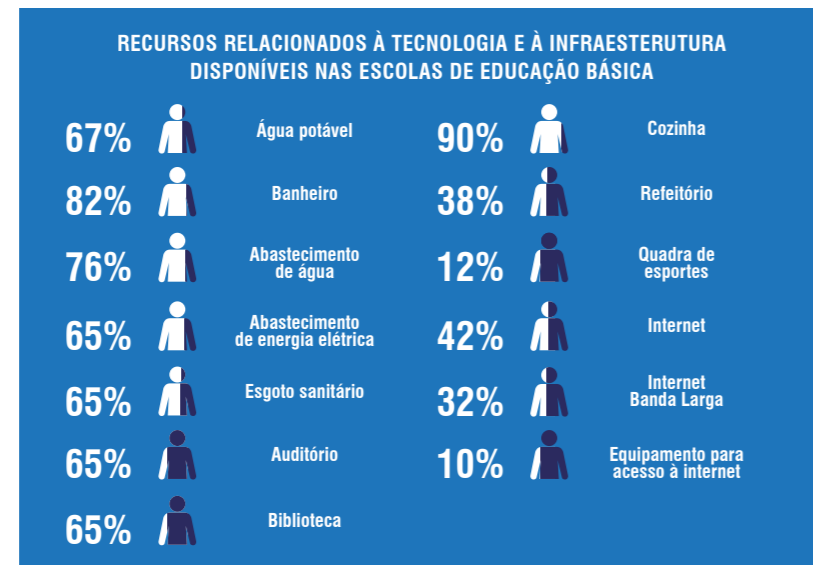
O Estado registrou, até 2021, 11 instituições de ensino superior, sendo duas públicas (Ufac e Instituto Federal do Acre – Ifac), quatro privadas sem fins lucrativos e cinco particulares com fins lucrativos. De todas as universidades, nove estavam em Rio Branco e duas em Cruzeiro do Sul. Somente a Ufac estava presente em mais de um município.

Conforme o Índice Geral de Cursos (IGC-MEC, máxima de 5 pontos), as universidades com maiores notas no Acre foram as públicas, com Ufac e Ifac atingindo nota 4. As demais universidades privadas do Estado obtiveram notas 2 e 3.

No Acre, cerca de 13,7% da população possui diploma universitário, enquanto em Roraima são 14,7%; no Amapá, 14,5%; em Rondônia, 12,3%; e, no Amazonas, 11,2%. A média nacional é de 14,7%. Quando se observa a evolução do número de pessoas com diplomas em centros de ensino superior, o Acre apresentou aumento de 65,5% entre 2016 e 2021. No mesmo período, o crescimento nacional foi de 30%, indicando que a Região Norte, especialmente o Acre, está avançando na expansão do acesso à Educação Superior.

No recorte de sexo, com idade acima de 25 anos, em 2022 as mulheres representavam a maioria com diplomas de nível superior em nível nacional (21,3%), regional (18,7%) e no Acre (23,3%). Os homens representavam 16,8% dos diplomas em âmbito nacional, 12,5% na região e 17,1% no Estado. Com os dados de 2022, o Acre teve o segundo maior volume de pessoas com ensino superior completo na Região Norte, atrás somente do Amapá.

Figura 09 – Disponibilidade de Recursos nas Escolas de Educação Básica do Acre



Fonte: Censo Educação Básica INEP (2022)

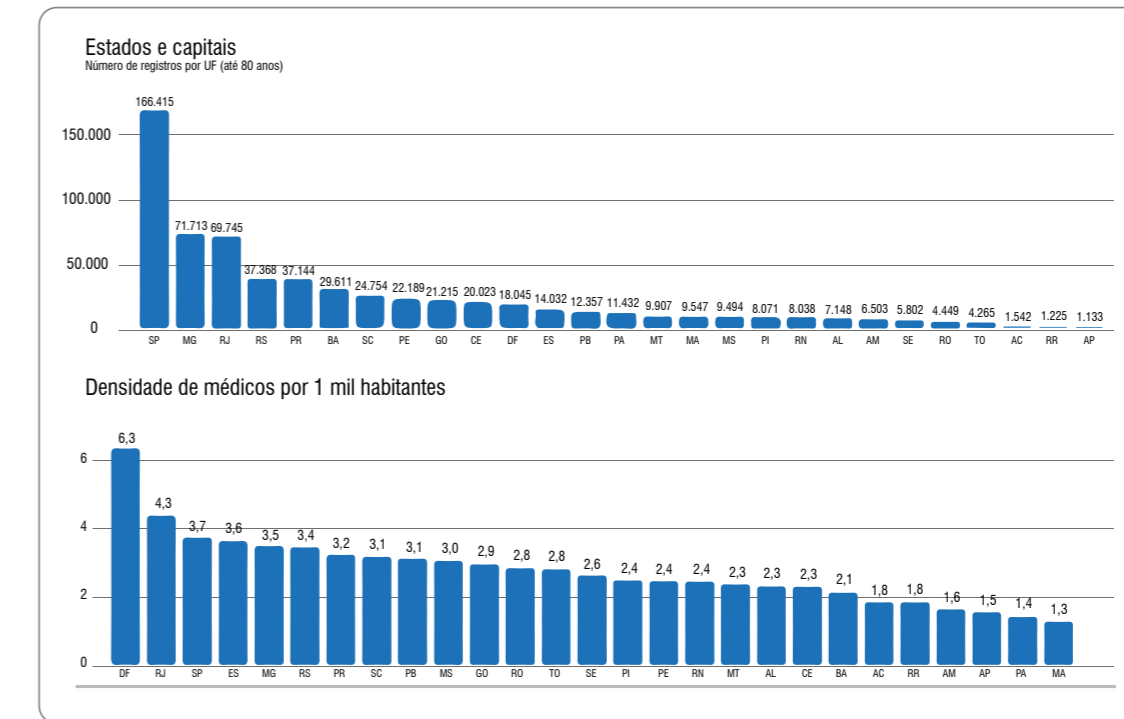
SAÚDE

PRINCIPAIS ESTATÍSTICAS

Entre as principais métricas utilizadas para conhecer a qualidade de um serviço de saúde, estão a acessibilidade e o número de médicos e postos de saúde por habitante. De acordo com a publicação “Demografia Médica CFM – 2024”²⁰, divulgada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), o Brasil tem 575.930 médicos ativos (2,8 médicos por mil habitantes), uma das maiores quantidade do mundo, numa evolução acelerada.

O número de médicos no Brasil mais do que quadruplicou desde o início da década de 1990, mas a distribuição ainda é desigual: em janeiro de 2024, enquanto o Distrito Federal registrava 6,3 médicos por mil habitantes, o Pará tinha 1,4; Amapá, 1,5; Amazonas, 1,6; Roraima e Acre, 1,8; e Rondônia e Tocantins, 2,8, maior índice entre os sete estados da Região Norte. Cinco estados da Região Norte, incluindo o Acre, possuem a menor densidade médica de todo o País.

Gráfico 21 – Número de Registros de Médicos por UF e Densidade de Médicos por 1 mil habitantes (2024)



Fonte: Conselho Federal de Medicina, 2024.

²⁰ CFM, 2024. Disponível em: <https://observatorio.cfm.org.br/demografia/dashboard/>

O estudo considerou 55 especialidades médicas reconhecidas pela Comissão Mista de Especialidades, composta por representantes da Comissão Nacional de Residência Médica, CRM e Associação Médica Brasileira (AMB). A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que haja um médico para cada mil habitantes e a OCDE orienta que sejam 3,5 médicos por mil habitantes.

O relatório anterior, divulgado pela AMB em 2023, apontava expectativas positivas na proporção de médicos por habitantes até o ano de 2035, com projeção de que o Acre consiga alcançar a marca de 1,9 médicos para cada 1.000 habitantes. Mesmo com essa possível melhora, o Acre continuaria abaixo da atual média nacional de 2,8.

Em relação à Força de Trabalho Cirúrgica (FTC)²¹, o Acre apresenta o segundo menor número regional proporcional, com 28,6 FTCs para cada 100.000 habitantes, mantendo a média da Região Norte, que têm as menores métricas nacionais.

Quando se analisam os dados de 2023, o CNES aponta a capital do Acre, Rio Branco, com o maior número de estabelecimentos cadastrados (812), seguido por Cruzeiro do Sul (128) e Sena Madureira (41). Na divisão do número de estabelecimentos de saúde pela população (IBGE/2021), Rio Branco apresentou a melhor média do Estado, com 516 pessoas por estabelecimento, seguido de Santa Rosa do Purus (626) e Assis Brasil (695). Os municípios de Feijó (1.943) e Porto Acre (1.472) apresentaram os indicadores mais baixos nessa relação entre número de pessoas atendidas e as unidades hospitalares.

²¹ A Força de Trabalho Cirúrgica (FTC) compreende especialistas em cirurgia geral, cardiovascular, de mão, de cabeça e pescoço, do aparelho digestivo, oncológica, pediátrica, cirurgia plástica, torácica, vascular, neurocirurgia, ortopedia e traumatologia, urologia e otorrinolaringologia, além de anestesiologia e ginecologia e obstetrícia. A razão de FTC no Brasil é de 66 especialistas por 100 mil habitantes. Fonte: FIOCRUZ. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=demografia-medica-no-brasil-2023-numero-de-medicos-especialistas-cresceu-84-em-dez-anos-mas-distribuicao-ser%C3%A1-desigual>

VISITAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS

Outro indicador do sistema de saúde é a quantidade de visitas médicas e odontológicas realizadas em determinado período. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do IBGE, registrou em 2021 (dados de 2019) que 70,1% da população do Acre fez ao menos uma visita médica nos 12 meses anteriores à pesquisa. Na Amazônia foram 73,7%; em Roraima, 70,7%; e, no Amapá, 65,9%. No Acre, houve melhora no indicador quando comparado ao índice de 2013, que era de 65,9%.

A maior parte da população que foi ao médico uma vez no ano anterior é formada por mulheres, com 15 pontos percentuais a mais do que os homens. Quando se verifica a faixa etária, quanto maior a idade, maior é a proporção de visitas ao médico: a pesquisa do IBGE mostra que pessoas com idade superior a 60 anos formaram o grupo com maior proporção de visitas médicas no espaço de 12 meses (83,1%). A faixa etária com menor proporção de visitas foi a de 18 a 29 anos (63,3%).

As pessoas com maior renda no Acre compõem o grupo que fez mais visitas a clínicas médicas: 83,3%. Quando o recorte é feito por nível educacional, um único grupo se destaca, o de quem tem ensino superior completo, com 76,6% fazendo mais visitas ao médico no espaço de um ano, em comparação a grupos com outras escolaridades.

Já para as visitas odontológicas, de acordo com o IBGE, enquanto 49,9% dos brasileiros fizeram pelo menos uma visita ao dentista, nos 12 meses anteriores à pesquisa, no Acre esse percentual é de 42,2%, sendo a maioria mulheres.

No Acre, a ida ao dentista por taxa de escolaridade é mais comum em quem tem nível superior (67,2%), mas esse índice ficou abaixo da média brasileira (70,4%). No recorte por faixa etária, pessoas com mais de 60 anos foram as que menos frequentaram o dentista pelo menos uma vez no ano, na perspectiva nacional: 34,3%. No Acre, essa taxa foi de 20,5%.

Tabela 14 – Percentual de Pessoas que Consultaram Médico nos últimos 12 Meses (comparativo 2013–2019)

Variável - Percentual de pessoas que consultaram médico nos últimos 12 meses (%)						
Situação do domicílio - Total						
Unidade da Federação	Ano x Sexo					
	2013			2019		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Acre	65,9	58,9	72,7	70,1	62,5	77,4
Amazonas	68,7	61,2	75,8	73,7	67,0	80,1
Roraima	59,7	51,8	67,5	70,7	63,0	78,3
Amapá	57,0	49,3	64,3	65,9	58,2	73,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saúde

EMERGÊNCIAS

Outro indicador pesquisado diz respeito às emergências médicas. O Acre apresentou 1% do público que procurou serviços de emergência nos 12 meses anteriores à pesquisa, e foi o Estado com menor taxa de procura por esses serviços na Região Norte. A taxa brasileira ficou em 2,6% para mulheres e 2% para os homens.

No recorte de faixa etária, houve maior procura por serviços de emergência com o avançar da idade. No Acre, o grupo que mais demandou serviços de emergência médica nos 12 meses anteriores à pesquisa foi o de pessoas com idade acima de 60 anos (3,5%). Nacionalmente, esse indicador alcançou 4,2%. Em relação à renda, no Acre foi menor a demanda por esse serviço para quem recebia cinco salários-mínimos (0,6%) e o grupo com mais procura foi aquele com renda entre ½ e um salário-mínimo *per capita* (1,3%).

PLANOS DE SAÚDE

No Brasil, 28,5% da população tinha plano de saúde privado no período pesquisado, com leve predominância da população feminina (29,5%) sobre a masculina (27,4%). No Acre, esse índice é bem inferior: apenas 9,6% da população tinha plano de saúde, segundo o IBGE, sendo a maioria mulheres, 10%, contra 9,1% dos homens. O Acre ficou com a segunda menor taxa de acesso a plano de saúde (a maior taxa foi de 8,3%, em Roraima) entre os estados pesquisados.

No recorte de faixa salarial, os grupos com maiores rendas possuem mais acesso aos planos de saúde. Ainda assim, o Acre apresenta números abaixo da média nacional: a maior faixa foi a de renda familiar superior a cinco salários-mínimos, com 67,7% desse grupo tendo acesso a um plano, comparado com 88% no âmbito nacional.

O grupo com menor acesso a planos de saúde é o de renda *per capita* entre 0 e ¼ de salário-mínimo: 0,7% com plano de saúde no Acre, em contraste com os 3% no âmbito nacional.

Em relação à faixa etária, o Acre registrou 14,8% de pessoas acima dos 60 anos com planos de saúde hospitalar ou dentário, mas abaixo da média nacional (30%). Os acreanos com menor nível de cobertura estão entre 0 e 17 anos, sendo somente 7% amparados por planos de saúde, comparados aos 25,4% em âmbito nacional. Na Região Norte, os outros estados apresentam taxas 50% superiores às do Acre, na maioria das faixas etárias.

No recorte de escolaridade, os planos de saúde atendem mais pessoas com ensino superior (34,1%, no Acre; 49%, na Região Norte; e 67,6%, no Brasil). Já no grupo com instrução básica ou nenhuma escolaridade, a taxa do Acre é de 4,5%, enquanto a nacional é 16,1% e a regional de 8,2%.

O IBGE levantou o nível de satisfação com o plano de saúde principal das pessoas, considerando desde a aceitação do plano aos serviços requisitados, até a relação entre preço e qualidade. Não existe uma tendência na avaliação dos serviços de cobertura médica. No Acre, a taxa de satisfação é levemente superior (78%) à média nacional (77,4%).

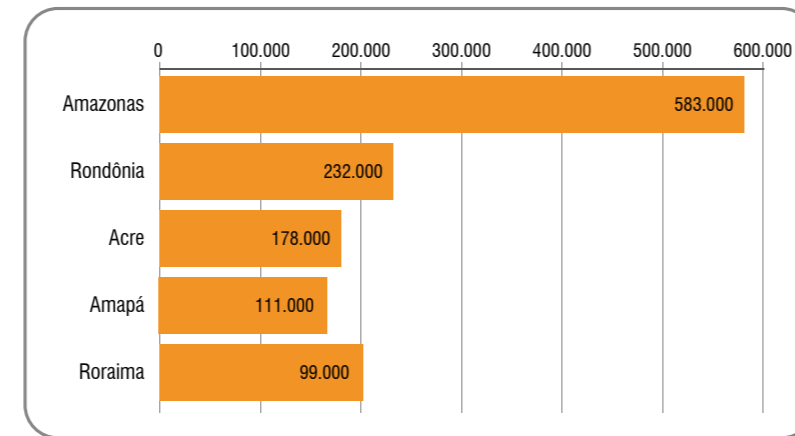
VISITAS DE AGENTES ENDÊMICOS

Sobre o aspecto do perfil de doenças inerentes à Região Amazônica, o IBGE levantou quantos domicílios receberam visita de agentes especializados em endemias. Na média nacional, 64,6% dos domicílios registraram pelo menos uma visita de um agente endêmico nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Na Região Norte, essa taxa apresentou leve queda, com 59,9% dos domicílios registrando uma visita realizada no período. Por sua vez, o Acre apresentou taxa de visitação de agentes endêmicos maior do que a média nacional: 66,4% das residências receberam visita.

Acre apresentou alta taxa de visitas de agentes endêmicos nas residências e registrou 1,8 médicos para cada 1.000 habitantes.

Gráfico 22 – Residências que tiveram Visitas de Agentes Endêmicos nos 12 Meses anteriores à Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien com base na Pesquisa Nacional de Saúde IBGE 2021.

VACINAÇÃO CONTRA A RAIVA

O Acre registrou médias menores do que as de âmbito nacional e regional em relação ao número de domicílios com animais de estimação (cachorro e/ou gato) vacinados contra raiva (51,5%).

Nacionalmente, em 72% das residências os cachorros ou gatos tinham sido vacinados no momento da pesquisa. A Região Norte apresentou taxa de 64,1%; e o Estado do Amazonas teve a maior taxa de vacinação animal contra a raiva (69,7%).

AUSÊNCIAS DO TRABALHO POR MOTIVO DE SAÚDE

As faltas no trabalho por motivos médicos compõem a análise do sistema de saúde e integram a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS,

2021), elaborada pelo IBGE, sobre as motivações sanitárias que levam o cidadão a não comparecer ao trabalho. Na última pesquisa, o Brasil registrou que 8,1% das pessoas faltaram ao trabalho principal, no espaço de 14 dias da apuração dos dados. A Região Norte apresentou taxa levemente inferior à taxa nacional (8%). No Acre, observou-se uma taxa maior do que a nacional e a regional, com 8,5% dos entrevistados faltando ao trabalho principal por motivo de saúde, maior índice entre os estados analisados.

No recorte por gênero, tanto em nível nacional quanto regional, as mulheres apresentaram maiores taxas de faltas em seus trabalhos principais: 9,6% no Brasil, enquanto os homens marcaram 6,3%. Regionalmente, foram 9,3% de faltas entre as mulheres e 6,5% para homens, sendo o Acre o Estado da Região Norte com a segunda maior taxa de faltas por motivo de saúde. Na Região, estes percentuais representaram, respectivamente, 7,4% de homens e 9,6% de mulheres.

Já ao se considerar a faixa etária, o IBGE aponta que a mais prejudicada é formada por pessoas com idade acima de 60 anos. Em nível nacional, esse grupo apresentou taxa de falta em suas atividades principais de 12,2% e, na Região Norte, 14,7%. Analisando os estados da Região Norte, o Acre apresentou a terceira menor taxa para essa faixa etária, com 12,1%. A faixa etária com menos faltas em sua atividade principal foi a de 18 a 29 anos, tanto nacionalmente (4,9%) quanto na região (5,3%) e no Estado (6,3%), com todas as demais Unidades Federativas do Norte seguindo esse padrão, à exceção de Rondônia.

A Pesquisa Nacional de Saúde efetuou, ainda, levantamento do percentual de pessoas que faltaram às suas atividades por algum tipo de doença relacionada ao trabalho principal. No total, 13,5% dos brasileiros e 12,1% da população do Norte faltaram pelo menos uma vez nos 14 dias antes da pesquisa. O Acre apresenta, em todos os recortes, taxa menor do que as médias nacional e regional. No Brasil, o grupo com mais faltas motivadas por atividade principal foi o de quem tem Ensino Médio completo (15,3%). No Acre, o que

apresentou menor taxa de faltas foi o de ensino superior completo (8,7%), abaixo da média nacional de 16,1%, e regional, de 18,2%.

No recorte de idade, as faltas ligadas a doenças relacionadas à atividade principal no Acre foram menores do que as médias nacional e regional. No Estado, o grupo com maior taxa de faltas está na idade entre 40 e 59 anos, com 18,7%. O grupo que menos registrou faltas causadas pela atividade principal foi o de faixa etária entre 18 e 29 anos: 8,9%, a segunda menor da região.

De modo diferente das faltas por razões de saúde pessoal, externas ao campo de trabalho, os homens apresentaram taxas de faltas por motivo próprio, superiores às mulheres. Sob a ótica nacional, a taxa de faltas foi de 16,1% para homens e 10,6% para mulheres. Para a Região Norte, a taxa de faltas foi de 15,7% para homens e 8,1% para as mulheres. E para o Acre, a taxa foi de 16,1% para os homens e 5,8% para as mulheres. Na comparação com outros estados da região, as acreanas apresentam a segunda menor taxa de faltas e os acreanos, a quarta maior taxa da região.

MEDICINA ALTERNATIVA

A medicina alternativa²² foi outro indicador verificado na Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE. Nacionalmente, 4,6% dos brasileiros, nos 12 meses anteriores à pesquisa, fizeram uso de métodos alternativos de medicina, dos quais 4,5% são populações urbanas e 4,9% população rural. No recorte regional, 5,7% da população da Região Norte afirmou ter utilizado métodos alternativos/complementares no mesmo período.

²² Medicina alternativa ou complementar é aquela cuja prática visa atingir os efeitos curativos da medicina, mas carece de plausibilidade biológica e não foi testada, não é testável ou cuja eficácia não foi comprovada. A medicina complementar ou alternativa pode ser classificada em cinco categorias principais de prática: sistemas médicos integrais, técnicas de interação mente-corpo, práticas biológicas, como o uso de plantas medicinais (fitoterapia), terapias manipulativas corporais e terapias energéticas. Fonte: OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/medicinas-tradicionais-complementares-e-integrativas>

O Acre se destacou, com 9,3% dos acreanos reportando o uso de métodos alternativos de saúde e, com isso, se caracterizou como o Estado da Região Norte com maior proporção da população no uso de métodos alternativos para cuidar da saúde. Roraima foi o que apresentou menor proporção, apenas 2,8% da população fazendo uso da medicina alternativa.

Tanto em âmbito nacional, como regional e estadual, as mulheres tendem a ser mais adeptas aos métodos alternativos de saúde, com 5,6% das brasileiras indicando esse uso para somente 3,5% dos brasileiros. Regionalmente, prossegue a diferença de quase dois pontos percentuais, com 6,5% das mulheres e 4,8% dos homens que utilizaram métodos alternativos. Para o Acre, a liderança regional continua, tanto para homens (8,3%) quanto para mulheres (10,3%). Eles confirmaram uso de medicina alternativa nos 12 meses antes da pesquisa.

Da mesma forma, tanto nacional como regionalmente (Norte), há uma relação entre idade e utilização de métodos alternativos de medicina, revelando que pessoas com mais de 60 anos recorreram mais a esses métodos: 6,5% (nacional), 9,3% (regional) e 15,4% (Acre). A faixa etária entre 0 a 17 anos é a que menos utilizou os métodos alternativos nacionalmente. No Acre, o grupo com menor taxa de utilização foi o de quem tinha entre 18 e 29 anos, com 6,1%. Em todos os recortes etários, exceto nos grupos de 0 a 17 e 18 a 29 anos, o Acre teve mais pessoas utilizando a medicina alternativa do que em outros estados.

Quando os métodos alternativos são observados pelo recorte educacional, o grupo que mais usou a medicina alternativa foi de quem tinha curso superior completo. Em nível nacional, foram 11,1%; na Região Norte, 8,4%; e no Acre, 10,8%. O grupo que menos utilizou esses métodos foi o de quem tinha nível médio completo e superior incompleto, com taxa de 8,4%. Já no recorte dos dados por renda familiar *per capita*, o Acre apresentou 14,7% das pessoas entrevistadas na faixa de renda com maior utilização de métodos alternativos de medicina no grupo dos que recebem de dois a três salários-mínimos.

Em relação à saúde, diversos entrevistados registraram que ainda há muito a ser feito. Na Comunidade Fortaleza, por exemplo, há consenso entre os moradores de que o Acre enfrenta um desafio significativo nesse setor e que a qualidade dos serviços é precária, com ausência de médicos e medicamentos nas regiões mais distantes dos centros urbanos.

Na comunidade de Seringal Cachoeira, o atendimento de saúde mais próximo fica em Xapuri, onde funciona uma UPA e, ainda assim, a assistência à comunidade se limita a uma vez por semana. “Mesmo assim, quando as pessoas da comunidade comparecem no dia específico, menos da metade chega a ser atendida, o que é injusto para com os moradores que se deslocaram para serem atendidos”, afirmou Ronaldo Barbosa, liderança local, durante coleta de depoimentos do projeto, realizadas entre setembro e novembro de 2023.

Considerando as questões de saúde das populações residentes nas diversas comunidades pesquisadas, os males mais frequentes são gripes, viroses, dores de coluna e diabetes. Em outra comunidade, a de São José, por não haver no local unidades de saúde, essas doenças acabam sendo tratadas em casa, com automedicação, ou com tratamentos alternativos, como chás caseiros. Na mesma condição, estão os atendimentos odontológicos e psicossociais, que só acontecem uma vez por semana no posto de saúde mais próximo. Esta é uma das principais reivindicações das comunidades: “Se o governo tivesse (e tem, né?) como anunciar que vinha fazer um posto de saúde aqui, a comunidade toda ia ajudar a manter”, afirmou Sebastião Aguiar, liderança de São José, também durante depoimento coletado pelo projeto entre setembro e novembro de 2023.

Em Epitaciolândia, há uma comunidade de criadores de aves e suínos que também apontou a carência de atendimento em saúde. Serviços como Odontologia e Psicologia operam de forma itinerante na região. Para acessá-los, os moradores precisam ir até a cidade mais próxima. “Com relação à saúde, a maioria volta para casa sem atendimento. Se viram com plantas medicinais e com o pouco conhecimento que têm”, afirmou a moradora Lucenir Rufino

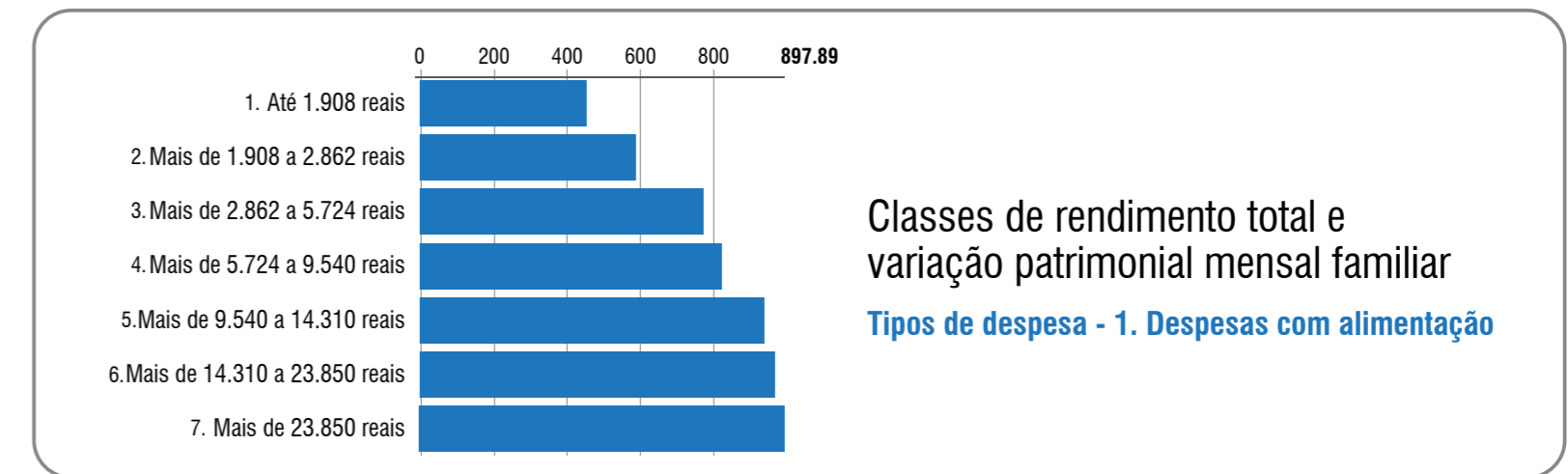
Caterino da Silva, que também integrou o grupo de entrevistados do projeto nas comunidades pesquisadas no final de 2023. Outra constatação é de que a falta de saneamento básico impacta diretamente as condições de saúde dessas populações.

GASTOS COM ALIMENTAÇÃO

Dados do IBGE, da Pesquisa de Orçamentos Familiares, permitem que seja feita uma análise dos gastos financeiros médios com ali-

mento por faixas de valor patrimonial. No Acre, os gastos são crescentes com o aumento do valor patrimonial familiar, da mesma forma que na última faixa salarial é visível uma queda nos gastos com alimentação fora do domicílio. A Região Norte possui comportamento similar ao do Estado no que se refere ao percentual de gastos com alimentação (domésticos e fora de casa).

Gráfico 23 – Gasto Médio com Alimentação no Acre (em R\$)



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares.

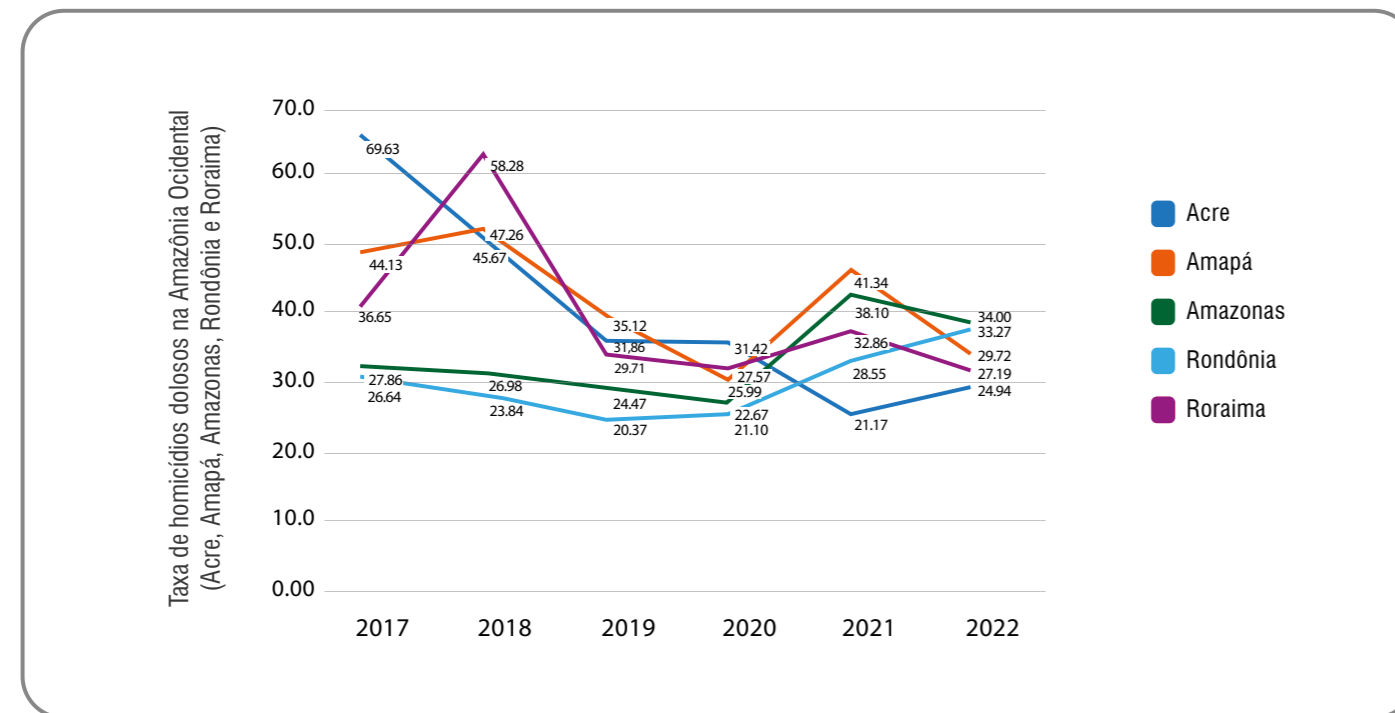
SEGURANÇA

INDICADORES DE CRIMINALIDADE

Para o diagnóstico sobre Segurança no Acre, foram consideradas diversas bases de dados, e os números absolutos de cada fenômeno de criminalidade foram ajustados em relação à população, para calcular as taxas proporcionais. Em 2022, o Brasil registrou 24 casos de Mortes Violentas Intencionais (MVI)²³ a cada 100 mil habitantes.

Entre 2017 e 2022, houve queda de 24,4% nas taxas desse indicador, passando de 30,9 para 23,4 por 100 mil habitantes. Na Região Norte, a redução foi de 16,7% (de 43,9 para 36,5) e, no Acre, houve diminuição de 55,3% (de 63,9 para 28,6 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes). No comparativo com outros estados, Amapá registrou diminuição de 7,0%; Amazonas, aumento de 22,8%; Rondônia, crescimento de 22,5%; e Roraima, redução de 24,6%.

Gráfico 24 – Taxa de Ocorrências de Homicídios Dolosos a cada 100 mil Habitantes em estados da Amazônia Ocidental (2017 – 2022)



Fonte: Sapien, com base em dados dos Anuários de Segurança Pública (2019 e 2023) e IBGE (2017 a 2022).

²³ O índice de Mortes Violentas Intencionais (MVI) é um indicador que representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade de matar dentro de um território. Utiliza dados sobre homicídios dolosos (incluindo feminicídios e vitimização policial), latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, mortes de policiais e mortes decorrentes de intervenções policiais. Os cálculos consideram números absolutos e taxas de vítimas a cada 100 mil habitantes. Fonte: FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/09/institucional-mortes-violentas-intencionais.pdf>

HOMICÍDIOS, LATROCÍNIOS E LESÕES CORPORAIS COM MORTE

Apesar dos desafios específicos em cada região, todas experimentaram redução nas taxas de homicídios dolosos, entre 2017 e 2022. No Brasil, a diminuição foi de 27,9%, saindo de 27,0 para 19,46 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. No Norte, as taxas apresentaram queda de 22,9% (de 38,41 para 29,65); e, no Acre, houve redução acentuada de 58,9% (saiu de 60,63 para 24,94 homicídios dolosos por 100 mil habitantes), maior queda entre os estados pesquisados (Amapá, - 32,7% e Roraima, - 25,3%; Amazonas, aumento de 22,1%; e Rondônia, acréscimo de 25,0%).

As taxas de latrocínio no Brasil e suas regiões, entre 2017 e 2022, apresentaram variações importantes de serem observadas. No País, a redução foi de 49,17%: de 1,20 para 0,61 latrocínios por 100 mil habitantes. Na Região Norte, a redução foi ainda mais expressiva ao ser comparada com o indicador nacional, diminuindo de 2,35 para 0,05 latrocínios por 100 mil habitantes, representando queda de 97,87%. No Acre, a redução foi de 76,99% (saiu de 3,13 para 0,72 latrocínios por 100 mil habitantes). No Amapá, as taxas aumentaram 32,74%; enquanto nos demais estados houve diminuição: Amazonas, -24,34%; Rondônia, - 29,31%; e Roraima, -17,91%.

Entre 2017 e 2022, diminuíram as taxas de lesão corporal seguida de morte (-34,78%), passando de 0,46 para 0,30 a cada 100 mil habitantes. No Norte, a taxa teve redução de 14,29%; e, no Acre, ocorreu aumento expressivo de 400%, saindo de 0,12 para 0,60 lesões corporais seguidas de morte a cada 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas aumentaram (23%); enquanto em Rondônia e Roraima houve diminuição, respectivamente, de 13,64% e 45,22%. No Amazonas, não houve variação nas taxas no período, permanecendo em 0,91%.

OCORRÊNCIAS POLICIAIS

Outra taxa investigada é a de ocorrência de crimes contra policiais civis e militares, vítimas de homicídios dolosos, latrocínio ou lesão corporal seguido de morte. No Brasil, a redução foi de 53,52%: de

0,71 para 0,33 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, a taxa diminuiu em 44,44% (de 0,27 para 0,15). No Acre, houve aumento de 6,67%, saindo de 0,30 para 0,32 casos por 100 mil habitantes. No Amapá, as taxas aumentaram em 91,30%; no Amazonas, o aumento foi de 47,73%; em Roraima, as taxas aumentaram em 10,81%; e, em Rondônia, a diminuição foi de 24,39%.

Já a taxa de Morte Decorrente de Intervenção Policial (MDIP) se refere à contagem de óbitos que ocorrem como resultado direto de ações policiais, em serviço ou não. No Brasil, entre 2017 e 2022, de acordo com dados dos Anuários de Segurança Pública (2019 e 2023) e do IBGE (2017 a 2022), houve aumento de 27,31% na MDIP (passou de 2,49 para 3,17 casos por 100 mil habitantes). Na Região Norte, as taxas aumentaram em 72,55%. À exceção do Acre, que registrou diminuição de 94,31% (saiu de 4,46 para 2,29 casos por 100 mil habitantes), em todos os demais estados pesquisados na região houve acréscimo na taxa: no Amapá, aumentou 137,32%; no Amazonas, o aumento foi ainda maior, de 161,46%; em Rondônia, o acréscimo foi de 2,70%; e, em Roraima, de 2,61%.

CRIMES SEXUAIS, ESTUPROS E FEMINICÍDIOS

Apesar dos desafios específicos em cada região, todas experimentaram redução nas taxas de ocorrência de vítimas de estupro no Brasil e regiões, entre 2017 e 2022. Nacionalmente, a taxa geral de vítimas de estupro diminuiu em 70,74%, saindo de 30,41 para 8,92 casos por 100 mil habitantes. Na Região Norte, a redução foi de 68,66%, ou seja, saiu de 37,79 para 11,85 por 100 mil habitantes. No Acre, a taxa de vítimas de estupro teve redução de 10,69%, indo de 25,31 para 22,65. No Amapá, a redução foi de 57,6%; no Amazonas, caiu 75,9%; em Rondônia, a redução foi de 61,8%; e em Roraima reduziu em 57,5%.

No mesmo período, houve diminuição na taxa nacional de estupro de mulheres: 68,32%, caindo de 50,69 para 16,04 vítimas por 100 mil habitantes. No Norte, a queda foi de 65,22%. No Acre, no entanto, houve aumento expressivo de 160,11% (de 16,11 para 41,90 mulheres

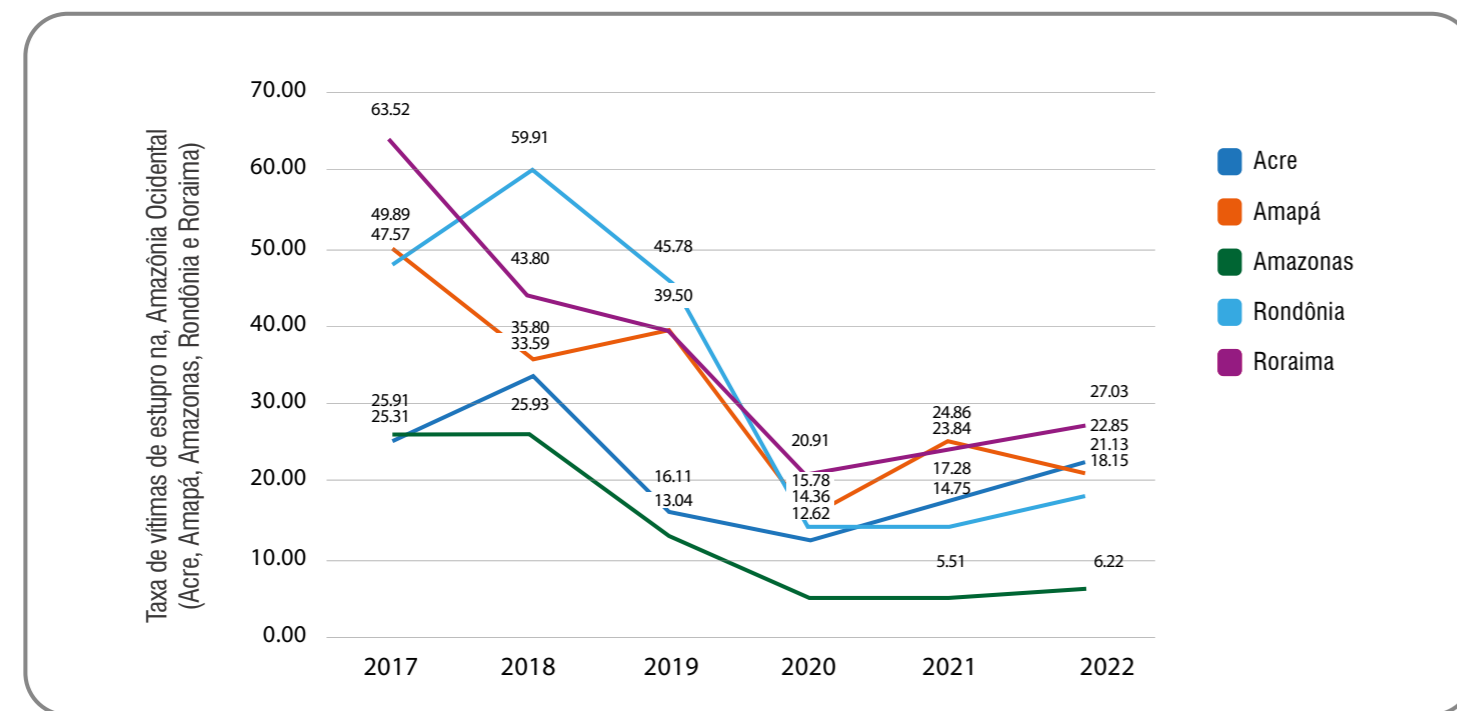
vítimas de estupro a cada 100 mil habitantes). No Amapá, as taxas também aumentaram em 64,07% e, no Amazonas, a elevação foi de 27,32%; enquanto em Rondônia houve redução de 55,6%; e, em Roraima, as taxas diminuíram 53,7%.

Sobre o enfrentamento aos feminicídios, Maria Lucinéia Menezes, prefeita de Tarauacá, em entrevista concedida em maio de 2023, afirmou que uma ação importante seria capacitar as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade: “É preciso capacitar essas mulheres. Muitas têm o dom de fazer crochê ou bordar, e estamos verificando isso com a Coordenadoria da Mulher. Temos um índice muito grande de feminicídios. Muitas vezes, as mulheres estão com o agressor porque não têm oportunidade de emprego.

Estamos tendo uma visão não só de ajudar, mas, também, de dar oportunidade econômica para que essas mulheres saiam dessa situação”, declarou.

Na opinião da prefeita, seria importante efetuar o cadastramento das mulheres em situação de conflito e criar formas para que elas retomem o estudo e consigam exercer alguma função: “Isso as ajudaria a não se submeterem ao tráfico, já que é uma das portas que se abrem em situação de desespero. Muitas mulheres se envolvem com tráfico para manter seus filhos. Então, hoje, o maior desafio é ter essa ajuda por parte dos governos do Estado e federal, para comprar materiais para projetos que melhorem economicamente a vida dessas mulheres”, apontou.

Gráfico 25 – Taxa de Vítimas de Estupro a cada 100 mil Habitantes na Amazônia Ocidental (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima – 2017 a 2022)

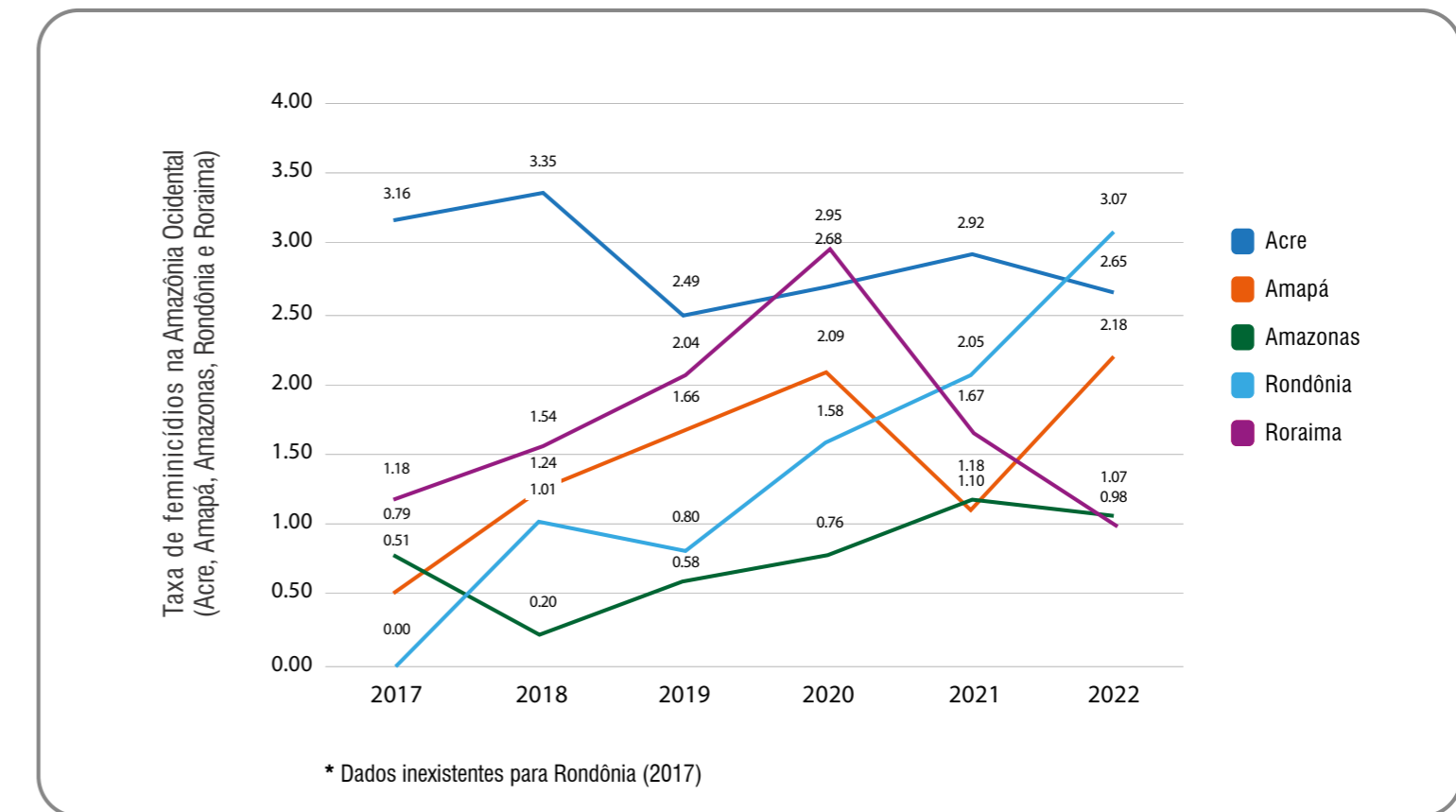


Fonte: Sapien, com base em dados dos Anuários de Segurança Pública (2019 e 2023) e IBGE (2017 a 2022).

Outro aspecto preocupante é o índice de vítimas de estupro de vulneráveis que, entre 2017 e 2022, apresentou aumento em todo o País. Nacionalmente, houve incremento de 34,01% no índice de casos, passando de 20,89 para 27,98 por cada 100 mil habitantes. Na Região Norte, a variação foi de 40,77%, indo de 30,64 para 43,19 por

100 mil habitantes. No Acre, o aumento foi ainda maior: 126,87%, de 29,59 para 67,11 casos por 100 mil habitantes. O Amapá registrou 46,36% de aumento; em Rondônia houve acréscimo de 7,55%; e, em Roraima, o aumento foi de 150,57%. Somente no Amazonas foi registrada diminuição de 11,98%.

Gráfico 26 – Taxa de Ocorrência de Feminicídios a cada 100 mil Habitantes na Amazônia Ocidental (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima – 2017 a 2022)



Fonte: Sapien, com base em dados dos Anuários de Segurança Pública (2019 e 2023) e IBGE (2017 a 2022).

Os principais indicadores para entender os crimes contra as mulheres incluem: homicídios dolosos, feminicídios, lesões corporais dolosas, chamadas realizadas para o 190 e número de medidas protetivas concedidas às mulheres. Houve redução nas taxas de homicídio de mulheres em todas as regiões do Brasil, entre 2017 e 2022. Nacionalmente, a taxa caiu de 4,33 para 3,78 por 100 mil habitantes, representando uma redução de aproximadamente 12,7%.

Na Região Norte, a taxa passou de 2,90 para 2,82 por 100 mil habitantes, refletindo uma diminuição de cerca de 2,8%. No Acre, a taxa de homicídio doloso de mulheres passou de 8,99 para 5,30 casos por 100 mil habitantes, uma redução de 41,0%. No Amapá, a taxa também diminuiu em 15,1%; no Amazonas, aumentou 21,7%; em Rondônia o aumento foi de 84,3%; e, em Roraima, a taxa também aumentou 174,5%.

Entre 2017 e 2022, a taxa de feminicídio no Brasil aumentou de 1,02 para 1,38 casos por 100 mil habitantes, representando um aumento de 35,29%. Na Região Norte, o aumento foi de 17,19%, passando de 0,64 para 0,75 casos por 100 mil habitantes. No Acre, houve redução na taxa de feminicídios, passando de 3,16 para 2,65 casos para cada 100 mil habitantes, uma diminuição de 16,14%. No Amapá, houve grande percentual de aumento, de 327,45%. No Amazonas, o aumento foi de 35,44%; Rondônia registrou aumento de 203,96%; e, em Roraima, a taxa diminuiu 17,01%.

CRIMES DOMÉSTICOS

Houve variações importantes nas taxas de lesão corporal dolosa doméstica, entre 2017 e 2022. No Brasil, a taxa aumentou de 125,14 para 236,69 casos por 100 mil habitantes, um aumento de 89,39%. Na Região Norte, a taxa aumentou de 82,56 para 136,27 casos por 100 mil habitantes, refletindo aumento de 64,97%. No Acre, o acréscimo no período foi de 328,87%, saindo de 79,31 para 339,57 casos por 100 mil habitantes. No Amapá, da mesma forma, a taxa aumentou 347,63%; no Amazonas, o aumento foi de 194,42%; em Rondônia, de 144,55%; e, em Roraima, de 307,35%.

Foi observado crescimento no número absoluto de chamadas ao Disque Denúncia (190) em casos de crimes domésticos contra a mulher no Brasil e nas regiões, entre 2019 e 2022, período da pandemia. Em todo o País, houve um incremento de 50,75% de chamadas, passando de 596.671 para 899.48 em números absolutos. Na Região Norte, o número de chamadas subiu de 35.666 para 57.307 (60,58%). Somente o Acre registrou aumento de chamadas, de 1,5% (de 5.988 para 6.078). Todos os demais estados pesquisados tiveram diminuição no número de ligações: Amapá (-34,5%); Amazonas (-15,1%); Rondônia (-85,1%); e Roraima (-13,5%).

A aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres foi outro indicador com aumento entre 2018 e 2022: nacionalmente, o acréscimo foi de 157,5% (de 185,07 para 476,46 medidas protetivas de urgência concedidas a mulheres a cada 100 mil habitantes). Na Região Norte, a taxa apresentou aumento ainda maior, de 616,2% (de 74,93 para 536,63). No Acre, o acréscimo foi de 162,2% na taxa, passando de 269,08 para 705,76. Amapá teve incremento de 179,6%; Amazonas, de 258,1%; Rondônia, de 358,8%; e Roraima, de 11,3% no período.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Os crimes contra o patrimônio estão relacionados à violação ou à ameaça contra os direitos de propriedade, resultando em perdas financeiras, materiais, danos emocionais e insegurança. De modo geral, houve redução na taxa de roubo e furtos de veículos, entre 2017 e 2022. No País, a taxa diminuiu 42,91%: de 567,7 para 324,21 casos para cada 100 mil habitantes. Na Região Norte, a queda foi de 44,01% na taxa, indo de 186,48 para 104,42. O Acre registrou diminuição na taxa de roubos e furtos de veículos de 51,2%, passando de 836,9 para 408,2 casos para cada 100 mil habitantes. Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima foram estados que registraram redução.

No Brasil, diminuiu em 4,0% a taxa de roubos e furtos de celulares, caindo de 514,24 para 493,9 casos por 100 mil habitantes. Na Re-

gião Norte, houve aumento nesta taxa de 25,2%, saindo de 541,87 para 677,30 casos por 100 mil habitantes. No Acre, a taxa de roubos e furtos de celulares apresentou aumento de 48,2%, passando de 387,34 para 573,8 casos por 100 mil habitantes.

As taxas de roubos em residências no Brasil tiveram redução de 40,8%; na Região Norte, o aumento foi de 5,1%; e, no Acre, houve redução de 34,2%. Foi possível observar redução nas taxas de roubos a estabelecimentos comerciais, entre 2017 e 2022. Nacionalmente, a redução foi de 58,7%; na Região Norte, foi registrada redução de 29,9%; e, no Acre, a diminuição foi de 37,4%. No Acre, não foram registrados roubos de carga no período analisado.

Sistema de segurança do Acre precisa estar preparado para os chamados crimes fronteiriços, como a migração ilegal, o tráfico de drogas e a exploração ilegal de recursos naturais.

APREENSÃO DE DROGAS E ARMAS DE FOGO

Nos anos de 2017, 2018 e 2021, as apreensões de drogas realizadas pela Polícia Federal possuem dados parcialmente consolidados e referem-se ao local onde as drogas foram apreendidas, mas não incluem a origem ou o destino das drogas. As apreensões de maconha no Brasil aumentaram 16,7%, passando de 351.679,57 para 410.223,19 quilos. No Norte, estas apreensões diminuíram em 53,7%, indo de 9.800,42 para 4.539,90 quilos. No Acre, houve queda de 45,2% nas apreensões, indo de 321,98 para 176,64 quilos.

As apreensões de cocaína, no Brasil, entre 2017 e 2021, aumentaram 94,5%, passando de 48.047,18 para 93.420,36 quilos. Na Região Norte, aumentaram 135,7%, indo de 3.062,17 para 7.204,46 quilos. No Acre, houve aumento de 190,9%, passando de 545,43 para 1.586,49 quilos.

Em relação às apreensões de outras drogas no mesmo período, no Brasil houve redução de 25,4%; na Região Norte, a redução foi de

90,8%; e, no Acre, houve aumento expressivo de 5.257,2%, indo de 3,18 para 170,31 quilos.

Sobre a posse e circulação de armas no Brasil, no período de 2017 a 2022 houve redução considerável, caindo de 30,49 para 24,8 casos por 100 mil habitantes, uma diminuição percentual de 18,6%. Na Região Norte, ocorreu aumento na taxa de 28,4%: de 22,24 para 28,55 casos. Já no Acre, houve aumento expressivo na taxa, indo de 9,4 para 56,5 casos por 100 mil habitantes, o que representa aumento percentual de 502,1%.

Já a taxa de apreensão de armas de fogo no Brasil teve redução percentual de 8,2%. Na Região Norte, a taxa aumentou 51,1%; e, no Acre, também houve diminuição, de 31,4%. Em relação ao número absoluto de registros de armas novas no Brasil entre os anos de 2017 e 2021, o aumento foi de 377,9%, passando de 42.387 em 2017 para 202.507 registros em 2021. Na Região Norte, houve aumento de 822,1%: de 2.463 para 22.733. E, no Acre, o aumento foi expressivo, passando de 242, em 2017, para 2.380 novas armas, em 2021, um aumento de 883,5%.

Ao analisar o número absoluto de registros ativos de armas no Brasil, o aumento foi de 144,3%, passando de 637.972, em 2017, para 1.558.416, em 2022. Na Região Norte, o aumento foi de 167,4%, e passou de 50.024 registros, em 2017, para 133.822, em 2022. No Acre, o aumento no número de registros ativos de armas passou de 8.520 em 2017 para 14.705 em 2022, ou 72,5%.

CRIMES E INFRAÇÕES NO TRÂNSITO

Os crimes e as infrações no trânsito geram impactos graves e negativos na sociedade e resultam em prejuízos econômicos, lesões, incapacidades e perdas de vida. Suas causas são multifatoriais e incluem infraestrutura inadequada; ausência e ineficácia de políticas de segurança viária; fluxo de animais ou de objetos não autorizados nas vias; consumo de bebidas alcoólicas e drogas por parte dos motoristas; e comportamento inadequado tanto de condutores quanto de pedestres.

Na Região Norte, Amazonas (-48%), Rondônia (-31%), Roraima (-30%), Acre (-31%) e Amapá (-8%) conseguiram diminuir a incidência de crimes e incidentes de trânsito. Os dados englobam registros de acidentes com todos os tipos de veículos (moto, carro, ônibus e caminhão) e diversas causas.

As taxas de pessoas com ou sem ferimentos (leves ou graves) envolvidas em cada acidente de trânsito diminuíram no Acre (-12%), no Amapá (-3%), em Roraima (-2%) e em Rondônia (-2%), mas cresceram no Amazonas (8%). O Acre é, desde 2020, o Estado com a menor taxa de vítimas de acidente de trânsito, na comparação com esses estados. A gravidade dos acidentes de trânsito aumentou nos estados do Acre (46%) e do Amapá (30%). No outro extremo, diminuíram em Roraima (-19%), no Amazonas (-9%) e em Rondônia (-8%).

CRIMES CIBERNÉTICOS

Os crimes cibernéticos englobam diversas práticas pelo uso ilegal ou abusivo da tecnologia da informação, de sistemas computacionais, de redes eletrônicas e de dispositivos conectados à Internet. A Lei Nº 12.735/2012 estabeleceu a formação de uma polícia especializada para auxiliar na responsabilização dos envolvidos em tais crimes, mas a repressão a essas infrações ainda não é efetiva. Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia eram dos poucos estados do País que não possuíam delegacias especializadas em crimes virtuais no período analisado. Em 2021, houve avanço com a criação do Núcleo de Especializado de Apoio à Investigação de Crimes Cibernéticos (Neciber), mas ainda é preciso aperfeiçoar os indicadores para compreender as particularidades dos crimes cibernéticos cometidos.

A taxa de divulgação de cenas de estupro aumentou no Acre em 34%, enquanto o Amazonas tem a menor taxa, de 5%, e Roraima tem a maior, com 212%. A taxa é mensurada em número de casos para cada 100 mil habitantes.

Já as taxas de estelionato por meio eletrônico têm disparado a cada ano. No Acre, esse aumento foi de 3.105%, de 2018 a 2022; em Roraima, foi de 1.619%. Essas informações não estão consolidadas nacionalmente, e a pesquisa foi realizada com dados de cada Secretaria Estadual. Outro fator a ser levado em conta é que a fraude eletrônica, que antes era tipificada como estelionato, a partir de 2021 passou a ser crime específico por meio da Lei nº 14.155.

De 2018 a 2022, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos registrou e processou diversos tipos de crimes, como: tráfico de pessoas (aumento de 129%); pornografia infantil ou pedofilia (aumento de 82%); violência e/ou discriminação contra mulheres (aumento de 68%); racismo (aumento de 9%); e apologia e incitação a crimes contra a vida (redução de 63%).

A pornografia infantil é o maior crime cibernético do Brasil. Atualmente, a discriminação contra mulheres é o segundo maior crime cibernético. A Safernet Brasil, em parceria com o Senado Federal, Câmara dos Deputados, Polícia Federal, MPF e empresas de tecnologia, desenvolveu um sistema automatizado de gestão de denúncias. O projeto é a resposta brasileira a um esforço internacional, que envolve 22 países dedicados ao combate do uso indevido da internet para práticas criminosas. O Acre não possui Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional assinado com a Safernet Brasil.

SISTEMA PRISIONAL

Outro indicador que reflete a situação da Segurança Pública de uma região ou localidade está relacionado ao sistema prisional. O custo médio para manter um privado de liberdade no Acre é de R\$ 4.072,58/mês. O sistema prisional do Estado conta com 17 estabelecimentos, entre misto, masculino, feminino e especial. Os estados do Acre (21,4%), Amazonas (84,2%), Amapá (28,6%), Rondônia (5,9%) e Roraima (33,3%) aumentaram a capacidade de detenção de pessoas em vários tipos de regime. Entre esses, o Acre registrou

redução de 24,8% na população privada de liberdade, passando de 7.901 em 2018 para 5.943 em 2022.

O excesso de ocupação no sistema prisional no Acre registrou significativa redução, de 96,4%, ao longo do período analisado: em 2022, o número de detentos que excedia a capacidade do sistema prisional era de 115 pessoas, indicando melhoria nas condições de encarceramento. O oferecimento de atividades educacionais, no Acre, aumentou de 43%, em 2018, para 65%, em 2022.

ESTRUTURA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA DO ACRE

Em 2022, o Acre aumentou significativamente seus gastos em Segurança Pública, chegando a R\$ 1.155,66 por habitante, um aumento de 81,4% em relação aos anos anteriores. Em 2017, o gasto total com segurança foi de R\$ 561.010.492,50, enquanto em 2022 esse valor subiu para R\$ 1.019.216.334,88.

Em 2023, o Acre contava com 10 batalhões de polícia, dois batalhões especiais (BOPE, Policiamento Ambiental) e três companhias independentes (Policiamento de Guarda, Policiamento Escolar e Companhia de Trânsito Urbano e Rodoviário). Em 2020, o efetivo do Acre contava com 2.376 policiais militares. A frota contava com 530 viaturas, 15 embarcações, dois helicópteros e uma aeronave.

A Polícia Civil do Acre, em 2020, tinha 34 delegacias e nove delegacias especializadas (Delegacias da Mulher, da Proteção à Criança e ao Adolescente, Combate ao Roubo, Homicídios, Combate ao Crime Organizado, Grupo Especial de Captura, Divisão de Repressão a Entorpecentes, Núcleo de Proteção ao Menor e Polícia Interestadual). O efetivo dos policiais civis somava 758 agentes, 81 delegados, 103 escrivães e 64 peritos. A frota da Polícia Civil contava com 226 viaturas e dois helicópteros.

O Corpo de Bombeiros tinha, em 2020, nove batalhões e duas companhias independentes. O efetivo do corpo era formado por 444 militares. A frota era composta por 152 viaturas, dois helicópteros e duas aeronaves.

Quanto às atividades realizadas por essas corporações, em 2020, a Polícia Militar fez 8.457 operações policiais e cumpriu 410 mandados de prisão. Houve 2.807 operações de trânsito e 51.862 multas aplicadas. Esses números da Polícia Militar do Acre são os mais altos de toda a Região Norte. Já a Polícia Civil registrou 30.727 boletins de ocorrência em 2020. Foram realizadas 1.237 prisões em flagrante e 1.342 mandados de prisão cumpridos pela Polícia Civil.

Os Bombeiros atenderam a 20.887 ocorrências em 2020, quando realizou 5.623 ações de combate ao incêndio, um dos maiores volumes da Região Norte. Fizeram, ainda, 585 atendimentos pré-hospitalares e 163 buscas e salvamentos.

CONSIDERAÇÕES

EDUCAÇÃO

Entre as ações a serem desenvolvidas na área da Educação, está garantir a permanência e a conclusão de todos os níveis de ensino pelos estudantes, diminuindo o abandono e a evasão escolar.

É preciso averiguar a interação entre fatores como falta de infraestrutura adequada, dificuldades de deslocamento, qualificação insuficiente de professores e acesso limitado a recursos educacionais e tecnológicos, entre outros elementos, que contribuem para a falta de aprendizado adequado.

É preciso dotar de infraestrutura apropriada às unidades escolares da área rural.

No Ensino Fundamental, é necessário aumentar o número de vagas em creches e pré-escolas, com conteúdo pedagógico que prepare as crianças para a alfabetização.

Nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, é primordial garantir que as crianças sejam alfabetizadas por métodos baseados em evidências científicas, tornando-as capazes de decodificar símbo-

los linguísticos, ler e compreender textos, evitando o analfabetismo escolar.

Da mesma forma, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, é preciso combater o abandono e a evasão, pois esses indicadores se intensificam. Os testes do Saeb mostram que os estudantes finalizam a etapa de ensino despreparados em disciplinas básicas como Leitura e Matemática. Os dados do Pisa também confirmam essa avaliação nas áreas de Matemática, Leitura e Ciências.

Em todo o Ensino Fundamental e Médio, é preciso investir no ensino do Inglês, visando uma formação bilíngue e não apenas de conceitos introdutórios do idioma.

Verifica-se a importância de tornar mais atrativas as disciplinas, desde o final do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, incluindo o ensino de habilidades profissionais que preparem os jovens para o mercado de trabalho.

A ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, relacionados às demandas de todo o Acre e da Região Norte, aparece como avaliação nas etapas do Plano Estratégico nas temáticas da área econômica, daí a importância de fortalecer a educação profissionalizante.

O desenvolvimento das áreas científicas e tecnológicas passa, ainda, por aproximar, de forma efetiva, as atividades de pesquisa e extensão das universidades e instituições de ensino superior da realidade econômica do Estado.

Mudanças na legislação precisam ser efetuadas para reformar as Licenciaturas e introduzir, por exemplo, o modelo de residências (como nos cursos de Medicina), para um melhor preparo do corpo docente.

SAÚDE

Na área de Saúde, observa-se, da mesma forma que na Educação, a importância de melhorar a estrutura nas áreas rurais.

Conforme apontam as estatísticas, o indicador *per capita* de consultas médicas e odontológicas por paciente necessita ser ampliado, bem como a relação entre número de médicos por mil habitantes, para garantir atendimento, principalmente nas especialidades mais procuradas, como Oftalmologia, Psiquiatria, Cardiologia e Odontologia, entre outras.

Em todo o Estado, a questão da infraestrutura, principalmente condições de acesso da população ao saneamento básico e à água potável, é essencial para ampliar a prevenção de doenças comuns na região e diminuir a incidência de infecções intestinais, verminoses e diarreias, entre outras.

O atendimento preventivo é precário e, dadas as distâncias, faz-se necessário ampliar o atendimento dos médicos de família nas comunidades, de forma periódica.

Na capital e nos polos urbanos, para onde se deslocam pessoas de outras cidades, o número de casas de apoio é insuficiente. Em várias localidades, não há serviços de média e alta complexidade, o que favorece a migração em busca de atendimento médico.

Ampliar o financiamento para construção de hospitais é fundamental, bem como zerar as filas de espera para pequenas e médias cirurgias em todo o Estado.

Outro aspecto fundamental é orientar a população para a realização de exames preventivos, identificação precoce de doenças crônicas não transmissíveis, controle e prevenção da dengue e realização de testes para detecção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

SEGURANÇA

Em relação à Segurança, é preciso equipar as forças de segurança do Estado, dotar o sistema com equipamentos modernos, capazes de contribuir para o monitoramento e a diminuição dos índices de crimes, além de ampliar e melhorar o efetivo e oferecer mais apoio

e proteção jurídica em situações de confronto em função de sua atuação profissional.

Para combater o crime é preciso investir e melhorar as estruturas de inteligência do Estado, em especial na Polícia Civil, mas também na Militar.

E, do ponto de vista legal federal, ainda há a necessidade de se aprimorar a legislação, com alterações que a tornem mais rigorosa a fim de evitar a impunidade. Seria fundamental uma reforma do Código Penal e das leis de execução penal.

Outro aspecto que merece atenção é o fato de o Acre fazer parte da fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru (o que representa 12% de toda a faixa de fronteira do País). Dos 22 municípios do Acre, 17 estão situados em regiões fronteiriças que, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento econômico, tanto do Estado quanto dos países andinos, também apresentam implicações em questões de segurança.

A Polícia Federal tem divulgado muitas ações realizadas na faixa de fronteira. Entre os crimes transfronteiriços mais combatidos, destacam-se o tráfico nacional e internacional de drogas; a captura de foragidos nacionais e internacionais; a migração ilegal; a exploração ilegal de recursos naturais; a prostituição e a evasão de divisas.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), Bolívia e Peru estão entre os principais produtores mundiais de cocaína e os aspectos geográficos do Acre (floresta densa, múltiplas hidrovias e rodovias arteriais) têm servido às organizações criminosas nacionais e internacionais como grandes corredores para a distribuição de substâncias ilícitas a mercados consumidores no Brasil, Europa, Estados Unidos da América (EUA) e outros países. A realidade dos crimes fronteiriços impõe urgência na parceria do Estado com o governo federal para vigiar melhor e de forma mais efetiva as fronteiras, combatendo todos os tipos de contrabando, que carecem de maior atuação por parte dos órgãos federais.

A seguir, é apresentado o Plano Estratégico detalhado para o Acre, listando os principais problemas identificados, sugerindo programas e projetos para promover o crescimento econômico do Estado.





IMPULSIONAMENTO ECONÔMICO

*Desafios e soluções para o
crescimento*

Foto: Dhárcales Pinheiro (Sejusp, Governo do Acre)

○ Projeto Acresce se constituiu em um diagnóstico sobre a realidade do Acre, com o objetivo de apresentar soluções de desenvolvimento das potencialidades que agreguem valor aos produtos e fortaleçam o capital humano. Como última etapa, foi desenvolvido um Plano Estratégico, com metodologia própria do Instituto Sapien, a partir de consultorias e oficinas temáticas colaborativas, que contaram com a participação de agentes da sociedade civil, gestores e técnicos do governo do Estado.

Assim, neste capítulo são detalhadas as etapas do desenvolvimento do plano, e apresentados os principais problemas identificados, com sugestões de programas e projetos para promover o crescimento econômico do Estado. As áreas de estudo foram detalhadas em planilhas que levam em conta cinco eixos temáticos de políticas públicas: Extrativismo e Meio Ambiente; Economia Primária; Economias Secundária e Terciária; Macroeconomia; e Infraestrutura e Logística.

DESENVOLVIMENTO DO PLANO

O plano delinea programas e projetos que visam promover o crescimento econômico e se referem a oito campos de atuação:

Emprego e Renda – em regiões mais carentes, a oferta de empregos qualificados e bem remunerados costuma ser limitada. A criação de um plano que incentive o desenvolvimento de setores econômicos, como agricultura, pecuária, indústria e serviços pode nortear a atração de investimentos e gerar novas oportunidades de trabalho e renda.

Infraestruturas – a carência de infraestrutura adequada (estradas, saneamento básico, energia e comunicação) limita o crescimento. Investir na construção e modernização dessas infraestruturas é essencial para atrair empresas, melhorar a qualidade de vida e permitir o escoamento da produção agrícola e industrial.

Empreendedorismo – o empreendedorismo é uma maneira de criar empregos e dinamizar a economia. O Plano Estratégico inclui programas de capacitação técnica e apoio às pequenas e médias empresas, ajudando a promover oportunidades de desenvolvimento de novos negócios e iniciativas econômicas.

Educação e Qualificação – estados com baixos índices de desempenho educacional enfrentam maior dificuldade em gerar desenvolvimento. Um Plano Estratégico, dentre inúmeros outros fatores, por meio da proposição de projetos e programas, pode ajudar a direcionar esforços para ampliar o acesso à educação e à qualificação profissional, preparando a população para atuar nos setores produtivos.

Captação de Investimentos – planos estratégicos podem identificar áreas prioritárias de investimento, sugerir a criação de incentivos fiscais e Parcerias Público-Privadas (PPPs), facilitando a entrada de novos investidores, aspecto necessário para o financiamento de projetos de desenvolvimento.

Governança²⁴ e Capacitação do Setor Público – a fragilidade institucional limita a capacidade de implementação de políticas eficazes. O fortalecimento da governança capacita gestores públicos e promove a transparência para garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficiente.

Inovação e Tecnologia – investir em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT & I) é importante para alavancar o desenvolvimento econômico de forma competitiva, com incentivo à criação de polos tecnológicos e parcerias com centros de pesquisa e empresas de tecnologia para a promoção de soluções de crescimento.

²⁴ O conceito de Governança, neste Plano Estratégico, é entendido como um conjunto de práticas, políticas e procedimentos utilizados para dirigir, controlar e administrar uma organização pública ou privada, com foco em garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz, e que as decisões sejam tomadas de forma transparente e alinhada com os interesses de todas as partes envolvidas. Fonte: INSTITUTO SAPIEN, 2024.

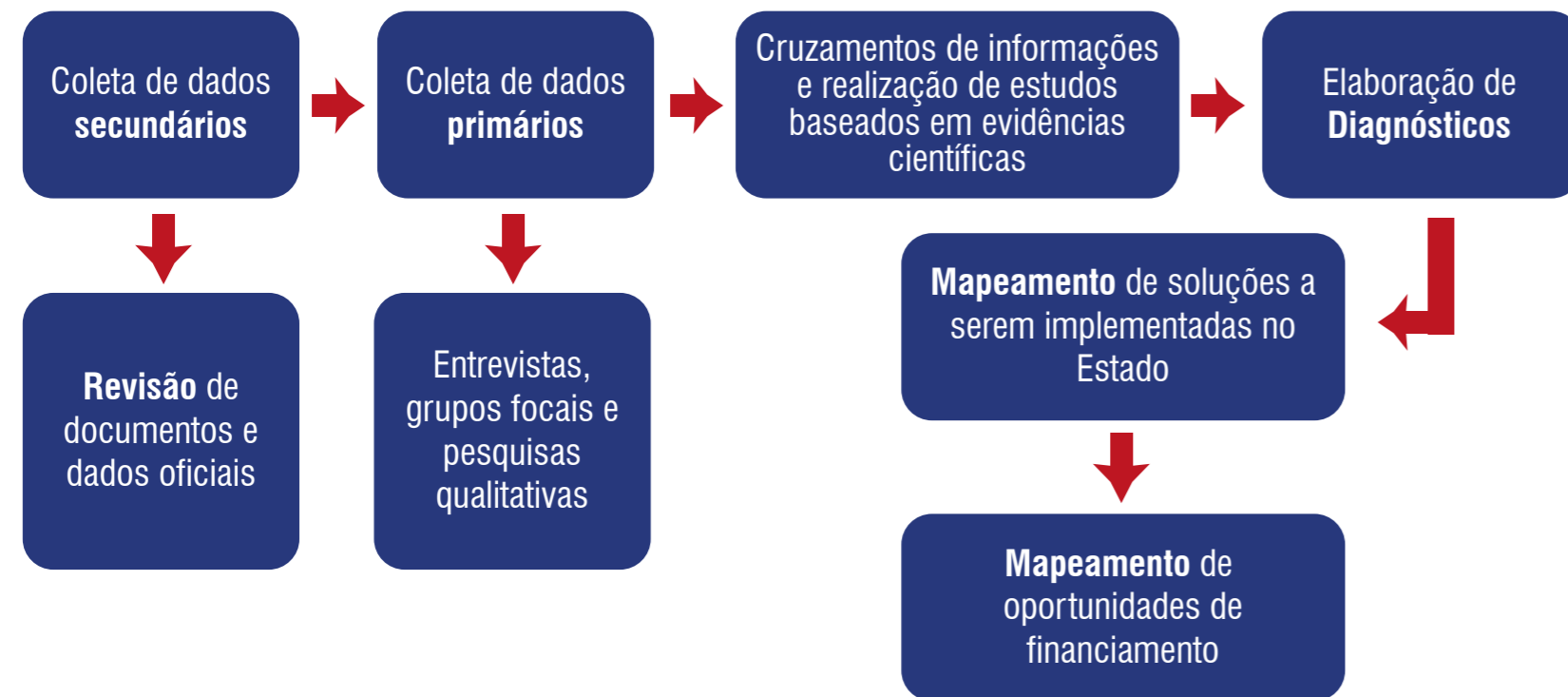
Especificidades Regionais – cada Estado brasileiro possui características econômicas, culturais e geográficas únicas. Um Plano Estratégico voltado para o desenvolvimento precisa levar em conta experiências bem-sucedidas em outras regiões e sugerir-las, respeitando as características locais, como o desenvolvimento agrícola em regiões rurais ou o turismo em áreas com potencial.

A elaboração do Plano Estratégico para o Impulsionamento Econômico do Acre ocorreu a partir de diagnóstico do ambiente externo, a fim de identificar fatores alavancadores e limitadores do crescimento. Esse processo permitiu identificar necessidades, avaliar a infraestrutura disponível, os recursos financeiros e humanos,

bem como as políticas vigentes. Com essa visão, tornou-se possível o estabelecimento de prioridades e direcionadores realistas alinhados não só com as demandas, mas também com o Plano Plurianual (PPA) do Acre.

O levantamento minucioso serviu para subsidiar debates em fóruns ampliados com participantes de áreas públicas e privadas ao longo das Oficinas Temáticas para a elaboração do Plano Estratégico, realizadas em outubro de 2024. O processo de elaboração observou o cumprimento de etapas preliminarmente estabelecidas, conforme figura a seguir, e a premissa de colaboração dos principais atores regionais.

Figura 10 – Processo Metodológico de Elaboração do Diagnóstico Acresce



Fonte: Instituto Sapien/Acresce, 2022.

Após as etapas de diagnósticos conduzidas por especialistas em cada uma das áreas examinadas (Extrativismo e Meio Ambiente; Economia Primária; Economias Secundária e Terciária; Macroeconomia; e Infraestrutura e Logística), foram elaborados relatórios analíticos e planilhas executivas que indicam os principais problemas e as propostas para programas e projetos, além de análises sobre iniciativas de abrangência territorial e possibilidades orçamentárias em cada uma dessas cinco áreas.

Essas análises foram discutidas em oficinas específicas por área e, posteriormente, com representantes de todos os grupos, de modo a sintetizar propostas de ação com programas e projetos viáveis para acelerar o desenvolvimento do Estado. Os grupos foram formados entre oito e 12 participantes, com mediação do Instituto Sapien e colaboração de conteúdo dos especialistas. As oficinas seguiram o cronograma descrito na figura seguinte.

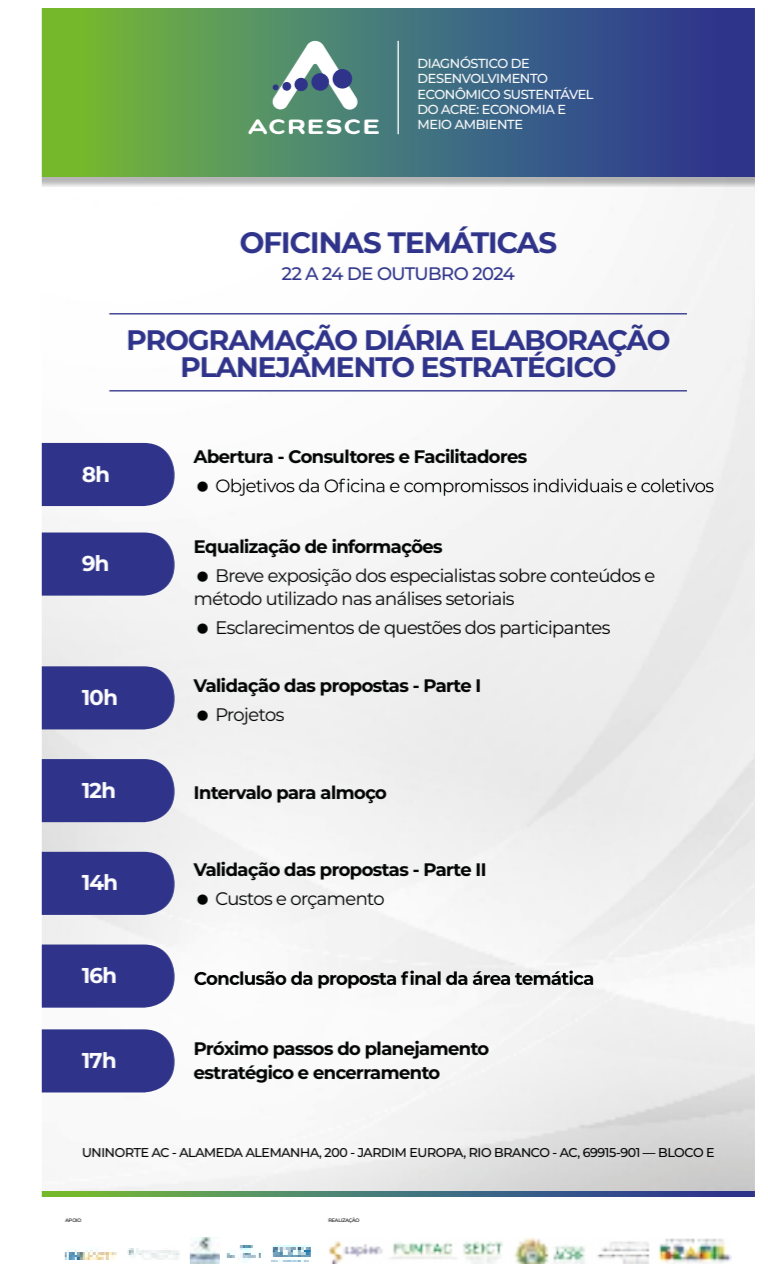
As atividades estimularam discussões em grupo, porém com etapas de exposição por mediadores e especialistas, para a equalização de informações obtidas do diagnóstico do Plano Estratégico. Os benefícios advindos do Projeto Acresce encontram-se relacionados com as soluções reais para o efetivo aproveitamento das potencialidades do Estado, pelo fortalecimento dos profissionais e aumento do valor agregado de sua produção.

A finalidade deste processo, portanto, vincula-se a tornar o Acre mais produtivo e atrativo aos negócios, por meio de programas e projetos gerados a partir de oportunidades detectadas, que podem ser caracterizadas pelos seguintes objetivos:

- Conhecer os caminhos necessários e potenciais ao desenvolvimento do Acre;
- Conhecer a dinâmica da economia acreana;
- Propor sugestões de incremento ao desenvolvimento, sempre com base em dados empíricos e informações científicas;
- Contribuir para o crescimento econômico, a geração de empregos e o aumento da renda dos acreanos; e

- Ajudar a guiar o governo estadual e os governos municipais em decisões estratégicas.

Figura 11 – Cronograma de Atividades das Oficinas Temáticas



Fonte: Instituto Sapien/Acresce, 2024.

SOLUÇÕES ESTRATÉGICAS

Para a apresentação das soluções, um primeiro passo foi listar e mapear os problemas detectados na fase de elaboração dos diagnósticos, conduzida pelos especialistas. Este material foi, posteriormente, apresentado e debatido pelos participantes nas Oficinas

Temáticas para, então, serem apresentadas as soluções aqui elencadas. As soluções são descritas no Plano Estratégico na forma de objetivos a serem perseguidos, com seus respectivos programas e projetos sugeridos. As tabelas a seguir apresentam os problemas e soluções para cada um dos eixos temáticos do Plano Estratégico.

Tabela 15 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos)
– Eixo Temático: Extrativismo e Meio Ambiente

EXTRATIVISMO E MEIO AMBIENTE		
Problema	Subproblemas	Soluções (Objetivos)
Cadeias produtivas insustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Vilas e comunidades deprimidas. Ocupação desordenada na fronteira Leste. Isolacionismo na fronteira Oeste. Precariedade da política fundiária. 	Promover ações de recuperação e intensificação de sistemas pecuários; implantação de agricultura sustentável e sistemas produtivos integrados e biodiversos com incentivos econômicos; apoio à organização produtiva e assistência técnica para empreendimentos empresariais e de base comunitária.
Monitoramento e controle ambiental deficiente	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização deficiente. Ausência de modernização dos processos de licenciamento. Monitoramento ambiental sem inteligência estratégica. 	Aprimorar o sistema de análise do Cadastro Ambiental e o sistema de licenciamento de atividades produtivas, com estruturação da rede de governança em inteligência ambiental para o combate ao desmatamento, queimadas e degradação florestal.
Carência de ordenamento fundiário e territorial	<ul style="list-style-type: none"> Baixa efetividade da gestão de áreas protegidas. Insegurança fundiária e ausência de uma base fundiária estadual. Passivo de regularização de terras protegidas. 	Fortalecer a gestão associada aos planos de uso e à gestão integrada do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, bem como avançar na regularização fundiária.
Baixa aplicação de instrumentos normativos e econômicos	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) não considerado nas atividades e gestão do território. Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) não considerado como um instrumento econômico para o desenvolvimento. Ausência de instrumentos de incentivos de atividades de mitigação e adaptação. Baixa efetividade do fundo de meio ambiente para apoio às políticas de controle do desmatamento. Ausência de incentivos fiscais, subvenções e financiamento para as atividades produtivas e negócios da biodiversidade. 	<p>Fomentar o uso do ZEE.</p> <p>Integrar o Sisa com incentivos fiscais e creditícios.</p> <p>Buscar fontes adicionais de recursos e definir subvenções econômicas para estimular a agregação de valor aos produtos da biodiversidade e às cadeias produtivas integradas.</p>

Tabela 16 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos)
– Eixo Temático: Economia Primária

ECONOMIA PRIMÁRIA		
Problema	Subproblemas	Solução (Objetivo)
Gestão territorial precária	<ul style="list-style-type: none"> Vilas e comunidades deprimidas. Ocupação desordenada na fronteira Leste. Isolacionismo na fronteira Oeste. Precariedade da política fundiária. 	Restaurar a perspectiva de desenvolvimento de vilas e comunidades rurais, organizar a ocupação da fronteira Leste e integrar a fronteira Oeste ao desenvolvimento, com solução massiva de passivos ambientais e ação fundiária ampla.
Atraso tecnológico e baixa performance da agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> Baixa diversidade e produtividade de hortifrutigranjeiros. Baixa intensidade no uso da terra. Baixo nível tecnológico. Baixo nível organizacional dos produtores. Limitado acesso ao crédito rural. Baixa performance na pecuária leiteira, na criação de aves e na produção de peixes. Baixo aproveitamento do potencial da suinocultura. Atraso na transição de sistemas no sentido da bioeconomia. 	Elevar a produtividade no campo, transformando a intensificação do uso da terra.
Infraestrutura deficiente	<ul style="list-style-type: none"> Más condições da rede de ramais rodoviários. Armazenamento deficiente. Precária comunicação. 	Viabilizar o fluxo de insumos e produtos em todas as áreas, o estoque e guarda de produtos e a necessária comunicação digital no sentido de propiciar a melhor prestação de serviços.

Tabela 17 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos)
– Eixo Temático: Economias Secundária e Terciária

ECONOMIAS SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA		
Problema	Subproblemas	Solução (Objetivo)
Ausência de dados estratégicos setoriais e sobre as áreas promissoras de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Falta de planejamento estratégico público e privado dos <i>Clusters</i> de Proteína Animal e Vegetal. Falta de planejamento estratégico público e privado dos <i>Clusters</i> de Turismo, de Manejo Florestal (madeireiro, não-madeireiro e serviços ambientais), de Construção Civil (insumos, projetos e mão de obra), Habitação e Saneamento e de Transição Energética. 	Fortalecer as cadeias produtivas e o planejamento estratégico de <i>Clusters</i> , integrando produtores, indústrias e consumidores e promovendo a comercialização de produtos regionais.
Falta de infraestrutura adequada e baixa oferta de serviços hoteleiros e de alimentação, gerando ameaças ao crescimento do turismo, considerando a concorrência de destinos turísticos mais consolidados fora do Acre.	<ul style="list-style-type: none"> Informalidade no setor e escassez de investimentos em promoção e capacitação. Dependência de voos e transporte terrestre limitados e caros. Concentração do turismo na Capital. Infraestrutura e a oferta de serviços hoteleiros e de alimentação limitadas. 	Elaborar estudo de <i>Cluster</i> do Turismo Sustentável, fortalecendo a cadeia produtiva (hospedagem, alimentação, transporte e atividades turísticas) com foco em experiências sustentáveis e culturais.
Carência de planejamentos e estratégias de fomentos para exportações e importações	<ul style="list-style-type: none"> Deficiências na infraestrutura de Despacho Aduaneiro, Armazenagem, Porto Seco e Zonas de Processamento. Falta de um calendário anual de promoção para a feira de produtos e serviços. Ausência de uma instituição congregadora para realização de importação e ou exportação para as empresas (<i>Trading</i>, Comercial Exportadora). Necessidade de formação de agentes de exportação. Falta de integração de plataformas de vendas digitais nacionais e internacionais. Falta de estudos de viabilidade de logística de exportação e Centros de Distribuições Nacionais e Internacionais. 	<p>Fortalecer as cadeias produtivas e o planejamento estratégico de <i>Clusters</i>.</p> <p>Desenvolver cadeias produtivas locais, integrando produtores, indústrias e consumidores, visando promover a comercialização de produtos regionais para dentro e fora do País.</p>

ECONOMIAS SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA		
Problema	Subproblemas	Solução (Objetivo)
Gargalos no setor de comércio relacionados à fiscalidade, tributação, investimentos, mão de obra e acesso ao crédito, que interferem na produtividade, qualidade, competitividade e no acesso a mercados públicos, privados e de exportação	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de cumprimento de todas as obrigações fiscais e a multiplicidade de impostos, alíquotas e regimes tributários em face da complexidade fiscal. Elevada carga tributária com impactos na lucratividade das empresas no setor de comércio. Tributação cumulativa com impostos incidindo em cascata, aumentando o custo final dos produtos e serviços e afetando a competitividade das empresas e a respectiva margem de lucro. Falta de uma política de incentivos fiscais para o setor de Comércio e Serviços, bem como a efetiva comunicação dos incentivos já existentes. Necessidade de investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento. Excesso burocrático e de garantias de acesso ao crédito dificultando investimento em expansão, modernização e capacitação nas empresas. Dificuldades na gestão e modelagem financeira dos negócios sem uma oferta especializada de assistência técnica-financeira tanto do setor público como privado. 	<p>Promover acesso ao crédito e oferecer incentivos adequados para melhorar o ambiente de negócios das empresas de comércio e serviços no Acre, apoiando setores específicos e geradores de empregos.</p> <p>Fortalecer as cadeias produtivas e o planejamento estratégico de <i>Clusters</i>.</p> <p>Desenvolver cadeias produtivas locais, integrando produtores, indústrias e consumidores, visando promover a comercialização de produtos regionais para dentro e fora do País.</p>

Tabela 18 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos)
– Eixo Temático: Macroeconomia

MACROECONOMIA		
Problema	Subproblemas	Soluções (Objetivos)
Dificuldades no gerenciamento orçamentário e financeiro	<ul style="list-style-type: none"> Precária gestão orçamentária e financeira, que resulta em baixa destinação de recursos para áreas geradoras de emprego e renda. Extrapolação dos limites de gasto com pessoal. Colapso do sistema previdenciário. 	<p>Promover o equilíbrio nas contas públicas, instituindo uma administração racional, por meio de um alinhamento contábil, planejado e transparente, mediante racionalização de despesas e ampliação de receitas.</p> <p>Buscar o desenvolvimento de novas tecnologias e modernização dos sistemas de execução orçamentária, financeira e contabilidade pública, agilizando a Administração de Recursos do Tesouro Estadual e disponibilizando informações imprescindíveis à Gestão Financeira.</p>
Falta de políticas estaduais para a preparação e ingresso de jovens no mercado de trabalho.	<p>Baixa articulação do Estado na oferta de cursos profissionalizantes a todos os municípios.</p> <p>Falta de oportunidades de formação técnica e profissional aos alunos matriculados no ensino médio em cidades de difícil acesso.</p> <p>Inadequação da oferta de cursos à demanda da economia.</p>	<p>Expandir a oferta de educação profissional e tecnológica.</p> <p>Ampliar as opções de ensino e capacitação de jovens para o mercado de trabalho e fortalecimento da orientação vocacional.</p> <p>Adotar formação EaD e cursos profissionalizantes itinerantes nos municípios mais afastados da Capital.</p> <p>Adequar a oferta de cursos às demandas específicas e municipais.</p>
Baixo investimento e resultado na área de Ciência, Tecnologia e Inovação.	<p>Ecossistema de inovação incipiente com baixos investimentos.</p> <p>Falta de produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico e inovador.</p>	<p>Impulsionar o Programa Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Ecossistema Inovador para o desenvolvimento e a competitividade da economia por meio do estímulo à ciência, tecnologia e inovação, fortalecendo o ecossistema de inovação local.</p>

Tabela 19 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos)
– Eixo Temático: Infraestrutura e Logística

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA ²⁵		
Problema	Subproblemas	Soluções (Objetivos)
Déficit de saneamento dos municípios do Estado do Acre	<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento de água – sistemas defasados e baixo quantitativo de ligações domiciliares. Rede de Esgoto – baixo número de domicílios com ligação à rede de coleta de esgoto. Defasagem dos sistemas de tratamento de efluentes. Tratamento de Resíduos Sólidos – atualização dos planos de gerenciamento de resíduos. Abastecimento de água durante o período de vazante dos rios da região. Saneamento Rural – falta de sistema de abastecimento e sistema de esgotamento sanitário. 	<p>Promover o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, bem como a coleta e a destinação final adequada dos esgotos sanitários, por meio de ações de melhoria, ampliação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p>
Dificuldade logística de transporte no Estado do Acre	<ul style="list-style-type: none"> Falta de manutenção adequada das rodovias estaduais. Ligação dos Municípios isolados por via terrestre (rodovia). Dificuldade na trafegabilidade dos ramais. Alto custo do transporte aéreo nos municípios. Ausência de portos com terminal de passageiros. Dificuldade logística durante o período de cheias e de vazante dos rios da região. 	<p>Viabilizar a ampliação, conservação, manutenção e modernização da infraestrutura dos modais terrestres, fluviais e aéreos, visando a integração local, regional e internacional para aumentar a eficiência na movimentação de pessoas e mercadorias.</p>
Carências na infraestrutura urbana e na qualidade de serviços	<ul style="list-style-type: none"> Déficit habitacional. Necessidade de melhoria na transparência, acompanhamento e controle de obras do Estado. Manutenção, ampliação e revitalização dos parques urbanos existentes e criação de novos parques. 	<p>Garantir o reordenamento espacial do imobiliário público a partir da construção, manutenção, conservação e revitalização dos parques públicos, do saneamento urbano, além de oportunizar o acesso à moradia regularizada às pessoas que se encontram em vulnerabilidade nas áreas urbanas e rurais.</p>

²⁵ A infraestrutura se refere a ativos físicos (portos, aeroportos, armazéns etc.), enquanto logística ao planejamento e implantação do fluxo de bens e serviços que se utilizam da infraestrutura.

SELEÇÃO E INDICAÇÃO DE PROJETOS

São apresentados, a seguir, os programas e projetos com potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado, definidos a partir dos problemas identificados e das soluções propostas, em cada área temática.

1. EXTRATIVISMO E MEIO AMBIENTE

Programa 1 – Consolidação do Mapeamento das Cadeias Produtivas

- Recuperação de nascentes e de áreas de cultivo e pastagens degradadas, para possibilitar o desenvolvimento de empreendimentos rurais com potencial econômico e de geração de renda.

- Assistência técnica ao desenvolvimento e à organização produtiva de empreendimentos de base florestal.

- Aumento de receitas das comunidades locais e tradicionais com a criação de novos produtos e serviços associados aos recursos naturais e culturais locais, como alimentos, medicamentos, cosméticos, fibras e artesanatos.

- Introdução de técnicas mais produtivas para o beneficiamento, embalagem e desenvolvimento de produtos da chamada biodiversidade.

Programa 2 – Monitoramento e Controle Ambiental

- Investimento em novas tecnologias, como inteligência artificial, para analisar grandes volumes de dados ambientais e prever riscos de desmatamento e queimadas pelo Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma).

- Aprimoramento dos sistemas de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de aceleração de licenciamentos de atividades produtivas.

Programa 3 – Ordenamento Fundiário, Territorial e Instrumentos Normativos

- Fortalecimento da gestão associada aos planos de uso e à gestão integrada do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Estado do Acre (Seanp).

- Intensificação da organização dos mutirões para a regularização fundiária.

- Consolidação econômica dos assentamentos e unidades de conservação já existentes.

- Fomento ao uso do ZEE como ferramenta estratégica para ações de governança territorial e implementação de políticas públicas adequadas à realidade das Unidades de Conservação.

- Fortalecimento da cooperação entre diferentes secretarias de governo, organizações da sociedade civil e setor privado, para alinhar as ações do Sisa com outras iniciativas de desenvolvimento econômico.

- Estabelecimento de mecanismos eficazes de monitoramento das ações previstas no Plano Emergencial de Adequação às Mudanças Climáticas (Governo do Acre, abril 2024), para avaliar eficácia das ações e resultados.

- Avaliação dos resultados econômicos e sociais advindos das aplicações de recursos do Fundo de Meio Ambiente.

2. ECONOMIA PRIMÁRIA

Programa 1 – Programa de Gestão Territorial do Acre

- Nucleação urbana e implantação de infraestrutura e serviços em comunidades de atividade econômica reduzida, com criação e fortalecimento de distritos agropecuários.

- Recuperação e adequação do Projeto no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã/Madeira.

- Integração macrorregional com o Peru via Pucallpa, com inclusão do Sudoeste do Amazonas e viabilização do acesso terrestre entre as cidades do Vale do Juruá.

- Retomada da política de regularização fundiária e titulação concomitante à regularização em todo o Estado.

Programa 2 – Modernização da Agropecuária

- Solução fundiária e organização da produção de hortifrutigranjeiros em áreas para-rurais nos municípios, com criação e fortalecimento de cinturões verdes.

- Reinserção de áreas abandonadas no processo produtivo, por meio da recuperação e fertilização de áreas degradadas ou em desuso.

- Aporte de tecnologia intensiva e fomento às cadeias produtivas (prioritárias) de maior importância e viabilidade econômica.

- Expansão e aprimoramento do cooperativismo para a produção, industrialização e comercialização.

- Capilarização e diversificação do crédito rural.

- Aporte de tecnologia e fomento aos processos produtivos de leite e derivados (Projeto de Apoio à Pecuária Leiteira).

- Aporte de tecnologia e fomento à avicultura.

- Recuperação da atividade e aproveitamento do grande potencial já instalado em termos de lâmina d'água em projeto específico de recuperação da piscicultura do Acre.

- Aporte de tecnologia e fomento à produção e comercialização de suínos.

- Ampliação da contratação de mão de obra e fortalecimento institucional para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em termos modernos, intensivos e de resultados.

Programa 3 – Desenvolvimento da Infraestrutura para a Produção Agropecuária

- Adoção de abordagem integrada que maximize o uso dos recursos financeiros, materiais e humanos existentes, para ampliação e manutenção de estradas vicinais (integração de base de dados, gestão de insumos, eficiência no uso de equipamentos e ações preventivas).

- Ampliação e modernização da capacidade de armazenamento, atrelada à demanda atual em termos de tecnologia, equipamentos, acesso e capacidade de produtos agropecuários.

- Disponibilização de acesso à comunicação digital em comunidades rurais.

3. ECONOMIAS SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

Programa 1 – Identificação e Promoção de Clusters Prioritários

- Aprimoramento da gestão de *clusters* de proteína vegetal e de proteína animal, com foco na criação de marco legal, na oferta de crédito, na assistência técnica, na comercialização de produtos e nas certificações de operações industriais e comerciais.

- Aplicação de mecanismos para maior atração de indústrias de produtos florestais e do agronegócio, visando à geração de renda e a alavancagem de tributos.

- Disseminação de práticas de gestão da qualidade em processos operacionais, com apoio de entidades locais (Sistema S e Fecomércio).

cio), para a oferta de produtos e serviços com menor custo e maior competitividade.

– Compartilhamento de infraestrutura e incentivos para estimular o empreendedorismo de pequenas e médias empresas do setor alimentício.

– Integração de centros de pesquisas (universidades, institutos e outros) no desenvolvimento de processos de inovação tecnológica nos *clusters* priorizados, visando à criação do parque tecnológico do Acre e de incubadoras de empresas.

– Atração de investimentos e inovação, visando promover o desenvolvimento em regiões com reduzidos índices de desenvolvimento, o aumento da competitividade regional e o fortalecimento das capacidades produtivas locais.

– Estimular e contribuir com a criação de canal integrador de micro-crédito de bancos e cooperativas.

Programa 2 – Turismo: Natureza, Cultura e História

– Alavancagem da receita proveniente do turismo de negócios e lazer, com estímulo a investimentos privados e públicos na melhoria da infraestrutura nos pontos turísticos, nas estradas e acessos aos locais com maior potencial de visitação e na qualidade da internet nesses ambientes.

– Criação de rota turística no Estado do Acre (rota das águas, turismo cultural e certificação de hospedagem).

Programa 3 – Promoção da Exportação e Importação

– Aumento das receitas provenientes das ações de exportação e importação do Acre, por meio da criação de centros de distribuição regional e de estímulo às cooperativas de produção, com base em plano de captação de recursos federais.

Programa 4 – Revisão de Incentivos em conformidade aos Resultados e Interesse do Estado

– Articulação de ações com o Sistema S e Fecomércio voltadas para o aumento da produtividade do comércio estadual, com foco na digitalização de processos, na qualificação profissional e nas redes colaborativas de centros de empreendedorismo.

– Definição de marco legal de governança para PPPs de infraestrutura urbana.

4. MACROECONOMIA

Programa 1 – Modernização da Gestão Tributária, Fiscal, Financeira e Contábil

– Aplicação de recursos orçamentários alinhados aos programas de renda e emprego por meio do monitoramento de indicadores de desempenho.

– Compatibilização da operação integrada dos sistemas contábil, financeiro e fiscal.

– Ampliação da atuação da Redesim²⁶ para expandir a formalização de empreendimentos.

– Avaliação da viabilidade financeira e adequação às demandas demográficas do sistema previdenciário do Acre, com propostas para melhoria e equilíbrio a médio e longo prazo.

²⁶ A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) é uma política pública nacional criada pelo governo federal por meio da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. É uma rede de sistemas informatizados necessários para registrar e legalizar empresas e negócios, tanto no âmbito da União como dos estados e municípios. Tem por objetivo permitir a padronização dos procedimentos, o aumento da transparência e a redução dos custos e dos prazos de abertura de empresas. Fonte: BRASIL. Lei 11.598/2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11598.htm

Programa 2 – Profissionaliza Acre

– Ampliação da parceria com Senai, Senac, Senar e Sebrae para oferta de soluções de formação e qualificação alinhadas às necessidades de mercado e à vocação produtiva local.

– Ampliação das opções de capacitação de jovens para o mercado de trabalho advindas do Programa Meu Primeiro Emprego, em especial as orientadas para áreas de maior potencial de geração de renda, como tecnologia da informação.

– Adequação da oferta de cursos às demandas municipais.

Programa 3 – Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Ecossistema Inovador

– Integração de fontes de crédito às demandas de inovação por meio de projetos que atendem critérios de fundos disponíveis no Banco da Amazônia (*startups*, micro e pequenas empresas), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

– Incentivo do uso de plataformas de *crowdfunding* para que projetos inovadores possam captar e disponibilizar recursos a atores locais inseridos nos processos de inovação e geração de produtos de valor agregado ao mercado.

5. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Programa 1 – Saneamento é Saúde – Urbano e Rural

– Ampliação do abastecimento de água, buscando a universalização de ligações domiciliares no Estado e a redução das perdas no sistema, com modernização gerencial e tecnológica, resultando no aumento da arrecadação do sistema de abastecimento.

– Atendimento de mais de 50% da população urbana com sistema de esgotamento sanitário e modernização de oito sistemas do Estado.

– Universalização do tratamento de esgoto urbano no período de dez anos, reduzindo a poluição hídrica nas maiores cidades e instalando sistemas de tratamento descentralizados e de baixo custo em comunidades isoladas, garantindo a qualidade da água e a saúde dos moradores.

– Promoção, ao longo dos próximos dez anos, do reúso de água tratada para irrigação agrícola e reflorestamento e uso industrial, otimizando o uso dos recursos hídricos.

Programa 2 – Rotas do Desenvolvimento

– Construção de 700 km de rodovias estaduais nos municípios isolados.

– Construção da Orla de Cruzeiro do Sul.

– Construção de três pontes nos municípios do Estado do Acre.

– Manutenção dos aeródromos com capacidade para operar nas pistas de pouso e decolagem e zonas de segurança, avaliando a possibilidade de concessão de gestão via PPPs, em especial a estruturação de 100% da malha aeroviária dos municípios de Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Porto Walter.

– Pavimentação de 200 km de ramais.

– Restauração e manutenção de 385,2 km de rodovias estaduais.

– Construção de Centro Unificado de Fronteira, que agregue os atores envolvidos no fluxo de pessoas e mercadorias, visando, especialmente, gerar maior segurança nas alçadas federal (Polícia Rodoviária Federal – PRF e Polícia Estadual – Militar e Civil).

– Impulsioneamento do desenvolvimento regional e melhoria da competitividade das cadeias produtivas, por meio da integração de diferentes modos de transporte (rodoviário, ferroviário, fluvial, aéreo etc.), para aumento do fluxo de mercadorias (logística multimodal).

Programa 3 – Viver Cidades

– Impulsioneamento de programas já existentes de fornecimento de moradias seguras, especialmente para a população afetada por desastres naturais, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Projeto 1.001 Dignidades da Prefeitura de Rio Branco, o Plano Operacional de Habitação de Interesse Social do Acre e a construção de unidades habitacionais populares em conjuntos de Rio Branco.

– Ampliação e revitalização dos parques urbanos do Estado, com ênfase nos espaços turísticos e comunitários, por meio da parceria entre Deracre e prefeituras municipais, e acelerar as ações do Programa Estadual de Arborização Urbano, com recursos previstos na Sema, inclusive parque linear do bairro 15 em Rio Branco.

– Estímulo da esfera estadual à realização, pelos municípios do Acre (exceto Rio Branco e Cruzeiro do Sul), de planos diretores para orientação de ações locais de melhoria do espaço público.

MAPA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO

Após identificados os programas e projetos, foram apontadas as possíveis fontes de financiamento para as iniciativas. O documento recomendável para efetuar essa vinculação mostrou-se ser o Plano Plurianual do Acre (PPA) para o quadriênio 2024–2027 (Lei Estadual nº 4.282, de 27 de dezembro de 2023), regulamentada pelo Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024, já atualizado e aprovado na esfera estadual.

Primeiro, foi feita uma análise da aderência de cada programa ao PPA do Acre 2024–2027, com seus respectivos valores. Depois, foi verificada a associação entre os objetivos específicos de cada pro-

grama aos projetos do Plano Estratégico. Desta forma, chegou-se a uma referência sobre onde podem ser alocados os recursos para fazer frente aos projetos, tanto finalísticos quanto intermediários.

As conclusões desta atividade encontram-se dispostas nas próximas tabelas, que sintetizam o Mapa de Financiamento Público por eixo, e que podem relacionar-se às soluções de programas e projetos propostos para o impulsioneamento econômico do Acre nos próximos anos. Há indicação das secretarias do governo estadual na gestão de projetos, em consonância com o PPA do Acre.

Tabela 20 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Extrativismo e Meio Ambiente

EXTRATIVISMO E MEIO AMBIENTE	
Programa 1 – Consolidação do Mapeamento das Cadeias Produtivas	Resultados Pretendidos: maior qualidade de vida da população derivada de projetos de desenvolvimento e maior receita proveniente de setores econômicos estratégicos para o Estado.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1446 Desenvolvimento de Produção Familiar, Bioeconomia e Agronegócio – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 95.632.782,93 (Seagri) 1460 Ecossistema de Inovação Ambiental e Adaptação Climática – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 10.856.375,96 (Sema)
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
1.1.1 Recuperação de nascentes e de áreas de cultivo e pastagens degradadas para possibilitar o desenvolvimento de empreendimentos rurais com potencial econômico e de geração de renda.	Objetivo Específico 3 1460: Implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos.
1.1.2 Assistência técnica ao desenvolvimento e à organização produtiva de empreendimentos de base florestal.	Objetivo Específico 4 1446: Consolidação e Ampliação das Cadeias de Valor Florestal.
1.1.3 Aumento de receitas das comunidades locais e tradicionais com a criação de novos produtos e serviços associados aos recursos naturais e culturais locais como alimentos, medicamentos, cosméticos, fibras e artesanatos.	Objetivo Específico 3 1446: Fortalecimento, Consolidação e Ampliação das Cadeias de Valor Agroflorestal e Agropecuária. Objetivo Específico 4 1460: Fomento das Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade.
1.1.4 Introdução de técnicas mais produtivas para o benefício, embalagem e desenvolvimento de produtos derivados da sociobiodiversidade.	Objetivo Específico 4 1460: Fomento das Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade.
Programa 2 – Monitoramento e Controle Ambiental	Resultados Pretendidos: redução de custos; mitigação de riscos ambientais com maior monitoramento de florestas.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1440 “Minha Terra de Papel Passado” – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 7.903.214,92 (Iteracre) 1460 Ecossistema de Inovação Ambiental e Adaptação Climática – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 10.856.375,97 (Sema)
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
1.2.1 Investimento em novas tecnologias, como inteligência artificial e aprendizado de máquina, para analisar grandes volumes de dados ambientais e prever riscos de desmatamento e queimadas pelo Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma).	Objetivo Específico 2 1460: Melhoria, Modernização e Inovação dos Serviços da Sema.

EXTRATIVISMO E MEIO AMBIENTE	
1.2.2 Aprimoramento dos sistemas de análise do Cadastro Ambiental Rural e de licenciamento de atividades produtivas para aceleração de licenciamentos.	Objetivo Específico 2 1440: Regularização Fundiária Estadual Rural.
Programa 3 – Ordenamento Fundiário, Territorial e Instrumentos Normativos	Resultado Pretendido: maior acesso ao crédito mediante regularização fundiária.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1437 Defesa Civil Estadual – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 343.956,11 (Corpo de Bombeiros e Defesa Civil)
	1459 Regularização, Controle e Monitoramento Ambiental – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 11.513.228,62. (Sema)
	1460 Ecossistema de Inovação Ambiental e Adaptação Climática – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 10.856.375,96 (Sema)
1475 Planejamento e Governança para Resultado – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 46.861.681,58 (SEPLAN)	
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
1.3.1 Fortalecimento da gestão associada aos planos de uso e à gestão integrada do Seanp.	Objetivo Específico 2 1459: Monitoramento das Ações de Implementação do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimada
1.3.2 Intensificação da organização dos mutirões para a regularização fundiária.	Objetivo Específico 1 1459: Apoio à Regularização Ambiental.
1.3.3 Consolidação econômica dos assentamentos e unidades de conservação já existentes.	Objetivo Específico 5 1460: Consolidação da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais.
1.3.4 Fomento ao uso do ZEE como ferramenta estratégica para ações de governança territorial e implementação de políticas públicas adequadas à realidade das Unidades de Conservação.	Objetivo Específico 3 1459: Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.
1.3.5 Fortalecimento da cooperação entre diferentes secretarias de governo, organizações da sociedade civil, e o setor privado para alinhar as ações do Sisa com outras iniciativas de desenvolvimento econômico.	Objetivo Específico 9 1460: Fortalecimento da Governança do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (Sisa).
1.3.6 Estabelecimento de mecanismos eficazes de monitoramento das ações previstas no Plano Emergencial de Adequação às Mudanças Climáticas (Governo do Acre, abril 2024) para avaliar eficácia das ações e resultados.	Objetivo Específico 1 1437: Promoção das Ações de Prevenção e de Respostas aos Desastres Ambientais e Tecnológicos.
1.3.7 Avaliação dos resultados econômicos e sociais advindos das aplicações de recursos do Fundo de Meio Ambiente.	Objetivo Específico 1 1475: Aprimoramento da Gestão Orçamentária.

Tabela 21 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Economia Primária

ECONOMIA PRIMÁRIA	
Programa 1 Programa de Gestão Territorial do Acre	Resultado Pretendido: atração de maior número de investimento com segurança institucional.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1443 Infraestrutura e Mobilidade Urbana – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 254.081.932,93 (Secretaria de Estado de Obras Públicas do Acre – Seop)
	1446 Desenvolvimento da Produção Familiar, Bioeconomia e Agronegócio – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 95.632.782,96 (Seagri)
	1459 Regularização, Controle e Monitoramento Ambiental – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 11.513.228,62 (Sema)
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
2.1.1 Nucleação urbana e implantação de infraestrutura e serviços em comunidades de atividade econômica reduzida, com criação e fortalecimento de distritos agropecuários.	Objetivo Específico 3 1446: Fortalecimento, Consolidação e Ampliação das Cadeias de Valor Agroflorestal e Agropecuária.
2.1.2 Recuperação e adequação do Projeto no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã/Madeira.	Objetivo Específico 3 1446: Fortalecimento, Consolidação e Ampliação das Cadeias de Valor Agroflorestal e Agropecuária.
2.1.3 Integração macrorregional com o Peru via Pucallpa, com inclusão do Sudoeste do Amazonas, e viabilização do acesso terrestre entre as cidades do Vale do Juruá.	Objetivo Específico 12 1443: Construção, Ampliação, Pavimentação e Manutenção das Rodovias Estaduais.
2.1.4 Retomada da política de regularização fundiária/ambiental e titulação concomitante à regularização ambiental em todo o Estado.	Objetivo Específico 1 1459: Apoio à Regularização Ambiental.

ECONOMIA PRIMÁRIA	
Programa 2 – Modernização da Agropecuária	Resultado Pretendido: aumento da produtividade econômica setorial e de receitas.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1446 Desenvolvimento da Produção Familiar, Bioeconomia e Agronegócio – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 95.632.782,96 (Seagri).
	1459 Regularização, Controle e Monitoramento Ambiental – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 11.513.228,62 (Sema).
	1460 Ecossistema de Inovação Ambiental e Adaptação Climática – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 10.856.375,96 (Sema).
	1471 Consolida Sisan Acre – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 430.911,23. (SEASDH).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
2.2.1 Solução fundiária e organização da produção de hortifrutigranjeiros em áreas para-rurais nos municípios, com criação e fortalecimento de cinturões verdes.	Objetivo Específico 1 1460 – Promoção do Meio Ambiente, Cidades Sustentáveis e Resilientes.
2.2.2 Reinserção de áreas abandonadas no processo produtivo, por meio da recuperação e fertilização de áreas degradadas ou em desuso.	Objetivo Específico 1 1460 – Promoção do Meio Ambiente, Cidades Sustentáveis e Resilientes.
2.2.3 Aporte de tecnologia intensiva e fomento às cadeias produtivas (prioritárias) de maior importância e viabilidade econômica.	Objetivo Específico 1 1466: Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater.
2.2.4 Expansão e aprimoramento do cooperativismo para a produção, industrialização e comercialização.	Objetivo Específico 1 1471: Fortalecimento da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.
2.2.5 Capilarização e diversificação do crédito rural.	Objetivo Específico 1 1460 – Promoção do Meio Ambiente, Cidades Sustentáveis e Resilientes.
2.2.6 Aporte de tecnologia e fomento aos processos produtivos de leite e derivados.	Objetivo Específico 1 1460 – Promoção do Meio Ambiente, Cidades Sustentáveis e Resilientes.
2.2.7 Aporte de tecnologia e fomento à avicultura.	Objetivo Específico 1 1460 – Promoção do Meio Ambiente, Cidades Sustentáveis e Resilientes.

ECONOMIA PRIMÁRIA	
2.2.8 Recuperação da atividade e aproveitamento do grande potencial já instalado em termos de lâmina d'água em projeto específico de recuperação da piscicultura do Acre.	Objetivo Específico 6 1459: Fortalecimento da Fiscalização, do Monitoramento e do Controle Ambiental dos Recursos Hídricos e da Fauna no Estado do Acre.
2.2.9 Aporte de tecnologia e fomento à produção e comercialização de suínos.	Objetivo Específico 1 1460: Promoção do Meio Ambiente, Cidades Sustentáveis e Resilientes.
2.2.10 Ampliação da contratação de mão de obra e fortalecimento institucional para a prestação de serviços de Ater em termos modernos, intensivos e de resultados.	Objetivo Específico 1 1466: Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater.
Programa 3 –Desenvolvimento da Infraestrutura para a Produção Agropecuária	Resultados Pretendidos: maior fixação de empreendedores agrícolas no campo; incorporação de empreendedores agrícolas de regiões isoladas.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1443 – Infraestrutura e Mobilidade Urbana – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 254.081.932,93 (Seop) 1446 – Desenvolvimento da Produção Familiar, Bioeconomia e Agronegócio – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 95.632.782,96 (Seagri) 1458 Gestão, Transparência e Serviços Públicos – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 160.820.458,80 (Secretaria de Estado de Administração do Acre – Sead).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
2.3.1 Adoção de abordagem integrada que maximize o uso dos recursos financeiros, materiais e humanos existentes para ampliação e manutenção de estradas vicinais (integração de base de dados, gestão de insumos, eficiência no uso de equipamentos, ações preventivas).	Objetivo Estratégico 19 1443: Restauração e Manutenção Rotineira de Rodovias Federais, Estaduais e Vicinais Asfaltadas (Cide).
2.3.2 Ampliação e modernização da capacidade de armazenamento, atrelada à demanda atual em termos de tecnologia, equipamentos, acesso e capacidade de produtos agropecuários.	Objetivo Específico 5 1466: Promoção da Logística de Beneficiamento, Armazenamento e Escoamento da Produção. Objetivo Específico 8 1466: Melhoria, Modernização e Inovação dos Serviços da Cageacre.
2.3.3 Disponibilização de acesso à comunicação digital em comunidades rurais.	Objetivo Específico 5 1458: Ampliação e Modernização dos Meios de Oferta de Serviços Públicos.

Tabela 22 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre
– Eixo Temático: Economias Secundária e Terciária

ECONOMIAS SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA	
Programa 1 – Identificação e Promoção de Clusters Prioritários	Resultados Pretendidos: maior receita com oferta de produtos e serviços de maior valor agregado; aumento da produção com integração de cadeias produtivas.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1447 Desenvolvimento dos Negócios Acreanos – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 5.346.109,96 (SEICT)
	1457 Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Ecossistema Inovador – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 5.782.395,25 (SEICT)
	1462 Acre Empreendedor – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 3.479.514,58 (Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo do Acre – Sete)
	1464 Desenvolvimento Regional Sustentável – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 13.927.921,30 (SEPLAN)
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
3.1.1 Aprimoramento da gestão de clusters de proteína vegetal e de proteína animal, com foco na criação de marco legal, na oferta de crédito, na assistência técnica, na comercialização de produtos e nas certificações de operações industriais e comerciais.	Objetivo Específico 1 1447: Fomentar o desenvolvimento da indústria e do comércio.
3.1.2 Aplicação de mecanismos para maior atração de indústrias de produtos florestais e do agronegócio visando geração de renda e alavancagem de tributos.	Objetivo Específico 1 1447: Fomentar o desenvolvimento da indústria e do comércio.
3.1.3 Disseminação de práticas de gestão da qualidade em processos operacionais com apoio de entidades locais (Sistema S e Fecomércio) para oferta de produtos e serviços com menor custo e maior competitividade.	Objetivo Específico 1 1462: Promoção e Desenvolvimento de Pequenos Negócios, Economia Solidária e Popular.
3.1.4 Compartilhamento de infraestrutura e incentivos para estimular o empreendedorismo de pequenas e médias empresas do setor alimentício.	Objetivo Específico 2 1447: Fomento ao desenvolvimento de negócios no Estado do Acre.
3.1.5 Integração de centros de pesquisas (universidades, institutos e outros) no desenvolvimento de processos de inovação tecnológica nos clusters priorizados, visando a criação do parque tecnológico do Acre e de incubadoras de empresas.	Objetivo Específico 1 1457: Fortalecimento do Ecossistema de Inovação.
3.1.6 Atração de investimentos e inovação, visando promover o desenvolvimento em regiões com reduzidos índices de desenvolvimento, bem como o aumento da competitividade regional e o fortalecimento das capacidades produtivas locais.	Objetivo Específico 1 1464: Promoção da Política Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável.

ECONOMIAS SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA	
3.1.7 Estímulo à criação de canal integrador de microcrédito de bancos e cooperativas.	Objetivo Específico 2 1447: Fomento ao Desenvolvimento dos Negócios no Estado do Acre.
Programa 2 – Turismo: Natureza, Cultura e História	Resultados Pretendidos: maior receita com oferta de soluções turísticas locais; maior receita com valorização da cultura local.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	1463 Vivência Acre – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 1.104.102,24 (Sete)
	1436 Povos Indígenas em Ação pelo Clima: Preservando Culturas, Salvaguardando o Futuro – Valor anualizado do Programa em 2025: 154.837,53 (Sepi)
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
3.2.1 Alavancagem da receita proveniente do turismo de negócios e lazer, com estímulo a investimentos privados e públicos na melhoria da infraestrutura nos pontos turísticos, nas estradas e acessos aos locais com maior potencial de visitação e na qualidade da internet nesses ambientes.	Objetivo Específico 3 1436: Promoção do Etnoturismo. Objetivo Específico 1 1463: Promoção e Desenvolvimento do Turismo Sustentável em seus Diversos Segmentos.
3.2.2 Criação de rota turística no Estado do Acre (rota das águas, turismo cultural e certificação de hospedagem).	Objetivo Específico 1 1463: Promoção e Desenvolvimento do Turismo Sustentável em seus Diversos Segmentos.
Programa 3 – Promoção da Exportação e Importação	Resultado Pretendido: ampliação de consumidores locais e externos.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável:
	Programa vinculado ao PPA 2024–2027 – 1467 Governança e Gestão da Administração Tributária – Valor anualizado do Programa em 2025: 65.515.833,22 (Sefaz)
Projeto Específico do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
3.3.1 Aumento das receitas provenientes das ações de exportação e importação do Acre, por meio da criação de centros de distribuição regional e de estímulo a cooperativas de produção, com base em plano de captação de recursos federais.	Objetivo Específico 1 1466: Melhoria e Modernização e Inovação dos serviços da Sefaz.

ECONOMIAS SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA	
Programa 4 – Revisão de incentivos em conformidade aos resultados e interesse do Estado	Resultados Pretendidos: aumento da receita pública e da capacidade de investimento do Estado com reavaliação da política de incentivos; maior foco em serviços com capacidade competitiva regional.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: Programa vinculado ao PPA 2024–2027 – 1443: Programa Infraestrutura e Mobilidade Urbana – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 254.081.377,51 (Seop) Programa vinculado ao PPA 2024–2027 – 1447: Desenvolvimento dos Negócios Acreanos – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 5.346.109,96 (SEICT).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respectivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
3.4.1 Articulação de ações com o Sistema S e Fecomércio voltadas para o aumento da produtividade do comércio estadual, com foco na digitalização de processos, na qualificação profissional e nas redes colaborativas de centros de empreendedorismo.	Objetivo Específico 3 1447: Promover o Processo de Legalização de Empresas, Simplificando, Integrando e Desburocratizando (Simplifica Mais).
3.4.2 Definição de marco legal de governança para PPPs de infraestrutura urbana.	Objetivo Específico 2 1443: Implantação de Infraestrutura de Mobilidade Urbana.
	Objetivo Específico 4 1443: Implantação, Manutenção e Restauração de Vias Urbanas e Rurais.
	Objetivo Específico 11 1443: Implantação, Ampliação, Manutenção e Restauração de Vias Urbanas. Objetivo Específico 13 1443: Restauração de Vias, Espaços e Parques Públicos dentro do Estado do Acre.

Tabela 23 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Macroeconomia

MACROECONOMIA	
Programa 1 – Modernização da Gestão Tributária, Fiscal, Financeira e Contábil	Resultados Pretendidos: melhor governança financeira pública, redução de custos empresariais e maior acesso a serviços públicos pela população.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: 1447 Desenvolvimento dos Negócios Acreanos – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 5.346.109,96 (SEICT) 1466 Modernização da Gestão Tributária, Fiscal, Financeira e Contábil – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 109.071.507,63 (Sefaz)
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respectivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
4.1.1 Assegurar a aplicação de recursos orçamentários alinhados aos programas de renda e emprego por meio do monitoramento de indicadores de desempenho.	Objetivo Específico 11466: Melhoria e Modernização e Inovação dos serviços da Sefaz.
4.1.2 Compatibilização da operação integrada dos sistemas contábil, financeiro e fiscal.	Objetivo Específico 11466: Melhoria e Modernização e Inovação dos serviços da Sefaz.
4.1.3 Ampliação da atuação da Redesim para expandir a formalização de empreendimentos.	Objetivo Específico 3 1477: Promover o Processo de Legalização de Empresas, Simplificando, Integrando e Desburocratizando (Simplifica Mais).
4.1.4 Avaliação da viabilidade financeira e adequação às demandas demográficas do sistema previdenciário do Acre, com propostas para melhoria e equilíbrio a médio e longo prazo.	Objetivo Específico 1 1466: Melhoria e Modernização e Inovação dos serviços da Sefaz.

MACROECONOMIA	
Programa 2 – Profissionaliza Acre	Resultados Pretendidos: redução de desemprego e informalidade com maior qualificação; aumento da renda <i>per capita</i> .
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: 1438 Profissionaliza Acre – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 14.873.585,86 (IEPTEC).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
4.2.1 Ampliação da parceria com Senai, Senac, Senar e Sebrae para oferta de soluções de formação e qualificação alinhadas às necessidades de mercado e à vocação produtiva local.	Objetivo Específico 1 1438: Promoção de Educação Profissional e Tecnológica para o Desenvolvimento do Estado do Acre.
4.2.2 Ampliação das opções de capacitação de jovens para o mercado de trabalho advindas do Programa Meu Primeiro Emprego, em especial as orientadas para áreas de maior potencial de geração de renda, como tecnologia da informação.	Objetivo Específico 2 1438: Ampliação da Rede de Qualificação Profissional e Tecnológica do Estado do Acre.
Programa 3 – Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Ecossistema Inovador	Resultado Pretendido: maior eficiência operacional com introdução de inovações incrementais.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: 1457 Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Ecossistema Inovador – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 5.782.395,25 (SEICT).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
4.3.1 Integração de fontes de crédito às demandas de inovação por meio de projetos que atendem critérios de fundos disponíveis no Banco da Amazônia (<i>startups</i> , micro e pequenas empresas), BNDES, FNO e Finep.	Objetivo Específico 1 1457: Fortalecimento do Ecossistema de Inovação.
4.3.2 Incentivo do uso de plataformas de <i>crowdfunding</i> para que projetos inovadores possam captar e disponibilizar recursos a atores locais inseridos nos processos de inovação e geração de produtos de valor agregado ao mercado.	Objetivo Específico 3 1457: Fomento à Ciência e Inovação no Estado do Acre.

Tabela 24 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Infraestrutura e Logística

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
Programa 1 – Saneamento é Saúde – Urbano e Rural	Resultados Pretendidos: redução de enfermidades; redução da mortalidade infantil; aumento da expectativa de vida; maior escolarização da população.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: 1453 Saneia Acre. Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 64.262.578,69 (Serviço de Água e Esgoto do Acre – Saneacre). 1460 Ecossistema de Inovação Ambiental e Adaptação Climática – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 10.856.375,96 (Sema).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respetivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
5.1.1 Ampliação do abastecimento de água, buscando a universalização de ligações domiciliares no Estado, a redução das perdas no sistema com modernização gerencial e tecnológica, resultando no aumento da arrecadação do sistema de abastecimento.	Objetivo Estratégico 1 1453: Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água nos Municípios do Acre. Objetivo Estratégico 1 1453: Ampliação de Sistemas de Abastecimento do Acre.
5.1.2 Atendimento de mais de 50% da população urbana com sistema de esgotamento sanitário e modernização de 8 sistemas do Estado.	Objetivo Específico 6 1453: Saneamento Integrado. Objetivo Estratégico 4 1453: Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotamento Sanitário nos Municípios do Acre.
5.1.3 Buscar a universalização do tratamento de esgoto urbano no período de 10 anos, reduzindo a poluição hídrica nas maiores cidades e instalando sistemas de tratamento descentralizados e de baixo custo em comunidades isoladas, garantindo a qualidade da água e a saúde dos moradores	Objetivo Estratégico 4 1453: Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotamento Sanitário nos Municípios do Acre.
5.1.4 Promoção, ao longo dos próximos 10 anos, do reúso de água tratada para irrigação agrícola, e reflorestamento e uso industrial, otimizando o uso dos recursos hídricos.	Objetivo Específico 3 1460: Implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
Programa 2 – Rotas de Desenvolvimento	Resultados Pretendidos: redução de acidentes e mortes no trânsito; emprego e renda com alavancagem do tráfego; maior eficiência operacional com redução do tempo de transporte.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: 1431 Segurança Pública e Proteção à Vida – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 54.206.278,47 (Sejusp). 1443 Programa Infraestrutura e Mobilidade Urbana – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 254.081.377,51 (Seop).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respectivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
5.2.1 Construção de 700 km de rodovias estaduais nos municípios isolados.	Objetivo Específico 12 1443: Construção, Ampliação, Pavimentação e Manutenção das Rodovias Estaduais – ACs.
5.2.2 Construção de Orla Cruzeiro do Sul.	Objetivo Específico 3 1443: Urbanização de Orlas do Acre.
5.2.3 Construção de 3 pontes nos municípios do Estado do Acre.	Objetivo Específico 10 1443: Construção e Recuperação de Pontes e Passarelas.
5.2.4 Manutenção dos aeródromos do Estado com capacidade para operar, nas pistas de pouso e decolagem e zonas de segurança, avaliando a possibilidade de concessão de gestão via PPPs, em especial a estruturação de 100% da malha aeroviária dos municípios Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Porto Walter.	Objetivo Específico 14 1433: Construção, Recuperação, Ampliação e Melhorias nos Aeródromos e Aeroportos.
5.2.5 Pavimentação de 200 km de ramais.	Objetivo Específico 4 1443: Implantação, Manutenção e Restauração de Vias Urbanas e Rurais.
5.2.6 Restauração e manutenção de 385,2 km de rodovias estaduais.	Objetivo Específico 19 1443: Restauração e Manutenção Rotineira de Rodovias Federais, Estaduais Vicinais Asfaltadas (Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).
5.2.7 Construção de centro unificado de fronteira, que agregue os atores envolvidos no fluxo de pessoas e mercadorias, especialmente visando gerar maior segurança nas alçadas federal (Polícia e PRF) e estadual (Militar e Civil).	Objetivo Específico 1 1431: Fortalecimento das Ações de Integração entre as Forças do Sispe – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sispe–Sejusp). Objetivo Específico 4 1431: Melhoria, Modernização e Inovação dos Serviços Integrados de Segurança Pública – Polícia Militar do Acre.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
5.2.8 Impulsioneamento do desenvolvimento regional e melhoria da competitividade das cadeias produtivas por meio da integração de diferentes modos de transporte (rodoviário, ferroviário, fluvial, aéreo etc.) para aumento do fluxo de mercadorias (logística multimodal).	Objetivo Específico 7 1443: Estudo, Avaliações e Elaboraões de Projetos.
Programa 3 – Viver Cidades	Resultado Pretendido: maior acesso ao crédito em face da legalização de terrenos; maior valorização imobiliária.
	Vinculação ao PPA 2024–2027 Acre e Área Responsável: 1443 Programa Infraestrutura e Mobilidade Urbana – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 254.081.377,51 (Seop). 1444 A Casa é Sua. Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 40.627.483,48 (SEHURB). 1475 Planejamento e Governança para Resultado – Valor anualizado do Programa em 2025: R\$ 46.861.681,58 (SEPLAN).
Projetos Específicos do Programa	Vinculação do Projeto ao Programa e Respectivo Objetivo do PPA 2024–2027 do Acre
5.3.1 Impulsioneamento de programas já existentes de fornecimento de moradias seguras e dignas, especialmente para população afetada por desastres naturais, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Projeto 1.001 Dignidades da Prefeitura de Rio Branco, o Plano Operacional de Habitação de Interesse Social do Acre e a construção de unidades habitacionais populares em conjuntos de Rio Branco.	Objetivo Específico 1 1444: Ampliação do Acesso à Moradia Digna.
5.3.2 Ampliação e revitalização dos parques urbanos do Estado do Acre com ênfase nos espaços turísticos e comunitários, por meio da parceria entre Dera cre e prefeituras municipais, e acelerar as ações do Programa Estadual de Arborização Urbana, com recursos previstos na Sema, inclusive parque linear do bairro 15 em Rio Branco.	Objetivo Específico 5 1443: Implantação e urbanização de parques.
5.3.3 Estímulo da esfera estadual à realização pelos municípios do Acre (exceto Rio Branco e Cruzeiro do Sul) de planos diretores para a orientação de ações locais de melhoria do espaço público.	Objetivo Específico 2 1475: Fortalecimento da Cultura de Planejamento e Avaliação. Objetivo Específico 3 1475: Implantação da Política Estadual de Governança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desafios e potencialidades

Gameleira, Rio Branco (Acre)
Foto: Diego Gurgel

Esta publicação apresenta os principais desafios e potencialidades do Acre, em relação ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. Todas as propostas aqui detalhadas têm como objetivo oferecer ao Governo Estadual, aos municípios e à sociedade em geral métodos, objetivos, metas e formas de gestão consistentes para alcançar um crescimento que alie uma economia forte a mais qualidade de vida.

Considera-se que a função do Governo do Estado não é tutelar a economia e, sim, incentivar a autonomia e a geração de riquezas pela sociedade, apontando rumos, caminhos e atuando para amenizar gargalos. Por isso, o diagnóstico que o Acresce apresenta buscou identificar obstáculos atuais que impedem o desenvolvimento. Entre os principais desafios, a carência de infraestrutura perpassa todos os setores pesquisados, notadamente nos aspectos voltados ao saneamento, à logística e à energia. Entraves na legislação ambiental – tanto nas esferas municipal e estadual como federal – também precisam ser resolvidos. Obstáculos burocráticos em relação à questão fundiária e de licenciamento ambiental são outros fatores que emperram o crescimento.

Dotar o Estado de melhores métodos de gestão financeira e gerencial é essencial para garantir que o crescimento econômico tenha sustentabilidade, diminuindo a fragilidade do volume de receitas próprias do Acre. Da mesma forma, elevar e garantir acesso à educação de qualidade, em todos os níveis, com oferta de capacitação profissional adequada ao mercado local e regional, garantirá um melhor preparo da mão de obra acreana para essa economia que se pretende mais forte.

Os pontos elencados ao longo dessa publicação e do Plano Estratégico, fruto do extenso diagnóstico promovido pelo Projeto Acresce, dependem, ainda, do poder de articulação e mobilização da sociedade: governos, empreendedores, empresários, trabalhadores, sociedade civil e a população como um todo.

O projeto buscou apontar os objetivos, propostos pelo Governo do Estado, de identificar os gargalos e potenciais do Acre, incentivar a

livre iniciativa, a qualificação das pessoas e assistência técnica para um mercado livre e gerador de riquezas e empregos. Agora, a partir das informações contidas no Plano Estratégico, é preciso estimular ainda mais o empreendedorismo, o cooperativismo e o crescimento da produção e do comércio. Fortalecer os sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, e integrá-los a *clusters* de desenvolvimento regionais, nacionais ou internacionais, é só um começo para uma nova etapa do progresso do Estado.

Com base em informações oficiais, pesquisa de campo, evidências científicas e empíricas, foi possível construir propostas diferenciadas para políticas econômica, industrial e agropecuária, que procurem o alto valor agregado, contenham inovação, tecnologia e competitividade para construir as bases do desenvolvimento do Acre. O centro dessa política é a geração de oportunidades, isto é, a construção das bases de um Acre interconectado com a economia nacional e global. Por isso, o conhecimento é chave para efetuar mudanças positivas e garantir cenários melhores às atuais e futuras gerações.

O Plano Estratégico apresentado representa um passo importante na definição de prioridades e no direcionamento das ações rumo ao desenvolvimento econômico. É uma bússola, indicando programas e projetos com potencial de desenvolvimento econômico, a partir de análises cuidadosas e direcionadas a políticas públicas que podem ajudar a superar obstáculos e aproveitar oportunidades.

Com base em diagnósticos e alinhamento ao último Plano Plurianual (PPA 2024–2027), o plano reflete o compromisso em promover o crescimento econômico, a partir de três diretrizes fundamentais para sua execução:

- **Fortalecimento das Capacidades Locais:** investir em educação, capacitação profissional e inovação tecnológica para alavancar setores estratégicos como agronegócio e turismo;
- **Infraestrutura e Conectividade:** melhorar as condições logísticas e ampliar a conectividade digital para potencializar a competitividade do Estado em cenários nacionais e internacionais; e

- **Articulação Institucional:** estabelecer parcerias robustas entre governo, iniciativa privada, universidades e terceiro setor para assegurar ações integradas e sustentadas.

Ao se constituir em um documento técnico, o plano visa sugerir a transformação de desafios em oportunidades e ajudar a construir um futuro mais próspero para os acreanos. Com a união de esforços, compromisso e uma visão clara de futuro, o Acre poderá ter um incremento econômico promissor e duradouro.



Ponte Binacional Wilson Pinheiro, Brasília, Acre.
Foto: Diego Gurgel

REFERÊNCIAS

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Rio Branco: 2023. **Balanco Geral 2023**.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Secretaria de Estado de Planejamento do Acre (Seplan). **Acre em Números**.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan). **Áreas naturais protegidas**.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2007. Lei nº 1.904, de 05 de junho de 2007 – Institui o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. **Diário Oficial do Estado do Acre**.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2010a. **Documento Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE) – Fase II**. Secretarias de Estado de Planejamento (Seplan) e de Estado de Meio Ambiente (Sema).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco, 2010b. **Plano estadual de prevenção e controle do desmatamento do Acre – PPCD/AC**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan). Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – Unidade Central de Geoprocessamento do Estado do Acre (UCEGEO).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2021a. **Documento Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE) – Fase III**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2021b. Termo de Colaboração nº 5/2021/SEICT. Processo nº 0761.011268.00009/2021. **Diário Oficial do Estado do Acre**, nº 13.120, Rio Branco, 02 de Setembro de 2021, página 15–19. Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia (SEICT).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco, 2022. **Monitoramento de Focos de Queimadas e Qualidade do Ar**. Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma). Secretaria do Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco, 2023a. Deracre chega ao fim de 2023 com mais de cem obras em todo o Acre. **Agência de Notícias do Acre**.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2023b. **Lei Estadual nº 4.282, de 27 de dezembro de 2023**, regulamentada pelo Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Estado do Acre para o quadriênio 2024–2027. Legis – Portal da Legislação do Acre.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2023c. **Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Acre: Agenda Acre 10 anos**. Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) do Acre e Fundação Dom Cabral (FDC).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2023d. **Plano Estratégico de Governo**. Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) do Acre e Fundação Dom Cabral (FDC).

ACRE, GOVERNO DO ESTADO, Rio Branco: 2023e. Portal da Transparência – **Plano Plurianual – PPA 2024–2027** – Retificado no Diário Oficial do Estado do Acre.

ACRE, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Radar da Transparência Pública**.

ALMEIDA, JEFERSON; AMARAL, ROBERTA DE ANDRADE; BRITO, BRENDA; E GOMES, PEDRO, Belém (PA), 2021. **Leis e práticas de regularização fundiária**. INSTITUTO IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Sistema Interligado Nacional (SIN)**.

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Sistema de Informações Geográficas de Mineração (SIGMINE)**.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2021. 20 Anos – **Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural 2020 (BAR 2020)**.

AMAZÔNIA REAL, 2024. **Cheia no Acre: 17 dos 22 municípios estão em situação de emergência**.

ÁVILA, Léo Fernandes; RIBEIRO, Karla Emanuela; e SCALIZE, Paulo Sérgio. 2019. **Análise conjuntural das comunidades ribeirinhas no Brasil e sua importância para ações de saneamento rural**. In: 48º Congresso Nacional de Saneamento da Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

BRASIL, CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Acre e Municípios. Portal Transparência**.

BRASIL, CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU), Brasília:2023. **Notas Fiscais Eletrônicas**. In: Consulta de Notas Fiscais. Portal Transparência.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA), Brasília, 2022. **Cadastro ambiental rural relatório final de avaliação**. V. 1: Diagnóstico, desenho, implementação, governança e orçamento.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA), Brasília: 2023. **Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal**. Volume 9.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA), Brasília, 2024a. **Portaria do MAPA reconhece nacionalmente 16 estados e o Distrito Federal como áreas livres de febre aftosa sem vacinação**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA), Brasília: 2024b. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília: 2021a. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília: 2021b. **Mapa de Demandas por Educação Profissional**. Ministério da Educação e Secretarias de Estado do Governo de Minas Gerais.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília: 2022. **Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC**. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília: 2023a. **Divulgados os resultados do Pisa 2022**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Brasília: 2023b. **Nota sobre o Brasil no PISA 2022**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2017 a 2022. **Sistema Único de Segurança Pública (Susp)**.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2018. **Incidência Criminal por Municípios.**

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2022a. **Dinâmicas do Mercado de Drogas Ilícitas no Brasil.**

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2022b. **Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública.**

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2023a. **Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC).** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad/MJSP).

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2023b. **Levantamento de Informações Penitenciárias. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN).**

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Brasília: 2023c. SINESP – **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.**

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/MS).**

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).**

BRASÍL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasília, 2023. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde 2021–2023 (CNES).**

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, Brasília: 2021 e 2023. **Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).**

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, Rio de Janeiro: 2021 e 2022. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica. Empresa de Pesquisa Energética (EPE).**

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).**

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).**

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plataforma oficial de dados do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.**

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Base de Dados – **Anuário Estatístico da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).**

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Base de Dados – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).**

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Cadastro Nacional de Entidades Sindicais.**

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, Brasília: 2012 a 2019. **Cadastro de Prestador de Serviços Turísticos (Cadastur).**

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, Brasília: 2022. **Anuário Estatístico do Turismo.**

CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Brasília, 2024. **Demografia Médica CFM.**

CICB – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO, 2023. **Desempenho da Indústria da Construção Civil e Perspectivas, Inteligência Econômica.** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, Brasília, 2019. **Projeto Vai Turismo – Rumo ao Futuro.**

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, Brasília, 2021. **Perfil da Indústria nos Estados – Acre.**

D'ANTONA, Álvaro de O.; ALVES, J. D. G., Poços de Caldas: 2018. **População em Unidades de Conservação da Amazônia Legal Brasileira, 2010:** uma análise de bases de dados de população e de ambiente espacialmente integrados. *In:* XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, Rio de Janeiro, 2022. **Relatório de Gestão 2022.**

EGUES, ANA LUISA, 2020. **ANP anula contrato na Bacia do Acre.** Brasil Energia.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2017. **Monitoramento de Áreas com Potencial Agrônomico e Econômico Imediato para Lavouras Comerciais no Acre.** *In:* Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura (SOMABrasil).

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Planos Decenais de Expansão de Energia.**

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, São Paulo: edições 2019 a 2023. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.**

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte, 2021. **Déficit Habitacional no Brasil 2016–2019.**

FÓRUM EMPRESARIAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ACRE, Rio Branco, 2022. **Boletim de Conjuntura Econômica: Comércio Internacional do Acre e o Mercado Andino.**

FÓRUM EMPRESARIAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ACRE, Rio Branco: 2023a. **Déficit habitacional do Acre é de cerca de 25 mil moradias, apontam especialistas no Boletim Econômico do Fórum Empresarial do Acre.**

FÓRUM EMPRESARIAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ACRE, Rio Branco: 2023b. **6º Boletim de Conjuntura Econômica,** dezembro de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Anual de Comércio (PAC).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional da Saúde (PNS).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD–C).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 1980. **Censo Demográfico 1980.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 1989 a 2024. **Base de Dados – Estimativas da População.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2001 a 2022. **Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2010. **Censo Demográfico 2010.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2010 a 2022. **Censo da Educação Básica.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2010 a 2022b. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2010 a 2022c. **Produção Agrícola Municipal.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília, 2017. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2020. **Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC – 30. ed.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2021. **Produto Interno Bruto dos Municípios.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2022a. **Censo Demográfico 2022.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2022b. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo.**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2022c. **Pesquisa Anual de Serviços (PAS).**

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasília: 2023. **Estatísticas do Registro Civil 2021.**

IMC – INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ACRE. **Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).**

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Brasília: 2021. **Plano de Dados Abertos,** Ago. 2021 a Ago. 2023.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS, São José dos Campos: **Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES).**

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS, São José dos Campos, 2022a. Nota Técnica: **Estimativa de desmatamento na Amazônia Legal para 2022 é de 11.568 km²**

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS, São José dos Campos, 2022b. **Nota Técnica: Consolidado PRODES 2022 – Taxa Consolidada de Desmatamento.**

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, São José dos Campos: 2023. **Boletim Mensal de Monitoramento e Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INFOQUEIMA).** Programa Queimadas. V. 8 nº 10 – Outubro de 2023.

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023a. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Ativos e Recursos Ambientais.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023b. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Contas Públicas.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023c. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Dados Primários – Estudo de Campo.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023d. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Demografia.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023e. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Economia – Produção Primária.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023f. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Economia – Produção Secundária e Terciária.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023g. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Educação.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023h. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Infraestrutura.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023i. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Macroeconomia.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023j. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Saúde.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023k. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Segurança Pública.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2023l. **Diagnóstico para o Desenvolvimento do Acre: Territórios e Povos.**

INSTITUTO SAPIEN, Brasília: 2024. **Planejamento Estratégico Acresce.**

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Ipea **Data – Dados Macroeconômicos, Regionais e Sociais.**

MAPBIOMAS – MAPEAMENTO DA BIODIVERSIDADE E USO DA TERRA. **Mapeamento de Usos e coberturas.**

MAPBIOMAS – MAPEAMENTO DA BIODIVERSIDADE E USO DA TERRA, 2024. **Coleção 9 dos Mapas Anuais de Cobertura e Uso do Solo do Brasil (1985–2023).** Volume 1.

MARTINS, Williane Maria de Oliveira; MARTINS, Lilliane Maria de Oliveira, 2012. **Ribeirinhos e Recursos Vegetais em Agroecossistemas na Amazônia Sul Ocidental, Cruzeiro do Sul, Acre.** In: Enciclopédia Biosfera. Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 8, n. 14, p. 2110–2120, jun. 2012.

NPERF.com, 2022. **Mapa de Cobertura 3G / 4G / 5G – Acre, Brasil.**

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2018. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Base de dados PISA 2018.**

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2022. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Base de dados PISA 2022.**

REIS, EDUARDO MITKE; THEODORO, MAX DA SILVA; e MESQUITA, RENATO (Org.), Rio Branco, 2021. Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac), **Anais do III Congresso Internacional de Pecuária Leiteira da Amazônia Ocidental.**

SAFERNET BRASIL, 2018 a 2023. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos.**

SANTOS, FABIANE DOS, Belo Horizonte: 2019. **Geografia do Século XXI:** Vol. 5. Ed. Poisson. Cap. 9. p 89-102.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Data MPE Brasil.**

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS NO ESTADO DO ACRE, 2020. **Plano de Desenvolvimento da Piscicultura do Acre.**

SIVIERO, Amauri; TEIXEIRA, Paulo Eduardo Ferline; SANTOS, Rosana Cavalcante dos, 2019. **A produção agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre.** In: SIVIERO, A.; SANTOS, R. C. dos; MATTAR, E. P. L. (org.). **Conservação e tecnologias para o desenvolvimento agrícola e florestal no Acre.** Rio Branco, AC: Ifac, 2019.

STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – União – Contabilidade e Custos.**

STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, Brasília: 2023. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro do Tesouro Nacional (Siconfi).**

TRATA BRASIL, 2022. **Ranking do Saneamento, 2022.**

TCE-AC – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE. Portal do Cidadão. **Gastos por Habitante e Função de Governo.**

TCE-AC – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE, Rio Branco: 2022. **Diagnóstico Socioeconômico Acre 60 Anos: Passado, Presente e Futuro.** Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR / UFMG).

UFAC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, Rio Branco: 2023. Projeto Acre Queimadas – **Relatório Executivo Queimadas 2022 no Estado do Acre.**

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 – Redes sociais do Projeto Acresce _____ 13

Figura 02 – Reservas Florestais e Cidades sem Conexão Terrestre no Acre _____ 31

Figura 03 – Mapa da Zona de Inundação – Rio Branco (18m) _____ 39

Figura 04 – Números do Rendimento Mensal Domiciliar *per capita* no Acre 2023 _____ 55

Figura 05 – Mapa de Identificação de Áreas para Intensificação Sustentável da Produção Agropecuária no Acre (ZEE – III) _____ 62

Figura 06 – Cadeia de valor de produtos florestais/agroflorestais _____ 83

Figura 07 – Produção de Látex Coagulado _____ 85

Figura 08 – Produção Alimentícia com base na Extração Vegetal e Silvicultura _____ 86

Figura 09 – Disponibilidade de Recursos nas Escolas de Educação Básica do Acre _____ 98

Figura 10 – Processo Metodológico de Elaboração do Diagnóstico Acresce _____ 118

Figura 11 – Cronograma de Atividades das Oficinas Temáticas _____ 119

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Taxa de Mortalidade Infantil (para cada 1.000 nascidos vivos) _____ 19

Gráfico 02 – Componentes do *Déficit* Habitacional no Acre _____ 21

Gráfico 03 – Tipo de Esgotamento do Banheiro – Percentual de Moradores do Acre _____ 27

Gráfico 04 – Municípios com mais de 800 Residências sob Risco de Inundação no Acre (2017 a 2021) _____ 27

Gráfico 05 – População atendida pela Coleta de Resíduos Sólidos, por Estado, de 2017 a 2021 _____ 28

Gráfico 06 – Máximas dos Níveis dos Rios em 2024 (Acre) _____ 38

Gráfico 07 – Nível do Rio Acre _____ 38

Gráfico 08 – Cota Rio Acre / Rio Branco _____ 39

Gráfico 09 – Comparativo das Principais Despesas por Funções entre alguns Estados da Região Norte (2022) _____ 47

Gráfico 10 – Composição da Receita Corrente Líquida do Acre em 2022 _____ 48

Gráfico 11 – Comparativo de Compras da União em Estabelecimentos no Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima (2022) _____ 50

Gráfico 12 – Evolução do PIB do Acre – 2002 a 2021 (em milhões de Reais) _____ 53

Gráfico 13 – Taxa de Extrema Pobreza – Brasil e Região Norte (2021 e 2022) _____ 57

Gráfico 14 – Efetivo dos Rebanhos Bovinos no Acre _____ 64

Gráfico 15 – Principais Exportações do Acre (em U\$) _____ 67

Gráfico 16 – Evolução da Indústria do Acre nos últimos 10 Anos _____ 71

Gráfico 17 – Grupos de Atividades Comerciais no Acre _____ 76

Gráfico 18 – Evolução Anual da Área de Queimadas no Estado do Acre entre 2005 e 2022 _____ 90

Gráfico 19 – Percentual de Escolas por Dependência Administrativa _____ 95

Gráfico 20 – Distribuição das Escolas Acreanas (2022) _____ 95

Gráfico 21 – Número de Registros de Médicos por UF e Densidade de Médicos por 1 mil habitantes (2024) _____ 99

Gráfico 22 – Residências que tiveram Visitas de Agentes Endêmicos nos 12 Meses anteriores à Pesquisa _____ 102

Gráfico 23 – Gasto Médio com Alimentação no Acre (em R\$) ____ 105

Gráfico 24 – Taxa de Ocorrências de Homicídios Dolosos a cada 100 mil Habitantes em estados da Amazônia Ocidental (2017 – 2022) _____ 106

Gráfico 25 – Taxa de Vítimas de Estupro a cada 100 mil Habitantes na Amazônia Ocidental (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima – 2017 a 2022) _____ 108

Gráfico 26 – Taxa de Ocorrência de Feminicídios a cada 100 mil Habitantes na Amazônia Ocidental _____ 109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 – População do Acre, por Sexo _____ 16

Tabela 02 – Proporção de Grupos de Idade Específicos na População Residente Total do Acre (1980/2022) _____ 16

Tabela 03 – Variação do Índice PIA Jovem em 2022 no Acre e seus Municípios _____ 17

Tabela 04 – Planejamento Estratégico do Governo do Acre ____ 22

Tabela 05 – Panorama das Cidades mais atingidas em 2024 ____ 38

Tabela 06 – Indígenas afetados pelas Inundações (2024) _____ 40

Tabela 07 – População Ribeirinha (Acre) _____ 41

Tabela 08 – Gastos Totais do Acre e Municípios por Função Programática (2022) _____ 46

Tabela 09 – *Ranking* dos Municípios do Acre por PIB *per capita* ____ 54

Tabela 10 – Hospedagem no Acre e Região Norte (2011 a 2021) ____ 78

Tabela 11 – Valor Bruto da Produção (x 1.000) por Produto de Extração Vegetal no Acre _____ 84

Tabela 12 – Reservas Extrativistas (Resex) Federais no Acre _____ 88

Tabela 13 – Eixos Tecnológicos dos Cursos Profissionais oferecidos pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima ____ 97

Tabela 14 – Percentual de Pessoas que Consultaram Médico nos últimos 12 Meses (comparativo 2013–2019) _____ 101

Tabela 15 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos) – Eixo Temático: Extrativismo e Meio Ambiente__ 120

Tabela 16 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos) – Eixo Temático: Economia Primária _____ 121

Tabela 17 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos) – Eixo Temático: Economias Secundária e Terciária _____ 122

Tabela 18 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos) – Eixo Temático: Macroeconomia _____ 124

Tabela 19 – Problemas e Soluções Estratégicas e de Políticas Públicas (Objetivos) – Eixo Temático: Infraestrutura e Logística _____ 125

Tabela 20 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Extrativismo e Meio Ambiente _____ 131

Tabela 21 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Economia Primária _____ 133

Tabela 22 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Economias Secundária e Terciária _____ 136

Tabela 23 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Macroeconomia _____ 139

Tabela 24 – Associação entre Programas, Projetos, Valores e Objetivos do PPA 2024–2027 do Acre – Eixo Temático: Infraestrutura e Logística _____ 141

REALIZAÇÃO:

Instituto Sapien

Presidente e Coordenador Geral:

Lucas Varela

Consultorias:

Aline Santana Gallina, Bruno Bandeira Cardoso, Carlos Ovídio, Débora Gaspar Magalhães, Eduarda Regina Costa dos Santos, Elyson Ferreira, Emanuel Amaral, Eufran Amaral, Jander Nobre, José Novelli Gaspar, Lucas Matheus de Sousa Lima, Valterlúcio Bessa e Vitor Brandt Calçavara.

Consultorias do Plano Estratégico:

Carlos Ovídio, Elyson Ferreira, Eufran Amaral,

Jander Nobre, José Novelli Gaspar e Valterlúcio Bessa.

Equipe Técnica:

Ana Carolina Seganfredo, Ana Júlia Tolentino, Celso Nascimento de Souza, Diogo Mattioli Neiva, Flávia Melissa, Gilson Leal Elmokdisi Menezes, Glívia Januário Lima, Isabela Rodrigues, Julia Yu Li Woo, Lorrane de Freitas Ferreira, Lúcia Bandeira, Marcelo Henrique Silva, Marina Souza Falcão de Almeida, Nyanne Freitas Santana, Pedro Gabriel Prata Antunes Martins, Rafael Rocha Souza, Rômulo Araújo, Thalyta Alves Cabral e Vânia Praia Fiuza Dias Pinto.

Pesquisadores:

Aline Santana Gallina, Amanda Rebecka Lima de Souza, Carol Santana, Débora Gaspar Magalhães, Eduarda Regina Costa dos Santos, Francisco Willyans Costa Sales, Jorge Eduardo de Moraes Ferreira, Liliane Bezerra da Silva, Lucas Matheus de Sousa Lima, Marcos Antonio Viana Maia, Marta Daniela Alves da Silva, Rafael da Silva Pereira, Rafaela de Souza Moraes Varêda Vieira, Railson Diniz dos Santos, Rondesson de Oliveira Vasconcelos e Ulysses Vinicius dos Santos Bandeira.

Coordenação Editorial:

Izabel Odete Valente Machado (jornalista, MTb 16.914 – DRT/SP)

Revisão:

Aline Masaki, Izabel Odete Valente Machado e Maria Claudia Baima Ferreira

Projeto Gráfico:

Verônica Estácio da Silva e Walter Leonardo Carvalho Vasconcelos

Capa:

Passarela Joaquim Macedo, Rio Branco–AC

Foto: Diego Gurgel

Fotos/Imagens:

Diego Gurgel, Emerson Rogério Pereira Feitosa e João Paulo de Souza Freitas. Dhárcoles Pinheiro (Sejusp) e Letícia Machado (Procon). Secretaria de Comunicação do Estado do Acre (Secom). Juliana e Mariana Amorim (Unsplas). Banco de Imagens do Instituto Sapien.

Gráfica

Gráfica e Editora JEP Ltda.

Brasília

2025



Rio Crôa, Cruzeiro do Sul, Acre
Foto: Diego Gurgel

Este livro é resultado de amplo diagnóstico sobre o Acre por meio do Projeto Acresce, realizado pelo Instituto Sapien para fornecer subsídios para o crescimento econômico a partir de evidências científicas.

Foram estudadas nove áreas para avaliar o potencial de crescimento do Estado: 1) Demografia; 2) Infraestrutura; 3) Alagações e Cheias; 4) Contas Públicas; 5) Macroeconomia; 6) Economia Primária; 7) Economias Secundária e Terciária; 8) Extrativismo, Territórios e Recursos Naturais; e 9) Educação, Saúde e Segurança.

Após cuidadosa análise de indicadores de institutos de pesquisa e organismos públicos e internacionais, consultores e especialistas apontaram os principais desafios, potenciais e oportunidades de crescimento do Estado, de modo a orientar a construção de um Plano Estratégico.

O Plano foi dividido em cinco eixos temáticos: 1) Extrativismo e Meio Ambiente; 2) Economia Primária; 3) Economias Secundária e Terciária; 4) Macroeconomia; e 5) Infraestrutura e Logística. Todo o processo foi elaborado com foco na realidade e de modo a apresentar propostas factíveis para responder aos problemas detectados.

Este estudo visa, a partir de evidências científicas e empíricas, fornecer subsídios para o crescimento econômico do Acre. Entre os principais resultados, foram identificados os principais problemas enfrentados na

área de infraestrutura, e que precisam de modernização para atrair empresas, permitir o escoamento da produção agrícola e alavancar possibilidades de crescimento.

A questão das cheias e alagamentos também mereceu estudo detalhado, uma vez que se relaciona diretamente com questões infraestruturais. Constatou-se a importância de ampliar a gestão de recursos hídricos, com planejamento de ações que possam ajudar a prevenir riscos e mitigar os efeitos dos alagamentos.

Na área econômica, foram elencadas propostas para agregar valor às cadeias produtivas e estimular setores estratégicos como agropecuária, turismo, indústria, serviços e comércio. O estudo pontuou a necessidade de reforçar a capacitação técnica e profissionalizante com foco no mercado de trabalho; promover formações e auxílio técnico para lideranças capazes de fomentar novos empreendimentos; ampliar e fortalecer o ensino técnico e profissional; e melhorar a qualidade de toda a educação básica, em especial o Ensino Médio.

Em consonância com o Plano Estratégico, foram sugeridas iniciativas para atração de recursos por meio de incentivos fiscais e parcerias, visando à obtenção de fontes de financiamento para projetos e programas.

APOIO



REALIZAÇÃO



ISBN: 978-65-01-51002-6

